

Faculdade Cásper Líbero
Mestrado em Comunicação e Mercado

**A IMPRENSA ESCRITA NA ERA FHC:
Análise dos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* no
período 1995-2002**

RODRIGO DE CARVALHO

SÃO PAULO
2006

Faculdade Cásper Líbero
Mestrado em Comunicação e Mercado

A IMPRENSA ESCRITA NA ERA FHC:
Análise dos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* no
período 1995-2002

RODRIGO DE CARVALHO

Dissertação referente ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Comunicação e Mercado, da Faculdade Cásper Líbero, como requisito para obtenção de título de Mestre, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho.

SÃO PAULO

2006

BANCA EXAMINADORA

ÍNDICE

Resumo	IV
Abstract	V
Agradecimentos	VII
Introdução	1

Capítulo 1

O caráter da política brasileira no período 1995-2002	8
1.1 A vitória eleitoral de 1994	8
1.2 O desenvolvimento da política nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso	12
1.2.1 A guinada para a direita e a sustentação conservadora ..	12
1.2.2 O projeto de reforma política e a reeleição	19
1.2.3 Os movimentos sociais, as reivindicações populares e a oposição	23
1.3 A economia como instrumento impulsionador da política	28
1.3.1 Estabilidade versus Inflação	29
1.3.2 Dívida Pública	34
1.3.3 Privatizações	40
1.3.4 Lei de Responsabilidade Fiscal	45
1.4 A ideologia que influenciou o governo Fernando Henrique Cardoso	48
1.4.1 idéia de Desenvolvimento e Sustentação Política	49
1.4.2 A Terceira Via	53
1.4.3 O Neoliberalismo	61

Capítulo 2

O caráter da imprensa escrita, seu papel histórico e a relação empresa jornalística e jornal	69
---	----

2.1 O jornal no século 21	69
2.2 A relação entre jornal e poder	81
2.3 O jornal no contexto econômico – a relação empresa jornalística e jornalismo	91

Capítulo 3

Análise dos jornais Folha de São Paulo e O Globo em seus editoriais sobre os principais acontecimentos do governo

Fernando Henrique Cardoso	102
3.1 O Governo e a Oposição	107
3.1.1 O Governo.....	108
3.1.2 A Oposição.....	110
3.2 Os editoriais da Folha e de O Globo	114
3.2.1 Os Editoriais e os Assuntos da Política	115
3.2.2 Os Editoriais e a Economia Brasileira	168
3.2.3 Os Editoriais e a Ideologia	209
3.2.4 Os jornais foram isentos sobre o governo Fernando Henrique Cardoso?	223
3.2.5 Os jornais ofereceram opiniões de caráter político e ideológico à sociedade?	225
3.2.6 As empresas jornalísticas influenciam as opiniões dos jornais?	226
3.2.7 Há diferenças e contradições de opiniões entre os jornais?.....	229

Capítulo 4

A tendência do jornal: O papel ideológico dos jornais e sua relação com a sociedade

4.1 A tendência do jornal.....	233
4.2 A atualidade do pensamento de Gramsci.....	237
4.3 A atualidade do pensamento de Althusser	241

4.4 Os jornais, como aparelhos ideológicos de Estado para a manutenção da hegemonia neoliberal na sociedade brasileira.....	245
Considerações Finais	251
Bibliografia	255

RESUMO

O presente estudo tem a finalidade de analisar o período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) sob os aspectos político, econômico e ideológico, e verificar a posição da imprensa escrita brasileira, através de seus editoriais, sobre os principais acontecimentos do governo e da sociedade. Para tanto, foram selecionados os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, dois dos principais jornais do Brasil, para identificar o comportamento político e ideológico, bem como o papel que estes veículos de comunicação desempenham na atualidade. Os jornais impressos apoiaram o governo Fernando Henrique Cardoso? Qual a influência das empresas jornalísticas nas redações? E ainda, qual o papel do jornal no século 21? Este estudo tem a finalidade de verificar a tendência dos jornais, o caráter ideológico destes veículos de comunicação e os aspectos democráticos em questão.

ABSTRACT

The present study has the aim of analyze the government period of Fernando Henrique Cardoso (1995- 2002) about the political aspect, economic and ideological, and to check the position of the brazilian written press, through all its editorials about the main events of the government and the society. For this, some newspapers were selected such as: *Folha de São Paulo* and *O Globo*, which are two of the main newspapers in Brazil, to identify the political and ideological behavior, and the role that these media perform today. Did all the pressed newspapers support the Fernando Henrique Cardoso`s government? What is the influence of the journalist companies in the reactions? And what is the role of the newspaper in the 21 century? This study has the aim to check the newspapers´ tendency, the ideological nature of these media and the democratic aspect in question.

*Ao meu filho Pedro.
Aos meus pais e irmãos.*

AGRADECIMENTOS

Os anos 1990 foram marcados pelo desmonte do patrimônio público com a justificativa da necessidade do Brasil se modernizar. Tentou-se impor uma visão hegemônica que os caminhos a serem trilhados era único, a necessidade de se adaptar à abertura desregulada de capitais externos, de culturas externas, de idéias superiores e experiências de países supostamente avançados (os mesmos que usam a guerra como diálogo), de se desfazer de nossas riquezas, de flexibilizar nossa soberania, de superar estruturas falidas de serviços públicos. Neste momento me lembro de parte do poema do português José Régio: “Vem por aqui!, dizem-me alguns com olhos doces/ Estendendo-me os braços e seguros que seria bom quando me dizem: vêm por aqui! Olho-os com olhos laços/Há nos meus olhos, ironias e cansaços/Cruzo-me os braços e nunca vou por aí!”

Sou proveniente da escola pública, minha formação educacional básica está em função dos profissionais que me acolheram e me deram formação importante para chegar ao espaço acadêmico. A defesa da educação pública, gratuita, universal, laica e de qualidade é uma bandeira de luta constante, em qualquer governo, para elevarmos nossa Nação a um patamar de desenvolvimento mais justo e igualitário. Na contramão do pensamento único e equivocado da diminuição do Estado na sociedade, meus mais sinceros agradecimentos à Educação Pública, as Escolas e Universidade que tive oportunidade de me formar, aos nossos educadores, verdadeiros heróis brasileiros.

Agradeço ao meu orientador Cláudio Novaes Pinto Coelho, pela dedicação e companheirismo, pelo privilégio de compartilhar idéias e formar opiniões. Agradeço também as professoras Heloíza de Matos e Nancy Ramadã, membros da banca examinadora que ofereceram valorosas opiniões e enriqueceram este estudo.

Por fim, agradeço aos meus companheiros militantes comunistas pelo incentivo e paciência neste momento. Destacadamente para Stela Fischer que me ajudou com suas idéias e vigor acadêmico, mais ainda por me dar uma nova visão sobre a arte e a cultura, e Rovilson Brito que me animou nesta empreitada.

INTRODUÇÃO

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002) representou uma nova etapa na política brasileira com mudanças significativas nas áreas econômica e social, além de buscar formular novos conceitos ideológicos entre a social-democracia e o liberalismo. Este período histórico foi rico no debate político, na retomada de ações dos movimentos sociais organizados e nas opiniões acadêmicas e populares em toda a sociedade brasileira. Este estudo busca analisar a relação entre o governo e a imprensa escrita neste período histórico.

Os jornais cumprem um papel social destacado na formulação de opiniões e na disputa de idéias na sociedade. A imprensa escrita apoiou o governo Fernando Henrique Cardoso sob os aspectos político, econômico e ideológico? Qual a relação entre empresa jornalística e redação? E ainda, qual o papel do jornal no século 21? São questões presentes para identificar o jornal em seu contexto histórico.

Desta forma, em um conjunto de quatro capítulos, este estudo busca dar uma visão sobre o governo Fernando Henrique Cardoso e o papel dos jornais na sociedade, a partir da análise das opiniões editoriais destes veículos de comunicação.

No primeiro capítulo da dissertação, são apresentados os assuntos selecionados do governo, seu papel histórico, as contradições e dificuldades políticas enfrentadas neste período. A distribuição dos assuntos é feita da seguinte maneira: 1) político – a base de sustentação do governo, a relação com a oposição partidária, a atuação dos movimentos sociais e a reeleição; 2) econômico – estabilidade versus inflação, privatizações, dívida pública e a lei de responsabilidade fiscal; 3) ideológico – neoliberalismo e terceira via.

No campo político, estabeleceu uma aliança entre a social democracia e os liberais conservadores. Os partidos PSDB, até então situado no campo de centro-esquerda no espectro ideológico, e PFL, partido tradicional da elite conservadora e herdeira do patrimonialismo agrário, foram os principais partidos da coalizão vitoriosa nas duas

eleições disputadas por FHC e a base de sustentação de seu governo. Este campo político obteve importantes vitórias eleitorais nos estados e na composição do Congresso Nacional.

Os movimentos sociais, que tiveram ascensão com o período de redemocratização, voltaram a ganhar consistência com ações políticas provenientes dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores, estudantes universitários e secundaristas, sindicatos e centrais sindicais, organizações tradicionais de advogados, jornalistas, movimentos comunitários e organizações do terceiro setor.

A partir de seu primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso inaugurou o tempo da estabilidade inflacionária, aprofundou o programa de privatizações das estatais e ampliou os mecanismos de abertura do mercado interno. Foi acusado de desmontar o parque industrial nacional e privilegiar o capital financeiro em detrimento do capital produtivo.

No campo ideológico, foi acusado de promover e defender o neoliberalismo, mas julgava-se pertencer ao campo de centro-esquerda e articulador da chamada Terceira Via. Este movimento foi articulado por chefes de Estado como o presidente dos EUA Bill Clinton, os primeiros-ministros da Grã Bretanha Tony Blair, da Itália Massimo D'Alema e da França Lionel Jospin e do premiê da Alemanha, Gerhard Schoeder.

Para entendermos o governo Fernando Henrique Cardoso serão utilizados textos de análise nas revistas “Novos Estudos” do Cebrap, além de livros como “A Era FHC – Um Balanço”, organizado por Bolívar Lamounier e Rubens Figueiredo; “História da Plano Real” de Luiz Filgueiras e; “Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro” de André Singer.

Para analisar a questão ideológica no governo serão utilizados os argumentos do sociólogo inglês Anthony Gidens para entendermos os princípios da Terceira Via. Também estudaremos os textos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso para identificarmos sua coerência e suas contradições entre pensamento e prática.

No segundo capítulo, são analisados o papel dos jornais na sociedade, suas principais características e a relação das empresas jornalísticas e a influência sobre a prática jornalística.

O jornal nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu desenvolvimento, inclusive no seu processo produtivo. A notícia é produto do jornal, já definido por diversos pensadores da comunicação e das ciências sociais. No Brasil, a característica do jornal é a oligopolização do mercado de imprensa com poucos veículos capazes de ter ressonância regional ou nacional.

A comunicação se transformou ao longo deste último século e é um dos principais elementos estratégicos na chamada luta de idéias. E sua análise é igualmente estratégica para entendermos as complexas relações políticas, econômicas e ideológicas contemporâneas.

O referencial teórico sobre o jornal e o jornalismo será um conjunto de pensadores brasileiros que dialogam com as interpretações históricas e/ou contemporâneas, como o estudioso Ciro Marcondes Filho, Denis de Moraes, Juarez Bahia, Perseu Abramo e Muniz Sodré.

No terceiro capítulo, são estudados os principais argumentos dos jornais, através de seus editoriais, para identificar a posição do veículo de comunicação durante todo o período do governo Fernando Henrique Cardoso.

Os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* foram escolhidos por representarem os jornais de maior tiragem nacional, com equipes de trabalho e agências de notícias que servem como referência por outros jornais de centros regionais do país e veículos de comunicação como rádios e TV's. A *Folha* e *O Globo* têm a capacidade de pautar outros instrumentos de comunicação e a própria sociedade.

A opinião dos jornais está ligada aos interesses corporativos das respectivas empresas jornalísticas e, com isso, as informações são apresentadas sob a ótica destes interesses. Os jornais não se identificam enquanto instrumentos ideológicos, mas exercem este papel na sociedade.

No quarto e último capítulo, “A tendência do jornal – o papel ideológico dos jornais e sua relação com a sociedade”, são retomados as reflexões sobre o jornal enquanto instrumento de classe e a análise da disputa das idéias na sociedade.

Para analisar o papel do jornal serão trabalhados os conceitos de hegemonia e sociedade civil desenvolvidos pelo filósofo italiano Antônio Gramsci. O principal texto de Gramsci utilizados nesse estudo é *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, mas também serão aproveitados os interpretes em referência bibliográfica apresentada nesta dissertação.

Para identificar o caráter ideológico do jornal buscaremos a concepção marxista de aparelhos ideológicos de Estado. Segundo Althusser, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, a tese dos AIEs surge para explicar uma nova forma de entendimento da submissão de classes, através do convencimento de idéias, ou seja, pela disputa ideológica. Entre os aparelhos formulados por Althusser, está a comunicação (baseada na imprensa, rádio, tv, etc.).

Para este estudo, serão apresentados os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* são tendenciosos e ideologicamente definidos, como instrumentos de permanência do *status quo* capitalista.

O presente trabalho terá como metodologia a pesquisa bibliográfica por considerar a fórmula mais adequada para a análise dos jornais. A dissertação terá como base de sustentação literatura política e sociológica para verificar as hipóteses que envolvem o governo Fernando Henrique Cardoso e os estudos comunicacionais que darão a base de sustentação às afirmações sobre a imprensa.

“A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, buscam-se conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema” (Bervian & Cervo; 2002: 65)

Para delinear a pesquisa bibliográfica foram utilizados os procedimentos de definição dos temas considerados mais importantes, circunscrevendo o conteúdo; através da definição do objetivo foram realizadas as coletas dos materiais; a partir da formulação do problema, foram destacados os argumentos mais importantes e a partir de análise dos materiais foi feita a sua interpretação, contrastando com a hipótese.

Podem-se definir as etapas de estudos bibliográficos como uma leitura exploratória que consiste da verificação da pertinência dos materiais, passando pela leitura seletiva para definir sua relevância para o aproveitamento do estudo, depois uma leitura analítica com a finalidade de ordenar as informações e verificar as respostas do problema da pesquisa. Por fim, a leitura interpretativa, crítica e baseada nos elementos teóricos que o estudo se propôs a pontuar.

O referencial bibliográfico para a orientação do método de pesquisa pode ser encontrado em *Metodologia Científica* dos autores Amado Cervo e Pedro Bervian, e *Projeto de Pesquisa* de Antônio Carlos Gil. Ainda, há o alerta de Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos quanto da utilização da imprensa escrita como do método e técnica bibliográfica, que é encontrado em *Técnicas de Pesquisa* a afirmação: “nos países totalitários, com raras exceções, toda imprensa está submetida às diretrizes do partido no poder; portanto, a margem de independência das fontes é praticamente nula. Por sua vez, o pressuposto teórico dos países democráticos é a independência dos órgãos de informação, pois o princípio da liberdade de imprensa é considerado corolário da liberdade de expressão assegurada pelo regime. Entretanto, existe uma distinção entre o princípio político e a realidade: o capital necessário para a manutenção da independência do órgão depende de

uma série de fatores, sendo o principal a fonte de publicidade, que pode efetivamente controlar as diretrizes do órgão; da mesma forma, os modos de regulamentação e a censura exercem efeitos de maior e menor influência.” (Marconi; 1999: 114).

A análise dos editoriais não significa todo o seu aproveitamento, mas a consideração dos elementos relevantes para investigação da hipótese proposta. Portanto, existe a preocupação dos critérios para a seleção do material de pesquisa estar compatíveis com os temas propostos. Destacadamente para o aproveitamento deste estudo, as posições mais enfáticas e/ou que expressarem mais definidamente a opinião dos jornais.

Outras possibilidades de trabalho com os editoriais foram verificadas e não incorporados, como a análise estatística dos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, no que se refere ao número de matérias consideradas positivas, neutras ou negativas e a metodologia de análise de conteúdo.

A primeira possibilidade, de análise de dados estatísticos, experiência utilizada, por exemplo, no laboratório Doxa-Iuperj, que estuda o comportamento tendencioso dos jornais, não resolveria como análise de comportamento jornalístico porque em muitas das questões a crítica será feita ao presidente ou ao governo, preservando o interesse de grupo empresarial e da ideologia neoliberal. A medição estatística, neste caso, pode ajudar a visualizar uma opinião sem as devidas conseqüências interpretativas de seu significado.

Da mesma maneira, a análise de conteúdo, proposta pelo teórico Laurence Bardin, não foi aproveitada porque os trabalhos sobre os editoriais não se basearam na seleção de palavras específicas para se verificar a tendência dos jornais. Embora seja uma metodologia apropriada para o estudo comunicacional e possivelmente eficiente nas diversas aplicações para demonstrar empiricamente as hipóteses da área, a análise de conteúdo não ofereceria a maleabilidade necessária para se questionar o comportamento dos jornais, inclusive em suas contradições no período de abrangência proposto. Foi verificado sob o aspecto semântico, se caberia destacar o significado e a possível transformação, ao longo dos anos,

da palavra moderno/modernidade, para os jornais. Contudo, não seria suficiente para dar as respostas para as perguntas deste estudo.

A análise interpretativa dos editoriais, a partir da metodologia bibliográfica, está baseada nos elementos históricos levantados sobre o governo Fernando Henrique Cardoso e, como tal, compõem uma parte crítica e outra na verificação dos assuntos destacados nos editoriais. A orientação interpretativa recebe a influência do método marxista, que privilegia dados dialéticos e históricos. Da mesma maneira, a identificação do papel dos jornais, sob a análise ideológica, está esclarecida pela opção teórica a partir dos autores marxistas propostos para os argumentos e conclusões deste estudo.

A análise histórica do governo Fernando Henrique Cardoso sobre os assuntos destacados nesse estudo, busca atender a uma demanda sobre o significado da aplicação do projeto político e ideológico deste período e como foram travadas as principais lutas de idéias, baseadas nas opiniões dos jornais impressos, fonte importante para entendermos o desenvolvimento da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1

O caráter da política brasileira no período 1995 – 2002

1.1 A vitória eleitoral de 1994

A eleição de 1994 para Presidência da República, Governos Estaduais, Câmara Federal e Senado ocorreram diante de um rearranjo político importante que envolveu o fim do mandato presidencial com o impeachment de Fernando Collor de Mello (1992) e a cassação de deputados federais envolvidos em um escândalo do orçamento, os chamados “Anões do Orçamento” (1993). Estes acontecimentos fragilizaram os poderes executivo e legislativo e foi uma prova para a consolidação da democracia no Brasil.

O candidato Fernando Henrique Cardoso foi ministro das Relações Exteriores e ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, sucessor de Collor. Neste período foi formulado e aplicado um novo plano econômico (Plano Real), capaz de conter a alta inflação e reorganizar a economia.

O PT era o favorito para a vitória eleitoral, pois contava com um partido forte, organizado nos principais centros e de expansão em todo território nacional e Lula contava com prestígio político da campanha de 1989 quando foi para o segundo turno em uma disputa acirrada contra Collor.

Fernando Henrique Cardoso começou a se viabilizar como candidatos potenciais com os novos índices de inflação em 2004 que caíram de 30,70% em julho para 1,95% em agosto (IPC-FIPE) e com a costura da aliança política que foi a base de sua sustentação. O PSDB, partido de Cardoso, tinha influência nacional, porém insuficiente para uma vitória sozinho. Os tucanos consolidaram uma aliança política com os conservadores liberais do PFL e trabalhistas do PTB. A guinada do PSDB para a direita (até então situados no campo da centro-esquerda) foi uma das principais mudanças no quadro político daquela eleição.

Portanto, pode-se considerar que os dois fatores mais importantes que levaram à vitória de Fernando Henrique Cardoso na eleição de 1994 foram a aliança política conservadora e o desempenho positivo do plano econômico.

A aliança política representou a recomposição das elites brasileiras, após o fracassado projeto de Collor, na unidade entre o capital financeiro, industrial e do agronegócio. Havia também um especial interesse dos capitais estrangeiros nas áreas financeira, industrial e de serviços. A unidade PSDB/PFL foi fundamental para vencer novamente a candidatura das esquerdas. A construção desta unidade teve início em São Paulo, com a sustentação ideológica dos liberais no principal centro financeiro do país. Para representar esta nova aliança nada melhor que um intelectual de passagem pela esquerda, mas comprometido com este núcleo de pensamento. O passo seguinte foi articular o apoio das elites tradicionais regionais, sobretudo nordestinas, concentradas principalmente no PFL.

A reunificação das elites foi construída a partir de São Paulo e o PSDB se fortaleceu como o principal partido do campo conservador, com discurso articulado com os acontecimentos no mundo, sobretudo os efeitos da globalização e comprometido com a aplicação do chamado “Consenso de Washington”.

A eleição de 1994 representou o debate sobre qual o caminho da política econômica que o país deveria tomar. O primeiro projeto de desenvolvimento nacional estava ligado à necessidade de dar continuidade à política econômica anterior (governo Collor) com o desafio da contenção da inflação, a abertura do mercado nacional para forçar uma maior competitividade entre a indústria estrangeira e nacional, a adequação do mercado financeiro às regras do mercado internacional, potencializar nossa vocação de exportação de produtos primários através de incentivos agrícolas, reformas constitucionais para adequar as leis de participação de capitais financeiros, trabalhistas, previdência, entre outros e a diminuição do papel do Estado na economia através das privatizações de estatais.

O segundo projeto de desenvolvimento nacional estava ligado à idéia de mudanças nos rumos da economia com o chamado projeto de desenvolvimento popular, baseado na reorganização do mercado interno, com o fortalecimento da indústria nacional a partir de linhas de créditos estatais, uma política de resgate da renda das camadas populares capazes de incrementar o consumo interno, a manutenção de empresas estatais como instrumento de fomento e desenvolvimento econômico, rearticulação das regras de pagamentos da dívida pública e controle sobre os capitais financeiros, sobretudo os de curto prazo.

Essa disputa de idéias sobre os caminhos de desenvolvimento nacional remonta um debate que já foi enfrentado desde o início da formação da nação brasileira. A partir do período colonial travou-se o debate sobre a possibilidade do Brasil se constituir enquanto produtor de bens manufaturados e a capacidade de atender as demandas internas em contrapartida com a imensa capacidade agrícola e de exportação de produtos primários. Este debate esteve presente em diversos momentos, mas tomou grandes proporções a partir do fim da escravidão e a constituição da República. Nos anos 1930, venceram a proposta desenvolvimentista com a Era Vargas. Destaque para os embates entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsem, o primeiro a favor do alinhamento brasileiro à vocação exportadora primária com a afirmação do nosso atraso industrial e o segundo acreditando em um projeto próprio e independente de outros países. A disputa ocorreu por todo o século XX, no qual o Brasil deu um salto industrial construindo seu próprio parque industrial. Não foi diferente na disputa presidencial de 1994, com duas propostas distintas sobre como enfrentar nossas dificuldades e buscar um desenvolvimento sustentável.

O Plano Real conseguiu em seu primeiro momento rebaixar a inflação a índices que o brasileiro já não tinha mais familiaridade e causou em seu primeiro período uma extraordinária capacidade de recompor o consumo das camadas populares e, com o câmbio fixo, causou à classe média a sensação de poder de compra maior.

Os resultados da estabilização econômica provocaram simpatia de setores econômicos, como as empresas de comunicação à figura de Fernando Henrique Cardoso, possivelmente como elemento impulsionador para sua campanha e para a vitória no

primeiro turno. A maioria dos principais veículos de comunicação oferecia grande espaço para os resultados do plano econômico e buscava, como parte das elites brasileiras, uma candidatura anti-Lula. Em 1994, havia cerca de 2.820 emissoras de rádio; 226 emissoras de televisão; e cerca de 2.000 jornais e revistas, dos quais, 5,5 milhões de tiragens diárias (Rocha; 1994: 12). A maior parte destes veículos pertencentes a empresários comprometidos com o projeto conservador ou contrários à candidatura de Lula.

Para o cientista político e jornalista André Singer, autor do livro *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro* (2000), não foi o real que elegeu Fernando Henrique, e sim a confluência do apoio ao plano econômico somados à parcela da sociedade que rejeitava a esquerda como opção eleitoral. Para Singer, a vitória de Fernando Henrique Cardoso se dá em duas etapas de campanha. A primeira vai até julho de 1994 em que o candidato agrupa apoio do centro e da direita e a segunda que vai de julho a outubro quando conquista apoio popular com os resultados do plano econômico. (Singer; 2000:92)

O resultado de 1994 foi a vitória de Fernando Henrique Cardoso com 54,3% dos votos válidos, contra 27% de Lula; 7,4% de Enéas Carneiro; 4,4% de Orestes Quéricia; 3,2% de Leonel Brizola, 2,7% de Esperidião Amim; 0,6% de Carlos Gomes e 0,4% de Almirante Fortuna. (Fonte: TSE).

Segundo Singer, houve um fortalecimento dos partidos de centro que elegeram 205 deputados, os partidos de direita fizeram 193 deputados e a esquerda 115 deputados. Portanto, a aliança que elegeu Fernando Henrique Cardoso conquistou a maioria da Câmara dos Deputados.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso representou uma nova etapa na política brasileira com mudanças significativas nas áreas econômica, política e social. A experiência de um governo social-democrata em junção com o liberalismo em sua fase mais avançada, o neoliberalismo, exigiu a elaboração de novas idéias no campo ideológico. Este período histórico foi rico no debate político, no acirramento da luta de idéias e na ação entre a esquerda e a direita. Mobilizou setores da sociedade através dos movimentos

populares, da intelectualidade, em debates na Academia e fora dela, enfim, reforçou a construção de uma sociedade aberta e democrática.

1.2 O desenvolvimento da política nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso

Para analisar este período serão selecionados três assuntos relevantes que darão a base de sustentação para a investigação do significado do governo Fernando Henrique Cardoso. O primeiro assunto diz respeito à aliança política realizada para a vitória nas duas eleições, a implicação da guinada do PSDB do campo de centro esquerda para a centro direita, a construção da base de sustentação do governo nos oito anos de governo e suas implicações.

O segundo assunto é o projeto de reforma política com a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma mudança constitucional que alterou significativamente a política brasileira e proporcionou uma capacidade maior para os governantes estenderem seus mandatos. Existiu uma manobra política eleitoral para garantir uma vitória do campo conservador? Quais as divisões internas implicadas nesta disputa? Quais as implicações para a construção da democracia brasileira com esta emenda constitucional?

O terceiro assunto retrata a relação política do governo com os movimentos sociais, suas reivindicações e suas conquistas. Este assunto está diretamente relacionado com os movimentos de oposição ao governo.

1.2.1 A guinada para a direita e a sustentação conservadora

O PSDB foi fundado em 1988 como consequência da insatisfação da condução política do então unificado PMDB. Formou-se um partido de ideologia social-democrata com a preocupação da modernização do Estado brasileiro, a defesa dos direitos dos trabalhadores e do desenvolvimento econômico e social. A legenda começou com a disputa eleitoral para as prefeituras e câmaras municipais ainda em 1988. Teve atuação destacada

na Constituição concluída no mesmo ano de 1988, com importante contribuição para uma carta constitucional mais democrática e a preservação de direitos básicos como a manutenção da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, o direito à reforma agrária, entre outros assuntos. Os tucanos, como ficaram conhecidos, disputaram a presidência em 1989, ficando em 4º lugar com Mário Covas com 11,5% dos votos válidos.

O partido iniciou suas mudanças no campo de centro esquerda já no período Collor, quando se dividiu entre apoiar o governo ou ser oposição. O PSDB passou a acreditar nos fundamentos econômicos que estavam sendo implementados como as privatizações de estatais e a abertura do mercado interno como efeitos da globalização. A opção do PSDB foi pela oposição compondo uma ampla frente que defendeu o impeachment de Collor.

O PSDB apresentou-se como a alternativa ao enfrentamento contra a esquerda e comungou com idéias liberais no seu estágio mais avançado, o neoliberalismo, em que a tese principal é a defesa de uma reestruturação das funções do Estado com menor participação na economia deixando sua regulação para os mercados, estes como instrumento fundamental das relações sociais. Embora os tucanos não compartilhassem completamente desta tese e ainda que houvesse contradições entre seus quadros militantes, a base política e ideológica de Fernando Henrique Cardoso passou a ser constituída pela necessidade de uma ampla reforma do Estado brasileiro. O candidato Fernando Henrique Cardoso se comprometeu com os interesses dos principais segmentos do capitalismo internacional e nacional, em especial, os capitais financeiros.

Como foi dito sobre as eleições de 1994, o PSDB buscou uma aliança conservadora para vencer as eleições, polarizando o campo da direita, do centro e parte da centro esquerda. A vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno consolidou uma base de sustentação política importante conseguindo maioria na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e dos Governos Estaduais. A base aliada passou a contar, além do PSDB, com partidos da direita, PFL, PPR (que viria a ser PPB e depois PP), PTB e PL, e a importante definição do PMDB que passou a fazer parte do governo. Na oposição se

localizaram o PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB e Prona. Outros partidos, como o PPB, ficaram na independência política, mas na prática apoiando o governo nas votações do Congresso.

Essa maioria possibilitou que o governo federal aprovasse todas as principais propostas de reformas na Constituição, conseguiu acelerar o programa de desestatização e deu continuidade ao projeto político com a emenda da reeleição. Os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso conquistaram a maior base de sustentação da história democrática brasileira. Para termos uma visão mais esclarecedora sobre esta maioria, segue a partir do quadro abaixo a composição do Congresso Nacional (deputados e senadores) em 1995:

Partido	nº dep. federais	% dep. federais	nº senadores	% senadores
PMDB	107	21	22	27
PFL	89	17	18	22
PSDB	62	12	11	14
PPR + PP*	89	17	11	14
PT	49	10	5	6
PDT	34	7	6	8
PTB	31	6	5	6
PSB	14	3	1	1
PL	13	3	1	1
PCdoB	10	2		
PMN	4	1		
PSC	3	0,5		
PSD	3	0,5		
PPS	2	0	1	1
PRP	1	0		
PV	1	0		
PRN	1	0		

Fonte : TSE (citado por Rodrigues; 1995:81 e 82)

*Após a eleição houve a fusão entre o PPR (52 deputados e 6 senadores) e PP (37 deputados e 5 senadores) formando o PPB.

Portanto, a base parlamentar era ampla, conquistando cerca de 77% dos deputados federais e 84% dos senadores pertencentes aos partidos que apoiaram o governo no Congresso Nacional.

Segundo estudo levantado pelos cientistas políticos Fernando Limongi e Argelina C. Figueiredo, os deputados seguiram a orientação de seus líderes com uma média de 90% das votações em matérias ordinárias e 89% das matérias constitucionais na Câmara dos Deputados. No Congresso Nacional (Câmara e Senado), neste mesmo período, a média de fidelidade obteve 90% dos votos de medidas provisórias e 92% de matérias orçamentárias. (Figueiredo & Limongi; 1999:110). O governo deixou de votar assuntos importantes, mas não foi derrotado em plenário em nenhuma votação fundamental.

O principal ponto de conquista do governo junto à população no primeiro mandato foi a chamada estabilidade financeira com a inflação controlada. O principal ponto negativo foi o aumento do desemprego, decorrência do resultado da política macroeconômica com altos juros, abertura do mercado interno ausência de um projeto de fomento industrial.

A disputa da eleição de 1998 foi baseada na campanha da estabilidade financeira versus as conseqüências da política econômica como as crises financeiras internacionais e o conseqüente aumento do desemprego. A campanha da reeleição de Fernando Henrique Cardoso tinha como principal tema a necessidade da continuidade para conquistar melhores condições de vida para a população, reconhecendo o alto desemprego, mas buscando apresentar a mensagem de quem conquistou a estabilidade inflacionária seria capaz de combater o desemprego.

A aliança política da campanha de Fernando Henrique Cardoso havia ampliado com a incorporação de partidos como o PL e PPB, a independência do PMDB (numa tumultuada

convenção que impediu a candidatura de Itamar Franco) e a manutenção do núcleo PSDB/PFL e PTB.

Os partidos PT, PDT, PSB e PCdoB estabeleceram uma unidade em torno de Lula que foi lançado candidato pela terceira vez, mas diferente de 1994, com chances reduzidas para vitória eleitoral. A novidade foi a candidatura de Ciro Gomes, pelo PPS e outros nomes menores que não a votação suficiente para o segundo turno.

O presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi reeleito em primeiro turno com 53,06% de votos válidos. O segundo colocado foi Lula (PT) com 31,71% dos votos válidos, seguido de Ciro Gomes (PPS) com 10,97%; Enéas Carneiro (Prona) com 2,14%; Ivan Frota (PMN) com 0,37%; Alfredo Sirkis (PV) com 0,31%; José Maria (PSTU) com 0,30%; João de Deus (PTdoB) com 0,29%; Eymael (PSDC) com 0,25%, Thereza Ruiz (PTN) com 0,25%; Sérgio Bueno (PSC) com 0,18%; e Vasco Azevedo Neto (PSN) com 0,16% dos votos.

Os partidos aliados também obtiveram vitória legislativa, a nova composição das bancadas que saíram das urnas em 1998, foi amplamente favorável ao governo que permaneceu com ampla maioria parlamentar. Neste quadro, a eleição dos senadores representa 1/3 da composição geral:

Partido	Nº Dep. Federais	% Dep. Federais	Nº Senadores	% Senadores
PFL	105	20	5	19
PSDB	99	19	4	15
PMDB	83	16	12	45
PPB	60	12	2	7
PT	58	11	3	11
PTB	31	6	0	
PDT	25	5	0	
PSB	19	4	1	3
PL	12	2	0	

PCdoB	07	1	0	
PPS	03	0,5	0	
PSD	03	0,5	0	
PMN	02	0,5	0	
PSC	02	0,5	0	
PV	01	0	0	
Prona	01	0	0	
PST	01	0	0	
PSL	01	0	0	

Fonte: TSE

O filósofo José Arthur Giannotti, em artigo publicado na Revista *Novos Estudos* do Cebrap, logo após a vitória de Fernando Henrique Cardoso apresentou uma análise plausível sobre o resultado eleitoral:

“A campanha para a reeleição, contudo, foi inteiramente estruturada para que nada de novo interviesse no processo, de tal modo que pudesse ser a mais semelhante àquela que resultou na eleição de 1995. Esta estratégia estava na lógica da reeleição. O presidente, muito competente, soube afastar todos os novos candidatos, com exceção de Ciro Gomes, para que seu confronto se resumisse a uma contradança *déjà vu* entre ele e Lula. Essa estratégia só pôde dar certo porque o PT, nervo da oposição, não logrou apresentar um programa alternativo viável às políticas do governo.” (Giannotti; 1998:07)

A vitória do governo conservador com sólida base parlamentar garantiu a manutenção de uma política denominada neoliberal, com a continuidade do programa de desestatização, juros altos para conter a inflação, composição para uma área de livre comércio em todo continente americano, entre outros projetos. Contudo, o segundo mandato teve maior dificuldade em avançar seus projetos, com divisão conservadora na base aliada e fortalecimento da oposição com os movimentos sociais e deslocamento de parte dos partidos e parlamentares de centro.

O que se identifica na composição do governo Fernando Henrique Cardoso é uma aliança forte politicamente, com uma base parlamentar sustentável e partidos que tiveram alto grau de fidelidade nas votações fundamentais.

A justificativa da aliança conservadora que deu sustentação ao mandato de Fernando Henrique Cardoso durante os oito anos de mandato foi explicada da seguinte maneira pelo próprio presidente:

“Não é possível fazer andar um projeto para a sociedade brasileira sem aliança. E na construção dessas alianças as siglas contam muito pouco. O conservadorismo brasileiro não é político – é de costumes, é social, é de cabeça. É o atraso. Há um atraso que perpassa todos, à direita e à esquerda. Todos os partidos têm elementos de atraso. No futuro não sei se colocará a exigência de uma política de maior enfrentamento. Talvez sim, porque a convergência de forças aparentemente tão díspares, como a que existe hoje, talvez seja momentânea. Mas acho que, na etapa histórica que vivemos, é importante manter essa aliança, para provocar as transformações que creio estarmos provocando – econômicas, sociais, institucionais e até de mentalidade.” (Toledo; 1998:37)

Com isso, Fernando Henrique Cardoso busca demonstrar que a aliança não tinha esta característica conservadora e a composição com partidos de direita não podem ser levados como uma análise rigorosa pela realidade da política brasileira, que segundo o presidente, é heterogênea e a palavra conservadorismo pode ser encontrada nos diversos partidos da direita à esquerda.

Podemos identificar como conclusão da análise de alianças e sustentação governista que no primeiro mandato de governo, Fernando Henrique Cardoso teve condições políticas mais favoráveis para implementar o seu projeto. No segundo mandato, as contradições de projetos de poder dos diversos partidos e o desgaste do governo com a continuidade da política econômica dificultaram a votação de propostas fundamentais para o programa governista, sobretudo no aprofundamento das reformas constitucionais.

Seu governo não conseguiu avançar nos projetos de reforma tributária; reforma previdenciária e reforma trabalhista com alterações importantes, mas parciais. Na reforma política e eleitoral a principal alteração foi a reeleição de mandatos majoritários.

A reforma do Estado pretendida pela coalizão liderada pelo PSDB visava beneficiar os setores patronais, a política econômica mantida sob a orientação dos organismos internacionais e a política externa aliada aos países dominantes, sobretudo os EUA.

1.2.2 O projeto de reforma política e a reeleição

O projeto de reforma política que perdurou nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso e foi votado parcialmente tinha como preocupação principal a representatividade sob a alegação da “crise dos partidos”. Segundo os conservadores, o período de abertura democrática e as regras da constituição dos partidos levaram o país a conviver com muitas agremiações pequenas e sem consistência ideológica, levando a uma lógica de “compra de legendas”.

Os elementos apresentados pelo governo Fernando Henrique Cardoso e pelos partidos conservadores seguem a lógica do modelo neoliberal que tem como uma das preocupações principais o controle do sistema partidário, com menor risco possível para o modelo econômico a fim de prevalecer a estabilidade financeira. A pauta governista para a reforma política foi a redução de partidos a partir da instauração da cláusula de desempenho eleitoral; adoção do voto distrital ou distrital misto; proibição de coligações proporcionais; fidelidade partidária e voto facultativo.

Destas propostas a única que foi votada e passará a vigorar a partir das eleições de 2006 foi a cláusula de desempenho eleitoral que constitui a necessidade dos partidos atingir no mínimo de 5% dos votos nacionais distribuídos em 1/3 dos Estados da Federação com desempenho de, no mínimo, 2% em cada um destes. Outra mudança significativa foi instaurada por meio de interpretação do Supremo Tribunal Federal para as eleições de 2002

que estabelece a verticalização das coligações, ou seja, as alianças formais nacionais devem seguir em todos os Estados.

Para o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, a reforma política deve atender a uma necessidade da governabilidade, como registra em seu artigo *Eleições, Fragmentação Partidária e Governabilidade*:

“A fragmentação do sistema partidário é um dos pontos que tem atraído a atenção dos pesquisadores, políticos e analistas da política brasileira. Em princípio, o multipartidarismo extremado afeta negativamente a eficiência de qualquer governo na medida em que reduz as possibilidades de formação de maiorias parlamentares estáveis e relativamente coesas, capazes de oferecer sustentação para a atuação do Executivo federal. A situação político-partidária brasileira que seguiu o fim dos regimes militares foi marcado pela existência de presidentes minoritários diante de um Congresso partidariamente fragmentado com fronteiras mal delineadas entre os partidos (ou parlamentares) que apóiam o governo os que lhe fazem oposição. O resultado tem sido uma situação em que o Executivo, amplamente dependente de maiorias *ad hoc*, é levado a negociar pontualmente com grupos de partidos ou de parlamentares cujo papel de situação ou oposição é muito instável e não muito claro. Trata-se de um contexto multipartidário muito diferente daquele que resulta geralmente do bipartidarismo representado paradigmaticamente pelo Reino Unido e pelas democracias de colonização inglesa. Nesses, tipicamente, a definição dos papéis é mais precisa: a maioria governa mediante um gabinete unipartidário, a maioria faz oposição e não pensa em integrar o gabinete. O governo não precisa se preocupar a cada momento em negociar a aprovação de suas propostas.” (Rodrigues; 1995:79)

A tese de Rodrigues é a de que a menor participação partidária, se possível, institui o bipartidarismo, ou seja, um partido do governo e outro de oposição. Nestas condições, o governo teria maior estabilidade para governar e não dependeria de composições multipartidárias ou de frentes de partidos para compor uma maioria. Entre os exemplos citados é a necessidade dos governos (no caso do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994) em montar um ministério que considere as indicações políticas e não técnicas ou de maior eficiência.

O contraponto à tese de Rodrigues é o estudo realizado por Fernando Limongi e Argelina C. Figueiredo *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional* em que abordam a convivência dos partidos e o governo:

“A literatura especializada tem insistido em apontar a fragilidade da estrutura partidária brasileira e, de forma mais ou menos direta, em identificar nessa fragilidade as raízes dos problemas políticos enfrentados pelo país. Partidos não passam de agrupamentos frouxos, onde os deputados se reúnem em função de seus interesses de ocasião. De acordo com a explicação dominante, a crescente fragmentação partidária, também decorrente dos interesses individuais dos deputados, impossibilitaria esperar qualquer comportamento previsível e estruturado dos parlamentares. Além disso, a filiação partidária dos deputados nada nos diria sobre o comportamento. A fragmentação partidária nominal esconderia uma fragmentação real que seria ainda maior.

Tais julgamentos são infundados. A fragilidade dos partidos não se manifesta onde mais se espera, isto é, no plenário da Câmara dos Deputados, onde os deputados exercem seu direito individual de voto. Os partidos políticos na Câmara não são peças de ficção. A filiação partidária nos diz muito a respeito do voto provável do parlamentar. As votações costumam dividir o plenário de acordo com padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda. Além disso, há uma centro-direita e uma centro-esquerda. Dito de outra maneira: o que temos é uma alta fragmentação nominal a esconder uma baixa fragmentação real”. (Figueiredo & Limongi; 2000:93)

Para Limongi e Figueiredo, a tese de que muitos partidos geram instabilidade governamental é falsa, pois quem determina as vitórias políticas das votações na Câmara dos Deputados são os maiores partidos e estes são ideologicamente definidos em suas votações, ou seja, os deputados pertencentes aos partidos têm alto índice de fidelidade e são coerentes às correntes que participam, de acordo com estudos do comportamento das votações em plenário. Os dados apresentados também demonstram que não são os pequenos partidos que obstruem ou dificultam os resultados das votações, o que determina o resultado das votações é os grandes partidos.

As mudanças quanto ao funcionamento partidário dificultou a existência de partidos com ideologia definida, como o PDT, PPS, PCdoB, PV e PSTU, que dificilmente atingirão

as metas estabelecidas para ter direito ao funcionamento legal. Estes partidos são reconhecidos como orgânicos, com programas políticos definidos, alto grau de fidelidade partidária e com razoável representatividade social.

A democracia brasileira, ainda jovem, está em fase de rearranjos em seu funcionamento e passa por disputas que podem avançar o nosso sistema de representação, mas os indícios ainda são de retrocesso.

A principal marca das votações de reforma política e eleitoral foi o direito à reeleição para cargos majoritários. A alegação dos partidos da base e do governo foi o direito do governante ser testado democraticamente se sua gestão foi aprovada através de um segundo mandato, dando continuidade ao seu programa.

A reeleição foi adotada na maioria dos países que detinham a mesma linha neoliberal, como na Argentina governada por Carlos Menem e no Peru governado por Alberto Fujimori que chegou a se reeleger por duas vezes. No Brasil, a reeleição foi considerada um golpe político pela oposição por seguir um processo apressado, sem debates na sociedade e passando a vigorar para benefício do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. A votação da reeleição foi muito contestada pelo movimento do Palácio do Planalto na chamada “compra de votos” da reeleição. A emenda da reeleição foi votada no dia 28 de janeiro de 1997 em primeiro turno e promulgada em 04 de junho de 1997.

O projeto de reeleição também teve forte resistência interna, tanto na frente que compunha a aliança política governista quanto no próprio PSDB. O principal opositor entre os aliados era o governador de São Paulo Mário Covas que argumentou sua posição com a convicção política de considerar o projeto como antidemocrático, pois não se podia mexer nas regras com o jogo em andamento, mas principalmente pelo projeto político próprio que almejava como forte nome para a sucessão de Fernando Henrique Cardoso.

A conta que as elites fizeram ao aprovar a reeleição foi totalmente política ignorando qualquer critério que soasse como oportunista ou antidemocrático. O único

candidato que reunia condições de vencer as eleições com segurança era o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso que detinha ampla popularidade e seu governo era bem avaliado. Porém, o principal elemento para o projeto da reeleição era que somente o presidente teria condições de manter o núcleo conservador unificado e ampliar para outros partidos de centro, mesmo que tivesse perdido o apoio de parte da centro esquerda. Além disso, contava a seu favor, toda a máquina estatal que ocupava naquele período.

Pesou sobre o processo de votação a denúncia, com provas demonstradas, da compra de votos para a reeleição. Em maio de 1997, reportagem do jornal *Folha de São Paulo* denunciou a compra de votos através de conversa gravada entre dois deputados federais. Na conversa, foi relatado a compra dos votos por R\$ 200 mil cada que seriam repassados pelo ministro das Comunicações Sérgio Motta através dos governadores do Acre e do Amazonas. O governo, com sólida maioria parlamentar, impediu que a oposição implementasse qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar o assunto. Como havia denúncias muito evidentes, foram investigados os parlamentares pegos em grampo telefônico e instaurados processos internos. Os parlamentares Ronivon Santiago (PP/AC) e João Maia (PP/AC) renunciaram aos seus mandatos para não serem levados à Comissão de Ética e possivelmente cassados.

A reeleição mudou o quadro político das eleições, todos os representantes de cargos majoritários puderam disputar um segundo mandato. A utilização da máquina pública, a evidência maior nos meios de comunicação, o estancamento da renovação de quadros na política brasileira e o reforço para a manutenção de grupos políticos no poder, são alguns dos efeitos colaterais da possibilidade da extensão de mandatos com candidaturas de prefeitos, governadores e do próprio presidente da República.

1.2.3 Os movimentos sociais, as reivindicações populares e a oposição

As relações da presidência com os movimentos sociais foram conturbadas e com muitos confrontos. O governo manteve uma distância de diálogo, e buscando esvaziar os movimentos através da repressão policial e judicial, a cooptação de militantes através de

benefícios governamentais e pessoais e combater as reivindicações com discurso político do menosprezo, da ridicularização e o aproveitamento da radicalização de alguns grupos para se apresentar como vítima das ações e protestos. Destacaremos dois assuntos para análise da relação do governo com os movimentos sociais e grupos de oposição.

O primeiro assunto são os protestos em defesa das melhores condições de vida e pela reforma agrária, nas ações promovidas pelo Fórum Nacional de Lutas que reuniu entidades como MST, CUT e UNE, entre outras. Este fórum realizou as maiores manifestações populares desde o impeachment, como as marchas pela reforma agrária e a marcha dos cem mil.

O segundo assunto são as edições do Fórum Social Mundial – FSM, evento internacional com edições realizadas em Porto Alegre iniciado como contraponto ao Fórum Econômico de Davos, na Suíça. O FSM teve ampla participação de entidades, partidos e movimentos do mundo todo com grande repercussão na mídia brasileira e internacional.

Houve uma crescente mobilização em torno de demandas sociais históricas, como a necessidade da realização de uma reforma agrária, reivindicação que conta com simpatia e apoio de ampla maioria da sociedade, o resgate de dívidas públicas como as melhores condições de serviços públicos universais como educação e saúde e, numa condição especial, o direito ao trabalho que foi a principal preocupação do povo brasileiro durante os oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso. Os movimentos sociais se organizaram no chamado Fórum Nacional de Lutas – FNL, no qual participaram diversas entidades sindicais, movimento estudantil, movimento de sem terras, associações de moradores, organizações não governamentais e uma variedade de entidades e movimentos com suas reivindicações. Todas tinham como crítica ao governo a chamada agenda neoliberal com projetos que favoreciam o sistema financeiro e parte das elites brasileiras e internacionais.

Entre as diversas greves no setor público e privado, as passeatas e mobilizações, atos públicos e abaixo-assinados, textos e artigos coletivos, o início dos grandes

movimentos se deu em Brasília em abril de 1997 para cobrar do governo justiça contra o “massacre de Carajás” que contou com mais de 30 mil manifestantes.

O “massacre dos Carajás” aconteceu em 17 de abril de 1996 quando integrantes do MST obstruíram a rodovia PA – 150, na altura da cidade de Eldorado dos Carajás (PA), 750 km a sudoeste de Belém. Em uma operação militar, 19 sem terras foram mortos. Este acontecimento deve responsabilidade direta do governo estadual dirigido pelo PSDB que responsabilizou o comando da PM na operação pelos assassinatos. O “massacre dos Carajás” teve repercussão nacional e internacional e acirrou o conflito entre o MST e o governo federal.

Em maio de 1997 o jornal *Folha de São Paulo* publicou matéria que aliados de Fernando Henrique Cardoso teriam comprado votos para a emenda da reeleição por R\$ 200 mil cada um. A repercussão foi negativa para o governo, mas não houve grandes mobilizações imediatas dos movimentos sociais e dos partidos de oposição.

O desgaste do governo crescia, sobretudo com as dificuldades da economia, o aumento do desemprego e novas denúncias de corrupção ao processo de privatizações do setor de telecomunicações. Novamente os jornais publicaram reportagens indicando fitas clandestinas de conversas sobre suposto esquema de favorecimento ao processo de privatização do sistema Telebrás. Neste episódio, foram afastados do governo o ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, o presidente do BNDES André Lara Resende, Pio Borges vice-presidente do BNDES e responsável pela área de privatizações do banco e José Roberto Mendonça de Barros secretário executivo da Camex – Câmara de Comércio Exterior.

Todas essas denúncias não foram suficientes para Fernando Henrique Cardoso perder as eleições. Porém, a situação econômica e o agravamento da crise social acumularam mais desgaste ao governo.

Em 1999, o Fórum Nacional de Lutas organizou uma campanha pela instalação da CPI das privatizações e da compra de votos da reeleição. Foram recolhidos um milhão de assinaturas em todo Brasil pedindo a apuração dos acontecimentos no governo. O ato de entrega culminou, em agosto de 1999, com uma marcha de cem mil pessoas em Brasília. A manifestação foi considerada instrumento fundamental da oposição para se fortalecer para as eleições de 2002.

Desta vez, o papel da imprensa foi próxima aos interesses do governo, oferecendo menor repercussão do que a atividade representou e realçando as dificuldades que as entidades organizadoras, tinham como a falta de unidade em torno da palavra de ordem “Fora FHC”. Além disso, fixou-se uma falsa discussão sobre o tamanho da passeata, baseando-se na informação da polícia militar do Distrito Federal que calculou em torno de 70 mil manifestantes.

Outro movimento organizado que ganhou repercussão foram as realizações do Fórum Social Mundial – FSM com edições durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001 e 2002 em Porto Alegre – RS.

A primeira reação de Fernando Henrique Cardoso à reunião do Fórum foi criticar o governador gaúcho Olívio Dutra, considerando absurda a ajuda financeira para custear o evento. Para o presidente da República a manifestação anti-Davos não podia ser pago com recursos públicos porque a população não tinha nada a ver com aquelas manifestações. No entanto, durante sua participação em Davos, Fernando Henrique Cardoso flexibilizou sua crítica e incorporou a necessidade da preocupação social nas discussões da rodada econômica numa sinalização para Porto Alegre.

O Fórum Social Mundial aconteceu diante de uma ampla articulação de movimentos sociais no contexto mundial que convergiram à crítica ao modelo neoliberal ou a que chamavam de anti-globalização, como oposição aos tratados e regras internacionais sob a égide do Fundo Monetário Internacional – FMI, da Organização Mundial do Comércio – OMC e do Banco Mundial – Bird. Neste esteio, ocorreram grandes manifestações com

interação de vários países em encontros de chefes de Estado e rodadas comerciais em Seattle (EUA), Washington (EUA), Nice (França) Praga (República Tcheca).

A idéia do encontro em Porto Alegre expressou esta oposição à globalização imposta pelos países de economia forte sob o comando dos EUA. Transformou-se num fenômeno internacional, reconhecido e acompanhado pelo mundo inteiro. O encontro teve como atividades encontros políticos, sociais e culturais das mais diversas origens ampliando a forma de manifestação e protesto. Marcado também por uma diversidade de propostas o Fórum Social Mundial teve como reivindicação principal a luta pela paz e melhores condições de desenvolvimento para os países pobres, como a anistia da dívida externa, a taxação do chamado capital especulativo e novas regras comerciais.

O segundo encontro do Fórum Social Mundial já consolidado e reconhecido atraiu um público ainda maior (cerca de sessenta mil, quatro vezes maior que a primeira edição). O principal acontecimento foram os atentados de 11 de setembro que mudou a situação política internacional com a eminente guerra anunciada pelos EUA. Também ocorreram fatos importantes como a importante manifestação em Gênova contra a reunião do G-8 (os sete países mais desenvolvidos mais a Rússia) e a falência da Enron, importante empresa de energia que fragilizou a economia norte-americana.

A postura de Fernando Henrique Cardoso foi de respeitar o evento, mas não apoiar, pois os movimentos eram abertamente de oposição ao seu governo. Neste momento o Fórum Social Mundial já contava com ampla simpatia da população brasileira, dos meios de comunicação, embora não de forma uniforme e não sem as contradições e críticas envolvidas nos debates do encontro e das coberturas jornalísticas.

A segunda edição do Fórum Social Mundial consolidou um evento internacional de grande repercussão ultrapassando a especulação de uma quimera que não vingaria como instrumento de luta como sugeriu parte da imprensa brasileira.

1.3 A economia como instrumento impulsionador da política

O Real foi o plano econômico mais consistente e reestruturador desde o início da redemocratização do Brasil. Não significa, porém, que a acertiva significa adesão ou concordância por parte deste autor, mas o reconhecimento de um projeto, mesmo neoliberal, que alterou historicamente a economia brasileira. Também não significa que o plano econômico está acima das críticas, ao contrário, ao longo da elaboração deste material existem mais elementos críticos do que positivos aos resultados e as conseqüências da aplicação desta política econômica.

Pela extensão do assunto, esta abordagem também segue a seleção de assuntos considerados mais relevantes.

A luta incessante para a manutenção do plano econômico e o cerne do projeto é o combate à inflação e sua sustentação e a estabilidade financeira, esse estudo fará uma análise da estabilidade versus inflação.

As privatizações foram polêmicas nos oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso que realizou o mais importante programa de desestatização do Brasil. Este processo foi palco das maiores lutas políticas entre a oposição e o governo.

A dívida pública decuplicou no período Fernando Henrique Cardoso e foi o motivo de maior instabilidade do governo. Esse estudo levantará os elementos mais importantes para o desempenho negativo e suas conseqüências.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF foi considerada um dos maiores benefícios que o governo implementou, segundo sua base de sustentação. Este será o último assunto a ser explorado no texto, identificando quais os méritos e deficiências desta matéria.

1.3.1 Estabilidade versus Inflação

A estabilidade financeira é o principal elemento do programa econômico do Real, conquistando a baixa inflação que saiu do patamar de dois dígitos ao mês, nos governos que antecederam Fernando Henrique Cardoso (chegando a uma hiperinflação no governo Sarney, cinco anos antes), alcançando a meta de um dígito durante o seu período político e variando à casa dos dois dígitos nos momentos de crise financeira internacional, criando novos riscos de perda de controle inflacionário.

O domínio da inflação foi o principal trunfo político de Fernando Henrique Cardoso que conquistou o primeiro mandato pelos resultados imediatos que o plano econômico proporcionou e o segundo mandato pelo argumento do medo da mudança de rumo com uma possível vitória oposicionista.

Como se pode verificar no quadro demonstrativo abaixo, a variação da inflação entre 1990 e 2002 representa mudanças significativas com conquistas reais a partir da estabilidade inflacionária:

Variação anual de preços 1990-2002 (%)

Ano	IGP-M	IGP-DI	IPA-DI	IPC-BR	IPCA	IPC-FIPE	ICV
1990	1699,70	1476,71	1449,52	1657,70	1620,97	1639,08	1849,68
1991	458,37	480,23	471,67	493,79	472,72	458,61	500,39
1992	1174,47	1157,84	1154,18	1156,15	1119,09	1129,45	1127,52
1993	2567,46	2708,17	2639,27	2828,74	2477,15	2490,99	2579,31
1994	1246,62	1093,89	1029,36	1237,99	916,43	941,25	1130,48
1995	15,25	14,78	6,39	25,91	22,41	23,17	27,44
1996	9,20	9,34	8,09	11,34	9,57	10,04	9,94
1997	7,74	7,48	7,78	7,21	5,22	4,83	6,11
1998	1,78	1,70	1,51	1,66	1,65	- 1,79	0,47
1999	20,10	19,98	28,90	9,12	8,94	8,64	9,57
2000	9,95	9,81	12,06	6,21	5,97	4,38	7,21
2001	10,38	10,40	11,87	7,94	7,67	7,13	9,42
2002	25,31	26,41	35,41	12,18	12,53	9,90	12,93

Fonte: Filgueiras; 2003:234

A principal conquista da estabilidade foi a capacidade das camadas populares de ampliar seu poder de compra porque a inflação baixa diminuiu a corrosão da renda, sobretudo dos que vivem com um salário mínimo ou menos. É notório, pelos dados apresentados nos quatro primeiros anos de governo, que houve aumento de consumo em todos os níveis, de papel higiênico a bens de capital, mas a principal base de ampliação foi de produtos populares.

A partir das pesquisas desenvolvidas por Ricardo Paes de Barros, baseados nos dados do PNAD – Programa Nacional por Amostragem de Domicílio, o número de pessoas consideradas pobres caiu de 59,4 milhões em 1993 para 53 milhões em 1999. Neste mesmo estudo, o número de miseráveis caiu de 27,8 milhões para 22,6 milhões em 1999:

“Porque houve queda tão abrupta da pobreza nos anos recentes? A maior explicação está no que pode ser considerado a principal ação social do governo Fernando Henrique Cardoso, pelo menos em termos quantitativos: o Plano Real. Embora esse ponto já tenha sido suficientemente enfatizado nos últimos anos, não há como fugir do óbvio: o sucesso do programa de estabilização teve efeito muito forte sobre a renda dos mais pobres. O benefício social obtido imediatamente após o lançamento do plano impressiona: mais de 9 milhões de pessoas deixaram de ser pobres com a estabilização. Cerca de 80% das famílias pobres obtiveram aumento de renda no período posterior ao plano, contra 55% das famílias não pobres”. (Lahóz, *in* Figueiredo e Lamounier: 2002;76)

Com a estabilidade inflacionaria ocorreu um *boom* de consumo em todas as camadas sociais, mas com atenção para as parcelas populares. Os maiores crescimentos de vendas de produtos foram para alimentos, como leite e derivados e frango. Outros produtos como salsicha, café em pó e biscoito tiveram alta significativa, mas declinaram a partir de 1999. Além de alimentos, os produtos de higiene pessoal como papel higiênico, creme dental e sabonete também tiveram crescimentos consideráveis. São todos os produtos básicos que dimensionam o crescimento de consumo a partir das camadas populares.

Houve também crescimento de consumo de setores da economia como a venda de cimento (provavelmente para a construção de reforma de casas populares), consumo de

energia elétrica doméstica e viagens domésticas que também configuram um aumento relativo às camadas populares.

A questão apresentada como contraponto ao sucesso do real foram as medidas tomadas para a contenção da inflação e suas conseqüências. Ao mesmo tempo em que o plano econômico estabeleceu um novo patamar de consumo às camadas populares também gerou perdas para estas mesmas camadas, sobretudo pela ampliação dos índices de desemprego, reação direta da mesma política econômica.

A estabilidade inflacionaria foi conquistada a partir da “dolarização” da economia, ou seja, o governo sobrevalorizou o real criando a paridade com o dólar a partir de regras de prefixação do câmbio. Esta medida fez parte de uma estratégia desenvolvida com uma receita internacional (o chamado Consenso de Washington) apresentada à maioria dos países em desenvolvimento, em especial na América Latina, para combater as instabilidades econômicas. O receituário tinha como premissa a estabilidade de preços para criar condições para cálculos econômicos de longo prazo, estimulando o investimento privado; a abertura comercial, como disciplina competitiva aos produtores internos; as privatizações para tornarem mais ágeis o desenvolvimento dos mercados e da indústria, superando obstáculos como falta de tecnologias e infra-estrutura e; altas taxas de juros internos mais liberação cambial para conter créditos internos e valorizar títulos de dívida dos países no mercado para atrair capitais externos.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo em *Depois da Queda* faz uma análise desta decisão da economia política tomada pelo governo brasileiro:

“(…). O Plano Real, observado desse ângulo, teria sido uma tentativa de colocar a economia brasileira sob a disciplina imposta, primeiro, por um regime de conversibilidade restrita, financeira e comercial, para depois, provavelmente, avançar na trilha de uma conversibilidade plena. Não se tratava, portanto, apenas de obter estabilidade de preços, mediante a utilização clássicas da ‘âncora’ cambial. O objetivo parecia ser mais amplo: estávamos diante de um projeto de desenvolvimento liberal que supõe a convergência relativamente rápida das estruturas produtivas e da produtividade da economia brasileira na

direção dos padrões ‘competitivos’ e ‘modernos’ das economias avançadas”. (Belluzzo; 2002: 372)

Essas medidas fizeram com que a indústria brasileira tivesse que se adaptar às disputas com os produtos importados, mas a abertura do mercado interno de forma desmesurada fez com que muitas das empresas brasileiras fechassem as portas perdendo milhares de postos de trabalho. Outra consequência direta desta nova realidade foi a chamada desnacionalização das empresas brasileiras, com a venda para o capital estrangeiros tanto de parte do patrimônio privado, inclusive alterando a legislação sobre propriedade estrangeira no país, como dos setores públicos com as privatizações. Os principais setores afetados com a desnacionalização foram os bancos, serviços de infraestrutura e indústria de capital.

Decorrente destas medidas foi o aumento do desemprego, sobretudo nas regiões metropolitanas do país. De acordo com o IBGE, o governo Fernando Henrique Cardoso estabeleceu os maiores índices de desemprego da história do país crescendo de 4,6% em 2005 para 6,2% em 2001, alcançando picos de 7,6% em 1998 e 7,5% em 1999. Os índices da Fundação Seade/Dieese que utilizam outro mecanismo de aferição das taxas de desemprego nas regiões metropolitanas indicaram que o desemprego saltou de 13,2% em 1995 para 19% em 2002. O setor industrial foi o mais afetado pela crise de empregos, não só perdendo funcionários, mas postos de trabalho, ou seja, empresas deixaram de existir ou reduziram o número de seus funcionários, decorrência da maior abertura comercial. Segundo Ribamar Oliveira, em estudo sobre o emprego nos anos Fernando Henrique Cardoso, não foi apenas as razões estratégicas ligadas à necessidade de tornar empresas nacionais mais competitivas, mas antes disso, a abertura comercial resultou no controle maior de preços, na disputa entre os produtos nacionais e importados. Os maiores setores da indústria que perderam com a abertura comercial foram calçados, têxteis e autopeças.

A medida da abertura do país aos produtos estrangeiros desmontando determinadas reserva de mercado interno com a alegação da necessidade das empresas brasileiras se adaptarem à nova realidade competitiva e se organizarem para disputa com outros produtos

importados, fez com que o Brasil perdesse a capacidade de exportação, pelos seus preços e qualidade tecnológica desequilibrando a disputa nos mercados externos, num grave desarranjo da balança comercial. Este desequilíbrio evoca duas questões fundamentais para a análise do plano econômico. A primeira diz respeito ao endividamento do país causando situações de instabilidade permanente. O segundo diz respeito às taxas de crescimento que o país viveu ao longo da década de 1990, considerada como uma década perdida para o desenvolvimento econômico do país.

As taxas de crescimento no país foram consideradas medíocres por parte considerável de estudiosos, empresários, mídia e, principalmente, pela oposição ao governo. O Brasil cresceu de 1995 a 2002 uma média de 2,3% ao ano com picos de crescimento no primeiro ano de governo, em 1995, com 4,22% e em 2000 com 4,36%; médias baixas como 2,66% em 1996 e 3,27% em 1997 e; com crescimentos rebaixados na maior parte da gestão, resultante das crises econômicas como 0,13% em 1998, 0,79% em 1999, 1,42% em 2001 e 1,52% em 2002. (Fonte: Banco Central, *in* Filgueiras; 2003: 255)

As crises econômicas que o país atravessou foram nada menos que seis, decorrentes de grandes abalos internacionais na estrutura do capitalismo e sua fase mais aguda que é o domínio dos sistemas financeiros e especulativos nas economias da maioria dos países. A primeira crise foi a do México, em dezembro de 1994, onde causou um dos maiores danos às economias consideradas em desenvolvimento. O efeito da crise mexicana resultou na segundo abalo econômico causado no Brasil, em março de 1995, com a perda de mais de U\$ 10 bilhões. A terceira crise foi na Ásia em 1997. A quarta crise foi na Rússia em 1998. A quinta e sexta crises foram causadas no Brasil em 1999 e 2002.

O resultado destes ataques especulativos e do estremecimento das estruturas capitalistas gerou para o Brasil o aumento da dívida pública. O país teve que recorrer ao FMI três vezes em oito anos, realizando empréstimos de U\$ 41,5 bilhões em 1998; U\$ 15,6 bilhões em 2001; e U\$ 30 bilhões em 2002.

A relação entre estabilidade e inflação é bem maior que apenas os resultados ligados à manutenção dos preços e manter metas fiscais. O governo Fernando Henrique Cardoso, a partir dos acordos com o FMI, estabeleceu metas de inflação e superávites primários para honrar o pagamento das dívidas.

Em 1999, a meta de inflação foi de 8% e o IPCA apurado no ano foi de 8,94%, algo muito próximo também no ano de 2000 com a meta de 6% e o IPCA apurado em 5,97%. A partir da nova crise em 2001 a meta de 4% ficou distante, chegando a 7,67% pelo IPCA e a estabilidade inflacionaria ficou a beira do descontrole em 2002 com uma meta de 3,5% e a inflação registrada pelo IPCA de 12,53%, ultrapassando a casa dos dois dígitos.

O Brasil passou a utilizar o superávit primário como mecanismo de cumprir suas responsabilidades com o mercado financeiro e o FMI a partir de 1999. Os dados serão apresentados no item da dívida pública.

O governo Fernando Henrique Cardoso tomou decisões claras com consciência dos rumos e suas conseqüências, optou por uma concepção ideológica e privilegiou o resultado da manutenção do controle da inflação, mesmo as dificuldades para o crescimento econômico e a relação com os capitais estrangeiros, também os especulativos, responsáveis por parte respeitável das nossas instabilidades. A maior de todas, a dívida pública, será analisada a seguir, como parte constitutiva para conhecermos este período de governo.

1.3.2 Dívida Pública

A dívida pública contraída e contabilizada no governo Fernando Henrique Cardoso foi o maior fator de dificuldades fazendo com que a economia passasse a se organizar em torno das obrigações assumidas para o seu pagamento. Em destaque, o segundo mandato do governo tucano estabeleceu metas de inflação, a ampliação do superávit primário, a manutenção de altos juros para preservar o capital externo e a desvalorização do Real diante do dólar.

A dívida brasileira aumentou de R\$ 153 bilhões para R\$ 881 bilhões, um aumento de 30% para 56,5% da relação dívida/PIB. Qual o motivo da ampliação desmesurada da dívida pública durante o governo Fernando Henrique Cardoso?

Os principais elementos para o aumento da dívida pública brasileira se devem à reestruturação das dívidas estaduais e dos municípios; a política de controle inflacionário com altas taxas de juros; as crises financeiras internacionais que atingiram o país obrigando o governo a recorrer ao FMI; a desvalorização do Real e; a incapacidade do governo no controle de gastos públicos.

Em 1997, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou o programa de reestruturação das dívidas estaduais como forma de combate aos déficits públicos recorrentes e como imposição dos acordos de resgate financeiro junto ao FMI. Os principais pontos deste acordo foram a fixação do pagamento da dívida dos estados que passaram a dever para a União, em 13% da receita líquida real, descontados diretamente dos repasses federais; fixação de um teto para as dívidas; a adesão a um programa de ajuste com metas de superávits primários, folhas de pagamentos e dívida total; proibição de novas operações financeiras caso o estado ultrapasse índices estabelecidos na relação dívida/receita líquida; programas de privatizações e; criação de fundos de pensão para alguns estados. (Nassif, in Lamounier & Figueiredo; 2002: 49)

Aderiram a este programa 25 estados e o Distrito Federal e 180 principais municípios do país. Até setembro de 2001, a reestruturação atingiu R\$ 205 bilhões.

Este programa tem uma característica clara de reforma do Estado brasileiro com a menor participação do poder público na economia. O país, com suas dificuldades continentais e desigualdade de desenvolvimento regional abriu mão de instrumentos de fomento à economia como os bancos estaduais e empresas estatais chamadas estratégicas entre outros o setor de transporte, telecomunicações e energia, privatizados durante o período da reestruturação da dívida pública.

A necessidade de o governo praticar altos juros se deve ao compromisso com os investidores internacionais que mantêm no país capitais financeiros de curto prazo e alimentados pelas vantagens dos rendimentos que o governo brasileiro se dispõe a pagar, com isso, gera o efeito dos investimentos de capital externo que ajuda a equilibrar as contas brasileiras. A outra explicação é a inibição de expansão de crédito com o efeito do refreamento do consumo e conseqüentemente o não aumento de demandas e preços mantendo a inflação baixa.

Esta alternativa gera grande prejuízo aos cofres públicos porque uma vez mantido os juros altos, além de sufocar o crescimento econômico com a repressão ao consumo, provoca o efeito de aumento gradativo da dívida pública, uma vez que o governo oferece uma das melhores rentabilidades para o mercado financeiro do mundo.

Ao recorrer novamente ao entendimento de Belluzzo, podemos desdobrar melhor a compreensão sobre a alternativa econômica apresentada pelo governo brasileiro:

“É preciso ter presente a natureza do ‘novo’ financiamento externo que amparou o Plano Real. Os países da periferia, o Brasil inclusive, até então submetidos às condições de ajustamento impostas pela crise da dívida, foram literalmente capturados pelo processo de globalização, executando seus programas de estabilização de acordo com as normas dos mercados financeiros liberalizados. A regra básica das estabilizações com a abertura financeira é a criação de uma oferta de ativos atraentes que possam ser encampados pelo movimento geral da globalização. Nesse rol estão incluídos títulos da dívida pública, em geral curtos e de elevada liquidez; ações de empresas em processo de privatização; bônus e papéis comerciais de empresas e bancos de boa reputação; e posteriormente, ações depreciadas de empresas privadas, especialmente daquelas mais afetadas pela abertura econômica, valorização cambial e taxas de juros altos.

Diante da fragilidade intrínseca das moedas recém-estabilizadas, estes ativos precisam prometer elevados ganhos de capital e/ou embutir prêmios de risco em suas taxas de retorno. Cria-se, assim, uma situação na qual a rápida desinflação é acompanhada por uma queda muito mais lenta das taxas nominais de juros. As taxas reais não podem ser reduzidas abaixo de determinados limites estabelecidos pelos *spreads* exigidos pelos investidores

estrangeiros para adquirir e manter em carteira um ativo denominado em moeda fraca, artificialmente valorizada.” (Belluzo; 2002: 366)

As crises financeiras internacionais demonstraram a fragilidade da base de sustentação do desenvolvimento capitalista atual. Através de ataques especulativos que atingiram de forma estrutural o México em 1994, a Rússia em 1998 e o Brasil em 1999, fizeram com que os organismos econômicos internacionais levantassem grandes montas de recursos para sufocar a crise no mundo inteiro.

Os efeitos da crise para o Brasil foram o aumento imediato do endividamento público para honrar os acordos internacionais. O Brasil perdeu em 1998, na crise russa, cerca de U\$ 25 bilhões de suas reservas monetárias, sendo U\$ 20 bilhões somente no mês de setembro daquele ano e nos meses seguintes mais U\$ 15 bilhões. Ao todo, o país perdeu U\$ 50 bilhões com as duas primeiras crises econômicas.

O resultado foi a necessidade de o governo pedir emprestado aos organismos internacionais capitaneados pelo FMI com apoio do BIRD – Banco Mundial, BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros bancos U\$ 41,5 bilhões em 1998, U\$ 15,6 bilhões em 2001 e U\$ 30 bilhões em 2002, este último pedido nas vésperas das eleições presidenciais.

Outro elemento de aumento do endividamento público foi a desvalorização do Real em 1999 que causou instabilidade em toda estrutura econômica do país.

Houve um vício de origem com a implantação do plano econômico em 1994, neste período o governo realizou a “dolarização” da economia com a equiparação do dólar através da fixação do âncora cambial, sem, no entanto, realizar a conversibilidade da moeda como foi a opção em outros países como a Argentina. Esta medida visava o equilíbrio da inflação e a confiabilidade da moeda, para que a moeda brasileira se equiparasse à moeda norte-americana o país teve que aumentar as suas reservas de dólares alcançando em 1994 U\$ 40 bilhões e incentivando a captação de investimentos de curto prazo (mais dólares

presentes na economia brasileira) com a abertura econômica com a quebra de barreiras comerciais e alteração da legislação que regulamenta os investimentos internacionais.

Com U\$ 1 = R\$ 1 parte das empresas brasileiras buscou empréstimos com o capital externo baseado nos contratos em dólar, a partir da desvalorização da moeda brasileira os valores das dívidas privadas aumentaram substancialmente causando quebras das empresas e/ou impedimento do desenvolvimento econômico. No setor público, o perfil da dívida chegou a ser composta em 40% do seu total em dólar, ou seja, a variação dos valores da dívida pública estava vinculada ao desempenho da relação entre as moedas.

Não restou alternativa ao governo senão a de estabelecer o câmbio flutuante onde o mercado determina o valor da cotação do dólar de acordo com as demandas de compra e venda. O Real saltou da paridade com o dólar atingindo em pouco mais de dois meses uma desvalorização de 40% chegando a R\$ 2,06 no final de fevereiro de 2000. Até o final do mandato de Fernando Henrique Cardoso o dólar chegou a R\$ 3,80 em dezembro de 2002.

Para finalizar, a causa do aumento da dívida pública será analisada os argumentos do governo que responsabiliza a estrutura e ineficiência da administração pública como principal entrave para os crescentes déficits das contas públicas. No primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado, tendo como ministro o economista Luis Carlos Bresser Pereira. Segundo o governo, o Estado precisava ter uma nova visão de capacidade e agilidade administrativa, superando a burocracia, a desorganização e a incompetência.

As principais características de inoperância do Estado estão ligadas ao seu caráter rígido que compromete a criatividade e a capacidade de gestão; a atividade departamental fragmentada que impedem os servidores de visualizarem o impacto dos resultados; excesso de normas de documentação e controle e; a centralização de autorização torna as estruturas muito hierarquizadas. (Bressan in Lamounier & Figueiredo; 2002: 370)

A reforma administrativa promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso se propunha a diminuir os custos destinados ao funcionalismo público inativos, com o dispêndio de mais de R\$ 20 bilhões anuais; alterar a estrutura administrativa considerada complexa e ineficiente com baixa capacidade de planejamento e elaboração; modernização das relações trabalhistas com a flexibilização do Regime Jurídico Único; reestruturação do sistema de carreiras; correção na deficiência de comunicação entre os órgãos públicos e; alteração na política salarial com o fim da chamada pirâmide invertida, o desequilíbrio no sistema de remuneração que remunera melhor os maiores salários ao contrário dos salários menores. O resultado das votações foi o programa de informatização do governo federal com a aquisição de microcomputadores e o funcionamento em rede; o enxugamento do quadro de funcionários com a extinção de 28.451 cargos (de uma meta de 72 mil); o critério de curso superior para cargos no planejamento, gestão pública, orçamento e outros; aprovação de emendas alterando o regime de contratação de funcionários permitindo a demissão de funcionários estáveis no caso de superação em 60% dos gastos da receita orçamentária (PEC nº 19, aprovada em 1998) e; contratação de funcionários pelo regime CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. (Bressan in Lamounier & Figueiredo; 2002: 372 e 376)

O principal questionamento ao projeto de reforma administrativa é o modelo de redução da presença do Estado na sociedade com as amplas dificuldades nas áreas sociais, como educação e saúde. Esta medida faz parte do chamado “Consenso de Washington”, onde as medidas de redução do funcionalismo público significam reestruturação e modernização administrativa.

A partir da crise de 1999, o governo brasileiro estabeleceu um plano de metas para o superávit primário e para a inflação. O superávit primário se caracteriza quando o governo consegue que sua arrecadação total supere suas despesas, descontados os gastos com juros e correção monetária de dívidas. O Brasil passou a realizar esforços para tentar equilibrar as contas internas e cumprir os compromissos com os credores. Porém, esta iniciativa teve resultado relativo no controle da dívida e da inflação, por outro lado, aumentou o chamado “arrocho” inibindo o desenvolvimento e prejudicando o resgate da dívida social como a

distribuição de renda. A seguir, uma síntese do desenvolvimento da relação superávit e dívida pública:

Ano	Superávit % do PIB	Dívida % do PIB	Superávit R\$ BI	Dívida R\$ BI
Dez. 1994	5,04	30	18,2	153,2
Dez. 1995	0,36	30,6	1,7	208,5
Dez. 1996	-0,09	33,3	-0,6	269,2
Dez. 1997	-0,91	34,4	-8,3	308,4
Dez. 1998	0,01	41,7	0,1	385,9
Dez. 1999	3,28	49,2	31,1	516,6
Dez. 2000	3,55	51,4	38,2	563,2
Dez. 2001	3,7	52,6	43,7	660,9
Dez. 2002	4,06	56,5	52,4	881,1

Fonte: Banco Central do Brasil, in Filgueiras; 2003: 252)

1.3.3 Privatizações

O processo de privatização no Brasil teve início com o governo Collor no início dos anos 1990, continuou com o governo Itamar Franco, ainda que de forma mais lenta, e retomada nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Neste período, foram privatizadas as principais empresas de infra-estrutura e serviços, concessões e quebra de monopólios nas principais áreas estratégicas da economia, base fundamental para o desenvolvimento e da soberania nacional.

As áreas privatizadas mais destacadas foram na siderurgia, portos, rodovias, ferrovias, bancos, telecomunicações, energia, exploração de riquezas naturais como petróleo, mineração e outros. Desde o início das privatizações foram arrecadados cerca de US\$ 103 bilhões (US\$ 86,4 bilhões no período FHC), dos quais US\$ 85 bilhões com a venda e US\$ 18 bilhões pela transferência de dívidas aos novos controladores. Da venda de estatais,

U\$ 57,3 bilhões foram de empresas federais (sendo U\$ 28.793 bilhões com Telecomunicações) e U\$ 27,9 bilhões de empresas estaduais.

A concepção de Estado mínimo, os valores arrecadados e o modelo de privatizações foram amplamente discutidos na sociedade neste período. A análise do tema será considerada nestes três pontos fundamentais.

O presidente Fernando Henrique Cardoso teve como concepção fundamental a necessidade de realizar as privatizações como instrumento fundamental de modernizar a economia, com a transferência de responsabilidade de exploração dos serviços e com o “espírito” de competitividade que somente a iniciativa privada, segundo o presidente, teria como condição de oferecer melhores serviços, mais tecnologia e tarifas menores decorrentes da competitividade entre as empresas. O Estado não seria capaz de criar as condições de desenvolvimento nestas áreas estratégicas da economia. Outro elemento fundamental é a necessidade de captação de recursos para equilibrar as contas do país, como pagamento de parcelas da dívida pública, sobretudo após as crises econômicas vividas neste período. Na revista *Novos Estudos* do Cebrap, em março de 1998, o artigo *Notas Sobre a Reforma do Estado* do próprio presidente da República sintetiza esta concepção:

“A questão da rigidez fiscal, no nosso caso, passava, como passa, pela manutenção da estabilidade econômica, pelo equilíbrio orçamentário e pela criação de mecanismos que tornassem transparentes as contas do Estado.

Esse movimento começou com o Plano Real, ainda no governo Itamar Franco, e com a renegociação das dívidas, tanto a externa quanto a dos estados para com a União. Ao mesmo tempo, a transparência das informações implicou, preliminarmente, a montagem de um sistema mais adequado de controle dos gastos públicos. (...)

Nesta linha, porém, já nos limites da outra questão – a da racionalização da gestão e seu desenranhamento do jogo clientelístico e partidário –, entraram a flexibilização dos monopólios, a concessão de serviços públicos à iniciativa privada e as privatizações. (...)

Com isso, o Estado começou a recuperar condições para atuar em consonância com os desafios já referidos. Por quê?

Porque a estabilidade econômica e o início da melhor organização das finanças públicas deram espaço para o governo enfrentar um ambicioso programa de investimentos na infra-estrutura: privatização e ampliação do sistema ferroviário; recuperação de rodovias e duplicação ou abertura de novas; utilização de hidrovias; novos portos e gerenciamento privado dos antigos, barateamento do ‘custo Brasil’; aumento de 40% de geração de energia hidroelétrica até o ano de 2000; construção do gasoduto na Amazônia, no Sul e entre a Bolívia e o Brasil etc. (...)”. (Cardoso, 1998:09)

O processo de privatização alterou significativamente o perfil da economia brasileira, pois as estatais vendidas foram as principais empresas que, desde os anos 1930, capacitaram o desenvolvimento da indústria, da organização e prestação de serviços essenciais para o país. Portanto, uma clara opção pelo fim da intervenção estatal na economia, transferindo o patrimônio público para o privado.

Outra mudança de grande proporção está ligada à desnacionalização da empresa brasileira, ou seja, a partir do processo de privatização, a aquisição das empresas estatais foi adquirida majoritariamente pelo capital estrangeiro. É importante afirmar que não foram apenas as privatizações a responsabilidade da desnacionalização, este fenômeno é mais amplo e está ligado à toda concepção dos fundamentos econômicos deste período.

O governo Fernando Henrique Cardoso teve por convicção política e ideológica a concepção de um Estado não intervencionista na economia, deixando para o mercado a responsabilidade de regulação das relações de concorrência e de desenvolvimento econômico, o que, em última instância, pode-se considerar também responsável pelo desenvolvimento social. Os principais aspectos de uma sociedade moderna, capaz de responder às principais demandas econômicas e sociais, seria a de superar um Estado antigo, defasado, herdado do modelo implantado na Era Vargas. O presidente Fernando Henrique Cardoso tinha como clara opinião política a desmontagem da estrutura estatal varguista, superando o que chamou de “populismo” e “nacional-desenvolvimentismo”.

Sobre o segundo aspecto do processo de privatizações, os valores arrecadados e o modelo de privatização, estão ligados às críticas da atuação do governo favorecendo

empresas nas concorrências públicas, de forma lícita, a partir da linha de crédito do BNDES para as privatizações, e de forma ilícita, a partir das denúncias de direcionamento a favor de determinados consórcios, sobretudo na privatização do setor de telecomunicações.

A participação do Estado no processo de privatização foi fundamental para o “êxito” da compra das estatais. A linha de financiamento do BNDES para que empresas privadas adquirissem as empresas públicas representou 30% dos investimentos e a aquisição de outras linhas de crédito como BIRD e BID que representou cerca de 40% dos investimentos também contou com o aval do Estado. Portanto, para que fosse realizado o Programa Nacional de Desestatização, o Estado teve que entrar como fiador e financiador, um excelente negócio para o capitalismo moderno.

Sobre a ilegalidade das ações do governo, foram denunciados favorecimentos a grupos econômicos que montaram consórcios para a disputa das licitações. A principal denúncia foi no processo de privatização das telecomunicações em que a vitória de determinados lotes de vendas foram direcionados em acordo para financiamento do grupo político que dirigia o governo.

O resultado das denúncias foram a maior crise política do governo Fernando Henrique Cardoso, culminando no chamado escândalo da compra dos votos de deputados para a emenda que permitia a reeleição para cargos majoritários. Nesse momento, foram desligados de suas funções os principais dirigentes do BNDES, ministros de Estado e permaneceram diversas dúvidas senão demonstrações sem provas imediatas de um amplo esquema de corrupção.

O resultado das privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso geram dois questionamentos: a importância do processo de privatização para a economia e o modelo de privatização com dúvidas quanto a probidade e possível malversação de recursos públicos a partir do modelo de financiamento e preço de venda.

O primeiro questionamento envolve o desenvolvimento econômico do país, empresas estrangeiras no podem causar maior dependência de evolução técnica-científica, capacitação e exploração de riquezas naturais e serviços estratégicos, além de causar de imediato o desequilíbrio no fechamento das contas externas com o crescimento do envio de remessas de lucros e dividendos para as matrizes destas multinacionais. A desnacionalização das empresas brasileiras a partir das privatizações, mas com efeito maior da política econômica, é uma marca do governo Fernando Henrique Cardoso.

O Brasil inicia o século XXI com o controle do capital estrangeiro em 90% do setor eletro-eletrônico; 89% do setor automotivo; 86% do setor de higiene, limpeza e cosméticos; 77% da tecnologia da computação; 74% do farmacêutico; 68% da indústria mecânica; 58% do setor de alimentos; e 54 % do setor de plásticos e borrachas. Em outros casos onde o capital estrangeiro não detinha nenhuma ou pouca participação, com as privatizações houve substancial mudança. Entre 1994 e 1999, no setor de siderurgia a participação multinacional saiu do zero para 34%; no setor varejista de 7,1% para 60%; no setor bancário de 10% para 50%, sendo bancos estrangeiros saltando de 2% para 17%. É bem verdade que estes dados expressam a formação econômica num período mais amplo, mas se agravou no período 1995 – 2002. (Lima, 2002: 28)

O segundo questionamento, além da constatação dos indícios de corrupção de favorecimentos no processo de privatizações, traz a análise do papel dos instrumentos de fomento da economia brasileira. A partir privatização de bancos estaduais que cumpriram o papel de alavanca para o desenvolvimento regional (e não apenas como fonte de endividamento como nos fizeram crer), limitando os agentes públicos, o papel do BNDES que neste período inverteu seu papel, financiando com recursos públicos a compra de empresas públicas.

De um lado, os partidários do governo Fernando Henrique Cardoso demonstram orgulho no processo de privatizações como um dos maiores programas nos tempos de globalização, justificando a modernização de empresas no Brasil, que antes, quando estatais, eram obsoletas e fontes de rombos de recursos públicos e instrumento para

clientelismo e corrupção. A tese do Estado mínimo e da livre concorrência de mercado como instrumento próprio de regulação social, tem como argumento a capacidade das empresas privadas levarem à sociedade (sobretudo as empresas de serviços como telefonia, tida como exemplo de empresa privatizada eficiente) as benesses da qualidade de serviços e ampla possibilidade de aquisição de bens e facilidades em nosso tempo de avanço tecnológico.

De outro, segmentos da sociedade como movimentos sociais, sindicais, intelectuais e partidos de oposição (na maioria de esquerda) questionam a eficiência das privatizações com os argumentos da dilapidação do patrimônio público, a maior dependência nacional com o capital externo inibindo um desenvolvimento independente e a venda de empresas estratégicas fragilizando a soberania nacional. Neste pensamento, é valorizado papel mais ativo do Estado na economia como instrumento de equilíbrio e condutor dos interesses nacionais, a privatização foi um inibidor ao invés de fomentador do desenvolvimento porque se utilizam de recursos públicos para comprar empresas estatais, com isso, possíveis linhas de crédito para empresas nacionais escassearam, além da desnacionalização das empresas brasileiras e falta de reinvestimento privado já que a lucratividade é transferida para as matrizes estrangeiras. Conseqüência disto é Brasil saltar de 8^a para a 14^a economia no mundo nos anos 1990.

1.3.4 Lei de Responsabilidade Fiscal

O Brasil tem a marca de ser um país que aproveita mal os seus recursos, decorrente de um modelo econômico excludente para ampla maioria da sociedade, da tradição patrimonialista herdada da colonização portuguesa, de uma burocracia ineficiente com defeitos da origem da formação do Estado nacional e da malversação e corrupção dos recursos públicos.

A crítica ao gerenciamento do Estado tem um viés conservador e outro decorrente dos setores autodenominados progressistas. O primeiro enxerga no Estado um empecilho para o crescimento econômico e manifesta a vontade política da diminuição de suas

responsabilidades na economia, deixando para o empresariado e as pessoas empreendedoras a chance de colocar o país em condições de competitividade. Por outro lado, os setores que buscam no Estado um instrumento de equilíbrio econômico para o desenvolvimento social creditam a ineficiência estatal e a malversação e corrupção à passagem e perpetuação de grupos conservadores que se aproveitam do poder para enriquecimento e favorecimento de grupos econômicos.

Neste cenário de luta constante é que o presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou a proposta do planejamento e controle dos gastos com a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, aprovada em maio de 2000. A LRF consiste em estabelecer metas gerais e limites para indicadores fiscais selecionados, entre os principais, os gastos com funcionalismo público e endividamento público; mecanismos institucionais corretivos no caso de não cumprimento da lei e; sanções institucionais para o não cumprimento, entre os principais, a perda dos direitos políticos dos responsáveis pela gestão pública.

Para o economista Luiz Nassif, a LRF foi um ganho importante para o controle das contas públicas brasileiras, conforme artigo publicado no livro *A Era FHC*:

“A LRF estabeleceu uma série de controles sobre as receitas de estados e municípios. Permite, por exemplo, retenção na fonte de transferência federais voluntárias a estados e municípios(...).

Além disso, a LRF proíbe a criação de despesas permanentes sem os correspondentes aumentos nas receitas permanentes ou cortes em outros itens de gastos permanentes. (...).

A LRF estabelece limites para gastos com salários de funcionários do governo (incluindo pagamento de pensão e pagamento de subcontratados): de 50% da receita líquida para o governo central e 60% da receita líquida para estados e municípios(...).

Além disso, a LRF proibiu operações de crédito ou refinanciamento entre os diversos níveis de governo para evitar risco de calotes intragovernamentais”. (Nassif, in Lamounier & Figueiredo; 2002: 60)

A oposição considerou a LRF como mais um mecanismo imposto pelo FMI para controlar a economia brasileira, parte do receituário neoliberal baseado nas fontes do

“Consenso de Washington”. O principal argumento é que a regra de controle de gastos atinge os investimentos nas áreas sociais e nos serviços prestados pelo Estado como o funcionalismo público, ou seja, um engessamento do papel estatal em favorecimento das obrigações brasileiras com o pagamento da dívida pública e a manutenção da política econômica de interesse dos grandes capitais financeiros internacionais.

A LRF foi gestada em 1998 (e como dito, aprovada em 2000) em face à crise econômica e o acordo que o Brasil foi obrigado a realizar com o FMI para fechar as contas e não decretar moratória técnica. Neste período, o presidente Fernando Henrique Cardoso rumava para a reeleição e apresentou o projeto de planejamento e controle dos gastos públicos como plataforma política e demonstração de compromisso com o mercado internacional e da necessidade de realizar os ajustes necessários para sair da crise financeira que o país se encontrava.

Contra o argumento da eficiência do projeto, a oposição considerou que a LRF não apresentava a transparência dita pelo governo porque a lei apenas obriga que os demonstrativos determinados sirvam para esclarecer a situação financeira da administração e sua capacidade de honrar os compromissos com as dívidas. Não serve, por exemplo, para um controle democrático da eficácia dos gastos públicos. Ou seja, a transparência serve para o controle dos credores e não da sociedade.

Há, portanto, uma disputa no entendimento da pertinência e eficiência da LRF, explorada amplamente a favor do governo Fernando Henrique Cardoso como medida moralizadora da administração pública e capaz de controlar os desvios de recursos através de penalidades aos administradores que não seguirem as regras de gastos. Pela oposição é uma demonstração de subserviência às regras impostas pelos organismos internacionais e pelo mercado financeiro para garantir o pagamento da dívida pública e o enquadramento a um modelo administrativo tido como neoliberal.

1.4 A ideologia que influenciou o governo Fernando Henrique Cardoso

A terceira parte deste capítulo dissertará sobre as idéias do presidente Fernando Henrique Cardoso, o desenvolvimento de um novo pensamento denominado terceira via e as concepções ideológicas que permearam o governo como o neoliberalismo e sua negação por parte dos governistas.

Há, antes de tudo, duas observações que são importantes para a análise ideológica do governo, trata-se da própria figura de Fernando Henrique Cardoso. Em primeiro lugar, costumou-se diferenciar o presidente do sociólogo, uma vez que Cardoso é reconhecido como intelectual e produziu obras relevantes para o entendimento da sociedade brasileira. O exercício de intelectual certamente se difere do presidente da República pelas responsabilidades, conjunto complexo de informações, análises e decisões que o segundo lida todos os dias. Contudo, a análise sugerida é que não se pode dissociar a pessoa intelectual da pessoa presidente da República, ou seja, há uma formação individual que não se altera, mesmo em circunstâncias de representação, porque, afinal, o nome Fernando Henrique Cardoso é o mesmo que estará escrito na História.

A segunda observação é uma frase supostamente dita por Fernando Henrique Cardoso em que afirma para esquecerem o que foi escrito por ele numa alusão aos resultados de suas análises contrapostas às atitudes de presidente. Fato negado por Cardoso que considera uma tergiversação do que realmente havia dito e depois distorcido pelo jornal *Folha de São Paulo*. Segundo o presidente, a frase havia saído de um encontro com empresários e diplomatas em que afirmara se dirigindo a Celso Lafer: “Celso, você, que escreveu tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não era bem assim”. (Toledo; 1998: 172)

O destaque para esta observação é que o importante não é o dito pelo não dito, mas as elaborações de um pensamento, suas verificações, as provas de sustentação histórica e os desdobramentos práticos, sobretudo por quem tiveram a oportunidade de realizar parte de

suas constatações e posteriormente ocupar o cargo mais importante e centralizado de um regime presidencialista.

Diante destas duas observações é possível verificar que o presidente Fernando Henrique Cardoso segue, em grande parte, a idéias e constatações do sujeito sociólogo, portanto, como dito anteriormente, não se dissocia nem se pode distorcer a pessoa histórica.

A seguir, faremos as observações de caráter ideológico entre a obra e a condução política de Fernando Henrique Cardoso.

1.4.1 A idéia de Desenvolvimento e Sustentação Política

Entre as principais obras produzidas por Fernando Henrique Cardoso, está o ensaio escrito com o chileno Enzo Faletto intitulado *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, no período em que esteve no Chile como membro da Cepal – Centro de Estudos para a América Latina, instituição dedicada a estudar a situação social, política e econômica dos países latinos. A obra tornou-se referência de estudo como importante contribuição para análise do Continente.

O esforço principal do livro foi envolver as questões do desenvolvimento econômico ligados às interpretações políticas e a realidade dos países envolvidos. Para a dupla Cardoso/Faletto a realidade política e histórica dos países é que são fundamentais para entender o critério de dependência e o esforço de desenvolvimento relacionado às forças sociais envolvidas.

O estudo identifica a necessidade das alianças políticas entre “novas” e “velhas” forças capazes de se adaptarem aos respectivos interesses para um novo rearranjo político local. Sem a compreensão de cada realidade específica e seus agentes políticos envolvidos não seria possível demonstrar a evolução ou retrocesso dos projetos nacionais. Esse reconhecimento levou os autores a criticar os conceitos de subdesenvolvimento e periferia

econômica, até então com grande influência acadêmica, e trabalhar como conceito de dependência.

O critério de dependência está diretamente relacionado ao conjunto de interesses entre as Nações envolvidas e dentro de cada uma a relação de interesse de classes também em disputa. Ou seja, para cada país obter condições de maior desenvolvimento com projeto político e econômico próprios ou, a opção de uma política e economia de maior dependência associativa com países potências depende da correlação de forças dos grupos sociais envolvidos em seus respectivos países.

Existe, segundo Cardoso/Faletto, uma relação direta com as movimentações de classes e seus interesses, não de forma engessada e sem maleabilidades entre elas, considerando que existem interesses diversos mesmo no seio de cada classe, para cada interesse em jogo há diversas posições entre e intra classes.

Portanto, para compreender os movimentos de dependência e desenvolvimento nos países da América Latina, como objeto de análise desse estudo, está a necessidade de identificar os diversos agentes envolvidos, suas contradições em jogo, e como se compõe o hegemonismo ou a predominância da correlação de forças para determinados projetos.

Esta análise é interessante e coerente, ainda se transportarmos para os dias atuais, ou melhor, para o período deste estudo, o governo Fernando Henrique Cardoso.

A relação dialética desenvolvimento e dependência são a base da construção do Brasil Nação, desde sua formação colonial, passando por momentos históricos de relativo atraso como a mudanças das relações de trabalho de escravidão para assalariado ou de Monarquia para República. A opção pelo desenvolvimento sempre foi a mais custosa e de maiores dificuldades em qualquer país da América Latina, incluindo o Brasil, de dimensão continental e cumpridor de importante papel para o continente americano.

Uma Nação dependente se caracteriza pela ausência de capacidade produtiva, defasagem científica e tecnológica, auto-suficiência em energia e recursos naturais, incapacidade de gerir riqueza e insuficiência militar capaz de, em última instância, fazer valer suas vontades pela força. Este conjunto de fatores estaria certo se não houvesse Nações com as características brasileiras. As principais dificuldades para um país como o Brasil estar entre as Nações desenvolvidas é a sua história e sua formação. As classes no Brasil sempre foram muito distantes impossibilitando uma contradição maior intra-classe. A elite brasileira é característica de uma subserviência à Nação potência de ocasião, passando da corte portuguesa, com influências francesas, holandesas e espanholas em regiões, para uma uniformidade com o Império Britânico e a influência dos EUA neste século passado.

As características de dependências atuais para países como o Brasil estão ainda na defasagem produtiva, principalmente na indústria de bens de produção e áreas de alta tecnologia, mas, sobretudo, no endividamento público que obrigam os governos a seguirem orientações do mercado internacional sob risco de ficarem isolados nas relações comerciais entre os países. Nestas “regras do jogo” se encontram as relações com os capitais financeiros, as disputas de produtos e suas taxas e, principalmente, as relações com os credores da dívida sob a tutela do Fundo Monetário Internacional – FMI, instrumento de amarração às políticas econômicas de interesse dos chamados países desenvolvidos. O FMI dita as linhas da política econômica de cada país promovendo intervenções legalizadas.

O Brasil dos anos 1990 é considerado um país em desenvolvimento com razoável parque industrial, com avanços na ciência e tecnologia, praticamente auto-suficiente em energia e recursos naturais, modernizado na agroindústria e com potencial produtivo crescente. A principal característica de seu subdesenvolvimento, palavra excluída do vocabulário político e econômico deste período é a grande dívida social com imensa desigualdade e concentração de riqueza. O brasileiro é pobre e ainda existe grande parcela de pessoas abaixo da linha da miséria. O país não conseguiu desenvolver uma política de distribuição da riqueza e capacitação de seus trabalhadores, a reforma agrária caminha em passos lentos e a justiça continua a serviço dos abastados.

É neste cenário de contradições sociais refletidas no jogo político que Fernando Henrique Cardoso alcança a presidência da República. Ao buscar uma aliança conservadora com partidos com expressão política regional como já visto na primeira parte deste capítulo, aplica na prática aquilo que foi escrito em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* logo na sua introdução:

“Entretanto, assinalar o curso negativo pelos acontecimentos como indicador de insuficiência das previsões econômicas anteriores e dele deduzir a necessidade de substituir as explicações econômicas por interpretações sociológicas seria uma resposta superficial. No plano econômico, tem sido freqüente condicionar a possibilidade de desenvolvimento na América Latina à continuação de perspectivas favoráveis do comércio exterior as que perderam impulso depois do *boom* da Coréia e foram substituídas por conjunturas nitidamente desfavoráveis que se caracterizam pela contínua deterioração dos termos de intercâmbio. Diante desta situação, colocou-se como alternativa complementar a redefinição dos termos de cooperação internacional, seja através de programas diretos de financiamento exterior ao setor público, seja através de uma política de sustentação de preços; tais soluções não chegaram, entretanto, a concretizar-se de forma satisfatória para o desenvolvimento.

A esses fatos pode atribuir-se, em parte, que o processo de crescimento econômico haja sofrido uma diminuição de velocidade. A taxa de aumento do produto bruto alcançou limites apenas suficientes para promover em alguns países a reorganização do sistema econômico. Entretanto, não se reorganizaram na direção esperada nem o sistema social, nem o sistema político. Isso levou a pensar que ainda quando a “sociedade tradicional” haja transformado em grande medida sua face econômica, contudo, alguns de seus grupos não perderam o controle do sistema de poder, apesar de terem sido obrigados a estabelecer um sistema complexo de alianças com os novos grupos que surgiram. Assim, pois, com a diminuição do ritmo de crescimento que se iniciou em fins dos anos 1950, teriam reaparecido os antigos problemas do continente com novos protagonistas sociais ou com os mesmos de sempre, revestidos agora de aparência moderna.” (Cardoso & Faletto; 2004: 23).

O destaque do texto realça o caminho trilhado por Fernando Henrique Cardoso trinta anos após ter escrito seu ensaio. O seu partido, PSDB, surgiu como o novo na política nacional (assim como o PT de Lula) e fez o movimento à direita buscando o apoio com

setores da “sociedade tradicional”, antigas oligarquias regionais com peso político e localizados em partidos, como o PFL e outras legendas menores e parte do PMDB que o apoiaram nas eleições de 1994 e 1998 para derrotar o candidato da esquerda. O programa executado neste período atendeu em boa medida os anseios desta parcela conservadora e o que era novo se revestiu em continuísmo com aparência moderna.

Neste caso, existe concordância com a análise feita por Fernando Henrique Cardoso, com diagnóstico preciso e atual para os nossos tempos.

A feição moderna desenvolvida no Brasil também teve sua sustentação internacional com governos que negam o título de direita e, após a derrota do chamado socialismo real, buscaram refundar um campo autodenominado de centro-esquerda, a chamada Terceira Via que passamos a apresentar.

1.4.2 A Terceira Via

A terceira via surgiu a partir da necessidade de uma sustentação ideológica para um grupo de políticos que ascenderam ao poder na década de 1990 e precisavam se diferenciar da esquerda e da direita tradicionais. Com realidades específicas em cada país o que unificaram estes líderes internacionais foi o aproveitamento histórico do fim da experiência do chamado “socialismo real” e a refutação da direita comprometida com regimes totalitários vigentes até os anos 1980 em diversas regiões do mundo. O chamado Novo Trabalhismo britânico e Nova Democracia estadunidense iniciaram este movimento. Fizeram parte de rodadas de reuniões e consultas frequentes os presidentes Bill Clinton, dos EUA, e Fernando Henrique Cardoso, do Brasil, os primeiros-ministros Tony Blair, da Grã Bretanha, Lionel Jospin, da França, e Máximo D’Alema, da Itália e o prêmio alemão Gerhard Schoeder.

O principal formulador desta corrente foi o sociólogo britânico Anthony Giddens que escreveu diversas obras sobre o assunto e cunhou a denominação terceira via, embora reconhecidamente o termo já tenha sido utilizado anteriormente na literatura sociológica

para outra especificação. O fato é que a denominação foi reconhecida na academia e no meio político como algo que poderia expressar um novo pensamento.

Para Giddens, existia a necessidade da modernização da social-democracia e uma refundação do campo de centro-esquerda internacional. A partir da experiência socialista não seria mais possível sustentar uma concepção da “esquerda tradicional” ultrapassada. Portanto, havia uma lacuna ideológica que poderia ser ocupada e não significaria apenas aproveitar as melhores formulações da direita e da esquerda numa junção hermética.

A nova social-democracia modernizada tem como objetivo a reforma do Estado para torná-lo mais ágil e concentrado em enfrentar as questões mais agravantes como os problemas da justiça, das desigualdades sociais, da democracia e a responsabilidade pelas regulações sociais e econômicas. Para isto é necessário que o Estado tenha um papel menos predominante na economia com a desestatização e privatização das empresas públicas. O sociólogo britânico aposta na reformulação das relações com a sociedade civil, capaz de cumprir um papel de maior participação e parceira na gestão pública. Procura, além disso, afastar a idéia de associação com o pensamento neoliberal que considera o Estado mínimo e a regulação livre dos mercados.

Existem dois conceitos importantes no pensamento de Anthony Giddens que delineiam o conjunto de seu pensamento e amplamente utilizados por chefes de Estado, inclusive Fernando Henrique Cardoso. O primeiro é a denominação de moderno e modernidade, analisado em uma nova ordem mundial e o segundo é a globalização o que poderia ser considerado como a própria nova ordem mundial.

Em *As Conseqüências da Modernidade*, Giddens afirma que não estamos presenciando o fim da modernidade ou a origem de uma nova etapa histórica o que alguns pensadores (como Jean-François Lyotard, citado pelo autor) denominaram como pós-modernidade. Ao contrário, se tirarmos conseqüência histórica de modernidade podemos verificar que existe a radicalização e universalização deste conceito. O prenúncio do fim das metalinguagens e a necessidade de refundar um pensamento que seja capaz de

compreender a realidade com seu dinamismo com a chamada sociedade da informação em que tudo ocorre simultaneamente e todos tem acesso a uma diversidade imensa de conhecimentos, nada mais significa que uma afirmação da formulação moderna já apresentada em período anterior. É fato, para Giddens, que o advento de novas tecnologias nos obriga a reformular diversas idéias e certamente há o envelhecimento de diversos conceitos, contudo, a sociologia moderna, desde que consiga dar respostas a estas “descontinuidades”, verificará que as instituições modernas são únicas.

Para Giddens, modernidade é um conceito formado no ocidente e difundido mundialmente, sua forma radicalizada está na chamada globalização com a universalização de duas instituições permanentes: a constituição de estado-nação e o modo capitalista de produção (ou a produção capitalista sistemática como diz o autor).

Em que sentido a denominação de modernidade é utilizada no Brasil, principalmente pelos defensores da terceira via?

A idéia de modernidade defendida por Giddens pode não ser a mesma de Fernando Henrique Cardoso sob o aspecto teórico, mas a utilização deste termo para os argumentos políticos são parecidos. No Brasil moderno passou a ser utilizado por defensores do Estado mínimo que tinham como programa de governo uma ampla reforma com a desestatização e privatização de empresas públicas, a maior liberdade para o mercado, abertura da economia brasileira e outras medidas que seriam capazes de colocar o país na rota de um novo projeto de desenvolvimento.

Esses argumentos começaram a tomar força nas eleições presidenciais de 1989 e seguiram com a idéia de modernidade durante o governo Collor, nas duas campanhas presidenciais de Fernando Henrique Cardoso e nos seus respectivos governos.

O principal desafio na mensagem do moderno desenvolvimento, segundo os intelectuais e políticos brasileiros partidários desta tese, seria modificar o papel do Estado interventor, como modelo criado pelo ex-presidente Getúlio Vargas, nos anos 1930, e

superado com o fim da Ditadura Militar, para um Estado mais ágil e competente, substituindo os serviços públicos por terceirizações e repassando setores da economia estratégicos para a iniciativa privada que oferecem melhores condições para superar os desafios de atrasos na estrutura produtiva e de serviços no país.

O conceito de moderno/modernidade defendida pelos tucanos encontram algumas diferenças com outros setores conservadores na sociedade brasileira, buscam inclusive, se diferenciar com argumentos mais elaborados e sempre com elementos de resgates sociais, contudo, ocupam o espaço do velho conservadorismo e acabam por representar politicamente os setores mais ricos do país. A modernidade agora é o papel ágil do Estado que não pode se vincular ao excessivo trabalho de intervenção econômica, uma vez que áreas sociais fundamentais como saúde, educação e justiça, não atendem às necessidades mais básicas da parcela mais carente da sociedade. Assim como nos novos tempos, a rapidez em resolver os problemas torna o Estado como empecilho para as demandas nacionais, sua estrutura é falida e ultrapassada e sua representação é duvidosa.

Os efeitos desse conceito de modernidade acabaram por apropriar-se de bandeiras normalmente defendidas por correntes de esquerda, socialistas e comunistas. O moderno no conceito dessas correntes é outro e, ao contrário dos novos social-democratas, a necessidade reguladora do Estado é imprescindível para assegurar uma maior distribuição da riqueza produzida no país e o mercado deve ser controlado (senão abolido como instrumento regulador da sociedade) para não haver maiores desequilíbrios sociais e a formação de monopólios, tendência natural do autofágico sistema capitalista. Modernidade é, antes de tudo, a garantia de maior participação popular nas decisões do país, plenas garantias da universalização de serviços sociais fundamentais como saúde, educação e habitação, justiça e um modelo econômico capaz de distribuir a riqueza como uma reforma agrária ampla e uma reforma urbana capazes de atender as camadas menos favorecidas.

O segundo conceito fundamental para entendermos a terceira via é o caráter da globalização e o entendimento de seus efeitos. Para Giddens, o mundo global é o principal

fator para a necessidade de mudanças no pensamento da esquerda e da centro esquerda, para acompanhar as transformações no mundo da produção e na sociedade.

A terceira via é consequência dos efeitos da globalização, a revolução da informação e as novas formas de produção capitalista alteraram o mundo e sob estas mudanças é que serão buscadas as respostas para as novas e complexas sociedades.

Para o pensador britânico é preciso intervir na globalização, buscar influenciar nas transformações sociais e nas estruturas organizacionais, principalmente no papel do estado-nação. A contraposição ao mundo global, como faz parte da esquerda, é ineficiente para buscar uma sociedade mais justa, acredita que esta estratégia isola estas correntes e perdem espaço na luta de idéias.

Os críticos da terceira via identificam como maior questionamento justamente a adesão dos novos social-democratas (ou nova esquerda) à globalização sem oferecer o combate necessário às desigualdades sociais, aceitando a estrutura básica do neoliberalismo.

Para Giddens, o neoliberalismo erra porque não é possível a existência de um Estado mínimo e apenas o mercado como instrumento de equilíbrio das relações sociais. Também critica a esquerda tradicional por considerá-la ultrapassada, incapaz de responder aos desafios da nova realidade. Existe, portanto, uma preocupação em se diferenciar do neoliberalismo e da esquerda tradicional, em *A Terceira Via e Seus Críticos*, é construída a crítica às duas correntes consideradas insuficientes e ultrapassadas:

“A política da terceira via não é uma continuação do neoliberalismo, mas uma filosofia política alternativa a ele. Os social-democratas, como enfatizei anteriormente, precisam superar algumas de suas preocupações e temores relacionados com os mercados. Mas a idéia neoliberal de que os mercados em quase toda parte devem tomar o lugar dos bens públicos é ridícula. O neoliberalismo é uma abordagem profundamente falha à política, porque supõe que não é preciso se responsabilizar pelas consequências sociais das decisões baseadas no mercado. Os mercados não podem sequer funcionar sem uma estrutura social e

ética – que eles próprios não podem proporcionar. Nem a crença de que o enriquecimento dos ricos favorece a todos nem um *welfare state* mínimo são capazes de proporcionar os bens sociais que uma sociedade satisfatória deve incluir. (...)

Muitos membros da esquerda mais tradicional aceitariam a visão de Hall de que a esquerda é definida por sua preocupação com os perigos do mercado, cujos excessos precisam constantemente ser refreados pelo Estado. Entretanto hoje esta idéia está se tornando arcaica. A esquerda deve se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento social. A esquerda reformista há muito tem aceitado que os mercados têm importância junto com o governo, mas no passado esta concepção foi admitida de má vontade.” (Giddens; 2001: 40 e 41)

Desta forma, Giddens apresenta sua idéia de nova social-democracia (ou nova esquerda), uma teoria política que interage com a realidade globalizada e identifica no mercado a possibilidade de desenvolvimento social com o crescimento da riqueza com a divisão mais justa dentro das sociedades. Aliás, o sociólogo britânico reconhece que não há outro sistema de relações econômicas que não sejam do mercado, mas é preciso desenvolver mecanismos mais igualitários da divisão da renda.

Os políticos e intelectuais brasileiros ligados ao PSDB e outros partidos alinhados compactuam com o ideário da terceira via e buscam desenvolver os mesmos argumentos de Giddens, ao defenderem um novo projeto de desenvolvimento para o país baseado no respeito às regras de mercado, a interação com o mundo globalizado e um equilíbrio maior no crescimento econômico e na distribuição de renda. Os tucanos tentam se diferenciar do campo conservador tradicional com uma linguagem sofisticada e uma preocupação maior com o resgate da dívida social e já se distanciaram da chamada esquerda tradicional (ou sectária) ao reconhecer que não existe alternativa a não ser a incorporação à globalização.

Fernando Henrique Cardoso define a globalização como a continuidade do capitalismo com a inovação dos novos sistemas produtivos através da informática que faz com que não existam mais unidades completas de produção e sim uma descentralização produtiva integrando diversos países e a comunicação como novo advento de aproximação

dos povos e expansão do sistema, cumprindo o mesmo papel que os novos meios de transporte significaram em sua fase comercial. (Toledo; 1998: 81).

Para Cardoso a globalização é inerente à nossa vontade, independente se estamos a favor ou contrários a ela, existe e temos que nos colocar as melhores condições para atuar diante desta realidade. O importante, para Cardoso, é o respeito às regras internacionais do mercado, inclusive o sistema financeiro, responsável pelas maiores instabilidades do capitalismo desde os anos 1970, inclusive no Brasil, indo à débâcle pelo menos três vezes, em decorrência de ataques especulativos de capitais de curto prazo, parte constitutiva do novo modelo globalizado.

Portanto, não há alternativa a não ser se incorporar ao modelo imposto pelos países desenvolvidos, em especial os EUA, país sede das maiores corporações capitalistas, sob a condição de não cair no isolacionismo. Neste contexto, o Brasil se submeteu as condições amplamente desvantajosas para o seu desenvolvimento soberano tais como abrir novas parcerias comerciais com países não alinhados ao centro ocidental.

Embora Fernando Henrique Cardoso se diga crítico do modelo de globalização, inclusive do sistema financeiro, propondo medidas de controle das nações sobre as ações das corporações, o seu governo não foi eficiente para criar mecanismos de proteção que pudessem prevenir o país das privações que foi acometido. A maior percepção que fica de seu governo é que se submeteu incondicionalmente às regras da globalização e sofreu todas as conseqüências de país submisso às regras internacionais desfavoráveis às condições de amplo desenvolvimento. Ou seja, deixou de exercer o papel de governo soberano diante dos interesses de outros países e corporações capitalistas internacionais.

Em suma, a terceira via, se apresenta como uma proposta alternativa entre o capitalismo e o socialismo, não uma mistura entre as melhores formulações de ambos sistemas, mas uma alternativa distinta que possa dar nova formulação para a sociedade globalizada.

Segundo Giddens, a terceira via surge numa sociedade pós-1989 em que as definições de esquerda e direita já não exercem o mesmo papel na política contemporânea (como havia sugerido Noberto Bobbio no ensaio “Esquerda e Direita”). A terceira via deve representar as preocupações ligadas a uma nova sociedade diversificada baseada em princípios igualitários com uma maximização da igualdade de oportunidades, ou seja, o Estado não deve ser o único responsável para a promoção da distribuição de renda, como a experiência do *welfare state*, o mercado pode cumprir o papel de distribuidor de renda desde que haja crescimento e condições de integração das amplas camadas sociais.

O Estado deve cumprir um novo papel, não pode haver uma política de mão única, propõe construir um novo contrato social, baseado no teorema “não há direitos sem responsabilidades”, ou seja, a necessidade da melhor distribuição das riquezas através de ações integradas do governo, da economia e das comunidades da sociedade civil. Nestas condições, Giddens define o papel da sociedade civil como instrumento fundamental para as novas relações sociais. O envolvimento do terceiro setor torna a ação do Estado mais eficiente e democratiza a participação da sociedade.

Na esfera econômica, busca desenvolver um novo desenvolvimento, distinto da intervenção estatal nos moldes socialistas ou do próprio *welfare state*, considerado por Giddens como experiências ultrapassadas. O centro da economia é o capital humano, principalmente com as novas tecnologias baseadas na sociedade da informação, na educação e nas novas tecnologias.

Por fim, a globalização deve ser considerada de forma diferenciada e servir para transformar as novas relações sociais, inclusive superar antigas instituições por novas, capazes de compreender as necessidades e ser representativas conquistando o respeito e a confiança da sociedade. Os social-democratas da terceira via, afirma Giddens, devem procurar transformar as instituições globais existentes e apoiar a criação de novas instituições. (Giddens; 2001: 60). A globalização oferece elementos benéficos que superam os problemas encontrados, portanto, é necessário se incorporar à globalização e buscar influenciar em seus rumos.

Mesmo que as idéias de Giddens não sejam influentes por completo para as idéias dos novos social-democratas brasileiros, é grande a aproximação dos argumentos e as ações políticas entre ambos. Contudo, há dois elementos que definem a limitação das idéias de Giddens no Brasil, em especial para o PSDB.

A primeira diz respeito à realidade européia que Giddens se refere, embora seja um pensador globalizado suas definições levam em conta muito da experiência do *welfare state*, sistema que o Brasil não teve eficiência em sua implementação. A segunda diz respeito a um número significativo de intelectuais que formulam idéias próprias para a concepção desta nova social-democracia, ou seja, pessoas como o próprio Fernando Henrique Cardoso que têm trabalhos reconhecidos e não estariam submetidos a uma influência de Giddens, mas sim a um diálogo de idéias semelhantes.

Diante desta constatação é válido considerar que são muito próximas as idéias desenvolvidas por Giddens das praticadas pelo governo tucano em seus oito anos de comando no Brasil, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado e suas responsabilidades e a interlocução com os novos setores da sociedade, sobretudo o chamado terceiro setor, que teve papel importante nas ações sociais do governo.

1.4.3 O Neoliberalismo

O neoliberalismo é a ideologia dominante na maioria dos países desde o início dos anos 1980 e com o seu fortalecimento nos anos 1990. As principais características desta ideologia é a diminuição do papel do Estado na sociedade através de receitas que buscam desnacionalizar as economias locais, diminuir o papel soberano dos governos e ampliar a influência do mercado, sobretudo com o fortalecimento do sistema financeiro, etapa do capitalismo atual.

O capitalismo está inserido neste contexto, a ideologia predominante é a radicalização da liberdade de negócios sem a interferência dos Estados Nacionais e o

rompimento das fronteiras pela imposição de regras comerciais (como o papel da Organização Mundial do Comércio – OMC), pela pressão econômica e interferência na autonomia dos países (como as regras ditadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI) e, em última instância, a declaração de guerra como instância maior da imposição das vontades dos países dominantes.

O capitalismo dá mostras de sua natureza contraditória. Cresce pela alta capacidade de gerar riqueza no mundo, concentrado nas mãos de poucos indivíduos (ou famílias) e poucas Nações e não distribui esta riqueza para a sociedade e até para o próprio mercado. Vive crises cíclicas onde a produção é de tal forma crescente que a sociedade não dá conta de absorvê-la, gerando o rompimento da cadeia produtiva com o desemprego, a queda da renda média da sociedade e a conseqüente diminuição da produção. Agravado pelo avanço do modelo financeiro do atual sistema que privilegia a especulação da moeda e papéis de investimentos internacionais através de um complexo sistema financeiro causando a depressão do desenvolvimento econômico equilibrado.

O liberalismo econômico foi desenvolvido com base no pensamento de Adam Smith a partir de um sistema em que o mercado regularia o funcionamento da sociedade através de uma relação saudável de concorrência e produtividade. Neste pensamento, os países entrariam em concorrência pelas suas qualidades de desenvolvimento produtivo, preços e tecnologia. Caberia ainda uma visão de desenvolvimento da infra-estrutura necessária para o produto ser comercializado como o transporte (ferrovias, navegação, etc.) e energia. Também os países disputariam seus espaços com leis de incentivo de produção como créditos e leis restritivas de importação de mercadorias, embora considerassem este último item como inibidor das relações equilibradas de comércio.

A questão fundamental para Smith era o estímulo à ampliação do mercado, a melhor divisão de trabalho (trabalhadores tinham que ter renda para gerar mais produção) e maior especialização da produção (equipamentos e mão de obra).

O autor de *A Riqueza das Nações* utilizou uma metáfora que é resgatada neste período e utilizada como “lei divina”, única e inalterável, a chamada “mão invisível”. Nela, há o equilíbrio das relações sociais porque através do livre mercado e da concorrência está a maior produtividade, permitindo que toda a sociedade ganhe. “Os indivíduos percebem que podem se tornar mais ricos ao se especializarem numa atividade particular, assim, contribuem mesmo que de forma não intencional, para o aprofundamento da divisão do trabalho. Portanto, ao buscarem seu próprio interesse, sem necessidade de nenhuma intervenção legal, colaboram para o crescimento conjunto da riqueza da nação”. (Smith, *in* Carneiro; 1997: 22)

Smith considera que a força do indivíduo na sociedade é um bem inestimável e é fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Considera também que a força de trabalho é decisiva e os homens de bem estão dotados de capacidade para crescerem e constituírem riqueza a partir de seus próprios esforços. Os que não alcançam esta condição são pela incapacidade natural ou a ausência de característica moral para tal.

Entre os elementos fundamentais do capitalismo está a idéia que todo homem é um ser que se relaciona, acumula bens e os trocam de acordo com seus interesses individuais. Há uma relação de igualdade natural entre os homens e por esta seleção natural é que determina quem detêm riqueza e quem ainda luta pela sobrevivência. O mercado é o elemento mais bem acabado das relações sociais. Neste ambiente é que se estabelece uma “seleção natural” dos mais capazes e mais aptos, pois todos têm oportunidades para acumular riqueza.

O outro instrumento de distribuição de renda e riqueza, o Estado, é considerado pelos ideólogos liberais como deficitário e injusto. Esta idéia foi consolidada depois das crises do socialismo e do *welfare state*.

O atual ideário do mercado é o neoliberalismo, teoria desenvolvida a partir de 1947, a partir da sociedade *Mont Pèlerin*, referente à cidade suíça onde se encontravam os intelectuais defensores da radicalidade do livre comércio e a não intervenção do Estado na

economia. Eram contrários à política de *new deal* norte-americano e o *welfare state* do pós-guerra. Entre os principais autores estão Friedrich Hayek (escreveu o livro clássico *O Caminho da Servidão*) e Milton Friedman.

O conceito de neoliberalismo é a mínima intervenção do Estado na sociedade, ficando para este apenas a responsabilidade de instrumento de autoridade policial e legal. A regulamentação econômica é de livre iniciativa dos agentes de mercado em que as regras são estabelecidas pela concorrência e a capacidade produtiva de cada sociedade. Esta idéia foi aplicada inicialmente no Chile, durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973), onde houve forte descentralização estatal, sobretudo nos meios estratégicos como a indústria de base, energia, comunicação e aparelhos sociais como educação, saúde e previdência que passaram a serem geridos pela iniciativa privada. Logo após, outros governos como a Inglaterra de Margareth Thatcher, os EUA de Ronald Reagan e praticamente todos os países sob influência estadunidense.

Na década de 1990 com a implantação da nova ordem mundial, a globalização passou a ser o elemento fundamental de difusão do neoliberalismo. Neste período passou-se a utilizar um termo baseado em uma ordem de pensamento único, o chamado “Consenso de Washington”, nele o neoliberalismo é a única saída possível para enfrentar a crise do capitalismo em sua forma aguda, ou seja, no período de superprodução, rebaixamento do consumo e a indicação de *débâcle* dos novos países capitalistas como aconteceu com o México, Rússia e Brasil.

No Brasil, a denominação neoliberalismo é negada por todas as forças políticas e ideológicas, assim como o desgaste da chamada direita, os partidos localizados neste espaço político trataram de se manifestarem como centro-direita ou centro e alguns ainda como liberais ou social-liberais.

Existem intelectuais que argumentaram a não existência do neoliberalismo no Brasil, ou a sua aplicação governamental, como o ex-ministro da Reforma Administrativa Luis Carlos Bresser-Pereira. No argumento estavam que as condições sugeridas pelo

conceito neoliberal exigiriam um amplo estágio de desenvolvimento do capitalismo para a diminuição do papel do Estado. Outros consideram que o neoliberalismo surgiu como contraponto (ou desmonte) da experiência do *welfare state* e, no Brasil, não houve a implementação deste projeto, portanto, não se pode desmontar o que não existe.

Para efeito de análise deste estudo será considerada a opinião que o projeto neoliberal existe no Brasil, tem data de seu início enquanto experiência governamental e tem pensadores, políticos e partidos que defendem o neoliberalismo, mesmo que esta palavra não seja utilizada ou reconhecida.

A experiência neoliberal em governos no Brasil teve início com a vitória de Fernando Collor em 1989. Neste período houve um programa claro de desestatização e reorganização dos serviços públicos.

Contudo, foi no governo Fernando Henrique Cardoso que os conceitos do neoliberalismo foram implementadas no país. A agenda apresentada pelo governo de 1995 a 2002 conforme foi visto em itens anteriores demonstram uma afinidade com os conceitos neoliberais, mesmo o Estado tendo papel intervencionista em muitos acontecimentos.

As principais referências do governo neste período foram a implantação de um plano econômico capaz de controlar a inflação, principal elemento de instabilidade dos países em desenvolvimento nos anos 1990; um amplo programa de desestatização e privatizações que somaram as maiores vendas de empresas estatais do mundo, somando mais de U\$ 100 bilhões; a criação de agências reguladoras do mercado com perfil autônomo para gerenciar demandas e interesses das corporações e da sociedade; a abertura do mercado nacional para produtos e capitais estrangeiros; conseqüentemente um amplo processo de internacionalização de empresas brasileiras, mudando parte do perfil da burguesia nacional; o maior endividamento da história do país. Em grande parte, estes marcos de mudança do papel do Estado, das privatizações e da entrada do país no jogo globalizado, seguiram a orientação traduzida no chamado “Consenso de Washington”, referência internacional para o neoliberalismo.

No campo político e social há elementos de restrições democráticas e mudanças da legislação política e eleitoral que demonstram o benefício aos grupos ligados ao poder federal. A ação política e o diálogo com os movimentos sociais foram restritivos, chegando o governo a oferecer tratamento policial contra as organizações sociais. Ao mesmo tempo reforçou outros movimentos alinhados às concepções das correntes políticas que dominaram o governo.

Fernando Henrique Cardoso considera que seu partido, o PSDB, é de centro com olhos voltados para a esquerda (numa alusão ao pensamento de Giddens que não existe mais as mesmas definições de esquerda e direita) e seu governo não é neoliberal pois tem ação de Estado inclusive para a promoção de igualdade social. Em entrevista concedida a Roberto Pompeu de Toledo no livro *O Presidente Segundo o Sociólogo*, Cardoso faz suas observações sobre o neoliberalismo:

“(...). Por isso, fico dizendo sempre contra quando se diz que o governo é neoliberal. É um conservadorismo modernizado, que não tem compromisso fundamental com mudança social. Com a mudança, sim, mas para reforçar o mercado, e não a igualdade. E nem com a idéia de inclusão. São duas coisas diferentes, Nossa condição, no Brasil, não permite ainda diminuir de maneira significativa as desigualdades entre os grupos de renda. Mas é preciso incluir mais gente, nem que seja a camada mais baixa, e temos que aumentar o piso de renda. Mesmo que o teto suba, se subir o piso alivia. São duas demandas. Uma de igualdade, outra de inclusão. Podem ir numa mesma direção, mas não são a mesma. A direita não está comprometida nem com uma, nem com outra. Há, aliás, mais horror à igualdade do que à inclusão. A direita é menos exclusionista e mais inegalitário.” (Toledo; 1998: 212).

Mesmo nas justificativas de Cardoso para se considerar como um político de centro, assim como o seu governo e seu partido, é inegável o compromisso ideológico e de ações políticas vinculadas a setores da sociedade ligados aos maiores capitais internacionais e nacionais.

O principal argumento de distribuição de renda e diminuição de miseráveis no Brasil, buscando oferecer melhores condições de vida para a população é o próprio efeito que o plano real produziu sobre a contenção da inflação. Embora haja um reconhecimento (inclusive nas urnas) deste benefício, a política econômica criou ampla desigualdade social no país, principalmente com o aumento do desemprego, decorrência da abertura de produtos e capitais externos.

Não seria mais equilibrado, então, considerar a política desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso e o PSDB como uma expressão da terceira via, com uma nova visão de administração pública e, respeitando a realidade brasileira, cedendo para o campo conservador a inevitável incorporação ao sistema? Portanto, um viés de centro e não de direita?

O governo Fernando Henrique Cardoso cumpriu um papel histórico de romper com estruturas anteriores de Estado e promover um modelo administrativo e político que segue uma orientação conservadora de manutenção de desigualdades sociais (e seu agravamento) dentro de um sistema capitalista, em seu estágio neoliberal.

A terceira via, argumentada por Giddens e aceita por Cardoso, não parece nada mais que uma argumentação contra a inevitável aceitação do mundo imposto pelas potências. Não há sustentação nos argumentos do sociólogo britânico para a reconstrução da nova social-democracia ou a superação da esquerda pelo centro radical como sugeriu pelo principal fato que estes elementos não superam as desigualdades sociais, ainda subjugam os países não desenvolvidos e não cumpre o papel reformador que se propõe historicamente a própria social-democracia. Assim, parece que os argumentos oferecidos por Giddens e sustentados por Cardoso são as sofisticações para buscar algo moderno, mas que se esfuma diante dos fatos do atual sistema capitalista.

É preciso, contudo, entender a experiência do governo Fernando Henrique Cardoso, dentro destes aspectos políticos, econômicos e ideológicos com as características do Brasil e sua realidade histórica. A definição de um governo neoliberal e suas conseqüências deve

considerar o quadro de construção da consciência social e a correlação de forças na sociedade.

Esta primeira parte cumpre o papel de mapear os principais assuntos que alteraram a realidade da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 2

O caráter da imprensa escrita, seu papel histórico e a relação empresa jornalística e jornal

2.1 O jornal no século 21

Iniciamos o século 21 com as contradições mantidas pelos dois últimos séculos, a Humanidade avança com o desenvolvimento da ciência e tecnologia de forma jamais vista em nossa História e, ao mesmo tempo, aumentam e se agravam as desigualdades sociais. No início de um novo tempo estamos vinculados aos dilemas passados. Como promover desenvolvimento e distribuição da riqueza produzida? Qual o caminho da paz e o entendimento entre os povos? Como preservar a independência e identidade dos países e ao mesmo tempo se incorporar ao mundo globalizado e “sem fronteiras”?

Estamos diante da insegurança da guerra que já marcou períodos de virada de século (como as revoluções liberais na Europa do século 18/19, as guerras entre as potências e o advento do socialismo na virada dos séculos 19/20), mas há muito tempo não se via um mundo unipolar, onde os EUA têm o domínio militar e econômico isolado.

O neoliberalismo é a ideologia predominante com força no mundo, mas não sem resistência e contradições. Vivemos uma nova fase do capitalismo em que o sistema financeiro é a principal força das relações econômicas em seu estágio monopolista de poucas empresas que dominam o mercado internacional assumindo o protagonismo na industrialização e na comercialização de marcas, produtos e serviços.

Neste estágio, o avanço tecnológico com a microeletrônica, a nanotecnologia, a robótica, a biotecnologia e a genética, entre outros, resultam novas formas do sistema de produção da sociedade industrial.

As mudanças no mundo da produção já causam efeitos impressionantes alterando toda uma lógica industrial do século 20, em que as empresas eram poderosas e competitivas pela sua grandeza, ou seja, a capacidade de produção envolvendo a melhor qualidade com a maior rapidez estava ligada ao tamanho das suas máquinas, ao espaço produtivo como o tamanho das fábricas, a quantidade de trabalhadores incorporados (além da mão de obra especializada e altamente qualificada) e a concentração das unidades de produção (embora estivessem em muitos lugares no mundo).

As empresas do século 21 estão atuando de maneira inversa ao século anterior. Capacidade combina com leveza, flexibilidade e mínimo de estrutura, descentralização produtiva e rapidez. As marcas estão em sua fase monopolística, das grandes corporações e fusões. As partes de um mesmo produto podem ser produzidas em diversas regiões do mundo de acordo com a capacidade, matéria prima e baixo custo, sobretudo da mão de obra. Nas grandes empresas de tecnologia, há uma guerra para adquirir as melhores “cabeças” nas áreas de maior desenvolvimento técnico-científico rompendo fronteiras do conhecimento.

No mundo do trabalho a diversificação, a flexibilização e a diminuição dos empregos têm sido a marca das mudanças no século 21. Ao mesmo tempo, os trabalhadores perdem direitos trabalhistas tanto pelas crises cíclicas de produção quanto pelas novas técnicas produtivas que necessitam de menor quantidade de mão de obra. A flexibilização altera a estrutura de organização do trabalho, superando a limitação das dimensões de espaço e tempo, fraciona o sistema produtivo e descentraliza o espaço físico. Depois do modelo fordista de sistema de produção e a experiência japonesa do fim dos estoques, a alta tecnologia cria novas condições de organização de produção.

Das novas condições do mundo do trabalho destacam-se, portanto, duas conseqüências sociais fundamentais, a flexibilização dos direitos trabalhistas e a diminuição dos postos de trabalho com o desdobramento da ampliação do exército de reserva e do desemprego e/ou trabalho informal.

A informação ganha realce nesta nova onda de desenvolvimento e passa a cumprir papel ainda mais significativo para o sistema capitalista. O advento da internet e da informação em tempo real é estratégico para a realização de transações comerciais e financeiras no mundo.

Como observou Manuel Castells em *Internet e sociedade em rede*, o mundo vive uma nova experiência com a informação em tempo real. As pessoas sem internet (por exemplo) têm maiores dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e os países com atraso na massificação deste instrumento são os mais subdesenvolvidos e perdem competitividade econômica internacional, com crescentes desigualdades sociais e incapazes de se incorporarem ao novo modelo de desenvolvimento. Castells aponta para uma nova economia em que as empresas se transformam com a utilização da informação em rede. Entre as principais transformações do capitalismo estão as transações no mercado financeiro com as bolsas de valores atuando 24 horas e o capital das empresas girando com a velocidade da própria rede.

É neste contexto que vivemos o debate sobre a constituição de uma nova sociedade chamada de sociedade da informação, ou sociedade da comunicação, ou ainda, sociedade em rede, como escreveu o próprio Castells. Essas denominações são desenvolvidas de forma distinta, mas próximas no entendimento da realidade social de nossos dias. O presente estudo utilizará o termo sociedade de informação para dialogar com este pensamento.

A utilização do termo sociedade da informação foi incorporada a diversos trabalhos acadêmicos, organizações sociais e instituições, inclusive governamentais, como o caso do Brasil, em uma comissão instalada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, para desenvolver estudos sobre este tema.

A sociedade da informação é um sistema social no qual a produção de bens e serviços depende da coleta, processamento e transmissão da informação. Isto se deve ao desenvolvimento da tecnologia da comunicação, que propiciou uma maior aproximação do mundo e a capacidade de produzir e transmitir grandes volumes de informação em tempo real. A globalização foi possível graças a esta capacidade de integração entre os povos, não somente sob o aspecto econômico, mas social e cultural.

Para os pensadores que defendem uma nova sociedade baseada nas relações sociais mais integradas, as inovações tecnológicas alteraram as relações de produção ao nível das mudanças obtidas pelos períodos históricos anteriores como a revolução industrial. Desta forma, as mudanças no mundo da produção e no mundo do trabalho, mas não somente nestes, incorporam-se as mudanças nas relações sociais e, sobretudo na cultura entre os povos com o fim de fronteiras e obstáculos geográficos e políticos entre os povos. Tais mudanças, para estes pensadores, são significativas para a inauguração de uma nova era.

Estariamos, então, vivendo sob a égide da sociedade da informação?

A sociedade da informação como uma nova etapa do desenvolvimento da Humanidade é, no mínimo, questionável, porque os teóricos que sustentam a proposta de uma nova era histórica, com base nas relações sociais e produtivas precisam oferecer maiores e melhores demonstrações científicas e empíricas. É fato que as teorias sociais passam por lutas de idéias em que a sociedade e a academia (ou o conjunto de pensadores e intelectuais) consideram ou não, dado sua veracidade e aplicabilidade.

É muito difícil considerar que vivemos uma sociedade da informação porque a sociedade ainda está baseada em relações sociais e produtivas modernas, embora seja reconhecido que o avanço tecnológico modifica cada vez mais estas relações, contudo, hoje não é possível determinar uma nova época histórica. No sistema capitalista, mesmo com o predomínio do capital financeiro, é o capital produtivo industrial o lastro fundamental dos valores aplicados na sociedade. Não há, por exemplo, emissão ou captação de títulos e

negociações financeiras sem a devida sustentação material tanto das corporações quanto dos países (pelo menos em tese, pelas regras estabelecidas no sistema capitalista). Ou seja, para toda relação virtual há a necessidade de uma base material.

Diferente do argumento dos defensores da sociedade da informação, como instrumento predominante nas relações econômicas (sistemas produtivos, comércio, etc.), é possível afirmar que esta nova fase é a radicalização da modernidade (como argumentou Anthony Giddens) e de suas estruturas. É importante considerar que a informação não é sinônimo de conhecimento, ou seja, estar ligado em acontecimentos em tempo real não significa desenvolvimento de conhecimento, este sim, elemento fundamental para a transformação das relações sociais e produtivas na sociedade.

Gilberto Dupas, em *Ética e Poder na Sociedade da Informação*, apresenta uma crítica teórica sob o aspecto ético da nova sociedade da informação. Para o pensador ligado ao Instituto de Estudos Avançados da USP, a sociedade da informação está diretamente ligada ao pensamento da pós-modernidade. Considera que nesta fase do neoliberalismo, alinhado aos avanços tecnológicos criam as condições para os valores da individualidade e do niilismo, em que as bases de uma estrutura social são questionadas e que não surgiram novas alternativas éticas e ideológicas para a sociedade. Dupas considera que os avanços da tecnologia não são suficientes para estabelecer a harmonia entre os povos. A sociedade vive o período das incertezas devido a condição de unipolaridade norte-americana e os valores hegemônicos do individualismo no mundo.

“De qualquer forma, a sociedade norte-americana acabou personificada, como elemento original, a vitória do indivíduo sobre o conjunto. Trata-se de um modelo que se transformou em vitorioso e hegemônico. No entanto, é um sistema social que se sustenta tanto no reconhecimento dos méritos como na competição e na incerteza. A solidão e a crise de identidade decorrentes – somada à falta de referências éticas – forçam o indivíduo a tornar-se seu próprio produtor de significado, artesão da construção das representações de seu próprio mundo. Do exterior ele recebe superabundância de informação, comunicação, mercantilizada e material cultural programado. Não lhe é dado, no entanto, quase nada de

referencial conceitual e filosófico. As referências espaciais preenchem todos os seus vazios: espaço verde, espaço de lazer, espaço de cozinha, espaço aéreo e marítimo, espaço publicitário, espaço jurídico, espaço humanitário. O espaço transforma-se em visão instrumental. Descentralização e fragmentação são os novos valores. A estrutura de rede os une e viabiliza a globalização das partes dispersas”. (Dupas; 2000: 66)

Esta nova sociedade está marcada também pelo fim das explicações consideradas ultrapassadas para este período histórico. Para alguns pensadores, autodenominados ou classificados como pós-modernos, as definições designadas pelos pensadores dos séculos passados estão defasadas diante da nova realidade social.

O pensador francês Pierre Levy em *As tecnologias da Inteligência – o futuro do pensamento na era da informática* expressa bem a idéia de modelo ultrapassado de pensamento e a necessidade de uma nova interpretação social da realidade:

“Também não há maior progresso em direção a análises concretas quando se explica o desdobramento da tecnociência pela economia, sociedade, cultura ou ideologia. Obtêm-se então famosos esquemas nos qual a Economia determina a sociedade, que determina a ideologia da qual faz parte a ciência, que é aplicada sob a forma técnica, a qual modifica o estado das forças produtivas, que por sua vez determina a economia, etc. (...)

É por isto que não há mais sentido em sustentar que a essência da técnica é ontológica (Heidegger), que a essência do capitalismo é a religião (Weber) ou que a metafísica depende da economia em última instância (marxismo vulgar). Nem a sociedade, nem a economia, nem a filosofia, nem a religião, nem a língua, nem mesmo a ciência ou a técnica são forças reais, elas são, repetimos, dimensões de análises, quer dizer, abstrações”. (Levy; 2001: 13)

Levy, como outros pensadores pós-modernos, consideram que o pensamento sociológico dos séculos 19 e 20 são obsoletos, transformaram-se apenas como referência acadêmica ou literária. Marx, Weber e outros pensadores deram conta de explicar as condições da Humanidade em seus respectivos períodos históricos. A atualidade, para o

pensador francês, requer uma elaboração referenciada nas mudanças técnicas do século 21, não mais amarrada às condições da era industrial passada, material e condicionada à economia e seu sistema produtivo. Esse é o tempo da abstração e da virtualidade como princípio de nossa realidade.

A crítica de Gilberto Dupas à sociedade da informação é, na verdade, uma crítica à própria pós-modernidade, que, segundo ele é o resgate do niilismo, ou a radicalização do individualismo na sociedade. A sociedade do século 21 está sem rumo, como radicaliza Dupas, não há mais referência de valores sociais, a não ser pelo que o que se oferece no capitalismo, o espetáculo da fé, das mídias e do consumo.

Após a derrota de experiências renovadoras como o socialismo abriu-se um enorme vácuo nas perspectivas transformadoras da sociedade. Soma-se a essa condição a nova etapa do sistema capitalista, o neoliberalismo, como aposta no livre mercado como instrumento de regulação social e o monopolismo do sistema produtivo. Contudo, o capitalismo dá mostras de desgaste e freqüentes crises que o tornam cada vez mais inviável, sobretudo porque não é capaz de responder às principais inquietações desde o iluminismo que são as desigualdades sociais constantes. E a tecnologia parece ser, como observa Muniz Sodré em *O globalismo como neobarbárie*, que a tecnologia significa a última grande utopia do sistema capitalista.

O monopólio é a fase mais acirrada do capitalismo, a maior contradição de seu sistema. Na disputa pelo monopólio se estabelece uma carnificina econômica, social, cultural e, em última instância (ou simultânea), física de concorrentes ou não alinhados.

O “Deus Mercado” existe pela cultura dos poderosos reproduzidos por diversos instrumentos entre os quais a academia e a mídia.

A Academia, que outrora significava o centro do conhecimento, por conseguinte um instrumento de questionamento e atuação decisiva na luta de idéias em defesa do novo

contra o velho, agora está atada à lógica do mercado. Resgatá-la em debates, formação de novos quadros para a sociedade e se fazer ouvir pela imprescindível necessidade de alertar a sociedade para suas dificuldades é elemento fundamental para a sua própria existência.

O jornal no século 21 está diante de dois questionamentos que analisam seu papel na sociedade. O primeiro diz respeito ao conteúdo de suas informações, em especial, as notícias publicadas, que são consideradas tendenciosas e capituladas ao pensamento único neoliberal e ao hegemonismo dos países desenvolvidos. O segundo questionamento diz respeito ao próprio modelo de jornal, que são consideradas por alguns pensadores como ultrapassadas diante da nova tecnologia e fadada ao fim.

Sobre a primeira questão, diversos pensadores criticam a atual papel o jornal tanto pela adesão ideológica ao sistema quanto pelo seu papel instrumental. O mundo da comunicação monopoliza a imagem e a informação a serviço do consumo e do individualismo, a tecnologia da informação está ligada ao espaço privado e não ao espaço público e as pessoas são cada vez mais levadas a se conformarem ao atual estado de desigualdades e desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Os diagnósticos dessas críticas são variados e as conseqüências são diversas, mas em comum, estão relacionados ao avanço do neoliberalismo, à ausência de “novas utopias” ou à crise das ideologias e à globalização.

A crítica ao jornal pode ser direcionada para o não cumprimento de seu papel de sujeito conscientizador da sociedade, inserido no esquema de mídia em geral e regida pelas normas do mercado. Outrora, o jornal tinha característica literária, com transmissão real de conhecimento, aprofundando o debate da sociedade, significava um instrumento real de debate e embate de idéias. O jornal tinha lado nas disputas e independente do significado de imparcialidade não inspirava a dissimulação como acusa atualmente. A notícia não tinha apenas o papel da informação decantada pelos interesses de classe, mas também o do conhecimento.

O historiador Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil*, argumenta que o papel do jornal em sociedades subdesenvolvidas, como a brasileira, com pouca escolaridade e dificuldades de acessos à leitura, cumpriu o dever como livro para a formação da sociedade. A alternativa ao debate e a transmissão de conhecimento se dava pelos jornais também pelas características próprias da evolução da imprensa no Brasil.

O pesquisador da comunicação Ciro Marcondes Filho, em *Jornalismo Fin-de-Siècle*, utiliza um arrazoado de argumentos para demonstrar o seu pessimismo com os caminhos da comunicação que acaba por não encontrar alternativa à crise de representação também deste instrumento social. Para Marcondes Filho, a crise da comunicação é a crise da razão e está diretamente vinculada à crise da sociedade, com o decretado fim da era iluminista: “os *media* são o poder, acima dos partidos, dos monopólios econômicos, dos antigos e obsoletos poderes eclesiásticos, intelectuais, culturais, etc. (...)”. (Marcondes Filho; 1993: 64)

A afirmação de Marcondes Filho é uma demonstração da radicalidade com que se apresenta o debate sobre o papel da mídia na sociedade. Assim, parece ser um exagero de argumento ao decretar que a mídia está se sobrepondo a outras instituições sociais como a política e a economia.

Numa ponderação conceitualmente marxista, é importante considerar que as relações de classe agem nitidamente sobre a veiculação das informações, da publicidade e de outros meios de comunicação, ou seja, as instituições modernas (partidos, Estado, mercado, etc.) ainda são as que predominam quanto à condução da sociedade, a mídia é instrumento deste domínio.

Em outra ponderação, Marcondes Filho utiliza a análise do domínio dos “*media*” sobre a sociedade para diagnosticar a situação do jornal em nossos dias. A segunda observação do pensador da comunicação é próxima do historiador Werneck Sodré e parece

oferecer uma coerência maior na análise, embora parta de um argumento da realidade social distinta do segundo:

“Daí o jornalismo ter-se tornado uma prática insossa e monótona para os antigos leitores, amantes do jornal engajado; mas uma atividade atraente para as novas gerações vindas de um mundo depurado dos antigos vícios do pensamento e ação social. Para este, o jornal, é o melhor espaço para a publicidade de sua utopia individual, para ocupar o lugar de difusão e prestígio ocupado outrora pelas ciências e teorias clássicas, tornando o jornal um meio de ‘formação’ por excelência”. (Marcondes Filho; 1993: 65)

Neste contexto é que se debruça o segundo questionamento sobre o jornal, haverá de existir estes veículos de comunicação com o advento e expansão das novas tecnologias como a internet?

O jornal surge e é expressão do Iluminismo, a partir deste movimento histórico que a sociedade ganha um instrumento de informação, formação e contestação. A combatividade do jornalismo, como mencionou Marcondes Filho, vêm com a idéia das luzes no combate ao obscurantismo medieval, bem como a sociedade baseada em crenças e o Estado absolutista e arcaico. As idéias iluministas são a base da formação teórica das duas ideologias antagônicas da sociedade moderna: o liberalismo e o socialismo.

No momento em que se afirma o fim da modernidade como período histórico, nada mais coerente que colocar em dúvida a continuidade da existência do jornal. Senão o fim deste veículo de comunicação, o seu esgotamento enquanto instrumento que dialoga com amplas massas. A tecnologia avança e o acesso aos novos instrumentos multimídias serão os substitutos do jornal, da imprensa escrita como um todo e até dos livros, alegam alguns pensadores, como os declaradamente considerados pós-modernos.

Para se questionar a afirmação do fim do jornal, da imprensa escrita e dos livros, tomemos como exemplo o papel do teatro na sociedade. Sua origem remonta o início da

civilização e sua forma documentada existe desde os tempos da Grécia Antiga, embora haja indícios de massificação teatral na Mesopotâmia e no Egito Antigo. Como bem vemos, ele existe até hoje, mas foram inúmeras as vezes que se decretou a sua morte.

Em especial no século 20, o decreto da morte do teatro existiu com o advento do rádio, como instrumento de massificação cultural. Com o cinema, primeiro mudo, muito próximo das interpretações teatrais, e depois falado, inclusive com o advento de efeitos especiais, novamente foi considerado que não havia espaço para mais nenhuma forma de expressão cultural de massas. Por fim a televisão, responsável pelo decreto das possíveis mortes de todos os outros veículos de comunicação, entretenimento e arte.

Porque todos estes instrumentos sociais não morreram, em especial o teatro?

Porque houve espaço para a continuação destes instrumentos adaptados de acordo com a evolução da sociedade, da ciência e da tecnologia. Para o teatro em particular, a tradição rompeu fronteiras de espaço e tempo. Não vão acabar porque estão incorporados à sociedade e assim continuarão por tempo indeterminado.

O jornal vive ciclos de reformulação, normalmente estabelecidos pelas relações históricas e sociais, existe há séculos e ganhou a confiança da sociedade, embora nem sempre sejam dignos desta honraria. O jornal não vai acabar com o advento de novas tecnologias porque cumpre papel importante, mesmo com todos os percalços que as relações de classes impõem sobre estes veículos. Portanto, não se estabelece a morte de instrumentos sociais por decreto, como prejulgam nossos intrépidos pensadores pós-modernos.

Não acabar não significa que continuarão os mesmos. Neste caso é fundamental que a imprensa escrita se reformule porque faz parte das condições normais de acompanhamento da evolução da sociedade. Qual o papel que o jornal poderá cumprir com a época da informação em tempo real?

Ainda é cedo para determinar quais serão os rumos e as mudanças do jornal, contudo já é possível oferecer algumas pistas. A informação continua sendo uma vocação do jornal, e o espaço de opinião pode ganhar maior relevância, retomando seu papel histórico.

O diretor (proprietário) do jornal *O Estado de São Paulo*, o jornalista Ruy Mesquita, questionado sobre o futuro do jornal, ressaltou que ele não acabaria, mas se tornaria um espaço de textos mais elaborados e reflexivos para subsidiar o debate na sociedade. À parte a deficiência da democratização destes veículos de comunicação, o jornal poderá, de fato, tornar-se novamente um espaço mais denso para o diálogo e a luta de idéias. Isso não significa um salvo-conduto das empresas jornalísticas e a manipulação da informação como é feita nos grandes jornais liberais de hoje. A confiabilidade da sociedade no jornal é fundamental para a sua sobrevivência e a democratização do espaço jornalístico é imperioso para a manutenção desta confiança, considerando que a sociedade pode tomar, cada vez mais, consciência coletiva.

O jornal, portanto, continua sendo um instrumento importante para o equilíbrio e a construção de uma sociedade consciente, na contramão da alienação, como modelo constitutivo das relações sociais.

2.2 A relação entre jornal e poder

Há duas questões importantes para entendermos a relação entre o jornal e o poder. A primeira diz respeito à vinculação do veículo jornalístico junto às esferas de poder público e privado. A segunda é o próprio poder que o jornal exerce na sociedade.

O jornal está intrinsecamente ligado ao poder, para usufruir de suas benesses ou para questioná-lo, sobretudo se há conflito de interesse empresarial ou de classe. O jornal que será analisado é o tradicional, liberal, de grande tiragem e defensor da livre iniciativa e do mercado, portanto, distinto de outro tipo de jornal, com linha editorial diversificada, de outra matriz ideológica ou na disputa comercial que busca novos e diferentes leitores. Este jornal tradicional, antes de tudo, defende o *status quo*, a manutenção da linha ideológica liberal do Estado.

Essa defesa do Estado não significa, contudo, a defesa de governos que podem e normalmente são questionados pelas linhas editoriais. Os chamados grandes jornais têm interesses ligados aos grupos corporativos das quais as empresas jornalísticas são associadas. Não significa também, que todos os grupos jornalísticos estão no mesmo campo, ao contrário, há uma distinção concorrencial entre estes jornais.

Para o jornalista Felipe Pena, em *Teoria do Jornalismo*, as relações de interesses entre o jornal e o poder são históricas e está vinculada diretamente ao desenvolvimento da própria sociedade:

“A história da imprensa em todo mundo está ligada à história do poder. Mesmo nos países mais democráticos sempre houve estreita relação entre as empresas jornalísticas e os governos. Na maioria das vezes, há uma dependência mútua. Por um lado, anúncios oficiais movimentam milhões de dólares para os conglomerados de mídia. Por outro lado, aos governos também interessa um bom relacionamento com essas empresas a fim de manter uma imagem positiva perante a opinião pública. Casamento perfeito. Mas quando há

divórcio, os fermentos são mortais. Em alguns casos, levam a queda de presidentes ou falências.” (Pena; 2005: 103)

A opinião de Felipe Pena tem por base o método marxista sob a análise histórica do desenvolvimento da luta de classes. Em contrapartida a esta visão marxista de análise da imprensa e da sociedade, destacamos a opinião de Michael Kunczik, em *Conceitos de Jornalismo*:

“Os autores marxistas acusam enfaticamente a ‘ciência burguesa’ de passar por alto a comunicação social e, dessa forma, ocultar seu caráter classista. A ciência da comunicação marxista se entende como o ato guerrilheiro na ‘sociedade da alienação capitalista tardia’, porque essa foi a única maneira de penetrar nos fenômenos superficiais e chegar ao ‘verdadeiro núcleo das coisas’.(...)”

As condições materialistas da produção impõem as condições do trabalho jornalístico na sociedade capitalista de classes, segundo os marxistas. Os jornalistas se encontravam em uma condição geral de alienação do produto, dos colaboradores e deles mesmos. Ao separarem da produção material, os jornalistas ligaram-se à classe governante. Costuma-se dizer que os jornalistas se acomodam; ainda que não façam parte da classe governante, tem a tendência de adotá-la e reproduzir as suas opiniões. Os jornalistas são considerados como os trabalhadores assalariados dos meios de comunicação, que escrevem em benefício dos empresários. Atribui-se aos jornalistas uma consciência alienada que se reproduz perpetuamente sob a pressão dos editores. Segundo esse argumento, as condições de produção penetraram na alma dos jornalistas” (Kunczik; 1997: 79 e 81)

A opinião de Kunczik é um confronto claro contra as opiniões marxistas das explicações para o mundo da comunicação. A possível razão do pensador alemão é o arazoado de argumentos contra o sectarismo e dogmatismo que por vezes são encontrados nos estudos marxistas. Em muitos casos, é possível identificar exageros e “absolutismos” defendidos por determinados marxistas.

Contudo, o erro de origem de Kunczik é exatamente o que ele próprio critica, a generalização de idéias sectárias. O autor identifica no pensamento marxista uma idéia empobrecida da relação de dependência entre funcionário jornalista e empresa jornal, na simples ligação entre empregados e patrões. A falta de contexto do tipo de autor “marxistas”, acaba por colocar num mesmo patamar o diversificado e rico número de pensadores que utilizam da opinião originária de Marx e correntes de pensamento superficiais e equivocadas, talvez de maneira consciente, mais para confundir que para elucidar. Afinal, quem são os marxistas que o autor se refere?

Kunczik erra em nova ocasião de análise, neste breve trecho destacado para explicar as relações de poder entre jornalismo e jornal. O problema encontrado no raciocínio do comunicólogo alemão é a inversão da responsabilidade da produção da notícia. O instrumento de análise do sistema social é o jornalista desconsiderando o protagonismo do jornal. É pobre o argumento sobre consciência ou alienação dos jornalistas que supostamente os marxistas exploram em seus estudos.

Essa formulação faz parte dos esforços de parte dos acadêmicos em desqualificar o pensamento marxista (neste caso com pouco sucesso) e a utilização do entendimento das relações de classes sociais para demonstrar as contradições sociais e os interesses que movem os grupos políticos e ideológicos na sociedade.

A análise marxista persiste neste estudo, como método mais apropriado no entendimento da relação entre jornal e poder, suas conseqüências e seu papel na sociedade.

A imprensa é comumente denominada como o quarto poder, ou seja, um poder inserido na sociedade com capacidade de intervenção direta, mas sem estar instituído de elegibilidade e distinto dos poderes públicos republicanos: o executivo, legislativo e o judiciário.

Este poder se deve ao alto índice de confiabilidade que a sociedade deposita sobre a imprensa. Um poder independente, com autonomia e expressão da vontade popular, muito embora seja um instrumento privado e de interesse particular.

A idéia de quarto poder não é uma unanimidade. Entre as principais polêmicas estão justamente a característica privada e de interesse particular dos veículos de comunicação. A confiança da sociedade reside no pretense papel da imprensa em investigar e cobrar da política e dos políticos a probidade, o compromisso com a causa pública e o exercício e o estabelecimento das regras institucionais.

Ocorre que a cobrança pública para que os políticos não tomem proveito individual, parte de instituições de caráter privado que também exercem seus interesses particulares na sociedade. A posição da maioria da grande imprensa quanto aos acontecimentos históricos como o Golpe Militar de 1964, em que as empresas de mídia foram favoráveis à implantação da ditadura no país, é uma demonstração deste interesse de classe.

Portanto, temos uma contradição ao estabelecer a imprensa como quarto poder, porque o caráter privado que o jornal passou a desempenhar na sociedade é distinto do papel público que se reserva o jornalismo, como pressupõe seu exercício social.

Outra crítica à tese do quarto poder parte da idéia de Ciro Marcondes Filho em *Jornalismo Fin-de-Siècle*, no qual afirma que a confiança depositada na imprensa não se deve aos seus valores, mas à *débâcle* das estruturas sociais como as instituições políticas, a educação, a igreja, os partidos, os sindicatos e outras representações modernas. Esta afirmação faz parte de um argumento baseado na desilusão e o impacto do fim de alternativas deste período.

Qual o motivo da confiança popular nos veículos de comunicação, em especial o grande jornal, já que estes representam parcela da classe dominante no país?

Uma das respostas, provavelmente se deva ao atraso da formação da sociedade brasileira, com o domínio dos principais veículos de comunicação concentrados em poucas mãos. Nesta condição, a população fica circunscrita à informação transmitida por estes poucos veículos. Resgata-se aí, a opinião de Werneck Sodré sobre o papel importante do jornal enquanto formador social, em país de pouca leitura e infelizmente, difícil acesso aos livros e à escola.

Outra resposta para esta pergunta pode se dar ao fator histórico do papel do jornal que, embora esteja a serviço de parcela privilegiada da sociedade, cumpre o dever de questionar o poder, mesmo que inserido nele.

Por fim, para se buscar a resposta da confiança popular no jornal está no corpo profissional que compõe as redações. Não se pode dizer apenas dos proprietários e editores, mas fundamentalmente do conjunto dos profissionais do jornal que sempre tiveram papel destacado em favor das lutas democráticas e populares do país, na maioria das vezes contrários aos próprios donos dos veículos de comunicação. Das redações saíram nomes importantes para compreendermos e deciframos as contradições e a importância da imprensa.

É a partir de nomes como Perseu Abramo, jornalista e estudioso da comunicação que se baseia a segunda questão do poder do jornal. Em *Padrões de manipulação na grande imprensa*, um ensaio escrito em 1988 e publicado em 1997 (pós-morte) estão as principais observações coletadas a partir da própria experiência de Abramo nas grandes redações. No primeiro parágrafo uma constatação polêmica e instigante: “Uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, é praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação”. (Abramo; 2003: 23)

A manipulação da grande imprensa no Brasil se dá por uma questão de conflito de classes em que é necessário constituir uma verdade própria para explicar as desigualdades sociais e o caráter do nosso subdesenvolvimento. A verdade construída não é uma pura

ficção, não há a manipulação em todos os momentos, mas em circunstâncias que capacitam a credibilidade da imprensa, afinal não se pode distorcer a realidade a todo o momento. Antes de tudo, é preciso construir opinião, baseada em realidades, mas nem sempre em conclusões e conseqüências capazes de estabelecer uma consciência coletiva possível de mudanças sociais.

Para demonstrar a manipulação da grande imprensa, Abramo qualifica os tipos utilizados comumente nas redações: padrão de ocultação; padrão de fragmentação; padrão da inversão; padrão da indução e padrão global.

O primeiro critério, o padrão de ocultação, é o tratamento oferecido pela grande imprensa às notícias em que se dá relevância para alguns fatos e ocultam-se outros. Trata-se do “deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade”. Diante de tantos acontecimentos importantes na sociedade, existe uma seleção criteriosa do que se deve noticiar, muitas vezes são deixados de lado outros assuntos por conveniência ou interesse. Este é um critério fundamental para a manipulação da realidade.

O segundo critério, o padrão de fragmentação, é uma crítica ao tratamento da notícia selecionada, em que sua estrutura não permite uma interconexão capaz de se tirar consequência consciente do acontecimento. Há uma fragmentação em fatos particularizados desligados do todo, não há um tratamento histórico contextualizado. Esta crítica tem uma atualidade visível em nosso período da informação em tempo real.

O terceiro critério, o padrão da inversão, talvez a mais clara crítica oferecida às grandes corporações da informação, é o que altera o conteúdo da notícia mediante os seguintes procedimentos:

- a) *inversão da relevância* dos aspectos em que o secundário se transforma em relevante e vice-versa;

- b) *inversão da forma pelo conteúdo*, em que o mais relevante na produção da notícia é o formato, esta crítica ganhou relevância sobretudo com o advento dos variados manuais de estilo e redação da imprensa escrita e os padrões de qualidade da imprensa em geral, em especial os telejornais;
- c) *inversão da versão pelo fato*, é a principal crítica da formulação de Abramo, neste exemplo é apresentada a manipulação escancarada da imprensa em que se considera como fato a versão, substancialmente reforçado com a permissão da ocultação da fonte, mecanismo utilizado por diversos jornalistas nos dias atuais para validar informações nem sempre confirmadas. “Muitas vezes, prefere engendrar versões e explicações opiniáticas cada vez mais complicadas e nebulosas a render-se à evidência dos fatos”. O autor ainda cita as evidências deste tipo de jornalismo ao que chama de *frasismo*, quase sempre descontextualizado do conteúdo e do *oficialismo* ao indicar como fontes, como parte da sua ocultação;
- d) *inversão da opinião pela informação*, a imprensa apresenta a opinião embutida na informação, ou seja, o juízo de opinião entra como verdade ou juízo de realidade. O leitor não detém o domínio dos fatos e é levado a acreditar em uma notícia que não relata inteiramente o acontecimento, mas a opinião do veículo, sendo levado a tirar conclusões situadas na idéia do veículo de comunicação.

O quarto critério, o padrão de indução, é a manipulação a partir do conceito em que a grande imprensa altera a realidade com a habilidade de fatos distorcidos, fazendo com que a sociedade passe a ser induzida por uma versão. Abramo chama a atenção que estas manipulações não ocorrem a todo o momento ou em qualquer circunstância, mas sim em uma combinação de casos e momentos;

O quinto critério é o padrão global ou o padrão específico do jornalismo de televisão e rádio, está vinculado aos veículos de mídia eletrônica e representa o modelo aplicado pelos grandes canais de televisão e rádio, em especial o padrão Globo, principal empresa de mídia do país. As informações veiculadas nestes canais não apresentam o contexto crítico e elementos de análise capazes de conscientizar a sociedade ou de propiciar a cada cidadão a

possibilidade de tirar suas próprias conclusões, ao contrário, carregam no sentido da alienação e na versão única capaz de uniformizar uma idéia sobre o acontecimento.

Os argumentos sobre os padrões de manipulação da grande imprensa apresentados pelo sociólogo Perseu Abramo são atuais, sobretudo pela pauta de investigação e o papel destes veículos de comunicação.

O pressuposto dos argumentos de Abramo é que não há neutralidade na imprensa, algo que nos dias atuais é reconhecido pelas partes envolvidas, os veículos de comunicação, a academia e a sociedade. Contudo, a neutralidade passou a ser substituída pelo critério da verdade ou o chamado compromisso com a verdade. Ocorre que a verdade é baseada em fatos e versões relatados por jornalistas e editados por redações carregados de suas idéias, ou seja, também não há neutralidade no compromisso com a verdade.

A maior dificuldade no argumento de Abramo, talvez seja o exagero que trata o papel da imprensa na sociedade, como instrumento de substituição dos partidos políticos ou, como coloca literalmente, a transformação dos jornais em partidos, elencando uma série de estruturas materiais, de idéias e seguidores (leitores fiéis), capazes de criar verdadeiros movimentos de intervenção social.

Antes disso, Abramo poderia aprofundar o caráter ideológico dos jornais e seu papel de classe na sociedade, identificando se há uma forma alienante de intervenção da realidade. Ao mesmo tempo, o pensador da comunicação distorce o papel real do jornal e não aprofunda o instrumento de manutenção do sistema de exploração de classes.

A favor da idéia de Abramo, embora não seja dito por ele desta forma, é a unidade de classe dominante, verificada em momentos de grandes disputas políticas. Como exemplo tomemos a crise do impeachment de Collor e a posição de dois dos maiores jornais do país: *a Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

A *Folha de São Paulo* partiu para a oposição em pouco tempo de mandato, devido à posição crítica contra atos administrativos e econômicos do governo, culminando na intervenção desastrosa da Polícia Federal na sede do jornal. Sua posição desde o início da crise política foi o pedido a renúncia e depois o impeachment de Collor em campanha aberta estampada em cobertura jornalística e editorial. De outro lado, *O Estado de São Paulo*, teve posição cautelosa, chegando a criticar a proposta de impeachment acusando a oposição de aventureira e considerando o impedimento como “golpe contra a democracia”. No período de desfecho, a recomendação do jornal foi pelo pedido de renúncia como saída legal oportuna.

A unidade de todos os grandes jornais, como a *Folha* e o *Estadão*, foi a opinião e a campanha aberta para que o Brasil não devesse sair de seus marcos constitucionais. Todas as principais corporações de mídia pressionaram o novo governo para respeitar o programa vitorioso da eleição, capitaneada por Collor, ou seja, muda-se o presidente e permanece o modelo econômico, inclusive com os programas de privatizações em curso.

Este episódio histórico demonstra a relação de unidade e luta entre os grandes veículos de comunicação. De fato, há uma uniformidade entre os jornais na cobertura da crise política de 1992, que tiveram papel protagonista a partir da investigação e publicação das denúncias em questão. A diferença reside em que alguns jornais entraram mais rápido na pauta, outros mais cautelosos nas conseqüências, mas todos foram obrigados pelo sentimento popular e pela disputa entre estes veículos de comunicação, a se posicionarem na cobertura jornalística de forma crítica. A unidade reside no desfecho da crise, na manutenção de um modelo econômico “seguro” e “legítimo” que interessavam às grandes corporações de mídia e a setores econômicos a elas vinculadas.

O quarto poder, exercido pela grande imprensa, existe? Em que condições ele se dá neste momento?

É notória a capacidade de poder que a grande imprensa exerce na sociedade, pela confiabilidade depositada, o conjunto de profissionais esclarecidos, o papel histórico de transmitir informação, idéias e opiniões, a capacidade de persuasão e, destacadamente, a capacidade de dialogar com as massas. Contudo, a leitura que se faz de um poder paralelo, autônomo e independente não é correto. Há, pelo menos, dois argumentos possíveis de serem averiguados nesta interdependência de poder exercido pela imprensa.

O primeiro, diz respeito em para quem a grande imprensa exerce o poder? Alguns desavisados poderiam considerar que é para a própria sociedade. Não, o poder exercido pela imprensa está calçado nos interesses das elites. Neste caso, a palavra no plural é correspondente aos vários grupos sociais dominantes que se unificam em sentido geral para preservar o sistema, mas se digladiam por maiores espaços de dominação.

O segundo, é o peso real da capacidade de intervenção da grande imprensa na sociedade. Ao mesmo tempo em que há a concentração monopolística das empresas de mídia, é cada vez maior a quantidade de órgãos de comunicação, fazendo com que a verdade não seja uma unidade de pensamento. Também se deve relativizar a abrangência de todos estes órgãos, ainda longe de considerar que a imprensa no Brasil seja democrática.

As duas questões apontadas levam à conclusão que o quarto poder exercido pela grande imprensa é, na verdade, parte constitutiva do sistema capitalista onde os grandes capitais financeiros e de produção exercem o poder de fato. Contudo, é forçoso considerar que o papel da grande imprensa é predominante na chamada formação da opinião, causando um modelo ainda anti-democrático de informação e da formação da sociedade.

2.3 O jornal no contexto econômico: a relação empresa jornalística e jornalismo

A comunicação é um ramo da economia estratégico para qualquer país, cumpre o papel de integração nacional e o seu controle tem implicações geopolíticas, comerciais e culturais, entre tantas variantes. O século 21 se define pelo período das informações em tempo real e em todo mundo, garantidas pelos avanços científico e tecnológico.

Como destaque neste estudo, verifica-se o comportamento dos jornais na dualidade veículo de notícia e empresa de mídia. As características da comunicação como instrumento de informação e formação social foram alteradas com a mesma velocidade do desenvolvimento do capitalismo.

No Brasil, podemos identificar as mudanças das características da imprensa, a partir do jornal, ligadas a própria formação de nossa sociedade, inclusive com os mesmos atrasos históricos e as dificuldades do nosso desenvolvimento econômico e cultural. As etapas da evolução do jornalismo destacadas pelo jornalista Roberto Seabra no artigo *Dois Séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet* demonstram a relação intrínseca entre a constituição da Nação e o surgimento da imprensa no país.

Segundo Seabra, em uma síntese da formulação de vários autores, podemos distinguir cinco momentos históricos do desenvolvimento do jornalismo: 1) jornalismo literário; 2) jornalismo informativo estético; 3) jornalismo informativo utilitário; 4) jornalismo interpretativo e; 5) jornalismo plural. (Seabra *in* Motta; 2002: 32)

Baseado na proposta oferecida por Seabra, pode-se identificar o processo de desenvolvimento do jornal e da empresa jornalística no Brasil. Na análise histórica serão consideradas observações políticas relevantes para ilustrar o momento vivido pelos jornais.

A imprensa brasileira surge em 1808 com a vinda da corte portuguesa, período em que as gráficas têm permissão de funcionamento legal, de forma restrita e normalmente utilizadas para serviços do governo. O único jornal permitido era a *Gazeta do Rio de Janeiro*, considerado o veículo oficial do governo. Meses antes foi publicado o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, em Londres, já que sua produção no Brasil estava proibida.

A partir da proclamação da independência, em 1822, ocorre um fenômeno social com o advento de diversas publicações, normalmente de pequena tiragem e pouca duração, ligadas a grupos políticos, animados com o conturbado período político. É neste contexto que o jornalismo literário está inserido, o jornal passa a representar o veículo de divulgação e produção de idéias de intelectuais e grupos, em extensos textos carregados de ideologia e conteúdo opinativo. O estilo literário percorre todo o século 19 e o jornal passa a ter papel fundamental para o desenvolvimento cultural da sociedade.

O prenúncio da empresa jornalística vai caracterizar o jornalismo informativo estético, que acompanha o desenvolvimento industrial e a urbanização no país. O desdobramento do campo político representa a entrada do Brasil no período moderno com a proclamação da República e o fim do sistema escravista.

Segundo Seabra, “a informação começa a ser vista como produto, os acontecimentos políticos, econômicos e sociais passam a ocupar o espaço antes preenchido pelo mero debate e os veículos impressos são agora portadores dos interesses da classe produtora e das camadas médias da população”. (Seabra *in* Motta; 2002: 34)

Neste período surgem os grandes jornais como o *Jornal do Brasil* (1891) no Rio de Janeiro e *O Estado de São Paulo* (1891) em São Paulo, que passarão a ocupar papel predominante no mercado da informação. O estilo opinativo dá lugar para o informativo, embora carregado de opinião. As redações passam a ter influência do estilo de jornalismo

norte-americano, substituindo as experiências anteriores provenientes da Europa. A cobertura da Primeira Guerra já passa a demonstrar esta mudança de estilo.

O período entre guerras é marcado por conturbações sociais e políticas intensas no país. Os movimentos militares de baixa patente, como o movimento tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1925) tentavam polarizar as insatisfações populares. A Revolução de 1930, galgando Getúlio Vargas ao poder e a reação conservadora paulista de 1932, polarizaram a recente grande imprensa. Na cultura, a Semana da Arte Moderna (1922) ecoa nas páginas de jornais com artigos furiosos contra a ruptura proposta e buscam conservar o classicismo irretocável.

Neste período surgem a *Folha da Noite* (1921) e *Folha da Manhã* (1925), do mesmo grupo de proprietários, em São Paulo e *O Globo* (1925), no Rio de Janeiro. É o momento de novas mudanças nas empresas jornalísticas, pelas intervenções políticas diretas nas redações e pelo conseqüente acompanhamento do avanço industrial que o Brasil passou a desenvolver, como o início da Era do Rádio (1923) que logo se transforma no maior veículo de comunicação de massas.

O estilo informativo utilitário é o acompanhamento das mudanças realizadas nos EUA e compõe um jornalismo direto e conciso, praticado a partir de regras de padrão estabelecidas para uniformizar o jornal. A Segunda Guerra e seus desdobramentos como a Guerra Fria e a nova etapa de industrialização são correspondentes às novas normas de redação. A televisão surge no país na década de 1950 e provoca novas mudanças em todos os veículos de comunicação.

O jornalismo interpretativo ocorre nas décadas de 1960 e 1970 no momento em que a mídia eletrônica está consolidada e cumpre papel predominante na informação e no entretenimento de massas. A imprensa escrita faz mudanças fundamentais para criar agilidade e buscar ampliar seu espaço na sociedade. As redações diversificam os estilos, resgatam antigos modelos, buscam dar maior e melhor tratamento nas notícias com o

aprofundamento dos assuntos, ampliam-se as imagens e buscam oferecer diversidade de assuntos. É nesse momento que a grande imprensa escrita modifica suas estruturas baseada no advento de novas tecnologias com recursos provenientes do Estado e do próprio crescimento econômico. Neste período, surge a *Folha de São Paulo* (1960), uma fusão de vários jornais da mesma empresa jornalística.

No campo político, houve simpatia de parte da grande imprensa pelo golpe militar de 1964, momento em que foram porta-vozes da classe média conservadora e das elites, sobretudo as mais atrasadas, ligadas às velhas oligarquias regionais e as vinculadas ao grande capital externo.

Muitas empresas de comunicação logo se adaptaram ao novo momento político e passaram a utilizar a relação com o poder para ampliar seus negócios (como as Organizações Globo). Outra, embora tenha apoiado a ditadura, passaram a sofrer conseqüências drásticas como a censura e a perseguição a profissionais do jornalismo.

O período do jornalismo interpretativo também decorre das dificuldades das restrições democráticas nas redações e na oportunidade de buscar a notícia. Novamente, as redações do país são amplamente influenciadas pelas mudanças de estilo nos jornais norte-americanos.

O jornalismo plural representa a introdução de um novo período de transformações no jornalismo, a partir dos anos 1980, com o advento de novas tecnologias. Segundo Seabra, “o jornalismo plural é o resultado de uma nova realidade nos meios de comunicação, em que a informatização das informações e o surgimento de uma nova mídia, a Internet, alteraram profundamente o conceito de notícia”. (Seabra, *in* Motta; 2002: 43)

O jornalismo em tempo real ocorre no período de redemocratização do país, do fim da censura e de profundas mudanças sociais políticas e econômicas. Os jornais passam a se auto-denominarem como isentos ou comprometidos com a informação desprovidas de

ideologia. Neste período, surgem correntes teóricas que decretam o fim das ideologias tradicionais com o fim do chamado “socialismo real” e o acirramento das crises capitalistas. O Brasil vive o período de eleições diretas em que a imprensa escrita cumpre papel decisivo na cobertura jornalística e na formação das opiniões de cada disputa e cada crise política vivida.

Os anos 1990 foi um período de grave crise financeira das empresas jornalísticas a partir da própria crise econômica vivida pelo país que cresceu na média de 2,2% do PIB – Produto Interno Bruto, ao ano neste período. Dificuldades específicas sobretudo com a aceleração das mudanças tecnológicas obrigando as empresas a modernizarem seus parques gráficos e equipamentos de informática, quase todos importados, obrigando ao endividamento em dólares. A política cambial do governo Fernando Henrique Cardoso (1995), com a paridade entre o real e o dólar propiciaram o investimento das empresas de mídia na diversificação do setor, como a Internet e a TV a cabo. O pouco retorno destes negócios e o fim da paridade com a desvalorização do real fizeram com que algumas das maiores empresas aprofundassem suas dificuldades.

No Brasil, durante o governo Lula (2003), ocorreu intenso debate sobre a possibilidade de o Estado oferecer uma linha de crédito para as empresas de comunicação, sabidamente em crise financeira, através do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico, um dos principais instrumentos de investimento do governo federal. O assunto gerou polêmica, principalmente sobre a justiça deste procedimento, a possibilidade da rendição da imprensa diante do governo (o famoso “rabo preso”) e quem poderiam se beneficiar desta linha de crédito.

A estimativa de endividamento das grandes empresas de comunicação era de R\$ 10 bilhões (2003), segundo estudo encomendado pela ANJ – Associação Nacional de Jornais, pela Abert – Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão e pela Aner – Associação Nacional de Editoras de Revistas, segundo matéria publicada pelo jornal *Folha de São Paulo*, em 15 de fevereiro de 2004. A razão da dívida são empréstimos contraídos

em dólar (cerca de 80% do perfil das dívidas) no período da paridade cambial. A maior parte dos investimentos feitos pelos grupos midiáticos foi a novas comunicações como TV por assinatura, internet e telefonia.

Este episódio é interessante para identificar a divisão do pensamento dos proprietários de jornais no país. Embora todos sejam liberais e defendam o livre mercado, houve diferenças significativas por interesse concorrencial e posição político-ideológica. Apresentaremos as idéias de três jornais de circulação nacional e considerados os maiores formadores de opinião: *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*.

O jornal *O Globo* foi o principal interessado na linha de crédito para resgate de dívidas, ele faz parte das Organizações Globo, um dos maiores grupos de mídia do país, que passa por grave crise financeira, sobretudo depois de transações internacionais envolvendo dívidas em dólares (no período da paridade cambial). A posição do jornal foi a favor do esforço da liberação dos recursos para as empresas de comunicação e não considerou que esta medida tirasse a independência dos veículos de comunicação por se tratar de uma transação do mercado financeiro de crédito. A dívida das organizações Globo girava em torno de R\$ 5,6 bilhões em 2004.

O jornal *Folha de São Paulo* foi o principal opositor ao projeto de resgate das empresas de comunicação, principalmente pela posição concorrencial diante dos outros jornais. A *Folha* também tem dificuldades financeiras, mas parece ser a empresa melhor posicionada em suas contas e conseguiu uma linha de crédito com o BNDES no governo anterior (período Fernando Henrique Cardoso) para compra de equipamentos e readequação de seu parque gráfico. A dívida do Grupo Folha estava em R\$ 290 milhões em 2004. Em entrevista ao sítio AOL Notícias publicada em 21/10/2003, o jornalista Octávio Frias Filho, proprietário da *Folha* deu a seguinte opinião: “(...) o que interessa ao governo é a mídia de joelhos. Não uma mídia morta. Uma mídia independente não interessa a governo nenhum. Dentro desse princípio é difícil ver essa questão do BNDES. Por que criar um sistema assistencial, preferencial para os jornais, para a mídia? Por quê? Se todo o empresariado

está endividado, nunca vi uma situação tão difícil em toda minha vida e estou apenas com 91 anos.”

O jornal *O Estado de São Paulo* tem uma posição ainda distinta dos outros dois veículos de comunicação. Para o jornal não há impedimento legal ou legítimo no pedido de empréstimo desde que se observem as normas legais para as transações financeiras de crédito, mas enxerga outra saída para a crise dos veículos de comunicação baseada no próprio mercado. A defesa do *Estado* é a modificação na legislação brasileira para permitir que as empresas de comunicação possam buscar parceiros estrangeiros abrindo mão de 50% do capital da empresa nacional, modificando assim a atual legislação sobre propriedade estrangeira nos veículos de comunicação no Brasil. Esta saída respeita a lei de mercado e se libera da possibilidade de intervenção estatal no setor. A dívida do grupo O Estado de S. Paulo girava em torno de R\$ 384 milhões em 2004.

As três posições estão situadas em um pragmatismo de mercado, considerando as posições distintas dentro de um mesmo campo liberal. Os jornais se distinguem pela estratégia de conquista da credibilidade e se unificam na defesa da propriedade privada e os interesses comuns de mercado.

A saída para a crise das empresas de mídia está definida nas opiniões distintas dos jornais. A alternativa de buscar no mercado os recursos necessários para a sobrevivência das empresas jornalísticas não se demonstra viável em curto prazo senão pela abertura do controle acionário para o capital externo. Esta alternativa significa a perda de autonomia de brasileiros sobre suas empresas para corporações estrangeiras, ou seja, uma parte da soberania nacional severamente questionada. O controle acionário de empresas jornalísticas e de informação por grupos estrangeiros representa a perda de identidade nacional. Diante destas observações levantamos a seguinte questão: o governo brasileiro deve socorrer empresas de mídia em dificuldade financeira?

O BNDES foi uma das poucas estruturas estatais que não foram privatizadas durante o governo Fernando Henrique e hoje representa o maior instrumento de fomento para projetos de desenvolvimento econômico do país. Um dos argumentos contrários ao projeto de resgate dos veículos de comunicação é o papel de empréstimos para investimentos e não para quitação de dívidas e equilíbrio de contas internas. Há uma segunda constatação contrária ao pedido de empréstimo que significa a justiça de socorrer empresas privadas como as Organizações Globo, reconhecidamente beneficiária de estruturas estatais anteriores. O centro do debate, porém, é exatamente a interferência do Estado sobre o mercado de mídia.

Sobre o primeiro ponto é válido considerar que o BNDES já realizou operações financeiras de crédito tão ou mais questionáveis que a de finalidade do pagamento de dívidas. Por exemplo, saiu de sua linha de crédito o financiamento da compra de empresas estatais pela iniciativa privada ou o programa de resgate de dívidas de bancos privados.

O segundo argumento também não parece ser fundamental, pois ao se tratar de interesses de mercado não é a justiça da questão que prevalece nas decisões, mas as regras estabelecidas pelas corporações e pelo governo.

Por fim, o mais importante debate é a interferência do Estado sobre o mercado de mídia do qual se podem estabelecer duas linhas de argumentação. A primeira é a concepção ideológica dos proprietários de empresas de mídia. Para estes empresários, o Estado não deve intervir no mercado, pois desequilibra a lógica de concorrência e eficiência das relações de disputa. A segunda argumentação é o interesse do governo em ter como aliado político as empresas de mídia, ou nas palavras do senhor Octávio Frias Filho, ter “a imprensa de joelhos”. Esta preocupação é a mais pertinente, pois a relação entre “imprensa livre” e Estado sempre foi de cooptação ou repressão. Entretanto, a relação entre as empresas de mídia, o mercado e o Estado obedecem a uma lógica de interesses que, por vezes, chega ao limite da independência das partes.

O projeto não teve resultado positivo, sobretudo pelas contradições existentes dentro do mercado de mídia. Ocorre que este problema não se resolveu e não se resolverá pelas condições naturais de mercado.

Esta questão também nos remete ao entendimento sobre o papel do jornalismo e a suas relações com o a empresa jornalística, que produz as notícias.

Pode-se dizer, por maiores contradições existentes entre as empresas de comunicação, que elas seguem uma lógica de mercado, portanto, capitalista? Sim, certamente, porém pela própria natureza da concorrência e do pensamento divergente sobre o papel do Estado, como vimos na exposição das dívidas destas empresas, não dá para dizer que os jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo* terão as mesmas idéias. Pelo contrário, há demonstrações de diferenças profundas entre estes veículos, cada qual com o seu estilo e linha de pensamento, mas, sobretudo, porque a lógica capitalista leva a autofagia até entre as grandes corporações.

Todos estes principais jornais defenderam as privatizações nos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, pelo princípio do Estado mínimo e da defesa da propriedade privada. Porém, deve-se considerar o seu interesse quando a privatização interfere no projeto da empresa em particular ou a um grupo aliado. Neste caso o jornal tem comportamento de denúncia ou conivência como foi o caso da *Folha* que se sentindo preterida dos leilões das privatizações do setor de telecomunicações abriu questionamento severo a este processo enquanto outros veículos trataram as denúncias de favorecimento a determinados grupos de forma parcimoniosa.

Os veículos de comunicação não devem ser oficiais, sustentados por governos (este tem instrumentos específicos para se comunicarem com a sociedade), mas o outro lado também é verdadeiro, não há veículo de comunicação que não esteja vinculado a uma ideologia, principalmente a do mercado.

Passados duzentos anos da introdução da imprensa no Brasil, podemos verificar traços comuns do período da formação da empresa jornalística desde sua origem. Em primeiro lugar existe uma tradição de empresa-família em que os negócios geridos no mercado da comunicação pertencem a grupos pouco plurais. O segundo é a oligopolização da mídia, fator predominante no capitalismo moderno, mas com traços marcantes na formação da imprensa no país. Hoje são poucos os grandes jornais que podem ser considerados influentes e capazes de pautar a sociedade.

O quadro de concentração dos veículos de comunicação na mão de poucos grupos ou famílias agrava a situação da verdade enquadrada em interesses privados e muito específicos.

Como destacou Ciro Marcondes Filho em *O Capital da Notícia*, os jornais representam os interesses de indivíduos e grupos restritos na tentativa de influenciar a sociedade através de opiniões e informações.

“O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é, ao mesmo tempo, a voz dos outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade”. (Marcondes Filhos; 1998: 11)

Portanto, como vivemos uma fase de elaboração de novos conceitos e revisando o papel que muitos instrumentos sociais cumprem, é necessário verificar o caráter do jornal em nossos dias. Não significa o decreto do fim do jornal, como apregoado por pensadores ligados às correntes pós-modernas, mas de avaliar seu conteúdo e compromisso, enquanto instrumento de transmissão de idéias da classe dominante. Este tipo de jornalismo provavelmente continuará existindo, porém, no momento de avanço da consciência social e a radicalização da democracia com maior participação popular, inevitavelmente haverá novas formas de transmissão de informação.

As alterações do jornal estão inseridas em uma etapa mais ampla de transformação social, baseada na luta de classes (e de idéias), portanto, parte constitutiva do próprio desenvolvimento histórico e de mudanças da sociedade. O jornal, afinal, é reflexo do sistema social que vivemos.

CAPÍTULO 3

Análise dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* em seus editoriais sobre os principais acontecimentos do governo Fernando Henrique Cardoso

Este capítulo busca investigar os elementos representativos sobre as posições dos jornais no governo Fernando Henrique Cardoso. A pesquisa analisou os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* por considerar que estes veículos são os maiores jornais do país, em tiragem de edições diárias, influência na formação de opiniões e na capacidade de pautar outros veículos de comunicação, através das reportagens exclusivas ou pelas agências de notícias. São jornais reconhecidos na sociedade, de alcance nacional, com agências de notícias utilizadas como fontes por outros jornais de centros regionais do país.

Em matéria publicada pela *Folha de São Paulo*, Caderno Brasil, página A6 de 12/02/2006, sobre a circulação dos principais jornais do país, verifica-se que os dois jornais de maior tiragem são a *Folha* e *O Globo*, com 307,9 mil e 274,9 mil jornais diários respectivamente, média de 2005. No quadro evolutivo, houve uma diminuição de publicações diárias da *Folha* saindo de 440,7 mil em 2000 para os atuais 307,9 mil, mantendo-se como o jornal com maior tiragem do Brasil. O jornal *O Globo* tinha uma tiragem em 2000 de 322,5 mil, então em terceiro lugar, para os atuais 274,9 mil, superando o jornal *O Estado de São Paulo*, cuja tiragem era de 399 mil em 2000, caindo para os atuais 230 mil jornais diários. O quadro demonstra a evolução da tiragem (em milhares de exemplares) de jornais desde 2000:

Jornais/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Folha de São Paulo	440,7	399,7	346,3	314,9	307,7	307,9
O Globo	322,5	296,3	266,2	253,4	257,5	274,9
Estado São	399,0	341,3	268,4	242,8	233,5	230,9

Paulo						
Zero Hora	182,9	167,9	169,7	176,7	180,4	178,2

Fonte: Folha de São Paulo, página A6, 12/02/2006.

A análise dos editoriais é importante pelo que significam no jornal, emitindo a opinião do veículo e da empresa jornalística a ele ligado. O texto é opinativo, com o cuidado de ser escrito de maneira impessoal, preocupado com os assuntos relevantes nas questões locais, nacionais ou internacionais. A análise do editorial é fundamental para identificar o que pensa o veículo de comunicação de forma direta e sem a preocupação da imparcialidade da informação. É no editorial que está a opinião “nua e crua” dos jornais.

Segundo Juarez Bahia, em *Jornal – História e Técnica*, o editorial é a opinião do dono do jornal que pode ser escrita pessoalmente ou por jornalistas e editorialistas comprometidos e sintonizados com as idéias do primeiro, normalmente pertencentes a um conselho interno. O editorial não é assinado justamente pela sua origem de representação, o próprio jornal.

“O editorial é uma notícia qualificada, porque fere e representa o foro íntimo do veículo. É uma notícia engajada, porque geralmente se envolve em busca de definição e escolha. É uma notícia exclusiva, porque emite uma opinião própria. É uma notícia de profundidade, porque não se limita à superfície dos fatos e incorporam autoridade, consciência e hierarquia ao seu conteúdo.” (Bahia; 1990: 99)

Para Bahia, não é tradicional nos veículos de comunicação brasileiros, a diversidade de opinião, como ocorre em países europeus e nos EUA, a partir da experiência do conselho de redação, instrumento plural para analisar as notícias e elaborar a posição do próprio veículo. Embora exista o conselho editorial nos jornais brasileiros, que contribui para a discussão e compreensão dos assuntos, os editoriais refletem exclusivamente as idéias dos proprietários destes veículos. É neste sentido que a análise dos editoriais se torna significativa porque pode demonstrar as relações entre o jornal e a empresa jornalística.

Para a *Folha*, em seu manual de redação o editorial é o “texto que expressa a opinião de um jornal. Na **Folha**, seu estilo deve ser ao mesmo tempo enfático e equilibrado. Deve evitar o sarcasmo, a interrogação e a exclamação. Deve apresentar com concisão a questão de que vai tratar, desenvolver os argumentos que o jornal defende, refutar as opiniões opostas e concluir condensando a posição adotada pela **Folha**” (Manual de Redação; 2001:64).

De forma direta, a *Folha* define o seu espaço de opinião próprio e resume o papel que o editorial cumpre no jornalismo. Apresenta o seu estilo e redação, com regras diretas sobre o uso gramatical.

Em *O Globo*, não há o verbete editorial em seu manual de redação, a definição do termo aparece na palavra Opinião, em que afirma que “o jornal diz o que pensa em seus editoriais; articulistas e colunistas fazem o mesmo em textos assinados, e para eles a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar. Mas há normas para a opinião.(...). A opinião pode ser manifestada de forma leve, irônica; ou séria, seca, Mas lhe é proibido ser pomposa. Alguns textos do jornal parecem usar roupa esporte; outros vestem terno e gravata. O editorial está quase sempre no segundo caso – mas não usa fraque, beca ou toga” (Manual e Redação e Estilo; 1992: 47).

Desta maneira, *O Globo* caracteriza o editorial mais preocupado com a forma de escrever do que com o seu conteúdo, ou seja, deixa superficialmente claro que é o espaço de opinião do jornal e o estilo não pode ser tão erudito a ponto de causar dúvidas ao leitor.

Além da definição direta do papel do editorial, o qual foi analisado até o momento, em que condições a opinião do jornal é relevante? Quanto do compromisso de isenção e equilíbrio defendido pelos jornais na produção da notícia é incorporado no editorial?

O editorial é pouco lido, porém é fundamental para identificar a posição do jornal diante dos fatos mais relevantes. O espaço predispõe a conduta da cobertura jornalística e a

opinião legítima que o veículo pode e deve divulgar. Portanto, os editoriais constituem um instrumento de opinião importante para a construção democrática da informação.

O equilíbrio e a isenção dos editoriais devem ser relativizados porque é o espaço tendencioso por natureza. Contudo, espera-se do editorial as preocupações e normas estabelecidas pelos manuais de redação e estilo, sem artificializar ou esconder a posição nítida do veículo.

Um exemplo que pode ser destacado é que os jornais não se definem quanto à escolha de candidaturas a cargos majoritários no Brasil, como é comum nos EUA e na Europa. Os jornais brasileiros demonstram simpatias por determinados candidatos, consideram suas opiniões, os programas e os fundamentos ideológicos, tentam intervir nas idéias apresentadas por determinadas correntes de opinião e, mesmo de maneira crítica, oferecem coberturas jornalísticas muitas vezes tendenciosas a favor deste ou daquele nome. Mas não se posicionam claramente nas eleições, muitas vezes utilizando os próprios mecanismos de subterfúgios existentes em seus manuais de redação. É saudável para a democracia a definição política dos jornais, inclusive para que seus leitores tenham melhores condições de analisar as matérias e o próprio veículo de comunicação.

Para Juarez Bahia, novamente em *Jornal – História e Técnica*, a definição de opinião para o jornal é um ponto nevrálgico para se compreender o seu papel na sociedade.

“Se opinar é sempre um risco, maior é o risco de opinar mal. O editorial é uma notícia sob pressão como qualquer outra, mas a sua exigência primária é o raciocínio, a reflexão, o equilíbrio. Mesmo quando é só exclusivamente contra. E para que não induza à paixão quando o seu objetivo é a racionalidade.

O exercício e crítica requer o exercício de liberdade. Sem liberdade de crítica, a opinião se deprecia e se submete, se avilta e se anula. Uma opinião sob censura decai em significação e valor. Uma opinião sem censura, mas sujeita ao controle interno e à manipulação empresarial, é uma opinião autocensurada e, portanto, viciada.

Para ser aceitável, a opinião deve ter liberdade e honestidade. A sua independência está na dependência desses fatores. Sem condicionamentos que a comprometam – como e resto deve

ser com toda a matéria jornalística – a relação veículo-público se efetua na lisura e na confiança. (...).

Para ser uma opinião livre e independente, o editorial requer autenticidade. Da mesma forma que a notícia requer exatidão para ser aceita como veraz. Por esse motivo é que, sem perder a sua condição de pensamento oficial do veículo, o editorial deve se revestir de uma elaboração consensual e não impositiva.

A forma atual o editorial mantém a dimensão crítica o jornalismo, mas pouco se interessa pelo estímulo polêmico que vem da imprensa do século XVIII instalada para ser o verbo da burguesia, depois de ter sido rumor e notícia. Foi com a opinião incendiária que essa imprensa difundiu doutrinas e gerou revoluções.” (Bahia; 1990:104)

Os jornais foram isentos e equilibrados sobre o governo Fernando Henrique Cardoso? Esta é a primeira questão que se propõe este estudo, é a partir do resultado dessa pergunta que será averiguada a hipótese que a imprensa está filiada ideologicamente ao neoliberalismo e se foi tendenciosa a favor do mandato de Cardoso.

Os jornais ofereceram opiniões de caráter político e ideológico à sociedade? A veracidade da pergunta incorre na análise da legitimidade destes veículos.

As empresas jornalísticas influenciam as opiniões dos jornais? Partindo do pressuposto que existe esta interferência nas redações e na produção da notícia, estarão colocados os desdobramentos da forma como os jornais sofrem a influência dos interesses da empresa jornalística.

Há diferenças e contradições na opinião entre os jornais? Qual a natureza destas contradições e em que nível de diferenças de suas opiniões? A quarta pergunta está relacionada ao nível de diferenças existentes entre os principais jornais e quais são os seus motivos.

Os itens que seguem neste capítulo, além da própria análise dos editoriais dos jornais, são as opiniões dos setores ligados ao governo, através do próprio presidente

Fernando Henrique Cardoso e da oposição, com as considerações de partidos políticos e personalidades.

3.1 O Governo e a Oposição

O tratamento oferecido por integrantes do governo Fernando Henrique Cardoso, a partir do próprio presidente, e da oposição, pelos partidos políticos e personalidades que se manifestaram contra o governo são semelhantes em pelo menos um aspecto: a imprensa ofereceu tratamento desproporcional aos acontecimentos políticos, cada qual pela sua interpretação.

Os integrantes e defensores do governo argumentam que a imprensa não aprofundava os assuntos, dando condições para que as interpretações negativas fossem facilitadas e amplamente aproveitadas pela oposição. Esses membros divulgavam a idéia de uma imprensa rendida à rapidez da notícia *on line* e à ampliação da rede de informações, o que propicia a superficialidade e a interpretação muitas vezes equivocada, para não dizer que careciam às redações maior capacidade profissional para entender o que se estava noticiando.

As reclamações da oposição estão ligadas, sobretudo à falta de espaço e condições mais democráticas para que colocasse a “outra versão”, ou seja, faltavam condições de se sobreporem ao governo, que monopolizava o espaço da informação. A principal crítica da oposição era a prática de um jornalismo manipulador e tendencioso favorecendo a interpretação positiva ao governo. Em muitas ocasiões, segundo a oposição, as notícias tinham tratamento limitado, principalmente sobre as denúncias de corrupção envolvendo membros do governo, ou alguns fatos considerados importantes simplesmente não eram veiculados pela grande imprensa.

3.1.1 O Governo

Em entrevista de Fernando Henrique Cardoso concedida ao jornalista Roberto Pompeu de Toledo no livro *O Presidente Segundo o Sociólogo*, publicado em 1998, portanto ainda no primeiro mandato, o presidente faz uma ampla análise sobre o papel da mídia, a relação com ela e sua composição social.

Fernando Henrique Cardoso considera que o papel da mídia é político e a diversidade de veículos de comunicação contribui para entender as mudanças que ocorrem no mundo. Chega a considerar que, mesmo se declarando neutros, os jornalistas não o são porque não é mais possível separar a política da comunicação. A mídia faz parte e disputa o poder. Não sob o aspecto partidário, mas nos interesses que levam a serem publicadas determinadas notícias.

A crítica que Fernando Henrique Cardoso oferece à mídia é a forma fragmentada da notícia, afirmando que a informação em tempo real gera a descontextualização dos fatos. O que mais deixa o presidente indignado nesta entrevista é o que ele chama de “mediatização” ou seja, vale mais a versão do que o fato. Esta generalização leva a conclusão que não basta realizar algo bom, mas é preciso demonstrar e transmitir a informação da realização do governo. Fernando Henrique Cardoso chega a questionar porque para toda ação de governo é necessário realizar sondagem de opinião, como se a decisão dependesse do resultado da pesquisa.

Fernando Henrique Cardoso considera que a imprensa é atualizada e tem extraordinária capacidade de produzir notícias. Destaca que não é possível manipular a sociedade, discordando das teorias dos anos 1960/70 que consideravam os meios de comunicação como instrumento de alienação. O sociólogo considera que o receptor não é passivo e nos novos tempos é possível ter o acesso a informação e tirar conclusão própria.

Um dos fatores mais importantes da entrevista está na formulação que Fernando Henrique Cardoso faz da composição social da mídia. Ao ser perguntado sobre a

propriedade familiar das empresas jornalísticas, o presidente afirma que há uma maior democratização dos meios de comunicação porque os seus proprietários não influenciam mais como anteriormente. Neste caso foi criada no Brasil uma nova oligarquia que são os editores dos jornais que passaram a exercer o papel de mando. Neste raciocínio, o presidente declara:

“Não operam o poder cotidiano (*os donos dos jornais*). Então, a família dona de uma empresa jornalística cada vez exerce menos o poder. Há exceções – famílias cujos membros têm capacidade jornalística e política. Mas, quando a família não tem essa veia, nem tem vontade de influenciar, o jornal vira uma empresa como qualquer outra, e quem influencia são os editores. Nesse aspecto, a imprensa democratizou-se. E, como há competição, não só entre os donos, como entre os jornalistas, os jornais não têm mais linha política definida. Talvez um ainda tenha – *O Estado de São Paulo*. A *Folha* definiu como sua linha não ter linha, e os outros acabaram indo por esse mesmo caminho. Isso deu poder aos jornalistas – não ao repórter, mas ao editor. E é um poder que não presta contas. Esse é o problema da democracia. O problema que se coloca hoje, com relação à imprensa, não é o de ela ter mais ou menos liberdade. É a quem ela presta contas. Dizem sempre o seguinte: ‘presto contas ao meu público’.” (Toledo; 1998: 181).

Sobre os interesses comerciais que envolvem as empresas jornalísticas, Fernando Henrique Cardoso considera que é neste momento que a liberdade dos editores se encerra. A lucratividade da empresa jornalística dita a liberdade da produção da notícia. Novamente considera que não há isenção política nem neutralidade no jornalismo e a informação passa pelos interesses empresariais dos veículos de comunicação.

Quanto à cobertura jornalística de seu mandato, o presidente diz que não tem o que reclamar e não briga com os jornais. Para Fernando Henrique Cardoso, o principal inimigo na realização das reformas para modernizar o Estado e combater as desigualdades sociais é o corporativismo de certos setores da sociedade e o sistema econômico. Portanto, os principais problemas de seu mandato não estiveram na opinião crítica dos jornais, mas nas contradições dos interesses econômicos e corporativos da sociedade.

3.1.2 A Oposição

Por outro lado, a oposição faz contundentes críticas ao papel da imprensa no governo Fernando Henrique Cardoso. Entre as diversas opiniões, destaca-se o artigo do jornalista econômico Aloysio Biondi, no artigo *Mentira e caradurismo (Ou: a imprensa no reinado FHC)*, publicado originalmente no *Anuário de Jornalismo – 1999*, da Faculdade Cásper Líbero e depois como posfácio do livro *Padrões de manipulação da grande imprensa*, de Perseu Abramo.

O texto de Biondi pode ser considerado mais como análise política que acadêmica, é um conjunto de argumentos de como a imprensa se comportou de maneira subserviente aos interesses do governo federal. Não significa, contudo, que seja uma opinião unânime para as diversas correntes de oposição, mas representa uma parcela significativa que via a imprensa como mero instrumento do governo.

É importante considerar que o texto foi publicado em 1999, ano da maior crise econômica do governo com a desvalorização do real, os piores indícios de corrupção e a realização da maior manifestação da oposição, a Marcha dos Cem Mil.

Para Biondi, “a volta da inflação criou uma das poucas oportunidades em que o povo brasileiro pôde descobrir, por si mesmo, a gigantesca e mais do que vergonhosa, deprimente e lesa-sociedade, manipulação do noticiário econômico (e político) no governo FHC. Sem medo de exagerar, pode-se comprovar que as técnicas jornalísticas e a experiência de profissionais regamente pagos foram utilizadas permanentemente para encobrir a realidade. Valeu lançar mão de tudo: de manchetes falsas, inclusive ‘invertendo a informação’, a colocar o lide no final das matérias, isto é, esconder a informação realmente importante nas últimas quatro linhas”. (Biondi, in Abramo; 2003: 54)

As denúncias apresentadas pelo jornalista Biondi são das mais contundentes entre os pensadores da área da comunicação e representam uma radicalização do julgamento da imprensa na Era Fernando Henrique Cardoso. Os argumentos, baseados nas idéias iniciais

de Perseu Abramo, são demonstrados por fatos considerados manipuladores da informação pelos jornais impressos. Infelizmente o jornalista não apresenta o jornal a que se refere nas matérias para que haja uma demonstração mais plausível de seus argumentos.

Nos argumentos da manipulação da imprensa, segundo Biondi, estão nove “truques” que desinformam o leitor e invertem os fatos, contribuindo para a versão oficial do governo.

Em “Manchete às avessas”, Biondi argumenta que a imprensa distorce a informação a partir da manipulação dos dados de pesquisas econômicas. Neste caso, foi utilizada uma pesquisa de endividamento das famílias que compromete o poder de renda e compra da população e afeta a saúde financeira do país. Ao invés desta constatação, os jornais utilizaram o endividamento como “ampliação de crédito”, ou seja, transformaram um dado negativo em positivo.

As “Manchetes encomendadas” são as utilizações sem critério rigoroso de dados estatísticos fornecidos pelo governo que não correspondem com a verdade ou que aparentam a verdade. Estes dados são utilizados normalmente para abafar outras notícias relevantes que são contrárias ao governo e podem gerar dificuldades como comissões parlamentares de inquérito, desqualificar denúncias, justificar medidas polêmicas ou impopulares, etc. Um dos exemplos foi a cobrança de uma taxa de empréstimos (TR) aos agricultores com 40% acima da inflação com a justificativa que o risco de calote era alto.

A falta de apoio ao Nordeste, com o corte de recursos em programas de frentes de trabalhos e bolsas de distribuição de renda, no período prolongado de seca, foi justificada com falsas informações de desvios de recursos pelas elites e coronéis da região. Em “Cifras enganosas”, Biondi argumenta que durante a crise dos cortes de verbas os jornais recorreram a notícias de desvios de R\$ 550 milhões, sem, no entanto, contextualizar que foram realizados desde a fundação da Sudene – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959, ou seja, colocaram o Nordeste como fonte de corrupção, com informação que induz o leitor ao erro, para justificar a ação impopular do governo.

Em “Lide às avessas”, o principal argumento de manipulação apresentado por Biondi, diz respeito a um truque em que os editores escondem a verdade através da inversão da notícia principal, deixando para apresentá-la nas “últimas quatro linhas”, antes disso, a matéria percorre uma série de justificativas e argumentos dados por especialistas ou autoridades ligados ao governo. Esta “atitude hipócrita”, segundo Biondi, impressiona o leitor a considerar que a situação do país está em boas condições.

Quando há uma flagrante situação adversa para o governo, os jornais recorrem ao truque “Prometendo o futuro” que consiste em oferecer projeções de melhorias dos dados no futuro, apaziguando a notícia negativa, inclusive desmoralizando as críticas “catastrofistas” da oposição ou das opiniões distintas do governo.

Biondi denuncia a substituição das responsabilidades, com o truque “O sujeito errado” em que o alvo da crítica das mazelas sociais, como os dados da mortalidade de 400 crianças para cada mil nascidas no interior do Nordeste, saem do governo para uma abstração climática como a seca na região, sem considerar os cortes de verbas para a ajuda às comunidades carentes.

Outras duas técnicas para distorcer as realidades recorrentes nos jornais são “O bife pelo boi” e “O boi pelo bife”. Na primeira, deixa-se de lado o fato negativo como um todo para pinçar um dado positivo, como manchete ou destaque principal na matéria, como exemplo oferecido está a notícia da queda do PIB no país, com exceção do desempenho da economia no Rio de Janeiro, sendo o desempenho carioca a informação principal veiculada. A segunda técnica de distorção é o contrário, ou seja, enfatiza-se a generalidade para se esconder o essencial, como exemplo, o corte de financiamento externo e queda nos investimentos estrangeiros no país. Este dado específico foi diluído como um fenômeno para toda América Latina sem contextualizar os riscos para os investidores e a grave situação econômica em que passava o Brasil.

O último truque que Biondi denuncia é a chamada “Omissão escandalosa”, estratégica para a implementação dos projetos do governo. Como exemplo, o jornalista utilizou o silêncio da imprensa acordada com o Planalto para não divulgar a alta do preço do petróleo internacional, sobre a alta consecutiva de 30%, 40%, 60% e 100%, no início e 1999. Este fato prejudicaria o projeto de concessão de áreas de exploração de reservas petrolíferas no país pela iniciativa privada.

Este conjunto de denúncias contra a imprensa é uma demonstração que Aloysio Biondi julga suficiente para demonstrar a completa ligação dos meios e comunicação com o governo federal. Se considerada esta hipótese, teremos uma completa subserviência da imprensa aos interesses de Fernando Henrique Cardoso e o projeto que ele representa. Neste caso, o papel social da imprensa acaba porque não serve para oferecer informações, mas versões dos fatos a favor de um determinado grupo político. Aí se pode decretar o fim da imprensa no país.

Por outro lado, é um conjunto de argumentos que precisam de maior contextualização porque a aplicação dos truques oferecidos por Biondi não é imediata e a todo o momento, como já observou Perseu Abramo em seu texto sobre os padrões de manipulação de imprensa.

A seguir, serão oferecidos elementos para análise dos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, como exemplo de opinião dos meios e comunicação para verificar a veracidade, mesmo que parcial, dos argumentos de manipulação da grande imprensa.

3.2 Os editoriais da *Folha* e de *O Globo*

Os assuntos sobre o governo Fernando Henrique Cardoso, abordados nos editoriais, são de ordem política, econômica e ideológica. No campo da política são destacadas as opiniões dos jornais sobre a atuação da base de sustentação do governo quanto às votações mais polêmicas; a relação do governo com os movimentos sociais, inclusive nas manifestações políticas de oposição e o processo de construção e votação da emenda constitucional que permitiu a reeleição presidencial.

Na economia, a análise editorial é sobre a estabilidade econômica e o combate à inflação a partir das opiniões e decisões políticas como a criação das metas de inflação e as altas taxas de juros, com as conseqüências ligadas à contenção do crescimento, de investimentos, créditos e consumo; a dívida pública, em especial a opinião dos jornais sobre o seu crescimento e os mecanismos de pagamentos como a criação do superávit primário; na questão administrativa, o destaque é a criação, a aprovação e a implementação da lei de responsabilidade fiscal.

No campo da ideologia, a identidade que os jornais possivelmente comungam com o pensamento neoliberal, a partir de medidas políticas e econômicas acima citadas, mas também pela elaboração teórica do governo e do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. A cobertura e o interesse da viabilidade da chamada terceira via e os encontros da governança progressista, ocorridas com a presença de diversos chefes de Estado com grande repercussão internacional.

As opiniões dos editoriais, por vezes, têm elementos que envolvem os temas da política, da economia e, sobretudo, o contexto ideológico. Portanto, é possível identificar nos editoriais classificados para assuntos da política ou da economia, os argumentos ideológicos que os jornais buscam explicar, pelo contexto da informação, e se posicionar.

A seleção dos editoriais teve como critério mais importante, a análise histórica do período e a seleção dos argumentos mais importantes para fundamentar a posição dos

jornais, por vezes baseada em assuntos específicos ou conjunturais, a partir dos temas destacados em cada campo acima identificados.

A análise dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso permitiu que se buscasse uma visão mais completa da evolução dos acontecimentos históricos, dos assuntos destacados e, consecutivamente, a opinião dos jornais. Através de exemplos de editoriais nos variados anos, foi possível descobrir apoios críticos, mudanças de opiniões ao longo do tempo, críticas irremediáveis, apelos e campanhas por mudanças de posições do governo e, principalmente, a demonstração que os jornais são instrumentos de luta política e de idéias, presentes nos principais momentos de decisões do país.

A pesquisa também buscou apresentar recortes dentro dos temas propostos para a investigação dos editoriais. Houve o cuidado para não expandir os argumentos sem o devido fechamento e a preocupação em estabelecer a relação entre os temas, através de um fio condutor que é a evolução dos avanços e dificuldades do próprio governo.

3.2.1 Os Editoriais e os Assuntos da Política

O governo Fernando Henrique Cardoso construiu um amplo leque de alianças que contou com o prestígio do projeto da estabilidade inflacionaria e o aumento inicial de renda das camadas populares.

A principal força do governo se encontrava na via institucional, com os resultados positivos das urnas nas eleições de 1994 e a reeleição de 1998. A vitória de governadores, deputados federais e senadores do PSDB e PFL, mais o apoio do PMDB, PTB, PP e outros partidos, foram suficientes para constituir maioria nas principais votações propostas pelo governo, sustentar o real nos momentos de maior dificuldade, como as crises internacionais na economia e dirigir as Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI's instaladas ou evitar outras como a denúncia da compra de votos para a emenda constitucional da reeleição.

A base de sustentação do governo foi alvo de duras críticas da imprensa, sobretudo quando eram nítidas as contradições entre os assuntos votados e os interesses partidários na máquina pública. O PFL foi duramente criticado em acontecimentos como o socorro ao sistema financeiro também foi alvo de grandes e conturbadas discussões na vida política do país e refletida nas páginas de jornais.

A oposição cresceu ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, tendo ponto alto a Marcha dos Cem Mil, em agosto de 1999. O PT foi o principal partido da oposição e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST se destacou com manifestações que envolviam a luta pela reforma agrária e os protestos contra a política econômica. Outros destaques, como a greve dos petroleiros no início do governo, as alianças políticas da oposição para as eleições, foram alvo dos editoriais da *Folha* e do *O Globo*.

A reeleição foi instrumento fundamental para a continuidade do grupo político ligado a Fernando Henrique Cardoso. A batalha para aprovar a emenda constitucional que dava o direito aos mandatários de cargos majoritários se reelegerem, as denúncias de compra de votos e as mudanças no quadro político foram debatidos nos editoriais com apoio e crítica à proposta e seus desdobramentos.

Base de sustentação do governo no Congresso Nacional

No primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, a base aliada saiu das urnas com uma vitória significativa para a Câmara e o Senado Federal. O PSDB conquistou 62 deputados e 11 senadores, o PFL contava com 89 deputados e 18 senadores e o PTB, com 31 deputados e 5 senadores. A composição da maioria foi realizada aos poucos, de acordo com as votações e as negociações da participação dos partidos no governo federal e os interesses específicos regionais.

O governo conquistou ainda no primeiro semestre de 1995, o importante apoio do maior partido no parlamento, o PMDB, que detinha 107 deputados e 22 senadores. Juntou-

se ainda ao bloco de apoio o PPR e PP (que viriam a se fundir, formando o PPB) com 89 deputados e 11 senadores, o PL com 13 deputados e um senador e outros partidos menores.

A oposição ficou restrita aos partidos de esquerda, como o PT, PDT, PSB, PPS, PCdoB e outros parlamentares dissidentes. A base da oposição passou a ser constituída também nos movimentos sociais organizados, já que no parlamento a correlação de forças era amplamente favorável ao governo.

Para construir a maioria no Congresso Nacional, o governo teve obstáculos iniciais, e os jornais registraram essas dificuldades com cobranças da implementação do programa apoiado nas urnas. Para a *Folha*, Fernando Henrique Cardoso não deveria abrir mão de sua força eleitoral recém conquistada nas eleições, para se render à lógica das negociações legislativas.

O primeiro desafio, registrado em editorial “Faltou Coragem”, de 17/01/1995, o jornal paulista expressa a cobrança que seria uma marca da relação com o governo:

“A renúncia à flexibilização do monopólio do petróleo, como defendido na campanha eleitoral e expressa no programa de governo, deixa a desconfortável impressão de que não existe a suposta maioria no Congresso nem na propalada governabilidade em nome das quais se tentou justificar a questionada aliança PSDB com o PFL e o PTB. (...)”

Os recursos da Petrobrás são, em primeiro lugar, recursos nacionais, já que a empresa foi construída com o dinheiro público, e o Estado é seu controlador. Não há motivo, portanto, para excluir a empresa do esforço do equilíbrio fiscal eleito como prioridade pelo próprio governo. Abrir a atividade petrolífera à participação do setor privado pouparia recursos do Estado, mesmo que a Petrobrás provasse sua decantada eficiência. (...)”

Com o lamentável retrocesso na flexibilização do monopólio do petróleo o governo prejudica a modernização do país, vergando-se ao corporativismo que prometera enfrentar”
(Faltou Coragem – Folha de São Paulo – 17/01/95)

Neste editorial, a *Folha* não só se posiciona diante da composição da base governista, como declara a necessidade da implementação de um novo projeto de

desenvolvimento nacional baseado nas privatizações e numa agenda de concessões de serviços públicos e exploração de riquezas naturais, até então monopolizadas pelo Estado, para a iniciativa privada.

É importante destacar que o novo parlamento tomou posse em fevereiro de 1995 e, neste período, houve convocação extraordinária do Congresso para apreciar demandas iniciais do governo, com a composição de bancadas da legislatura anterior.

No editorial “Novas Palavras”, de 02/02/1995. *O Globo* se pronuncia sobre a nova composição do Congresso, amplamente favorável ao governo Fernando Henrique Cardoso:

“Aí está o novo Congresso. Num país das dimensões do Brasil, ele expressa uma responsabilidade regional que não exige, por definição, em relação ao Executivo.

Exatamente por ser representativo, entretanto, o Congresso reflete muitas vezes as limitações e desníveis – regionais ou outros – do próprio eleitorado. Mas não são inevitáveis o cinismo e o desencanto. Há um ímpeto de renovação que percorre o país e que se refletiu na última campanha presidencial; o Congresso dificilmente se mostrará impermeável a ele.

O que fazer, então, para aproveitar esse clima e fazer com que as propostas modernizadoras tenham curso no legislativo?

Antes de mais nada, cabe ao Governo saber usar didaticamente a força de sua liderança política. Em palavras mais simples: explicar tudo muito bem explicado, para ter a sociedade ao seu lado.(...)

É função do Executivo levar a esses eleitores, com clareza cristalina, as propostas que, em linguagem formal, serão encaminhadas ao legislativo. É um problema semântico, uma batalha de comunicação social.

Não faltam bons explicadores ao Governo, a começar pelo presidente da República. O que é preciso é não achar que as lições se aprendem numa aula só.” (Novas Palavras – O Globo – 02/02/1995)

O editorial do jornal carioca preza por uma análise regional, do suposto desequilíbrio entre as representações dos estados no Congresso e as deficiências do modelo político a partir da qualidade dos parlamentares eleitos e das representações partidárias.

Neste caso, há uma aproximação nas opiniões entre a *Folha* e *O Globo*, sobretudo na importância do governo exercer seu poder político, a partir do amplo apoio popular conquistado nas urnas. A mensagem oferecida pelos jornais é da obrigação do governo em aplicar imediatamente o programa proposto, sem concessões aos partidos e correntes políticas existentes no Congresso.

O governo Fernando Henrique Cardoso contou com ampla maioria durante o primeiro mandato, com o domínio de 76% dos deputados e 77% do Senado. Entre as perdas com divisões da base aliada e conquista de apoios de independentes (como parlamentares ligados ao PPS, PV e outros partidos menores), o governo conquistou vitórias significativas como reformas constitucionais, reestruturação administrativa, a implementação de novos projetos de lei estratégicos, a emenda da reeleição (que será tratado adiante) e o controle de comissões importantes, inclusive CPI's.

A composição da base de apoio legislativa no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso foi próxima do leque de alianças obtido no primeiro mandato. O PSDB conquistou mais cadeiras na Câmara dos Deputados elegendo 99 deputados e ampliou sua representação no Senado com 16 senadores. O PFL obteve crescimento ainda maior elegendo, 105 deputados e diminuindo uma cadeira no Senado, passando a contar com 17 cadeiras. A composição da base aliada continuou contando com o PMDB, PTB, PPB e PL, embora com maior dissidência e parte dos partidos rompendo com o governo no final do mandato presidencial.

A *Folha* publicou o editorial “A Nova Câmara”, em 13/10/1998, logo após o resultado das eleições no primeiro turno, já com elementos da nova composição da Câmara e as possíveis dificuldades do governo:

“O número de parlamentares de blocos e partidos na Câmara não mudou significativamente em relação ao da última legislatura. As votações ocorridas após o fim do regime militar, aliás, não têm alterado de modo relevante o peso das bancadas partidárias. Tem ocorrido em geral uma transformação paulatina, tendência que o recente pleito veio a confirmar. Parece haver exceções. O PSDB, por exemplo, elegeu desta feita 99 deputados,

quando fizera 62 cadeiras em 94. No entanto, dada a facilidade de trocar a camisa partidária, os tucanos chegaram ao fim da atual legislatura com 95 deputados federais. (...)

O novo Congresso é, pelo menos nos números, majoritariamente governista. Ainda que o bloco de apoio a FHC tenha perdido deputados, haveria larga folga para aprovar emendas constitucionais propostas pelo governo. (...)

Quanto ao relacionamento do Executivo com o Parlamento, há agora ou deveria haver, no entanto, uma diferença fundamental: o compromisso de uma vez por todas incontornável com a austeridade. Pelo bem das contas públicas, o governo não deveria recorrer a favores orçamentários para deputados recalitrantes, embora governistas e teoricamente adeptos das reformas. Como depende mais do que nunca do Congresso para tentar debelar a crise, FHC está diante de uma difícil equação, problema agravado pelo fato de que a política estará desde já orientada para a sucessão de 2002. Resta saber se o governo e Câmara vão se comportar à altura dos desafios do país.” (A Nova Câmara – Folha de São Paulo – 13/10/98)

A *Folha* busca identificar as dificuldades da composição da maioria do governo e cobra a austeridade e responsabilidade no jogo político, criticando o modelo de legislação e o funcionamento dos partidos que permitem as filiações de parlamentares sem a identidade política e ideológica. É constante nos editoriais da *Folha* o formato de crítica ao sistema e cobranças ao governo para que os projetos sejam aprovados, através da utilização da força política do executivo.

Apesar de contar com o apoio dos maiores partidos no Congresso Nacional, contabilizando 80% da composição na Câmara e 64% no Senado, as contradições das disputas regionais, a crise econômica e a sucessão de 2002, corroeram parte do apoio de Fernando Henrique Cardoso, tornando o governo mais suscetível à derrotas políticas, ao atraso ou não votação de projetos e reformas propostas pelos governista e, no final do mandato, houve a divisão dos partidos aliados na disputa presidencial.

A *Folha* registra novamente a dificuldade por que passou o governo, com os resultados negativos nas votações legislativas. Há a constatação de uma desarrumação da base de apoio no Congresso, principalmente pela fragilidade governista neste período, com

a crise política, principalmente quando deflagradas as várias denúncias de corrupção e a fragilidade do país com a crise econômica, depois dos ataques especulativos e a desvalorização do real. O editorial “Coalizão frágil e incerta”, do dia 27/01/1999, é um exemplo da constatação das dificuldades de Fernando Henrique Cardoso:

“A precipitação da crise do Real tornou mais frágil e incerto a base de sustentação política do presidente Fernando Henrique Cardoso. Talvez não seja exagerado afirmar que o rumo da política econômica parece depender também do desenlace do conflito entre setores do PSDB mais próximos do presidente, de um lado, e o PFL liderado pelo senador Antônio Carlos Magalhães, de outro. Decerto é normal que dentro de uma coalizão política, qualquer que seja, existam interesses conflitantes e pressões várias para ampliar espaços de poder. Durante seu primeiro mandato, porém, o presidente conseguiu acomodar as diferenças de sua base de apoio porque contava com o trunfo insuperável da estabilidade da moeda. Foi ela que lhe proporcionou a aprovação da emenda da reeleição no Congresso com relativa facilidade. Agora uma vez abalado o principal esteio da coalizão fernandista – o Plano Real – ela começa a dar sinais de desgaste precoce já no início do segundo mandato. (...)

(...). Há sinais evidentes de que, no segundo mandato, a coalizão em torno de FHC pode não ser a mesma nem ter a mesma força da que prosperou sob o Real.” (Coalizão frágil e incerta – Folha de São Paulo – 27/01/1999)

A preocupação da *Folha* está nos rumos que o governo pode tomar, diante das dificuldades políticas do governo e crise econômica. O jornal paulista foi crítico das alianças que o PSDB realizou para as vitórias na eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso.

A *Folha* identifica no PFL o partido da manutenção das velhas políticas oligárquicas, nas regiões mais empobrecidas do país onde sua força está baseada. O editorial acima apresentado corresponde às incertezas da rendição de Fernando Henrique Cardoso à política fisiológica e nas mudanças programáticas, que segundo a *Folha* e parte das elites paulistas, seriam fundamentais para um projeto de modernização do Brasil.

As dificuldades do Real e as contradições entre as elites nos rumos que o país deveria tomar, causaram um debate acirrado entre os seguidores do PSDB, principalmente a ala paulista, que representava a “modernização” da política e grupos regionais que dependem da União para obter condições de disputa nos poderes locais. A *Folha* foi porta voz do primeiro segmento, buscou marcar posição e realizar cobranças para que Fernando Henrique Cardoso cumprisse à risca os compromissos assumidos nas campanhas e na formação de seu grupo político.

Dos partidos que deram sustentação à coalizão fernandina, como costuma chamar a *Folha*, o PSDB e o PFL foram as principais forças de sustentação do governo. Na análise dos oito anos do governo, através dos editoriais do jornal paulista, é possível identificar nos diversos momentos de embate político em que o PFL foi duramente criticado por suas posturas de “fisiologismo”, “oportunismo” e a representação do atraso na política brasileira. Contudo, os adjetivos apresentados aos liberais não foram correspondentes para os tucanos. É possível afirmar que não houve crítica significativa da *Folha* para o PSDB. Nem elogios. O jornal não se referiu ao partido, resguardando-o, preferindo deferir as críticas ao governo e ao próprio presidente Fernando Henrique Cardoso.

As diferenças da *Folha* com o PSDB estão ligadas ao crescimento artificial do partido, com a entrada de políticos (principalmente parlamentares e governadores) sem identidade programática, mas sim pragmática pela detenção do governo federal. Embora a *Folha* se defina apartidária e sem definição ideológica, é possível identificar o apreço que o jornal tem pelos tucanos, principalmente pelo respeito e afinidade com os quadros políticos e intelectuais paulistas ligados ao PSDB.

Postura distinta é a de *O Globo*, que não oferece maiores críticas à aliança do PSDB com o PFL, preferindo cobrar dos social-democratas as responsabilidades das dificuldades da frente de apoio à Fernando Henrique Cardoso. No editorial “Crença no Estado”, de 21/10/1997, o jornal carioca cobra as atitudes vassilantes dos partidários do PSDB quanto as reformas propostas pelo governo:

“Nesse processo de reforma os próprios social-democratas têm suas desavenças. As correntes mais avançadas não vêem mais o Estado prestando serviços diretamente, através de uma enorme estrutura de funcionários, e sim de uma maneira eficiente, pela contratação de prestação de serviços.

Tais social-democratas já admitem, por exemplo, que universidades, institutos de pesquisa, fundações percam o seu caráter de repartição pública, e assumam uma nova formatação, mais autônoma, semelhante à de organizações não-governamentais (ONG's).” (Crença no Estado – O Globo – 21/10/1997)

O jornal carioca não apresentou, em seus editoriais, críticas diretas ao PFL, no que diz respeito de disputa política interna da aliança e a sustentação do governo. A cobrança das responsabilidades dos rumos do governo era direto ao presidente Fernando Henrique Cardoso e seu partido, o PSDB.

Com a *Folha* foi o contrário, o jornal paulista nutriu uma antipatia política ao PFL e considera que os liberais se sustentam por esquemas não republicanos, ligados à corrupção, ao assistencialismo para as camadas mais pobres e por atitudes antidemocráticas em seus redutos eleitorais. Para o jornal paulista, o Brasil emperra nas reformas para transformar o Estado num instrumento mais enxuto e ágil, pelas atitudes dos liberais que dependem de esquemas públicos para manter a grande influência regional, sobretudo no nordeste brasileiro.

No editorial “O liberalismo do PFL”, a *Folha* questiona o partido quanto ao seu projeto de poder e a mudança da imagem de oportunista:

“O PFL tem feito um esforço para firmar a opinião pública, a imagem de um partido moderno, comprometido com a bandeira das reformas e as políticas liberais. (...)”

Nos últimos dias, tumultuados pelo crash financeiro, pelo lançamento do pacote fiscal e pela aprovação da reforma administrativa da Câmara, o velho PFL, coerente com seu passado, voltou a ocupar o primeiro plano da cena política.

Na semana passada, lideranças do partido – o senador Antônio Carlos Magalhães à frente – já haviam se manifestado contra o aumento de 10% do IR de pessoas físicas. (...)

Além disso, e talvez mais grave, o PFL colocou-se também contra o corte de incentivos fiscais para a região norte, proposta pelo governo. Os subsídios são sabidamente uma das formas mais perversas de desperdícios do dinheiro público, uma verdadeira caixa preta que, embora tardiamente, o governo resolve finalmente abrir. (...)

Mais uma vez, prevalecem dentro do PFL as antigas práticas clientelistas, apadrinhamentos e privilégios, o que não parece adequado a uma legenda que se autodenomina liberal” (O liberalismo do PFL – Folha de São Paulo – 22/11/97)

A opinião crítica da *Folha* remonta a um questionamento sobre o conceito de liberalismo pregado pelos liberais do PFL. Este conceito de liberalismo é discutido pelo jornal a partir da idéia da formação das forças políticas brasileiras. Sendo um jornal secular, que atravessou os principais momentos políticos do século 20 no Brasil, busca explicar o comportamento dos aliados fernandistas como algo persistente da origem do Estado no Brasil, das formas paternalistas de poder e da ausência de uma tradição democrática moderna.

O jornal paulista não reivindica para si as idéias liberais clássicas, mas disputa a opinião do significado de um projeto liberal. Explicita uma opinião de forma que não se comprometa em filiar-se a uma determinada ideologia. Busca, entretanto, ajuizar valor das ações partidárias e cobra coerência entre a teoria e prática das correntes políticas nacionais. Identifica ainda, incoerências na aliança fernandina, objeções intransponíveis entre os partidos e os projetos de desenvolvimento nacional.

O Globo, ao verificar os movimentos para o lançamento de candidaturas próprias do PFL e PSDB, motivo para uma desagregação da base de sustentação governista, lançou a preocupação para a manutenção da unidade entre os partidos. No editorial “Sem precipitação”, de 16/05/1999, o jornal carioca argumenta:

“É nas convenções que os partidos traçam seus planos para o futuro e linhas mestras de ação. Cada partido tem sua lógica interna e seu ritmo próprio, que determinam o momento adequado de realizar a convenção. Por isso, não é motivo de crítica que o PFL e o PSDB tenham considerado oportuno cuidar agora de suas convenções. Cabe lembrar, entretanto, que

essa decisão traz o risco de certo engessamento político, que pode dificultar o trabalho legislativo.

O país está, no momento, recuperando-se de uma crise que deixou marcas muito fortes. Por isso mesmo, há muito trabalho de reconstrução e reforma pela frente, até que sejam recuperados a plena normalidade e o rumo do desenvolvimento. A tarefa é ampla e complexa, exige o empenho de todos, e nela devem-se concentrar as atenções.

Nessas condições, é evidentemente negativa a criação de qualquer fator de conturbação política. O lançamento de candidaturas, sobretudo, é prematuro e indesejável, ainda que seja perfeitamente admissível que os partidos decidam desde já questões como ter ou não um candidato próprio à Presidência da República.” (Sem precipitação – O Globo – 16/05/1999)

Para *O Globo*, o debate naquele momento sobre projetos partidários atrapalhava os interesses nacionais, com as possíveis instabilidades do resultado de candidaturas próprias distintas dos dois maiores partidos da base aliada.

O editorial demonstra a situação de dificuldades políticas do governo, com uma crise financeira que arrastou o país para mais uma recessão, a necessidade de novo pedido de empréstimo no exterior e a desagregação de um grupo fundamental para a aprovação de medidas importantes para a estabilidade governista.

O PMDB passaria a ter um papel mais destacado na base aliada e esse movimento já era sentido entre os pefelistas, que faziam seu contrapeso no Congresso para o governo sentir a pressão da necessidade de se manter o esquadro de alianças que elegera Fernando Henrique Cardoso.

A Folha, com posição diferenciada quanto a aliança dos tucanos com o PFL, fazia seu movimento de fustigar os liberais, com o argumento que estavam desembarcando do governo no momento de maior dificuldade.

No editorial “Fragmentos da política”, de 01/11/1999, a *Folha* questiona a estratégia do PFL em se desvincular dos tucanos, interpretando como jogada eleitoral e oportunismo

político diante da crise política e econômica que atravessava o país. Neste movimento, o PFL busca se fortalecer para as eleições municipais que se avizinhavam:

“É muito provável que o recente anúncio do PFL de que terá candidato próprio no próximo pleito presidencial, mais do que uma disposição firme e inabalável, seja um lance estratégico com o objetivo de acumular forças para as eleições municipais. (...)

(...). Há, por assim dizer, dois epicentros dos quais se afastam essas legendas. De um lado, a coalizão que elegeu Fernando Henrique Cardoso; de outro, a frente de partidos de esquerda que lhe fez oposição. Portanto, é da decomposição dessas duas grandes forças e do enfraquecimento do embate político-programático travado entre elas que se trata. A base econômico-programático que amalgamava a coalizão fernandina, a estabilização monetária sustentada pelo capital financeiro internacional, desfez-se sem que tenha sido posto em prática programa alternativo pelo governo. Por outro lado, a coalizão opositora não tem conseguido catalisar o descontentamento generalizado com o Planalto. Pelo contrário, vive às voltas com batalhas intestinais desagregadoras. (...)

Assim, não é por acaso que surjam os políticos de verve populista, carismáticos, que agora ocupam destacado espaço. Talvez a esse gênero de político seja necessária maior atenção, não em 2002, mas já no ano que vem. O campo está aberto a aventureiros e demagogos. (Fragmentos de Política – Folha de São Paulo – 01/11/1999)

A *Folha*, ao questionar o suposto viés populista que as legendas exercem, principalmente no período eleitoral, marca posição novamente através da exigência da retomada da agenda política proposta por Fernando Henrique Cardoso. Neste momento político, a base governista está em situação delicada pelas disputas locais e pelas dificuldades em cumprir votações de reformas importantes para o governo, como a previdenciária, a trabalhista e a tributária.

Nas eleições municipais, houve importante avanço dos partidos aliados do governo com a conquista de cinco prefeituras de capitais pelo PMDB, quatro do PFL e outras quatro do PSDB. A oposição também conquistou importante espaço político com a eleição de três prefeituras do PDT, outras três do PSB e duas do PT, inclusive São Paulo, a mais importante.

O PFL é um partido com tradição governista, surgiu a partir de uma dissidência do antigo PDS, na véspera da eleição indireta para presidente da República em 1984. O grupo ligado a políticos tradicionais como José Sarney (Maranhão), Marco Maciel (Pernambuco) e Antônio Carlos Magalhães (Bahia), senadores no período da disputa no colégio eleitoral do Congresso Nacional, fecharam aliança determinante para a vitória da oposição capitaneada por Tancredo Neves. Com a morte de Tancredo e a posse de Sarney, os liberais pefelistas participaram de todos os governos federais, com exceção dos mandatos de Itamar Franco e de Lula, posterior a Fernando Henrique Cardoso.

Esta tradição dos liberais em participar dos governos como base de sustentação no parlamento e cargos relevantes da República, trouxe para o partido a pecha de governista, em sentido oportunista, como característica essencial para sua sobrevivência política. Contudo, em 2002, após oito anos de aliança com Fernando Henrique Cardoso, o PFL se distanciou do PSDB e procurou lançar candidatura própria.

Entre a dúvida do blefe e o movimento de divisão governista, a *Folha* buscou desqualificar a candidatura própria dos liberais. No editorial “PFL em vôo solo” de 08/03/2002), estampa o desdém do jornal:

“O que parecia impossível aconteceu. O Partido da Frente Liberal, que se mantinha no poder desde 1985, quando ajudou a eleger Tancredo Neves à Presidência, rompeu a aliança com Fernando Henrique Cardoso. Mas a saída por ora não significará a entrega de todos os postos de segundo e terceiro escalões ocupados por pefelistas. A candidata do partido à sucessão de FHC, Roseana Sarney, exigiu e obteve de seus correligionários um voto de confiança. A disputa pelo Planalto ganha, assim, nova configuração.

Nenhuma informação apurada até agora atesta que tenha havido interferência indevida do Poder Executivo na busca e apreensão executada pela Polícia Federal na empresa Lunus, fato gerador da crise política que culminou no rompimento do PFL. Permanecem, no entanto, dúvidas sobre a fundamentação jurídica do mandato e sobre o vazamento de informações de um processo que corre sob regime sigiloso. (...)

A cúpula do PFL está ciente das dificuldades geradas por sua escolha de romper com FHC. Porém a sua estratégia está longe de ser suicida. Caso Roseana seja um fenômeno

de vida curta, o partido poderá perder a condição de sócio privilegiado da candidatura situacionista.(...)

A cúpula do PFL está ciente das dificuldades geradas por sua escolha de romper com FHC. Porém a sua estratégia está longe de ser suicida. Caso Roseana seja um fenômeno de vida curta, o partido poderá perder a condição de sócio privilegiado da candidatura situacionista. Mas esse prejuízo dificilmente será grande a ponto de inviabilizar um acordo, mesmo que em bases mais modestas, dos pefelistas com a chapa que tiver mais condições de antepor-se à esquerda. O PFL é um partido nacionalmente forte. Sua bancada é indispensável a qualquer projeto de centro-direita neste país. (PFL em vôo solo – Folha de São Paulo – 08/03/2002)

O caso Lunus, citado no editorial foi uma ação realizada pela Polícia Federal em que apreendeu R\$ 1,34 milhão, guardados em cofre na sede da empresa ligada ao marido da então candidata do PFL, Roseana Sarney. A empresa Lunus era investigada por autoridades públicas por esquema de corrupção e desvio de recursos públicos.

O fato teve grande repercussão nacional e provocou a desistência da candidatura própria dos liberais e o rompimento do partido com o governo. A direção do PFL acusou um esquema de perseguição política promovida por José Serra, candidato do PSDB à Presidência.

A *Folha*, mantendo sua opinião crítica ao PFL, produziu outros editoriais como “Certa incerteza”, de 10/03/2002, e “O que deseja o PFL”, de 12/04/2002, em que analisa desistência dos liberais de forma sarcástica, argumentando a novidade que seria os liberais na oposição, depois de anos usufruindo as benesses do governo. Outro argumento oferecido pelo jornal, foi a cobrança pela responsabilidade da governabilidade já que os liberais foram participantes das mudanças ocorridas no governo Fernando Henrique Cardoso.

O resultado desta disputa foi a consolidação da candidatura governista de José Serra, com uma profunda divisão da frente política que governou o país durante oito anos. Serra costurou o apoio do PMDB, que substituiu o PFL, como principal partido aliado nas eleições de 2002.

O governo Fernando Henrique Cardoso obteve amplo apoio parlamentar, apesar das dificuldades exploradas pelos editoriais da *Folha*. Contou com os principais partidos, e mesmo com dissidências nas bancadas, construiu maioria para votar os mais importantes assuntos e manteve sob controle, todas as investigações realizadas pelo parlamento.

A *Folha* e *O Globo* opinaram sobre os principais acontecimentos envolvendo o Congresso Nacional, e teve lado nas disputas, a favor do governo. Ao mesmo tempo em que cobrou o que considerava como incoerência governista. O jornal paulista e o jornal carioca procuraram influir na disputa das idéias. A *Folha* elegeu o PFL como o principal adversário político na base de sustentação do governo, a partir de uma visão construída pela realidade e os interesses do estado de São Paulo. *O Globo* teve argumentos muito próximos as justificativas do governo e não identificou um adversário específico, generalizando as vagas e raras críticas.

A oposição partidária e os movimentos sociais

A posição da *Folha de São Paulo* e *O Globo*, no que se refere à oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, foram críticas às posturas e propostas dos partidos e dos movimentos sociais. Os jornais não economizaram nos editoriais, definindo os opositoristas como radicais e sem compromisso com a estabilidade política, sem projeto para o país, recorrentes à desordem, sobretudo, quando houve conflito em manifestações e afronta à propriedade privada.

O Partido dos Trabalhadores – PT foi o principal partido de oposição e, conseqüentemente, o que mais foi analisado pelos editoriais. Foram destacados também as frentes políticas de 1998 compostas por PT, PDT, PSB e PCdoB e as de 2002, inclusive as contradições da oposição e as alianças políticas para a vitória de Lula.

Pelos movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST polarizou ações de enfrentamento com o governo que o colocou sob severas críticas

da imprensa. Os sem-terra, como ficaram conhecidos, foi o principal alvo dos editoriais dos jornais. Outro movimento que ganhou destaque, logo no início do governo Fernando Henrique Cardoso, foi a greve dos petroleiros, definida como afronta à ordem e a estabilidade do país. Os editoriais, no entanto, tiveram que se posicionar diante de tragédias como o massacre de Eldorado dos Carajás e reconhecer a força da oposição com a Marcha dos Cem Mil, que pediam a instalação da CPI das privatizações e da compra de votos da reeleição.

A oposição partidária

A vitória de Fernando Henrique Cardoso no primeiro turno em 1995 causou surpresa no meio político. A oposição de esquerda foi derrotada também nos principais estados. Ampliou sua base parlamentar, mas não o suficiente para enfrentar a frente governista.

A *Folha*, no editorial (No hay gobierno, soy contra”, de 29/03/1995, critica o governo Fernando Henrique Cardoso, por permitir, segundo o jornal, o ressurgimento da oposição:

“A política abomina o vácuo. O governo Fernando Henrique Cardoso permitiu que se criasse um vazio político, ao menos, a sensação de vazio.(...)”

Cumpriu-se a inexorável lei da política: as duas principais lideranças da oposição emergem do limbo a que haviam sido relegados pela vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso.(...)”

De novo, como vem sendo uma constante na história recente do país, PT e PDT limitam-se a ser do contra. Não querem as reformas propostas pelo governo, com o que endossar automaticamente um *status quo* que tanto Lula como Brizola não se cansam de criticar.

Faltam a estes líderes apresentarem suas próprias propostas. Ser do contra é a maneira mais cômoda de fazer política. Difícil, mas decisivo para se julgar a seriedade da oposição, é dizer a favor do que são os dois líderes oposicionistas. É o que eles continuam devendo” (No hay gobierno, soy contra – Folha de São Paulo – 29/03/95)

A opinião oferecida pela *Folha* era, ao mesmo tempo, uma defesa das reformas “modernizadoras” que o jornal identificava como fundamental, apostando no governo Fernando Henrique Cardoso, e a desqualificação da opinião da oposição. O jornal paulista critica o governo justamente por este permitir que, através de erros políticos, pudessem voltar à tona as lideranças oposicionistas de Lula e Brizola.

Para a *Folha*, Lula e Brizola representavam o atraso na concepção de Estado moderno. A receita de uma maior presença estatal na economia e na sociedade, era para o jornal, um retrocesso. Os movimentos que se cobravam eram justamente das privatizações e da abertura da economia brasileira para produtos e capitais estrangeiros.

Para o jornal paulista, a retórica de esquerda tinha um viés populista, segundo o qual, o projeto de desenvolvimento está vinculado ao estatismo, ao nacionalismo e aos projetos assistencialistas para as camadas menos favorecidas. A *Folha* criticava esta concepção política por considerar que este tipo de regime já havia se esgotado. A idéia de desenvolvimento estava ligada às transformações que ocorriam no mundo, sob a égide da globalização.

A idéia oferecida no editorial acima demonstra a preocupação do jornal com a desordem social através das idéias da esquerda brasileira. A aposta do desgoverno para alcançar o poder político.

No editorial “Delírios da oposição”, de 04/11/1997, a *Folha* critica a o programa desenvolvido pela frente de esquerda composta por PT, PDT, PSB e PC do B, porque considera aventureiras as idéias da oposição:

“As ‘Teses para Elaboração do Programa Democrático e Popular’, elaborado por membros do PC do B, do PDT, do PSB e do PT, compõe um estranho documento. Em 85 tópicos, os autores decretam que o país deverá crescer de maneira sustentável, sem problemas externos e com igualdade social a partir da vitória da coalizão de esquerda em 1998.

Os autores das teses dizem que procuram combinar clareza, rigor analítico e credibilidade na elaboração da proposta. Se procuraram, não conseguiram. Apenas acumularam, senão irresponsabilidades, pelo menos falta de capacidade analítica e voluntarismo, características que dão o tom do documento. (...)

Um novo Estado, ‘com atribuições ampliadas’, vai dirigir investimentos intensos e externos para a indústria e a agricultura. O ‘Governo Democrático e Popular’ pretende alongar a dívida interna para aliviar as finanças públicas e ajudar a ‘desmobilizar a ciranda financeira’. Só faltou explicar como.

Tudo enfim é possível no delírio das ‘teses’. Pena que não combine com a existência de um país real, com problemas reais, a partir dos quais deveria surgir um programa e não um panfleto que até os centros acadêmicos dos anos 60 teriam dificuldade de assinar. Tal atitude inviabiliza o confronto de idéias num momento em que o país se ressentia da ausência de uma oposição ativa, sem qual, a rigor, não há democracia” (Delírios da oposição – Folha de São Paulo – 04/11/97)

A *Folha* desqualifica as propostas apresentadas pela oposição, como um amontoado de projetos irrealizáveis e com a falta de compromisso, que segundo o jornal, está embutido nas idéias da esquerda brasileira. As palavras “irresponsabilidade”, “voluntarismo”, “delírios”, entre outros, não condizem com a preocupação do jornal em oferecer argumentos sóbrios em seus editoriais.

Para o jornal paulista não havia alternativa de projetos, uma vez que não considerava as propostas da esquerda como sérias, mas sim, como um conjunto de “palavras de ordem” panfletárias. Com isso, a democracia ficava restrita à formulação da frente governista, mesmo que discordando de parte de seus encaminhamentos políticos e condutas de poder.

A *Folha*, no editorial “Lula e a demagogia”, de 12/06/1998, permanece com uma opinião de confronto com a oposição. Cobra da frente de esquerda, uma postura mais respeitável ao adversário Fernando Henrique Cardoso contra o que o jornal chama de atitude irresponsável do candidato Luiz Inácio Lula da Silva:

“O petista Luiz Inácio Lula da Silva aproveitou a convenção que homologou sua candidatura à Presidência da República, anteontem, para sugerir que o governo Fernando Henrique Cardoso estaria aproveitando a venda das empresas do sistema Telebrás a fim de fazer ‘caixa dois’ para a campanha eleitoral. Foi secundada pelo candidato a vice em sua chapa, o pedestista Leonel Brizola, que classificou essa privatização de ‘jogo sujo de interesses de um governo em final de mandato’. Tais acusações seriam um grande serviço ao país, ou no mínimo, de indícios que pudessem sustentá-las.

Não era o caso. Nem Lula nem Brizola estavam preocupados em provar nada. Limitaram-se ao denunciismo leviano, o que desde já lança sérias suspeitas sobre o tom que esses candidatos a presidente e vice do Brasil pretendem imprimir à campanha.

Não é aceitável que um candidato à Presidência da República com 30% da intenções de voto pautasse sua estratégia política por um comportamento tão irresponsável. O próprio Lula deveria ter consciência disso. Foi vítima de atitude semelhante durante a eleição presidencial de 89.” (Lula e a demagogia – Folha de São Paulo – 12/06/98)

A posição do jornal paulista se deve pelo discurso duro proferido tanto por Lula, como pelo seu vice Leonel Brizola, atacando os indícios de corrupção decorrentes do processo de privatização do setor de telecomunicações.

Há, no entanto, uma diferença fundamental na posição dos opositoristas e da *Folha*: as privatizações. O jornal fez árdua campanha em defesa das privatizações, como centro principal das mudanças do Estado brasileiro. A oposição de esquerda tinha posição antagônica a do jornal.

O editorial ilustra a situação em que o jornal se encontrava. A primeira opção era a da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, que compunha um campo político-ideológico conservador, sustentado por um plano econômico que segurava a inflação, mas com sérias dificuldades em fazer o país crescer, mantendo um programa privatista e dependente de recursos externos.

De outro lado, uma frente de esquerda que tinha como programa a mudança nos rumos da economia, a reversão das privatizações e a maior presença do Estado na economia e na sociedade, através de investimentos públicos em infra-estrutura e projetos sociais.

Através das opiniões críticas à oposição e reservas com relação ao governo, é possível identificar que a *Folha* fez sua opção política a favor de Fernando Henrique Cardoso, embora não tenha se pronunciado publicamente através de seu instrumento editorial.

O resultado das eleições foi a vitória de Fernando Henrique Cardoso, novamente em primeiro turno, com 53,06% dos votos válidos. Lula obteve 31,71% dos votos válidos. O processo de privatização continuou e as denúncias de corrupção ganharam maior notoriedade, inclusive com matérias exclusivas publicadas pela própria *Folha de São Paulo*.

Posição de defesa do governo e da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à reeleição foi feita pelo *O Globo*, sem maiores dúvidas que o jornal paulista. No editorial “Bandeira rota”, de 31/08/1999, com Fernando Henrique reeleito e passando pelas maiores dificuldades com a desvalorização do real, o jornal carioca reafirma a defesa do projeto governista:

“O Brasil tem hoje 25 milhões de terminais de telefones fixos e quase dez milhões de telefones móveis celulares. Em dois anos, o número de telefones fixos será de 40 milhões; o de telefones celulares, o que mercado pedir. As operadoras estão correndo atrás dos usuários para oferecer serviços. Isso é o oposto da situação, não muito distante, em que o consumidor ficava anos na fila de uma empresa do Estado.

Não há como dissociar tamanha transformação do modelo de privatização do setor de telecomunicações – por ser modelo calcado fortemente na concorrência.(...)
(...). É claro que uma mudança dessa magnitude não se faz sem transtornos iniciais. Alguns poderiam ser previstos, outros eram inevitáveis. Mas, todos são superáveis, em consequência da disputa entre as empresas.

Ante esse fato, chega a ser estranho que se esteja querendo atingir o Governo num ponto fraco por meio de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar exatamente a privatização do sistema Telebrás. A oposição tem absoluto direito de procurar ser interpretada da notória insatisfação da opinião pública. Pode fazer isso de forma inteligente, provocando o debate em questões em que o Governo, por exemplo, tenha pecado por hesitação ou falta de firmeza. Ou por erro de escolha. Ao preferir acender os holofotes de uma CPI, o PT e seus aliados não fazem o jogo do Planalto – mas também não estão estreitando os seus próprios laços com a sociedade.(...)

O ponto de partida da CPI do grampo telefônico que revelou uso de linguagem inadequada por autoridades federais e manifestação imprópria de preferência por um grupo investidor (que não se beneficiou disso). É muito pouco para uma tentativa de acusar o presidente da República por crime de responsabilidade.” (Bandeira rota – O Globo – 31/08/1999)

O governo estava na defensiva com as manifestações da oposição realizadas dias antes (como veremos no ponto da marcha dos Cem Mil), que reuniu cerca de cem mil manifestantes exigindo a imediata instalação de uma CPI para investigar as privatizações. Mais que isso, a manifestação questionava o próprio modelo econômico e a condução política do governo. Fernando Henrique Cardoso estava com dificuldades também com a base aliada e a crise econômica, como visto.

O jornal carioca não pestanejou em defender a posição do governo, com o argumento que os fatos apresentados pela oposição eram insuficientes, embora reconheça que as gravações tinham conteúdo “impróprio”. Tratava-se do vazamento das gravações ilegais em que o próprio presidente da República e auxiliares diretos, como o ministro das Comunicações e o presidente do BNDES, diretamente ligados ao processo de privatização do setor de telecomunicações, estavam envolvidos no direcionamento dos resultados dos leilões. O que o jornal carioca denominou como “muito pouco” para a investigação do Congresso.

A posição do jornal carioca, de defesa do governo quase que incondicional, tinha como cálculo político, a resistência à ofensiva dos partidos de esquerda, considerados pelo *O Globo*, como um atraso para o Brasil.

Um dos pontos mais polêmicos na posição da imprensa era a cobrança da coerência política dos partidos, nas suas defesas de propostas e projetos de poder. A reforma política foi amplamente defendida pelos grandes jornais, para diminuir a participação dos partidos e políticos “de aluguel”.

O Globo, no editorial “Um avanço”, de 11/11/1999, chama a atenção para as opiniões, cada vez mais fortes na direção do PT, para as mudanças ideológicas e políticas necessárias para se vencer as eleições:

“No contesto de uma tomada de posição para as próximas eleições presidenciais, figuras de destaque na esquerda brasileira como o deputado José Genoíno e o ex-governador Cristóvam Buarque estão propondo definições que podem representar um avanço em relação a posições até agora defendida por partidos como o PT.

Uma dessas idéias é passar a encarar o socialismo como um ideal de igualdade e justiça, e não mais como um modelo concreto a ser aplicado custe o que custar.(...)

Uma outra idéia/proposta é a de abandonar a ambigüidade que até agora caracterizou a ação de muitos movimentos de esquerda quando se alistam no jogo político.(...)

Exemplo histórico disso é o que aconteceu com o Partido Comunista italiano, certamente mais arejado e articulado no gênero nos territórios que não dependiam diretamente de Moscou ou de Pequim. A suspeita (justa ou injusta) quanto aos seus verdadeiros propósitos acabou por comprometer suas chances efetivas de chegar ao poder.”
(Um avanço – O Globo – 11/11/1999)

O jornal carioca saúda a iniciativa da maior sigla oposicionista de se afastar cada vez mais, das idéias socialistas e da ruptura do sistema. As mudanças no PT, segundo o jornal, deviam seguir as lições do fracasso das experiências no Leste europeu e se espelharem nas iniciativas dos italianos do PDS – Partido de la Sinistra, que substituíram a foice e o martelo do PC italiano por idéias mais adaptáveis à nova correlação de forças na

Europa. Sentimento parecido havia tomado, anos antes, o PPS brasileiro, que substituiu o PCB, no período da crise do socialismo dos anos 1990.

Para *O Globo*, qualquer possibilidade de vitória do PT nas eleições de 2002 teria que passar por uma mudança nas concepções originárias do partido. A vitória petista, cada vez mais próxima, pressupunha uma sinalização de comprometimento com a manutenção de determinadas políticas liberais para que não houvesse instabilidades no mercado.

Internamente no PT, a idéia de concessão para alcançar a vitória política ganhava força, sobretudo pelas experiências administrativas do partido e as derrotas eleitorais anteriores. A direção majoritária do partido passava a entender a necessidade de ampliar as alianças políticas, conquistar parcela da sociedade que não concordava com mudanças radicais e unificar o campo oposicionista.

O partido passou a buscar essas iniciativas, confrontando o governo Fernando Henrique Cardoso e tentando ampliar o leque de alianças. A unidade oposicionista estava mais difícil pelas contradições entre os partidos e a crítica ao chamado “hegemonismo” petista.

A *Folha* não só cobrou coerência das alianças que sustentaram o governo Fernando Henrique Cardoso, como a construção oposicionista, a partir do PT, para buscar seus apoios na ação de combate ao governo e na futura frente eleitoral que disputaria as eleições de 2002.

A opinião do jornal sobre os partidos é que existia uma profunda incoerência entre as posições programáticas e a composição de alianças e concessões para se alcançar o poder. Não considerava, contudo, a correlação de forças existentes na sociedade e a complexa formação de uma maioria para governar o país, com as dimensões e a diversidade social que o Brasil possui.

A *Folha* estabeleceu uma leitura simplificada sobre as disputas políticas existentes. Se o PSDB venceu as eleições de 1994 e 1998, com amplo apoio popular para Fernando

Henrique Cardoso, não seria correto abrir mão de suas convicções para compor uma maioria. Se Lula conquistaria apoio suficiente para as eleições de 2002, não seria correto ampliar as forças de governo porque descaracterizaria o apoio popular por ele obtido nas urnas.

A concepção “pura” de fazer política se encontra nos editoriais “As alianças do PT”, de 09/10/2001, e “O PT pragmático”, de 31/05/2002. Ambos editoriais oferecem a crítica à forma como o PT mudou sua maneira de fazer política, a partir da aliança entre um partido tido socialista e outro liberal, o PL, com idéias supostamente antagônicas.

No primeiro editorial, publicado ainda quando os partidos se aproximavam, no campo da oposição, a *Folha* registra sua indignação:

“Em democracias caracterizadas pela fragmentação partidária, o normal é que a formação dos governos seja a conjugação de legendas. Algumas dessas alianças não são feitas, porém, sem polêmica.

Registre-se o caso da aproximação do PT com o Partido Liberal. Deve ser relativizada a estranheza inicial de um estreitamento de laços entre uma agremiação originalmente socialista e uma outra que carrega no nome a estampa liberalismo. É evidente, nos últimos anos, o processo de conversão do PT em um partido majoritariamente reformista, de cunho social-democrata. E do PL – pelas figuras que o integram ou já integraram, por sua atuação na vida pública e pela sua recém-adquirida tez evangélica – não se pode dizer que siga a clássica doutrina liberal. (...)

Entre o modelo do Partido Comunista Italiano – que nunca se dispôs a aliança de amplo espectro ideológico, mas também nunca conquistou o poder em escala nacional – e das novas tendências aliancistas da esquerda européia, o PT se mostra disposto a optar pelo segundo.” (As Alianças do PT – Folha de São Paulo – 09/10/2001)

A referência ao antigo Partido Comunista Italiano está situada na interpretação das mudanças que o PT promovia. Uma aproximação com as idéias de centro (do campo ideológico) e uma flexibilização de suas posições “radicais” anteriores.

Neste editorial é possível identificar que o jornal paulista entrou na disputa política, não apenas com juízo de valor próprio sobre as alianças dos partidos, mas também somado a um movimento para evitar a unidade do campo oposicionista.

A unidade dos partidos de oposição não se concretizou, inclusive porque partidos de esquerda também lançaram candidaturas próprias, como o caso do PSB, com a candidatura de Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, e do PPS, com apoio do PDT e PTB, com a candidatura de Ciro Gomes.

A candidatura mais forte era de Luiz Inácio Lula da Silva, e existia uma necessidade política dos partidários do governo, em isolar o petista na eleição. Esse movimento não logrou e satisfatoriamente.

O segundo editorial em que a *Folha* trata de alianças políticas da oposição, já faz parte da constituição da chapa Lula e José Alencar para a disputa presidencial de 2002:

“Oito anos depois da aliança entre tucanos e pefelistas, o Partido dos Trabalhadores rende homenagem à mesma lógica política que possibilitou a Fernando Henrique Cardoso duas eleições seguidas à Presidência da República e maioria robusta no Congresso.

Decerto surgirão petistas tentando justificar os passos rumo à ‘realpolitik’ com longas argumentações acerca das diferenças entre Antônio Carlos Magalhães (cuja aliança com FHC foi duramente criticada pelo PT) e Orestes Quécia (de quem Lula e correligionários ora se aproximam). Também haverá quem mencione as novas ‘condições objetivas’ que possibilitam flertes com personagens anteriormente malquistos pelo PT – caso do deputado federal Luiz Antônio de Medeiros e de Paulo Pereira da Silva, ambos de trajetória pública associada à Força Sindical.(...)

É inevitável que, nesse processo, alguns traços do ‘velho PT’ se tornem manifestações espasmódicas de minorias partidárias cada vez mais isoladas politicamente. Nesses caminho, um dos elementos que os petistas estão, ao que parece, próximos de perder é a sua aura de paladino da moralidade na política.” (O PT Pragmático – Folha de São Paulo – 31/05/2002)

Neste editorial, a *Folha* explicita seu desconforto com a lógica política da unidade de desiguais. Seguindo sua linha de pensamento, cuja coerência desconsidera o acúmulo de forças para se obter uma vitória política, o jornal condena os apoios obtidos por Lula. Culpa a cúpula do PT pelas ações “incoerentes” que se seguiram durante as eleições. Chega a argumentar que os petistas se igualaram aos tucanos, tornando-se “farinhas do mesmo saco”, como se não houvesse distinção entre as linhas políticas dos partidos.

Um dos editoriais mais emblemáticos na relação da *Folha* com a oposição, foi publicado no dia 25/06/2002, denominado “O PT e os mercados”, em que o jornal saúda a atitude dos petistas em publicar uma carta de compromisso com a manutenção dos contratos e compromissos do governo que findava:

“Luiz Inácio Lula da Silva, virtual candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência fez, no sábado, algumas das promessas que analistas, agentes de mercado e empresários cobravam do PT: definiu pontos essenciais do que fará e do que não fará se chegar ao Planalto.

Escreveu que não dará o calote tão temido e que manterá as metas de superávit fiscal primário (a diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta, descontados os juros) necessárias para sinalizar que a dívida pública será paga sem rompimento de contratos. Afirmou, também, que manterá a prioridade que o atual governo dedica ao combate à inflação.(...)

Por fim, cabe também supor que a carta divulgada pelo PT é só o corolário de um processo relativamente antigo de caminhada do partido para posições de centro-esquerda.(...)

Se, no entanto, as conveniências eleitorais de cada qual inviabilizarem tal acordo, conviria que o PT desse um segundo e mais incisivo passo para explicitar suas propostas, deixando claro, por exemplo, seus planos para o BC, fornecendo detalhes de como vai tratar a questão das metas de inflação e como pretende reduzir a relação dívida/PIB.” (O PT e os Mercados – Folha de São Paulo – 25/06/2002)

Para questionar o PT quanto às alianças políticas, o jornal buscava argumentos da coerência passada do partido. Quando os petistas resolveram dar sinais ao mercado que não fariam rupturas drásticas, como argumentavam seus adversários políticos, a *Folha* considerou positiva e não incoerente com o seu passado. Definitivamente as posições de

apoio e crítica seguem uma linha de opinião política e de acordo com as circunstâncias da disputa em questão.

As eleições de 2002 terminaram com a vitória da oposição em segundo turno, com 61,27% dos votos para Lula, contra 38,73% dos votos obtidos por José Serra, do PSDB.

A oposição dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais e populares representaram uma importante fonte de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Composta por uma diversidade de entidades representativas do movimento sindical, comunitárias, estudantis, religiosas, de categorias de profissionais liberais, sem terras, organizações não governamentais, entre outras. A unidade girava em torno das críticas ao modelo econômico, às dificuldades sociais, como o desemprego e a queda da renda dos menos favorecidos, das questões ambientais, das denúncias de corrupção e outras questões envolvendo decisões de governo e dificuldades sociais.

Em 1997, foi constituído o Fórum Nacional de Lutas, com a finalidade de organizar estes movimentos. Entre as principais entidades estavam a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a União Nacional dos Estudantes – UNE e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Os partidos de oposição também participavam ou definiam apoio às atividades do fórum.

Entre as principais atividades que se destacaram durante o governo Fernando Henrique Cardoso, seja por uma categoria em greve ou movimentos amplos, estão a greve nacional dos petroleiros, as ações pela reforma agrária dos sem terra, as marchas de oposição e a marcha dos Cem Mil e a realização do Fórum Social Mundial, que teve duas edições durante o governo do PSDB.

A greve dos petroleiros teve início em maio de 1995 com a reivindicação de reajustes salariais e a pressão para não ocorrer a quebra do monopólio do petróleo

explorado pela Petrobrás. Logo no início, a greve teve ampla adesão dos trabalhadores das principais refinarias do país e de áreas estratégicas da empresa. Nas duas primeiras semanas já se visualizava um embate político com o governo federal.

A *Folha* condenou a greve dos trabalhadores da Petrobrás por considerá-la abusiva e contra os interesses nacionais. No editorial “Afronta”, em 12/05/1995, o jornal afirma:

“A decisão da maioria dos petroleiros de dar progressivamente à greve, radicalização mesmo o movimento, é gravíssimo e merece a mais veemente condenação” (Afronta – 12/05/95)

O Globo se manifestou contra a greve dos petroleiros considerando que a quebra do monopólio do petróleo é um bom resultado para combater as ações “abusivas” dos grevistas. Para o jornal carioca, a flexibilização da exploração das riquezas energéticas e as privatizações descentralizariam a produção não ficando refém dos trabalhadores de uma única empresa. O editorial “Proteção contra a greve”, de 24/05/1995, expressa essa opinião:

“A greve dos petroleiros certamente está contribuindo para acabar com as dúvidas de muitos congressistas sobre a necessidade de se rever o monopólio estatal do petróleo através de emenda constitucional e de legislação ordinária posterior.

Se a União tivesse flexibilizado na execução do monopólio, o país dificilmente estaria hoje sendo chantageado por um grupo de sindicalistas capaz de transformar a vida pessoal de milhões de brasileiros e pôr em risco toda a atividade produtiva.(...)

São tantas as amarras estabelecidas pelo monopólio da Petrobrás que o Brasil, dentro de um ambiente de democracia, acaba sujeito a situações como a atual em que os dirigentes sindicais das estatais afrontam a Justiça, ignorando suas decisões.

A correção dessa anomalia está na mão do Congresso, que nas próximas semanas votará a proposta de emenda constitucional encaminhada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. A escolha é entre a racionalidade e a irracionalidade.” (Proteção contra greves – O Globo – 24/05/1995)

A vinculação da condenação do movimento grevista pela ameaça de abastecimento de gás e combustível e a quebra do monopólio da exploração do petróleo faz parte da ação

política de parte dos grandes jornais em aproveitar o momento e cobrar rapidez nas mudanças estatais. A posição política de *O Globo* é uma clara sinalização do embate contra a oposição ao governo e o reforço do apoio às medidas propostas por Fernando Henrique Cardoso.

Com a radicalização do movimento e a persistência dos trabalhadores em manter a greve, começaram a faltar os produtos provenientes das refinarias como combustível e gás de cozinha. O governo, em atitude inédita e também radicalizada, resolveu intervir com a ocupação do exército nas refinarias Replan (Paulínia), Recap (Mauá), Revap (São José dos Campos), Repar (Araucária). A ação militar ocorreu de uma única vez no dia 24/05/95.

A atitude contou com a simpatia e o apoio da *Folha*, demonstrada no editorial “Ocupação de Refinarias”, do dia 25/05/1995:

“A intervenção militar na greve dos petroleiros é uma medida dura. Do ponto de vista estritamente técnica, o governo está correto. A categoria ignorou a decisão da justiça que determinou a volta do trabalho” (Ocupação de refinarias – 25/05/95)

A partir da ação militar, o governo reassumiu o controle da produção nas refinarias. Em seguida, demitiram uma parcela dos grevistas, principalmente as lideranças do movimento. Através da justiça trabalhista, A Federação Única dos Petroleiros – FUP e os sindicatos ligados ao setor foram obrigados a pagar multas elevadas contra as insubordinações legais, o que levaram as entidades a perder recursos e se enfraquecer para realizar novos movimentos.

O Globo também demonstrou apoio às ocupações nas refinarias e propôs mudanças nas relações sindicais, para diminuir a força do que o jornal carioca chamou de minorias, que são as direções dos movimentos grevistas. Oferece como exemplo, no editorial “Greve e democracia”, de 30/05/1995, as greves dos mineiros britânicos, no período Margaret Thatcher, em que o governo obrigou os sindicatos a realizarem consultas por voto secreto para decidir os rumos dos movimentos, como forma democrática de preservar a opinião de

uma maioria de trabalhadores. Uma opinião que interfere nos assuntos autônomos dos trabalhadores que são suas formas de se organizar.

Após o fim da greve, a *Folha* emitiu opinião sobre o movimento sindical, através do editorial “CUT pós-greve”, de 05/06/1995:

“Apesar de fortemente abalada, a CUT ainda é a principal central sindical do país, e não existe nenhuma outra corrente em condições de substituí-la. É de se esperar que, passada a ressaca provocada pela derrota, a CUT volte a ocupar o seu espaço, mas agora com mais experiência e responsabilidade. (...)

Essas considerações são suficientes para que as lideranças do PT e da CUT avaliem, como já vinham fazendo antes do caso dos petroleiros, outras formas de reivindicação salarial que não coloquem a população como o grande prejudicado. É preciso seguir o caminho inverso e tentar obter a simpatia da opinião pública.

Se o pleito for justo e a população se convencer disso, um governo democrático certamente terminará por ceder” (CUT Pós-Greve – 05/06/95)

A *Folha* buscou reconhecer que a CUT é uma central importante e estabeleceu um diálogo com uma parcela menos radicalizada (ou moderada) da entidade. Outro movimento importante explorado neste editorial foi demonstrar que greves radicalizadas em que ameaçaram o abastecimento de produtos estratégicos não contariam com o respaldo da opinião pública.

A greve dos petroleiros foi um marco inicial da relação dos movimentos populares com o governo Fernando Henrique Cardoso. Os movimentos politizaram suas ações como forma de se contrapor ao programa de Estado mínimo estabelecido pelo governo. O governo, em contrapartida, negou diálogo com os movimentos e buscou incriminar líderes das entidades. O resultado foi a radicalização e ausência de diálogo entre governo e movimentos.

Entre as principais entidades que polarizaram com Fernando Henrique Cardoso foi o MST que teve papel destacado na luta pela reforma agrária contando com simpatia de parcela da sociedade, e na luta contra as privatizações e reformas promovidas pelo governo.

O MST é um movimento que surgiu no início dos anos 1980, através de militantes ligados à pastoral da terra e outras organizações que defendiam a reforma agrária. Suas ações consistem em ocupações de terras improdutivas ou consideradas sem função social. Os sem terra conquistaram o apoio popular, de outras lideranças e movimentos, de parcela da intelectualidade, artistas e personalidades da sociedade brasileira e internacional.

As ocupações de terra são consideradas ações ilegais e desordeiras pela parcela da sociedade ligada, sobretudo, ao campo conservador na política e dos setores empresariais. Os jornais, em sua maioria, também se posicionam contra as ações do MST, condenando as ações do movimento. Essa posição é um forte indício da influência que a empresa jornalística exerce sobre as redações e a opinião jornalística. O questionamento à propriedade privada é o principal ponto de enfrentamento entre esses jornais e os sem terra.

A *Folha* teve uma posição de veemente condenação às ações do MST, embora reconheça o papel que o movimento exerce na sociedade. Esta opinião fica claro quando ocorreram as prisões de lideranças do movimento na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, em novembro de 1995. O jornal paulista afirmou que considerava as ações dos sem terra uma afronta à democracia, mas não os reconheciam como quadrilha de bandidos, motivo porque estavam sendo presos.

Um dos acontecimentos mais condenáveis ocorridos contra os sem terra foi o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em que 16 trabalhadores foram assassinados em confronto com policiais militares, ocorrido no dia 17 de abril de 1996.

A posição imediata da *Folha* foi de dubiedade e cautela, esperando maiores informações sobre o ocorrido. No editorial “Tragédia vergonhosa”, de 19/04/1996, a

posição do jornal dá a impressão que tentou-se dividir a responsabilidade dos acontecimentos entre as forças policiais e os sem terra:

“O movimento dos sem-terra sem dúvida estapola os limites legais em sua tentativa de pressionar o poder público. Trata-se, ademais, de um movimento que consegue produzir uma imagem magnífica, que ultrapassa sua real dimensão. Nada disso elimina porém, a gravidade do que ocorreu anteontem no Pará. É inaceitável que o país continue assistindo a massacres de pessoas que, bem ou mal, compõem uma das facetas da situação social da nação. (...)

Ainda são precárias as informações sobre como ocorreu efetivamente a tragédia. E não se pode, evidentemente, prejudicar a corporação policial e as autoridades responsáveis. Mas a gravidade e a violência do ocorrido impõe que se façam investigações rigorosas e que se esclareça para todo o país como foi que, afinal, ocorreu mais esse desastre, mais esse episódio vexatório para o Brasil.” (Tragédia vergonhosa – Folha de São Paulo – 19/04/96)

A primeira opinião do editorial é de condenação às práticas do MST e, depois, se voltar para o fato dos assassinatos. Esta atitude se deve, provavelmente, à antipatia do jornal com o movimento. Neste caso, pela ausência de maiores informações, o resultado foi equilibrar a culpa a todos os envolvidos, de forma completamente desproporcional. A condenação das mortes, um tanto óbvio, era esperada por todos os jornais, reflexo da opinião da sociedade.

No editorial seguinte, “Massacre”, de 20/04/1996, já com informações apuradas, a *Folha* passou a se posicionar com maior firmeza contra a atitude da polícia militar:

“O frio assassinato de pessoas já desarmadas, imobilizadas e talvez feridas, se efetivamente confirmados, coloca o caso na esfera de crime. Em vez de apenas um trágico confronto armado entre a polícia e manifestantes, o país estaria diante de uma verdadeira carnificina. Promovido pelo poder público à luz do dia. (...)

A investigação rigorosa dos fatos e a apuração implacável é o único modo de evitar que sobre a mácula do massacre se sobreponha ainda a impunidade.” (Massacre – Folha de São Paulo – 20/04/96)

A *Folha* faz referência à impunidade e ao poder público, mas não cobra dos governos do PSDB estadual (Almir Gabriel) e federal (Fernando Henrique Cardoso) a responsabilidade dos fatos. O protesto do jornal é genérico e busca envolver na culpa a polícia militar despreparada, como em todos os lugares do país, os governos que não alcançaram a capacidade de resgatar a dívida social, a ausência secular da reforma agrária, entre outros agentes responsáveis pela situação do povo brasileiro.

Depois dos assassinatos de Eldorado dos Carajás, foram promovidas manifestações pela reforma agrária, pelo emprego e por outras reivindicações dos diversos movimentos, na data do massacre. No dia 17 de abril de 1997, o MST e outros movimentos reuniram 50 mil manifestantes em Brasília, numa demonstração de crescimento da oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso.

O tratamento oferecido pela *Folha* ao MST é de combate às idéias e ações considerando o movimento como uma organização partidária, sem registro oficial e sem disputar eleições, portanto, fora das regras da democracia e da lei.

As ocupações de terras e atividades urbanas do MST e outras entidades populares, como o movimento sem teto que lutam por moradia para as camadas populares ocupando prédios e espaços abandonados nas grandes cidades, causavam indignação à parcela mais conservadora da sociedade. A *Folha* registrou esse desconforto com o editorial “MST irresponsável”, de 03/09/1998, novamente colocando a questão no campo da disputa política e os movimentos populares como protagonistas da tentativa de desestabilizar o governo Fernando Henrique Cardoso:

“O MST voltou à carga. Depois da onda de invasões e protestos de maio, quando habilmente transformou a seca e a insatisfação social em alguns centros urbanos em questão político-eleitoral, o MST recorre mais uma vez a seus meios ilegais de militância para combater o governo e semear a desordem, que parecem ser no momento seus objetivos maiores. (...)”

Vai ficando cada vez mais evidente que o MST é um movimento político extraparlamentar movido a ilícitos e que sua atuação não se restringe à questão fundiária.

Ainda no final de julho, o MST invadiu e pichou a sede do BNDES, no Rio de Janeiro, em protesto contra o programa de privatização. Invasão de propriedades, depredação de patrimônios públicos, ameaças de morte e cárcere privado vêm se tornando táticas políticas corriqueiras entre os sem-terra.

Preocupa ainda mais que esse radicalismo criminoso não venham recebendo por parte do governo a resposta que se espera daqueles que têm a obrigação de zelar pela lei, pela paz e pela ordem. A condescendência das autoridades é um estímulo à frutificação da desordem. Não é possível, numa democracia, tolerar tamanho desdém pelas formas legais de mobilização política ou social.” (MST irresponsável – Folha de São Paulo– 03/09/98)

A *Folha* cobra uma atitude mais dura, por parte do governo, para conter as ações do MST e de outros movimentos. Entre os editoriais de 1995 e de 1998, surgem uma diferença de opinião quanto a necessidade da intervenção da justiça para conter os atos “ilegais” dos sem terra e sobre o papel das entidades. Passou-se a considerar os atos como políticos e ações de desestabilização do governo, algo que o jornal repudiou e considerou fora das regras legais e democráticas. A consolidação da opinião da *Folha* quanto aos movimentos populares de oposição deixaram de ser uma condenação à forma “baderneira” que reivindicavam suas bandeiras de luta, tornando uma preocupação com o crescimento e a representatividade das manifestações.

No editorial “Os incendiários do MST”, de 16/07/1999, a *Folha* continua a descrever o MST como movimento que desestabiliza o governo e o país:

“Já faz algum tempo que o MST não provoca uma grande onda de tumulto orquestrado, como o fez em meados de 1998. Foi então que o movimento habilmente transformou a seca e a insatisfação social em alguns centros urbanos em fenômeno de mídia e questão político-eleitoral. Ainda movidas pela idéia de utilizar a desordem como meio de campanha política, em agosto passado lideranças nacionais do movimento diziam abertamente que incentivariam mais ações criminosas no período pré-eleitoral, multiplicando invasões por todo o país logo após o ‘Grito dos Excluídos’, em 7 setembro. (...)

(...). Não se vê empenho sistemático em levar à Justiça os responsáveis pelas ilegalidades. A condescendência das autoridades é um estímulo à frutificação da desordem.

Não é possível, numa democracia, tolerar tamanho desdém pelas formas legais de protesto social.” (Os incendiários do MST – Folha de São Paulo – 16/07/1999)

O jornal volta a cobrar das autoridades públicas a energética atitude de combate às ações do MST, para que se parem as ocupações em áreas rurais e urbanas. A palavra ocupação defendida pelo MST é uma forma de resistência e manifestação contra a concentração da riqueza e as desigualdades sociais. A maioria dos jornais tratam essas ações como invasão de propriedade, uma afronta às normas constitucionais do direito à posse.

O jornal paulista reconhece a importância de se buscar ações de resgate da dívida social brasileira, entre elas a reforma agrária. Contudo, não admite que as bandeiras sociais tenham vinculação política e ideológica, pois considera uma atitude oportunista que visa, sobretudo, a mudança de regime político e não a melhoria das condições de vida da população.

De todos os editoriais analisados da *Folha* referentes aos partidos de oposição, movimentos grevistas e populares, como os sem terra, não houve em nenhuma ocasião a utilização da palavra organização revolucionária. É uma observação que leva ao entendimento de que o jornal ou não considera esses movimentos como revolucionários, apesar das recorrentes acusações de “ilegalidades”, ou preferiu não dar sustentação à palavra nas condições atuais da vida democrática do país.

Outro período de manifestações de violenta repressão contra os sem terra ocorreram em 2000. O movimento reivindicava aceleração nas desapropriações de terra e mais recursos para os pequenos agricultores, através das linhas de créditos dos bancos estatais. Em maio, houve ocupações de prédios públicos e interdição de estradas em 11 estados, o que causou apreensão e indignação dos setores conservadores da sociedade. Em uma das manifestações, no Paraná, ocorreu a morte de um assentado na BR 277 próximo a Curitiba, comprovadamente por excesso de violência da polícia militar. O governador Jaime Lerner (PFL), não foi questionado pela justiça ou pela imprensa.

No editorial “caminho do risco”, de 04/05/2000, *O Globo* fez veemente crítica aos líderes dos sem terra e ao MST, como os verdadeiros responsáveis pela radicalização e a morte do trabalhador assentado:

“(…). O presidente Fernando Henrique manifestou preocupação, recentemente, com uma possível ruptura institucional. Não são episódios desse tipo que provocam rupturas. Ruptura acontece quando não há mais clareza na ação ou nos princípios.(…)

Neste momento, é importante que o governo seja claro nos princípios e na ação. Porque do outro lado, não há clareza nenhuma. Pode-se perguntar, com clareza, onde quer chegar o MST com a sua atual ofensiva.

No começo, alguns anos atrás, pesava-se saber; e pode-se dizer que havia até uma espécie de simpatia difusa por um movimento que propunha questionar a estagnação da nossa estrutura fundiária.(…)

Pouca coisa sobrou desses tempos ditos ‘heróicos’. O que o MST propõe, nesses dias, é um enigma. Às vezes, seus líderes saem do casulo, e dizem com todas as letras que querem ‘mudar o sistema’. Será que acreditam realmente nisso? Que uma invasão aqui, outra ali, vai mudar o ‘sistema’? E que mudança é essas que não pede a opinião de ninguém, que não tem legitimação alguma?(…)

No plano concreto, a reforma também andou, como se depreende nos dados citados acima. Andou tanto, que foi preciso passar do terreno do sonho para a realidade. Já agora se sabe que simplesmente dar terra não se resolve.” (Caminho do risco – O Globo – 04/05/2000)

O jornal carioca, na defesa das posições do governo, citou dados sobre a reforma agrária como o assentamento de 400 mil famílias que receberam lotes de terras, a criação do Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar e a regionalização da reforma agrária.

O movimento dos sem terra, é para *O Globo*, um grupo de radicais que abandonaram o propósito da reforma agrária, bandeira que conta com a simpatia de amplas parcelas da sociedade, para desgastar o governo e criar um movimento de questionamento do sistema.

Uma posição comum como a maioria dos grandes jornais do país que vêm nos sem terra uma grande fonte de instabilidade social e desequilíbrio da ordem e da lei. Em outros períodos, o jornal carioca teria usado a desgastada palavra subversivo, para definir o movimento.

Outro importante acontecimento de oposição que envolveu todas as correntes políticas e movimentos de oposição, após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, foi a Marcha dos Cem Mil, organizado pelo Fórum Nacional de Lutas, ocorrido em 26 de agosto de 1999.

A situação do país no momento da manifestação era de grande desgaste para o governo, decorrente da crise econômica que passava o país, com ataques especulativos do capital financeiro externo, fechamento de fábricas e postos de trabalho, desemprego em alta, alcançando 17% na região metropolitana de São Paulo, perda de renda dos trabalhadores, desvalorização da moeda brasileira diante do dólar e a pressão com índices inflacionários elevados. No campo político, havia acusações sobre corrupção nas privatizações, em especial do sistema de comunicação, e da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição, ocorrida em janeiro de 1997.

A oposição recolheu um milhão de assinaturas pedindo para o Congresso Nacional instaurar a CPI da Compra dos Votos e pedindo o fim das privatizações no país. A manifestação contou com aproximadamente cem mil, segundo os organizadores do evento e 70 mil segundo a polícia militar do Distrito Federal.

A *Folha*, nas vésperas da manifestação, publicou o editorial “Golpes de demagogia”, no dia 24/08/1999, acusando governo e oposição de estarem empobrecendo o debate político. A crítica ao governo se devia à ausência de conduta para mudar a crise política e econômica que passava o país e à oposição, a bandeira do “Fora FHC” defendida por parte dos partidos e movimentos:

“Era previsível que a marcha da esquerda sobre Brasília rendesse escaramuças preliminares e surtidas sobre a mídia, comuns no jogo político. Mas os embates entre governo e oposição transbordaram os limites por assim dizer toleráveis da demagogia e do oportunismo político. O presidente Fernando Henrique Cardoso, no que parece a ponta de lança de uma ação concertada do governismo, pespegou aos líderes do protesto o rótulo de ‘golpista’. O presidente parece valer-se da tentativa oposicionista de aglutinar, com impacto, a grande insatisfação popular, para reagrupar suas desordenadas tropas contra o adversário comum. Isto é, admitiu-se o tumulto enquanto ele se limitou à coalizão fernandina, que já por oito meses atira nos pés do governo de que faz parte. (...)”

Mas falar em ‘golpismo’ a propósito desse protesto é um exagero que aproxima a indignação governista da toleima esquerdista. O presidente poderia ter qualificado de idioticos os reclamos de renúncia ou impeachment, dadas sua pequenez simplória e incoseqüência demagógica. E nem se trata de dizer que o despreço pela democracia fosse crítica de todo disparatada, se ela não se referisse tão-somente a uma manifestação de protesto. Luiz Inácio Lula da Silva acaba de explicitar seu embevecimento com Hugo Chávez. O líder petista revela não rejeitar experiências de centralização messiânica, pois na prática se aboliu a divisão de poderes na Venezuela, ademais levadas a cabo no vazio institucional, pois o Estado de Direito está em revolução permanente no país vizinho. A coalizão fernandina escolheu maneira infeliz de se reunir e de enfrentar o que pretende ser o maior protesto contra o governo. A oposição, por sua vez, parece presa ainda à sua frustração de derrota e à incapacidade de se repensar e a suas propostas para o país, com o que pouco mais tem a apresentar a não ser slogans demagógicos. Trata-se de um triste embate político.” (Golpes de demagogia – Folha de São Paulo – 24/08/1999)

A crítica a Fernando Henrique Cardoso se deveu à forma como o presidente reagiu à manifestação, se aproveitando das palavras de ordem da manifestação para considerar o ato como golpista, na tentativa de derrubá-lo do governo. Em parte, a *Folha* concordou com Cardoso e criticou a oposição, mas considera que as manifestações são reflexo da situação em que o país atravessava. A crítica ao governo também se refere a ausência de unidade da base governista, que segundo o jornal, se degladiava por cargos e espaços políticos. Em suma, a manifestação foi reconhecidamente uma demonstração de força da oposição de esquerda.

A *Folha* buscou ainda, desqualificar a ação dos opositoristas como porta-vozes da maioria da população. Para o jornal, a esquerda conseguiu captar o sentimento de insatisfação, mas não tinha autoridade política nem projeto de governo para mudar os rumos do país.

O Globo teve posição semelhante no questionamento da legitimidade da marcha opositorista, como dito no editorial “O dia seguinte”, de 25/08/1999, véspera da manifestação:

“A marcha sobre Brasília, amanhã, apresenta riscos – que não são pequenos, mas são aqueles inerentes a qualquer manifestação de massas, por mais bem organizado que seja – mas apresenta também oportunidades importantes.

A mais evidente delas é a de uma definição objetiva dos partidos e grupos convencionalmente chamados de esquerdistas. Às vésperas da marcha, certamente não falam a mesma língua o PT, que pede uma CPI da privatização da Telebrás, e o PDT que chama pela renúncia de Fernando Henrique associado ao coro do “Fora FHC” (significando inequivocamente o desejo de substituir o presidente, por impeachment ou sabe-se lá que meios).(...)

Ao governo cabe comportamento relativamente confortável: garantir a ordem, assegurar o direito de manifestação – e esperar pelo dia seguinte. A marcha aproveita e reflete uma insatisfação que permeia toda a sociedade, e não se deve desprezar o seu potencial o seu instrumento de purgação da alma nacional. Desde que tudo corra em paz, não há desdobramentos a serem produzidos pela manifestação. Portanto, esse dia seguinte terá tudo para ser melhor do que a véspera, para o Governo e para o povo” (O dia seguinte – O Globo – 25/08/1999)

O jornal carioca utiliza os mesmos argumentos do governo para ponderar a ação opositorista, dizendo que os atores da manifestação tiveram capacidade de identificar as insatisfações da população e transformá-las em bandeira política. Após o movimento, a vida voltaria ao normal e o governo retomaria suas ações políticas para reverter o quadro adverso.

A reação do governo à marcha foi um pacote de ações políticas para tentar dar resposta à crise econômica. Um conjunto de medidas que visava retomar o desenvolvimento do país e sair da defensiva política. Entre as medidas anunciadas, estavam o fortalecimento da nova pasta ministerial, do Desenvolvimento, através da apresentação do novo Orçamento da União e o plano de metas.

Contudo, as contradições internas do governo dificultavam a credibilidade das medidas. De um lado o grupo denominado “desenvolvimentista” buscava influenciar nas ações de Fernando Henrique Cardoso para uma maior ousadia nos gastos públicos e retomada do crescimento econômico a partir do fomento do Estado. De outro lado, a ortodoxia dos chamados “monetaristas”, através dos ministros da área econômica, que buscavam exatamente o contrário, a cautela com os gastos públicos e a receita de contenção do consumo, através da baixa renda e falta de recursos no mercado, como mecanismo de controlar a inflação.

A *Folha*, no editorial “Sem rumo”, de 03/09/1999, relata as contradições do governo e as dificuldades em tomar as medidas consideradas ousadas para o país. Neste caso, o jornal tomou partido a favor dos “desenvolvimentistas”:

“Com boa dose de razão, o Presidente Fernando Henrique Cardoso acusou a oposição de não ter rumo às vésperas da Marcha dos Cem Mil. Uma semana depois, a oposição está no direito, igualmente com razão, de fazer idênticas críticas ao governo. Na terça-feira, o Planalto mobilizou todas as suas forças para lançar em grande estilo publicitário tanto o Orçamento do ano 2000 como o PPA (Plano Plurianual de Investimentos), vendendo-os como a resposta para a crise, como o caminho para um desenvolvimento sustentado, com inflação baixa e desemprego em queda. Quarenta horas depois, o ministro do Desenvolvimento, Clóvis Carvalho, do círculo presidencial, ignora o PPA e Orçamento para como que acusar seu colega da Fazenda, Pedro Malan, de covardia: ‘Apressar o passo na retomada do crescimento não trará o apocalipse, e o excesso de cautela, a essa altura, será outro nome para covardia’, disse Carvalho. (...).

É ruído demais para um só partido, um só governo. Sobressai a impressão de que o governo não consegue definir entre suas alas ortodoxas e desenvolvimentistas, ainda que

rotulá-las dessa forma seja precário, porque nem uma nem outra definem com precisão o que querem.” (Sem rumo – Folha de São Paulo – 03/09/1999)

Para o editorial, o governo passava por um momento de indefinição de quais rumos deveria tomar. O movimento que a *Folha* tentava fazer, não era de mera crítica à conduta do governo, mas de influenciar quais medidas poderiam ser tomadas.

A partir das idéias oferecidas pelos editoriais no assunto da marcha, é possível identificar uma tentativa da *Folha* em minimizar os efeitos da manifestação da oposição. Havia um movimento do jornal em emplacar a opinião da necessidade do governo mudar de rumo. A proposta está identificada com setores do próprio governo que buscavam maiores investimentos no setor produtivo, através de novas linhas de financiamento estatal, via BNDES e outros instrumentos financeiros, a diminuição dos juros elevados (vide editoriais de economia) e o aumento da distribuição de renda através de programas sociais, que poderia reaquecer a economia em baixa.

A *Folha*, desta maneira, não buscava condenar o governo nem se posicionar como oposição, mas sim de oferecer argumentos para a recuperação de Fernando Henrique Cardoso. Primeiro porque se identificava com as principais medidas tomadas como as privatizações e as reformas em curso. Segundo porque não via na oposição, condições suficientes para dirigir o país. E terceiro, porque o jornal estava ligado a um grupo econômico que tinham seus interesses no processo de expansão das linhas de crédito dos bancos estatais de fomento.

Portanto, é possível identificar no jornal uma posição de contraponto ao governo, mas não de oposição, na qualidade de formador de idéias, ligadas a um sentimento da classe média mais politizada de alternativas para o desenvolvimento econômico brasileiro e com cuidados para a questão social.

O editorial “O dissenso de Porto Alegre”, de 28/01/2001, é uma clara demonstração do jornal quanto aos impasses políticos e ideológicos vividos nessa conjuntura. Ao analisar

a primeira edição do Fórum Social Mundial, a *Folha* identifica a necessidade de superar impasses do atual estágio do desenvolvimento capitalista e, ao mesmo tempo, reafirma que idéias já superadas voltam para tentar polarizar alternativas radicalizadas, o que o jornal repudia:

“O contraponto entre o Fórum Econômico Mundial, em Davos (Suíça), e o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, oferece oportuno material para reflexão. O primeiro reúne autoridades, acadêmicos e empresários que constituem a nata do capitalismo mundial. O encontro da capital gaúcha congrega grupos de esquerda dos mais diversos matizes. Foi concebido para operar como um anti-Davos.

Se o encontro da Suíça é incomparável em termos de importância e de tradição, é preciso reconhecer que Porto Alegre dá eco a um mal-estar que tem crescido em todo mundo.

O capitalismo globalizado tem uma capacidade de produzir riqueza sem precedentes na história. Oferece grandes oportunidades. Ao mesmo tempo, gera e acentua diferenças sociais. A crença de que o mundo deve seguir um modelo monolítico condena a humanidade a uma estreiteza tão fatalista quanto duvidosa.

Num certo sentido, o presidente Fernando Henrique Cardoso está correto ao afirmar que a manifestação de Porto Alegre é ingênua. Na multiplicidade de grupos que acorreram à capital gaúcha, há quem acredite em propostas realmente simplórias, incluindo a possibilidade de ‘derrotar’ o capitalismo pela luta armada. (...)

O encontro de Porto Alegre e o movimento que ele representa, incluídos os protestos em Davos, herdeiros dos de Seattle, já concorreram para modificar o discurso de instituições e foros multilaterais, que ganhou contornos sociais.

Com o colapso do bloco comunista, os movimentos sociais se retraíram. O consenso de Washington se impôs. Ideólogos mais exaltados chegaram a falar em fim da história. A convergência era circunstancial. Os movimentos sociais seguem em baixa, mas hoje poucas são as vozes que ainda arriscam falar em consenso. Na verdade, a idéia de que o capitalismo globalizado precisa incorporar países e populações marginalizadas está mais perto de tornar-se um consenso do que os principais ultraliberais que, em passado recente, nortearam a abertura econômica em todo o mundo.

Davos e Porto Alegre têm, ambos, sua razão de ser. Se o capitalismo pretende prosperar, vai ter de dar pelo menos algumas respostas para as dificuldades de parcelas significativas da população mundial. Porto Alegre serve para lembrar isso.” (O Dissenso de Porto Alegre – Folha de São Paulo – 28/01/2001)

O Fórum Social Mundial ocorreu entre os dias 25 e 28 de janeiro de 2001, sob o lema “Um outro mundo é possível” e reuniu 4 mil delegados e 16 mil participantes de 117 países, com a intenção de debater os efeitos e saídas dos problemas da globalização. Um evento que superou todas as expectativas de organização e representatividade. O fórum de Porto Alegre era considerado um evento anti-Davos, contrapondo ao encontro mundial de intelectuais e chefes de Estado para debater a situação do desenvolvimento capitalista no mundo, realizado na Suíça.

O encontro dos manifestantes anti-globalização, reuniu diversos e ecléticos movimentos sociais, organizações populares, ativistas e intelectuais das mais variadas matizes ideológicas, partidos e organizações de esquerda na maioria, com bandeiras e assuntos específicos que tinham como ponto de unidade a luta contra as desigualdades no mundo.

A *Folha* sistematiza sua opinião sobre os movimentos populares, através do encontro de Porto Alegre, como necessário para denunciar as mazelas do sistema, mas não como alternativa de mudanças que a sociedade necessita. O jornal procura dar um sentido plural para as preocupações que aflige a sociedade, a partir de opiniões diversificadas para os problemas que a globalização gera. Efetivamente, a idéia oferecida no editorial que trata do fórum é de subestimação da capacidade de organização e ação política destes movimentos.

O Globo tem posição semelhante à *Folha* quanto ao reconhecimento de um encontro que canalizou as insatisfações do mundo inteiro quanto aos caminhos da globalização. No editorial “Fórums”, de 28/01/2001, o jornal carioca diz:

“As diferenças já foram mais nítidas. De um lado, os apóstolos da globalização da economia mundial, que a definiam como o único caminho possível para a paz e a prosperidade de todos os povos. De outro, os críticos, que a diziam detestável instrumento da dominação dos países pobres pelas ricas. Durante muito tempo a maior divergência parecia ser sobre a questão da inexorabilidade: quem gostava, declarava a globalização inevitável

como as marés, quem odiava, tratava-a como um movimento ou uma crença, a que se pode aderir ou não.

Agora, ao se iniciarem dois seminários internacionais a respeito – o Fórum Econômico Mundial, em Davos, e o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre – percebe-se notável evolução nas premissas.

A oposição faz mais do que mudar de estilo, programando uma formal reunião de estudos: pelo que se anuncia, procuram-se políticas alternativas ao chamado neoliberalismo, mas não se renega mais a dimensão global do relacionamento entre os povos.(...)

A tese insistente é que a inevitabilidade da globalização não a faz imune a crítica e aperfeiçoamento. E isso significa reagir ao abismo cada vez mais profundo entre as nações que têm e as que não têm, entendendo-se que a abertura descontrolada dos mercados contribui para aumentar a distância entre umas e outras.(...)

Seminários e painéis não são destinados a produzir conseqüências práticas imediatas: mais servem para refletir tendências e disposições que já existem nas cabeças pensantes. Já é de suficiente utilidade e razão bastante para que o mundo acompanhe com atenção o que ocorrer e o que se disser nos próximos dias em Porto Alegre e Davos.” (Fóruns – O Globo – 28/01/2001)

A posição do editorial é de reconhecer como louvável o evento, sobretudo no sentido de dialogar com Davos, medidas que poderiam melhorar o mundo. O Fórum Social Mundial, contudo, tinha posições mais amplas e de maior resistência à Davos que poderia imaginar o jornal carioca.

Diferente do jornal paulista, *O Globo* considera positiva e democrática a realização do Fórum Social Mundial, como uma forma de questionar os problemas gerados pela globalização.

O Fórum Social Mundial ocorreu novamente em Porto Alegre em 2002, 2003 e 2005 (2004 ocorreu na Índia), e agora é realizado em várias localidades do mundo. O evento abriu a última etapa de convivência dos movimentos sociais de oposição no Brasil com o governo Fernando Henrique Cardoso. Não faltaram críticas ao modelo aplicado por Cardoso, considerado excludente para a maioria da população, antidemocrático nas atitudes

de pouco diálogo e muita truculência dos poderes sobre os ativistas sociais e com a ausência de um projeto nacional.

Fernando Henrique Cardoso não participou de nenhuma das atividades promovidas pelo Fórum Social Mundial, tão pouco obteve apoio e respaldo das entidades mais representativas dos movimentos populares para o projeto político e econômico de seu governo.

A Reeleição

A *Folha de São Paulo* apoiou o projeto de reeleição desde seu início, com a apresentação do projeto de emenda constitucional do deputado Mendonça Filho (PFL – PE), ainda no primeiro semestre de 1995. A tramitação do projeto durou dois anos e foi votado em janeiro de 1997, permitindo que todos os detentores de cargos executivos pudessem disputar novamente o mandato por uma segunda vez consecutiva. Entre 1995 e 1997, houve muito debate sobre a possibilidade de se votar o projeto e suas implicações. A *Folha* defendeu o projeto em todas as oportunidades de maneira convicta.

Contudo, não foram todas as vezes que o jornal deu razão ao governo ou aos parlamentares da base aliada. Em duas ocasiões o jornal se distinguiu da maioria do governo ao apoiar a proposta de um plebiscito sobre o tema, defendido também pelo PT, e ao questionar a forma rápida do governo em votar o tema, em convocação extraordinária do Congresso Nacional.

Os argumentos de defesa do jornal começaram a serem explicitados no editorial “Reeleição”, de 08/11/1995:

“Em tese, parece não haver maiores inconvenientes em defender a reeleição de presidente, governadores e prefeitos no país.

Tal como deputados e senadores – que hoje podem renovar seus mandatos e têm assim a cada pleito a chave de submeter a sua atuação ao julgamento dos eleitores – os ocupantes de cargos no Executivo que desejarem se reeleger estarão também expondo as

realizações de seu governo à avaliação popular com a diferença – a favor da tese – de que o contingente de eleitores para os postos executivos é normalmente bem maior do que o das eleições parlamentares.

Além disso, no atual contexto de enfraquecimento das legendas e infidelidade partidária, uma candidatura a reeleição convida os eleitores do governante-candidato, bem como avaliar seu grau de comprometimento com a legenda pela qual se elegeu” (Reeleição – 08/11/95)

A *Folha* utilizou a ampliação democrática das opções de voto no pleito presidencial e o argumento, de muito tempo utilizado, da falência das representações partidárias para justificar a atitude de defesa do projeto.

A princípio, as justificativas apresentadas para a defesa da reeleição, parecem muito frágeis, porque não se explica de forma convincente qual o valor agregado para a democracia em mudar as regras constitucionais estabelecidas durante o mandato de um governante que pode usufruir de uma benesse inédita para sua reeleição. O equilíbrio das forças políticas também se dá pela alternância de chefes de governo e de partidos e programas políticos disputados na sociedade.

A justificativa implícita no primeiro editorial e verificada nos outros textos da *Folha* é a defesa do governo Fernando Henrique Cardoso e a possibilidade dele poder estender o seu governo e os períodos mais alargados para a realização das reformas que o jornal apoiava.

O editorial “Reeleição popular”, de 05/01/1996, é mais uma demonstração da *Folha* em dar sustentação ao projeto da reeleição, desta vez, através de pesquisas realizados pelo Datafolha, empresa ligada ao grupo jornalístico:

“O apoio de três em cada quatro brasileiros à possibilidade da reeleição para o próximo presidente e futuros governadores e prefeitos mostra que a população vê com bons olhos a chance de renovar os mandatos que vem a se mostrar bons governantes. (...)

O argumento de que a reeleição ensejaria o uso eleitoral da máquina administrativa pelo mandatário – o candidato parece engajado. Afinal, esquece ingenuamente que a ‘máquina’ pode ser igualmente utilizada – como lamentavelmente ocorre amiúde – em prol do candidato de situação, mesmo que não seja ele o mandatário.

Uma eventual emenda de reeleição, ademais, evidentemente não muda a lei para manter um governante. Ela apenas permite que ele se recandidate. Entre a candidatura e a renovação do mandato estará sempre o democrático e o inquestionável veredicto das urnas.” (Reeleição Popular – Folha de São Paulo – 05/01/96)

Desta maneira, o jornal tenta dar mostras que o projeto conta com apoio popular para justificar a decisão do apoio ao “direito” do presidente de candidatar-se novamente. É importante registrar que a pesquisa foi realizada em um período que o plano econômico tinha um efeito de ampliação de renda das camadas mais populares por efeito da redução da inflação.

Neste editorial, encontram-se outros dois argumentos para dar seqüência a defesa da reeleição. O primeiro é a idéia que já existiam favorecimentos das máquinas administrativas quando o chefe de governo lança e apoia seu sucessor. O segundo é que as regras não estendem o governo eleito, mas permite o chefe de governo a submeter-se novamente a consulta popular sobre a possibilidade de novo mandato.

As opiniões oferecidas, senão ingênuas, buscam dar sentido a uma opção política do jornal. Neste período são intensas as disputas de opinião da sociedade. A *Folha* não abriu mão de influenciar seu leitores da necessidade de uma nova candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

No dia 31/10/96, como forma de oferecer maior debate sobre o tema, a bancada do PT apresentou projeto para que houvesse um plebiscito sobre a emenda da reeleição. No editorial “Casuismo explícito”, em 08/01/1997, a *Folha* se posicionou a favor do plebiscito da reeleição e criticou o aceleramento da tramitação da votação, exigindo uma forma mais democrática e legítima de resolver a questão:

“Esta *Folha* há muito considera justo o direito de os governantes, inclusive os atuais, disputarem a reeleição. Mas a abrangência da questão, a total ausência de debates esclarecedores e a clara manipulação do tema, visando benefícios meramente eleitorais, tornam cada vez mais indispensáveis que o assunto venha a ser examinado em fóruns amplos e, em seguida, apreciado em plebiscito nacional” (Casuísmo explícito – Folha de São Paulo – 09/01/97)

A posição do jornal continua de defesa da tese da reeleição, a crítica se refere a forma como foi conduzida o projeto de votação. A emenda da reeleição foi votada no dia 28/01/1997 com a aprovação do projeto por 336 contra 17. A maioria das bancadas de oposição tentaram obstruir a votação sem obter sucesso.

Uma leitura que se pode ter da posição da *Folha* diante do plebiscito, é uma tentativa de se descolar da imagem de apoio ao governo. A defesa de uma proposta da oposição ajuda a dar uma conotação de independência diante do tema, ou ainda, de posição crítica frente as atitudes do governo.

Definitivamente, o tempo que o jornal queria para debater a reeleição não era o mesmo do governo. Superados os obstáculos de divisão interna, a base governista não titubeou em apresentar o projeto em convocação extraordinária, num período (janeiro) em que a política e a sociedade estão reiniciando suas atividades.

Mas, passada a contrariedade da votação, a *Folha* reafirmou sua convicção da necessidade de se ter aprovada a reeleição. No editorial “A batalha de Brasília”, de 29/01/1997, o jornal celebra o fim do debate político do projeto:

“(…) Com a aprovação da emenda em plenário têm-se um princípio de solução para o atual impasse. Um desfecho era aguardado com ansiedade por todo o país. E nada potencializou tanto a discussão do que o envolvimento pessoal do presidente da República, que há muito não se pronuncia publicamente sobre as reformas do Estado, a privatização das estatais ou o déficit comercial.

Como Fernando Henrique Cardoso tornou o tema vital para o seu futuro como presidente, os agentes econômicos e as mais importantes lideranças nacionais decidiram acompanhá-lo” (A batalha de Brasília – Folha de São Paulo – 29/01/97)

A vitória governista, segundo o jornal, colocava novamente na ordem do dia a necessidade de se acelerar as reformas pendentes que o governo propunha votar. A recomposição da base governista e o presidente Fernando Henrique Cardoso fortalecido, também seriam elementos de alteração do quadro paralisado em torno do debate das regras eleitorais.

Posição mais discreta foi de *O Globo* que não acumulou opinião em seus editoriais ao longo da tramitação do projeto de lei da reeleição. O jornal carioca apoiou a emenda da reeleição, contudo não manifestou de maneira incisiva, por meio de opinião própria, em defesa ou até o questionamento da forma da apresentação e a maneira da discussão do projeto, como feito pela *Folha*.

A manifestação de *O Globo* foi no editorial “O preço da demora”, de 26/01/1997, em sentido mais amplo, tratando da estabilidade econômica e o fortalecimento da moeda nos primeiros parágrafos, passou a considerar as chances da reeleição de Fernando Henrique Cardoso:

“(…). Para essas mudanças são fundamentais as reformas estruturais em andamento: delas dependem a revisão da ação do Estado, enquanto os mecanismos de mercado se tornam cada vez mais presentes no cotidiano dos brasileiros.

Tudo isso está suspenso, enquanto se debate a emenda da reeleição. Trata-se de uma questão política duplamente importante do ponto de vista econômico. Por um lado, a aprovação do direito de reeleição na prática significa a ampliação do horizonte das reformas; por outro lado, é um problema que deve ser resolvido com rapidez, para que a classe política, o Executivo e o Congresso voltem a se concentrar na agenda das reformas.” (O preço da demora – O Globo – 26/001/1997)

Assim como a *Folha*, *O Globo* considerava importante a possibilidade da reeleição porque teria mais tempo para ampliar as reformas e as privatizações em andamento. O jornal carioca não fez campanha explícita pela reeleição. A exemplo, após a votação da emenda, o editorial não tratou da vitória da reeleição e suas conseqüências, teve como assunto os recursos federais para a área da saúde.

A reeleição mudou o quadro político do país, deixando Fernando Henrique Cardoso em situação privilegiada de disputa e reforçando a base de sustentação governista. Neste período, houve uma acomodação dos parlamentares e partidos para se enquadrarem melhor nas eleições de 1998. No editorial “Poder, Real e reeleição em 97”, de 03/01/1998, a *Folha* faz uma análise da situação política:

“O ano político de 1997 foi marcado pela reeleição. Não se trata aqui de reduzir a política à aprovação da emenda, estigmatizada pelo caso da compra de votos. Tal mácula, ressalta-se, foi ainda agravada pelo fato de o escândalo não ter merecido investigação decente graças ao rolo compressor de manobras governistas.

A emenda da reeleição e o projeto político dela decorrente são o eixo aparente de mudanças no formato político-partidário, as quais auxiliam a escorar grandes alterações no panorama econômico brasileiro.

Além de importante mudança constitucional, a reeleição condicionou uma certa reorganização de forças partidárias e a distribuição de fatias de poder. Apesar de algum desgaste do Plano, que cresceu ao longo do ano, e da crise dos meses recentes, aumentou a adesão parlamentar ao consenso do Real e ao prestígio de Fernando Henrique Cardoso. Aumentou o governismo no Congresso. Foi marcante o inchaço das legendas do pacto de 1993, PSDB e PFL, que levaram FHC ao poder; o PMDB se instalou no governo. Essa grande coalizão inspirou e sustentou o projeto da continuidade política e foi por ele reforçado. Os parlamentares da base de FHC, que eram 35% do Congresso em 94, hoje são mais de 60%. As bancadas se reorganizaram para se colocar em melhor situação na negociação com o Executivo de fatias de poder estatal e da ainda grande popularidade do Real. Perderam ainda mais sua tênue identidade político-ideológica, que se desmancha desde o fim da era militar” (Poder, real e reeleição em 97 – Folha de São Paulo – 03/01/98)

A *Folha* segue uma análise recorrente de creditar as dificuldades da política ao modelo que o país adotou para a existência dos partidos. A ausência de critérios mais rigorosos, do ponto de vista legal, para a fidelidade partidária e a incoerência dos partidos ao aceitarem as filiações que não estão de acordo com a linha ideológica e programática, causam o inchaço das legendas governistas.

A análise do jornal paulista também reconhece a vantagem de Fernando Henrique Cardoso para as eleições de 1998, apesar dos desgastes acumulados pelo seu governo, como as denúncias de corrupção.

A *Folha* explorou as contradições do governo quanto aos caminhos que deveria tomar, sobretudo nas dificuldades da política econômica. Também foi crítica às condutas da base governista quanto as apurações de denúncias de corrupção, destacadamente a compra dos votos para a reeleição e os processos de privatização.

Houve ampla cobertura jornalística dos grandes jornais sobre as denúncias contra o governo, também se verificam editoriais críticos cobrando do governo e do Congresso Nacional atitude de investigação e esclarecimento dos fatos. Portanto, os grandes jornais não se ausentaram da investigação e das publicações que afetavam negativamente o governo. Contudo, a opinião da *Folha* tendeu à generalidade do sistema, mais do que a responsabilização direta ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

As eleições de 1998 confirmaram o favoritismo de Fernando Henrique Cardoso, mesmo com a situação de crise econômica que o país passava. Contou a favor do presidente da República o argumento da manutenção do governante para não haver maiores mudanças e, conseqüentemente, maiores turbulências econômicas. Os efeitos do plano Real ainda geraram proveitos políticos e apoio popular.

No editorial “O segundo mandato”, de 05/10/98, a Folha faz sua análise da vitória de Fernando Henrique Cardoso para o inédito segundo mandato conquistado nas urnas:

“Fernando Henrique Cardoso está virtualmente reeleito. Sua expressiva vitória indica que ainda perduram os efeitos sociais da estabilização e também evidencia a confiança em que o presidente seria o melhor nome para mantê-lo, apesar da crise.

Mas, se o presidente reeleito sai revigorado do pleito, dificilmente terá a margem de manobra e o tempo de que dispôs no primeiro mandato. O consenso em torno do Real tende a se enfraquecer ou mesmo a se romper conforme evolui o segundo turno. O espectro da sucessão de 2002 deve influenciar progressivamente o comportamento de lideranças e partidos. Na área econômica, FHC terá de pagar sua parte do custo de ter demonstrado pouca energia tanto na condução das reformas como na correção do rumo do Real.(...)

Apesar da vitória expressiva de FHC, inicia-se, assim, um período de indefinições políticas. Espera-se que haja consenso a respeito da gravidade do momento e comprometimento com as duras, mas agora incontornáveis, medidas de ajuste do Estado. (O segundo mandato – Folha de São Paulo – 05/10/98)

Ao mesmo tempo a *Folha* demonstra a simpatia que teve com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso e o alerta que não bastaria realizar as mesmas iniciativas do primeiro mandato. Um voto de confiança para mudar a economia e o aprofundamento das reformas que o jornal considerava modernizadoras para o Estado brasileiro.

Avaliação política do governo Fernando Henrique Cardoso

A análise política dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso é um destaque para se identificar a interpretação dos jornais sobre esse período. Vários cadernos especiais foram publicados no período de encerramento do mandato presidencial de Cardoso. As análises, de modo geral, ponderaram elementos positivos e negativos, sobretudo para pautarem o novo governo, de oposição, que chegava ao Planalto.

A *Folha de São Paulo*, não se manifestou em editorial de final de ano, sobre os oito anos do governo. A “Era FHC”, como cunhou o jornal paulista, foi analisada através de um caderno especial. Na última semana de 2002, os editoriais analisaram as expectativas do governo Lula.

O Globo analisou os oito anos do governo no editorial “Bem comum”, de 31/12/2002, de forma simpática ao legado de Fernando Henrique Cardoso:

“Há fases, na vida das nações, em que governantes assumem o poder no crucial momento em que um modelo de desenvolvimento se esgota. Cabe à nova liderança e às forças políticas que o apoiam entender a mensagem emitida pela História e escolher o caminho certo a seguir.(...)”

Fernando Henrique Cardoso escolheu o caminho certo. O golpe dado pelo Plano Real na inflação surtiu efeitos imediatos na renda e no padrão de vida da população: caiu a parcela de pobres e indigentes na população. E tanto tempo de estabilidade monetária parece mesmo ter derrotado o fantasma da indexação. É o que demonstram os sinais de recuo da atual pressão inflacionária por mais um surto da desvalorização cambial.

A redefinição do papel do Estado, implementado também por meio das privatizações, tem no setor das telecomunicações um dos seus mais reluzentes ícones. A privatização praticamente resolveu um problema que parecia insolúvel: o acesso ao telefone.(...)

Qualquer relato do período FH destacará a incapacidade de seus dois governos de fazerem a economia à velocidade necessária para gerar empregos. A decisão de alongar o período de câmbio semifixo se ajudou a derrotar a inflação, acendeu o pavio da desvalorização em 1999 e fez crescer a taxa de juros. FH alega ter enfrentado cinco graves crises internacionais (a mexicana, a asiática, a russa, a de 11 de setembro e a argentina). Como o argumento será avaliado no futuro? Difícil saber.

FH continuará a ser taxado pela esquerda de ‘neoliberal’? Não deveria, pois números e fatos, quando avaliados friamente, mostram oito anos capazes de escandalizar liberais da estirpe de uma Margareth Thatcher. Toda a rede de proteção social tecida nesse período, com a ajuda da primeira dama Ruth Cardoso, é de assustar qualquer seguidor do *laisser-faire*.(...)

Agora, por uma dessas trapaças do destino, caberá a um governo de oposição zelar pelo patrimônio construído nesses últimos oito anos. Afinal, ele não é de FH, nem dos partidos que o apoiaram. Já foi incorporado e precisa ser consolidado.” (Bem comum – O Globo – 31/12/2002)

O editorial tratou o presidente como um estadista, quem refundou o Estado brasileiro. Defendeu Cardoso dos questionamentos da oposição e o considerou, embora sem usar essas palavras, como um dos mais importantes (senão o mais importante) presidentes

do Brasil. Para o jornal carioca, estavam fundadas as novas condições para a modernização do país.

O jornal carioca tratou de criticar o rótulo dado pela oposição de um governo neoliberal, através dos argumentos das ações do Estado neste período, sobretudo nas áreas sociais. A definição ideológica incomodava muito Fernando Henrique Cardoso que considerava o seu governo social liberal, mais identificado com a centro esquerda.

Houve um grande embate sobre o perfil ideológico do governo (tratado neste estudo mais adiante), em que os grandes jornais participaram com a posição que não existe a aplicação do neoliberalismo no Brasil. Primeiro porque o governo Fernando Henrique Cardoso, na opinião dos jornais, tem um perfil de preocupação social e ação do Estado nesse sentido. Segundo porque a ideologia neoliberal não passa de argumentos utópicos (ou sem aplicação plena) de um Estado mínimo.

O Globo faz uma dura observação sobre os novos caminhos do país, com a vitória da oposição, dizendo que está nas mãos de quem questionou o modelo econômico a responsabilidade das vitórias da estabilidade.

A defesa direta e sem meias palavras, do presidente Fernando Henrique Cardoso, é mais uma demonstração, através da opinião do jornal, da concordância das medidas políticas e ideológicas do jornal com o governo.

3.2.2 Os Editoriais e a Economia Brasileira

A análise dos editoriais da *Folha de São Paulo* e de *O Globo* nos assuntos da economia brasileira, busca identificar a posição dos jornais sobre os principais acontecimentos que envolvem o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso. Houve apoio dos jornais para a implantação da política econômica do governo? Essa questão faz parte do estudo sobre a posição dos jornais que também destacam os assuntos políticos e ideológicos.

A *Folha de São Paulo* e *O Globo* compartilharam das principais idéias de sustentação do Plano Real, apoiaram as medidas que tornaram possíveis os controles da inflação, mesmo que seus resultados fossem questionáveis quanto à ampliação da renda da população mais pobre e a retenção ao processo de desenvolvimento. Em muitos editoriais, as medidas do governo foram merecedoras de críticas dos jornais. A *Folha* e *O Globo* foram entusiastas das privatizações e opinaram com veemente firmeza quando dos atrasos e dificuldades do processo de desestatização. A dívida pública foi duramente criticada, mas em movimento contraditório, o jornal paulista e o carioca apoiaram todas as medidas de empréstimos, sacrifícios e reordenação dos pagamentos. Por fim, foram favoráveis também à LRF, considerando um marco administrativo para o Estado moderno.

Os destaques econômicos dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso estão separados em sub-itens denominados estabilidade versus inflação, a dívida pública brasileira, as privatizações e a lei de responsabilidade fiscal. É importante destacar que todos os assuntos econômicos têm relação com os temas da política e da ideologia, separados apenas para apresentar de forma mais organizada o que pensavam os editoriais.

A estabilidade inflacionária foi o maior trunfo do governo, porque permitiu melhores condições de estruturar o planejamento econômico para as finanças públicas e privadas e ofereceu imediatos benefícios de ampliação de renda das camadas populares, entre outros impactos que mudaram a realidade brasileira. A inflação pressionou a economia, sobretudo com as crises do sistema financeiro internacional que atingiu o país.

O assunto estabilidade versus inflação faz uma abordagem dos principais fatores de instabilidade ocorridos entre 1995 e 2002. O impacto dos reajustes salariais, a avaliação do Plano Real nos momentos de maiores dificuldades, os socorros ao sistema financeiro brasileiro e os ataques especulativos e seus efeitos em praticamente todos os anos do governo.

A dívida pública teve aumento representativo nos oito anos de governo e é reconhecida como o principal elemento de instabilidade econômica. Merece destaque pela sua evolução e relação direta com o retrocesso do desenvolvimento econômico do país. A partir dos ataques especulativos ocorridos em 1994 (México), 1997 (Ásia) e 1998 (Rússia); e a desvalorização do real (2002), foram realizados três grandes empréstimos com organismo internacionais, dentre eles o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Mundial – BIRD e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

As privatizações foram as principais reformas ocorridas no Estado brasileiro e representam uma reordenação do capital no Brasil. O estudo reflete os impactos das privatizações, seu significado para a economia brasileira e as denúncias de direcionamento das licitações, como corrupção e malversação dos recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF foi uma lei promulgada com a finalidade de impor normas de planejamento e controle das contas públicas. A LRF representou uma mudança significativa nas regras de administração pública. A análise dos editoriais sobre o assunto é importante para demonstrar a posição dos jornais diante de uma das teses centrais dos problemas da gestão pública.

Em oito anos de governo, é possível que existam mais assuntos importantes a serem destacados para ilustrar a política econômica do governo. Contudo, a relação dos itens apresentados deve oferecer uma ampla visão dos acontecimentos.

Estabilidade versus Inflação: análise das crises econômicas do Brasil e a luta pela manutenção da inflação controlada

A estabilidade conquistada pelo Plano Real teve um efeito contraditório. De início ocorreu uma valorização da renda com a inflação baixa, principal efeito corrosivo dos salários. Ao mesmo tempo houve uma medida de segurar os reajustes salariais e ampliação de renda das camadas populares. Nos oito anos, o governo reajustou o salário mínimo de

R\$ 100,00, em 1995, para R\$ 200,00, em 2002. Neste período, a capacidade de negociação das principais categorias organizadas foram prejudicadas pela pressão do desemprego.

A contenção dos salários fazia parte da estratégia de reprimir o consumo na sociedade, obrigando a manutenção dos preços pela regra de oferta e demanda. Somados ainda, as altas taxas de desemprego e o recuo da capacidade de compra da população, diminuiu as demandas e aumentou os estoques dos principais produtos na média dos oito anos.

A reivindicação das entidades sindicais para aumentar os salários provocou intensa luta política sobre as suas conseqüências. A *Folha* teve posição favorável ao governo nos principais momentos dos debates sobre os reajustes. No editorial “Só o mínimo”, de 19/06/1995, o jornal ofereceu os mesmos argumentos do governo:

“(…). O combate à inflação é a maneira mais eficiente de proteger o poder de compra dos salários. E a desindexação da economia é necessária para que possa alcançar uma estabilização duradoura.

É correto entretanto, manter uma garantia para o salário mínimo, que visa assegurar a subsistência dos trabalhadores mais pobres – ou impedir um nível ainda maior de miséria. Mas restituir a reajuste automático para outras faixas salariais equivale a manter a indexação da economia. Isso poria sob grave risco justamente uma das conquistas mais valiosas para o assalariado: a inflação mais baixa.” (Só o mínimo – Folha de São Paulo – 19/06/1995)

A indexação da economia era um mecanismo para garantir a reposição das perdas inflacionárias, quando possível, exigir um reajuste de perdas anteriores. A desindexação, proposta pela *Folha* era baseada numa posição de livre mercado, sem a intervenção do Estado. O salário mínimo teve aumento de 12%, abaixo da inflação de 15,25% (IGP-M).

Essa posição é uma demonstração da visão do jornal, enquanto empresa privada, sem considerar outros elementos sociais em debate. Não apenas para o contexto dos benefícios particulares, mas principalmente como uma opinião de classe.

Outro argumento recorrente que o governo e parte do empresariado utilizava era que, em momentos de crise econômica, a preservação do emprego era mais importante que a reposição salarial. Esse argumento teve elementos de chantagem por parte dos proprietários, com o apoio da *Folha*. No editorial “Nova agenda”, de 01/01/1997, fica clara a idéia de utilizar o desemprego como instrumento de pressão contra os movimentos por aumentos salariais:

“A inflação brasileira já é de um dígito (abaixo de 10%). Esta constatação estatística tem uma tradução bastante clara e concreta. Segundo o Datafolha, a inflação hoje é tão baixa que se paga, nos supermercados paulistanos, em média, os mesmos preços que de 30 meses atrás, quando foi lançado o Plano Real. (...)”

As explicações econômicas para este resultado são conhecidas. Entretanto, o mais relevante agora são os seus efeitos sobre a sociedade, inclusive sobre o movimento sindical.

Durante duas décadas o movimento sindical brasileiro ganhou impulso e até mesmo contribuiu para a democratização empunhando, entre outras, a bandeira da ‘reposição salarial’. A inflação anual em níveis tão reduzidos e a atrofia da ‘memória inflacionária’ colocam em xeque uma prática arraigada e exigem a atualização de métodos, pautas e objetivos.

Esses desafios já são abertamente reconhecidos pelas principais lideranças sindicais. Sobretudo porque, além da estabilidade inflacionária, o crescimento apenas moderado da economia torna mais competitivo o mercado de trabalho. Defender o emprego é agora o mais importante que a antiga mobilização da inflação passada aos salários.” (Nova Agenda – 01/01/1997)

A *Folha* oferece o entendimento que não se podem aumentar os salários em detrimento da manutenção dos empregos. O reajuste do governo para o mínimo para 1997 foi de 7,7% e o IGP-DM mediu 9,2% da inflação no ano anterior.

As reposições salariais também estiveram abaixo da inflação na maioria das campanhas salariais nas categorias profissionais, inclusive as mais organizadas e fortes, que tinham salários maiores que o mínimo determinado pelo governo federal.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, as reposições do salário mínimo foram abaixo da inflação em 1996 (reajuste de 12% e inflação de 15,25%), 1997 (reajuste de 6,7% e inflação de 9,2%), 2000 (reajuste de 9,9% e inflação de 20,1%) e 2003 (reajuste de 20% e inflação de 25,3%). A reposição do mínimo na média da inflação ocorreu em 1998 (reajuste de 7,7% e inflação de 7,7%) e 2002 (9,5% de reajuste e inflação de 9,5%). O reajuste acima da inflação ocorreu apenas em 1999 (reajuste de 4,4% e inflação de 1,8%).

O Globo também utilizou os argumentos da estabilidade do real como fator principal do aumento da renda, colocando os aumentos salariais das categorias e do mínimo em segundo plano de ampliação da capacidade de compra da população mais pobre. O editorial “Recomposição”, de 07/05/1997, é uma demonstração desse argumento:

“O consumo aumentou acentuadamente nos últimos três anos, principalmente nas faixas de renda mais baixa da população. Contrariando todos os prognósticos pessimistas, o real elevou o poder aquisitivo dos brasileiros, fazendo com que milhões de famílias antes considerados pobres subissem, segundo o critério de produtos adquiridos, para a classe média.(...)”

Por tudo isso, se o reajuste deste ano foi modesto, é certo que aos poucos o mínimo vai recuperando o poder de compra. E o aumento, se as contas feitas com realismo, foi do montante que as circunstâncias permitiam, nem um centavo a mais, nem um centavo a menos.” (Recomposição – O Globo – 07/05/1997)

O editorial é um reforço da posição do governo de que o aumento do salário mínimo era o possível. Da mesma forma, a crítica às categorias profissionais que tentaram organizar movimentos de reajustes salariais, tratadas como articulações da oposição a fim de criar a instabilidade econômica e o combate ao governo.

O Globo e a *Folha* foram porta-vozes da opinião do governo e dos setores empresariais para convencer a sociedade que o ganho maior era a manutenção da inflação baixa e o sacrifício de todos para superar as dificuldades econômicas que o país passava.

Instabilidade econômica e socorro aos bancos

A *Folha* teve posição controversa o governo quando do episódio do socorro aos bancos. A primeira crise foi a quebra do banco Econômico, em agosto de 1995, que o governo socorreu injetando R\$ 3 bilhões. Neste caso a *Folha* foi contrária ao socorro e considerou que a ajuda ao banco baiano fazia parte da pressão exercida pelo PFL, portanto, uma ação política e não técnica de mercado. No editorial “Pelourinhos Bank”, de 16/08/1995, o jornal paulista critica a intervenção do Banco Central:

“A pretensão que o governo baiano manifesta de evitar a intervenção ou mesmo a liquidação do Banco Econômico por meio de uma desapropriação é oportunista. Trata-se de um deplorável retrocesso diante das necessidades de privatização e modernização do país. Se o BC fosse de fato e de direito uma instituição independente, jamais permitiria tal manobra. (...)

Com que autoridade podem o presidente da República, o presidente do Banco Central ou os ministros pedirem à população que se sacrifique em nome da estabilidade? Como podem estas autoridades levar milhares de pequenos e médios empresários e agricultores à falência enquanto beneficiam uma minoria que tem voz junto aos mais altos gabinetes da República?” (Pelourinhos Bank – 16/08/1995)

A crítica da *Folha* não trata somente da intervenção questionável do governo para salvar a instituição financeira que tem sua base de correntistas na Bahia. Há uma posição de combate ao grupo político que o jornal identifica como fisiológico e representante das velhas práticas políticas que atrasam o crescimento do país.

É possível identificar também, uma posição de grupo econômico localizado na região mais rica do país. A *Folha* teria a mesma posição de o banco em falência fosse o Bradesco, ou algum outro grande banco paulista em que a maioria dos correntistas fossem paulistas? Difícil resposta, mas a conotação regional foi uma das fontes da crítica que o jornal oferece ao governo.

O Globo tem uma posição distinta da *Folha* e apresentou um argumento favorável à decisão do governo em socorrer o banco Econômico. No editorial “Trauma inevitável”, de 15/09/1995, o jornal carioca dá razão à medida:

“(...). A intervenção foi a fórmula que restou ao Governo para estancar a sangria financeira, a cada dia mais forte foi certamente difícil, por ser tratar de uma instituição tradicional. Embora traumática – mas, ao que tudo indica inevitável – a intervenção não significa necessariamente desfecho trágico para o Econômico e seus clientes. O grupo controlador tem expressão econômica para negociar com terceiros a transferência do banco em condições que possibilitem a sua reabertura.(...)

No momento, a inflação está em declínio; as taxas de juros também. Manter essas duas tendências é vital, mas para isso impõe-se que o banco Central mantenha a liquidez e o sistema financeiro sob controle.

Não seria correto, nem democrático, que a integridade do Plano Real fosse invocada a todo momento, para manter Governo e governantes a salvo de críticas. O Legislativo e as forças políticas em geral têm o sagrado direito de vigiar o Executivo e condenar seus erros – e devem fazê-lo, caso a caso. Só lhes é vedado, em nome do espírito público, contribuir para que episódios separados produzam desconfiança generalizada, seja no sistema financeiro, seja no próprio Plano Real.” (Trauma inevitável – O Globo – 15/09/1995)

Para o jornal carioca, o socorro ao Econômico foi um mal menor, necessário para manter a estabilidade financeira e a saúde do plano econômico. Os argumentos para o socorro ao banco foram próximos aos argumentos oferecidos pelo governo.

Essa posição aproxima as posturas do jornal e do governo, sem um questionamento mais estruturado, *O Globo* fica numa situação de defesa das opiniões de Fernando Henrique Cardoso ou de, pelo menos, dos grupos da sociedade civil que o defendem.

O Econômico sofreu intervenção do Banco Central que nomeou um interventor para sanear a instituição e posteriormente promover a sua venda para outro banco.

O socorro aos bancos e outras instituições financeiras foi uma medida do governo de grande desgaste, justificado em parte pela necessidade de reestruturar o sistema que estava em queda livre, com vários pedidos de falência e concordatas. Outra justificativa é que estavam utilizando as reservas do Banco Central em depósitos compulsórios realizados pelo próprio sistema financeiro.

No editorial “Custo ou prêmio?”, de 14/03/1996, a Folha faz uma análise dos pontos contraditórios que envolvem a polêmica do socorro aos bancos e da sinais de inversão de posição, já mais próxima da posição do governo:

“A polêmica não é nova, nem deve extinguir-se tão cedo. Afinal qual é a legitimidade e o limite do uso de recursos públicos para salvaguardar a integridade do sistema financeiro?”

Há duas teses extremas. De um lado há os catastrofistas de sempre, que vêem na ação do governo nada além de favorecimento aos banqueiros e desgraça da sociedade. São os mesmos que viram arrocho salarial na estabilização, desindustrialização na modernização competitiva e entreguismo na renegociação da dívida externa.

De outro lado, com uma desfaçatez igualmente impar há os ingênuos ou os que pegam a crise e julgam facilmente recuperáveis os recursos injetados nos bancos.

Entre o extremo está a verdade, desagradável, de que a crise financeira ainda não está superada e de que haverá um custo nada desprezível, para a sociedade, para evitar o pior.” (Custo ou prêmio? – Folha de São Paulo – 14/03/1996)

Mais uma vez o jornal paulista busca justificar a situação que o governo foi obrigado a se submeter diante da crise econômica, como uma resposta inevitável e conformada de medidas impopulares.

A crise do sistema financeiro levou o governo a implantar o Proer – Programa de Estímulo e Reestruturação ao Sistema Financeiro Nacional, em março de 1997. O Proer consistia na criação de uma especial de crédito do Banco Central destinada a financiar as reorganizações operacionais, financeiras e societárias dessas instituições.

O Globo foi a favor do Proer, como medida justa e responsável dada pelo governo para superar a crise dos bancos. No editorial “Bons serviços”, de 20/05/1997, o jornal carioca não utilizou meias palavras para se posicionar diante dessas medias polêmicas:

“Apesar do bombardeio por implacável campanha, o Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro (Proer) deve ser extinto ao final deste primeiro semestre com uma folha corrida de bons serviços prestados ao país.

Sem a implantação do Proer, seria grave o risco de recessão da economia, com efeitos sociais dramáticos. O que a campanha negativa insistentemente ignorou foi o fato de que, ao criar o Programa, o Banco Central não estava preocupado com o patrimônio particular desse ou daquele banqueiro, e sim proteger milhões de depositantes e poupadores.

(...). Com a estabilização da moeda, algumas instituições ficaram fragilizadas porque perderam a fácil receita da inflação. Não tiveram fôlego para se adaptar aos novos tempos e acabaram ficando sem liquidez.(...)

Diferente do que se disse, o Proer nunca foi um cornucópio para os banqueiros. Os bancos estão sob regime de administração temporária (RAET) vêm sendo obrigados a se desfazer de todos os seus ativos para saudar débito com o Banco Central que, por sua vez, utilizou os próprios recursos do sistema financeiro (proveniente dos depósitos compulsórios) para manter a liquidez do sistema, e terá um dia que devolvê-los aos verdadeiros donos.”
(Bons serviços – O Globo – 20/05/1997)

Os argumentos do editorial são idênticos aos do governo, como justificativa para a aplicação do programa que repassou bilhões de reais para as empresas financeiras em dificuldades e em situação falimentar.

O jornal carioca julga subversivos contra a ordem os argumentos dos que se postaram contra a ajuda financeira aos bancos. A campanha a que se refere o editorial está ligada aos partidos e movimentos de oposição, mas também aos vários setores da economia, inclusive parte dos empresários do setor produtivo que questionaram quais os requisitos para tal ajuda. *O Globo* não vacilou em defender Fernando Henrique Cardoso em momento tão delicado para o seu governo.

No editorial “Tarde, mas não demais”, de 27/08/1997, a Folha cede em sua crítica para se ajustar às opiniões do governo e do mercado, sobretudo o sistema financeiro:

“Demorou, mas finalmente as autoridades econômicas se dignaram a dar números sobre o Proer, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.

Estudo preparado pelo Ministério da Fazenda procura demonstrar que, na pior das hipóteses, o custo do Proer corresponderá à 1% do PIB. Tratar-se-ia, na hipótese mais pessimista, de cerca de R\$ 7 bi.

O estudo tem o mérito de refutar a visão de que todo o dinheiro que saiu do Proer é uma perda irre recuperável. Trata-se de financiamento e, assim, é legítimo esperar que algum retorno ocorra no futuro, reduzindo os custos fiscais do programa. (...)

Em suma, não se trata de invalidar os números oficiais, mais que oportunos, e sim avaliá-los na devida perspectiva quantitativa e qualitativa.

Foi bom evitar o pior. Que o governo reconheça os custos envolvidos, mesmo que para subestimá-los, é melhor do que o discurso anterior, de que se usava apenas o próprio ‘dinheiro do banco’.” (Tarde, mas não demais – 27/08/1997)

O principal objetivo do Proer foi reduzir o impacto de muitas falências de bancos, uma vez que várias instituições estavam em situação de risco, o que poderia contaminar todo o sistema financeiro.

Os recursos públicos para o setor privado somaram mais de R\$ 20 bilhões, desde sua implantação. Um dos maiores repasses público para a iniciativa privada nos últimos tempos. Sabidamente, os bancos fazem parte do sistema capitalista que mais tem rentabilidade e que mais expropria recursos da sociedade. O governo Fernando Henrique Cardoso, sob o argumento da preservação dos interesses de milhões de correntistas e da preservação da saúde financeira do país, tomou a decisão de repassar uma monta de recursos públicos à fundo perdido como única saída contra a debacle do sistema.

Junto com o Proer, foi criado um fundo análogo denominado Proes – Programa de Incentivo do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, para o saneamento dos bancos

estatais estaduais e, posteriormente, a venda para a iniciativa privada. A soma total de recursos para todo o sistema financeiro foi de R\$ 48,4 bilhões.

Crise econômica e ataques especulativos

O Brasil sofreu severas perdas com os ataques especulativos durante todo o período do governo Fernando Henrique Cardoso. Cada ação de retirada imediata e de grande monta dos capitais financeiros de investimentos de curto prazo nos países, tinha repercussão na economia brasileira, por vezes imediata e outras de longa duração, arrasando as reservas financeiras, obrigando o governo a ceder às chantagens de mercado com altos juros, renegociações de papéis da dívida pública de maneira onerosa para os cofres públicos e pedidos de socorro às instituições internacionais de crédito.

Os ataques especulativos consistem em uma confluência de debilidade econômica de um (ou vários países) em não ter reservas suficientes para evitar a desvalorização de sua moeda. A situação ocorre quando existe a probabilidade da desvalorização cambial, sobretudo quando um país apresenta déficits sucessivos em sua balança comercial e transações correntes. Os investidores naquele país abandonam suas posições no mercado local, e se o governo emissor na dispuserem de reservas suficientes, pode ser obrigado a desvalorizar sua moeda e buscar empréstimos externos para cobrir o rombo em seu caixa.

As crises internacionais ocorreram no México, em 1994, tendo repercussão no Brasil, em março de 1995; na Ásia (em diversos momentos, como efeito cascata na Tailândia, Malásia, Indonésia e Coréia), em 1997, com repercussão no Brasil em setembro e outubro de 1997; na Rússia, com o decreto de moratória em 1998, com repercussão no Brasil em janeiro de 1999, e no próprio Brasil, em junho de 2002.

O resultado dos ataques especulativos causou retrocesso para o desenvolvimento econômico, quedas nos índices de crescimento, aumento da inflação, desemprego e diminuição do poder aquisitivo da população. Houve um aumento da miséria para o Brasil

e para os países em desenvolvimento, com menores condições de enfrentar a crise econômica.

O editorial “Tumores”, de 17/02/1996, a *Folha* analisa a crise brasileira iniciada em 1995 e que ainda causava seus efeitos na economia brasileira:

“Juros absurdos, crédito raro, crise bancária são coisas do passado?

Foram 856 pedidos de falência apenas nos primeiros 15 dias do mês, patamar que supera os níveis registrados de janeiro de 1960 a junho de 1995. (...)

Há duas hipóteses para explicar o movimento. É possível que se trate apenas de empresas ineficientes, que sobrevivem à custa do protecionismo e de expedientes de engenharia financeira, mas que foram incapazes de fazer face à competição dos importados, à estabilidade dos preços ou às inovações tecnológicas que se intensificaram nos últimos anos. Ou seja, estaria em curso apenas um saneamento da estrutura econômica, com a eliminação dos que são incapazes de se ajustar. (...)

A outra hipótese é menos positiva: a crise de créditos e os níveis de inadimplência seriam ainda significativos. O próprio controle sobre o crédito e as altas taxas de juros continuariam a fazer vítimas inocentes, dificultando o saneamento do sistema bancário e favorecendo apenas as empresas, especialmente a de maior porte, com acesso à fontes de crédito externos e mais baratos. (...)

Nesse cenário mais pessimista estaríamos diante de um tumor maligno, de difícil reversão, fatal para a saúde da economia brasileira.” (Tumores – Folha de São Paulo – 17/02/1996)

A opinião fatalista do jornal demonstra todo o temor quanto a capacidade do governo brasileiro em tomar medidas capazes de frear o retrocesso econômico e retomar o desenvolvimento.

A *Folha*, embora tenha feito uma análise crítica da situação econômica, eximiu o governo com o argumento dos fatores externos, próprios do sistema capitalista e, portanto, para além da responsabilidade das autoridades econômicas brasileiras. Cobrou sim, de Fernando Henrique Cardoso, iniciativas capazes de superar a crise e demonstrou paciência quanto ao resultado das medidas tomadas.

A nova crise teve efeito ainda mais devastador para as contas públicas e para o mercado interno brasileiro. No dia 27/10/97 a Bolsa de Valores de SP fechou com queda de 14,97%, Hong Kong 5,8% e Dow Jones 7,8%. O país perdeu U\$ 4,8 bilhões em um único dia. Comparado com ataque especulativo de março de 1995, o número foi mais impactante que os U\$ 6 bilhões perdidos em todo o mês.

No editorial “Pânico nas Bolsas”, de 28/10/1997, a *Folha* procura analisar a crise com propostas imediatas para tentar recuperar a economia brasileira:

“A derrocada de ontem na maioria das Bolsas de Valores do planeta, acompanhada de uma piora nos mercados asiáticos e latino-americanos, pode ser o começo de uma profunda e traumática guinada econômica. Mas pode ser, também, uma turbulência a mais, numa trajetória repleta de crises nos últimos anos e que, apesar disso, num horizonte de longo prazo tem sido vitoriosa.

Pode-se tratar de uma sangria, tão necessária quanto temporária, ou de um pânico destrutivo, cujo fim ninguém se arrisca prever. (...)

Para o Brasil, o risco são evidentes. A estabilidade econômica depende hoje do andar das privatizações. Se o fluxo internacional de capitais for revertido, as privatizações estarão comprometidas. O ajuste necessário ficará mais difícil e o seu adiamento ainda mais doloroso.” (Pânico nas Bolsas – 28/10/1997)

O editorial confuso e de poucas certezas é uma demonstração que não somente a *Folha* não conseguia entender os efeitos e a duração da nova crise, mas também o governo e os mercados no Brasil. A palavra pânico se traduz de maneira adequada ao sentimento de que o pior estava por ocorrer, os efeitos dos ataques especulativos em todo o sistema econômico, não só no financeiro, mas na congelada estrutura produtiva.

A perda de U\$ 4,8 bilhões, em um único dia, além de causar impacto na economia, surtiu um efeito simbólico de destruição em massa de nossas reservas e, conseqüentemente, o efeito cascata de novo endividamento e ampliação da crise sistêmica nas finanças pública e privada.

O ataque especulativo, decorrente da moratória russa, ocorreu na véspera das eleições para presidente da República. O efeito da crise não foi sentido amplamente na sociedade no primeiro momento, permitindo a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Contudo, em seguida ocorreu a inevitável desvalorização do Real, que causou enorme desarrumação na economia brasileira, praticamente indexada ao dólar.

No editorial “Coragem para mudar”, de 24/01/1999, a *Folha* registra a obrigação do governo em dar respostas à crise econômica, sob a ameaça de se desmoralizar e não conseguir cumprir seu mandato, conquistado meses antes:

“A política econômica do Plano Real, que criou uma moeda artificialmente valorizada diante do dólar, esgotou-se – e de forma dramática. Os acontecimentos se precipitam num ritmo vertiginoso. A livre flutuação do câmbio vem causando fortíssima instabilidade e uma desvalorização excessiva do real. Pode comprometer a grande conquista que foi derrubada da inflação. É hora de mudar de rumo, de abandonar a crença no dom dos mercados de organizar a economia, que não deve se submeter ao império da especulação.

No câmbio, a alternativa é a centralização, se possível com o apoio do FMI. Operações com divisas seriam racionadas pelo Banco Central. É uma medida de alto risco, mas a crise chegou a um ponto que não permite saídas indolores.

A centralização possibilita a queda dos juros, pois taxas tão altas não seriam mais necessárias para evitar a saída de dólares, bloqueada pelo controle cambial. Os efeitos externos serão negativos, mas é o preço a pagar.

O sacrifício poderá ser temporário, desde que se promova efetivamente o ajuste das contas públicas.(...)

É preciso preparar a retomada do desenvolvimento e viabilizar o combate à miséria. Alguns setores podem ser protegidos. Não se trata de abrigar a ineficiência ou de restabelecer reservas de mercado, mas de criar condições para que eles, em prazo determinado, sejam competitivos.(...)

O governo não deve tampouco temer tabus na privatização. A Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal podem e devem ser privatizadas. Acelerar o enxugamento da máquina pública, em todos os níveis é crucial. País algum progride se o seu orçamento é excessivamente comprometido por salários e pensões.

O custo social dessas mudanças será alto, como o da crise já está sendo. Mas é possível amortecê-lo no curto prazo sem de novo adiar o combate à desigualdade. Programas de renda mínima, com a participação de municípios, de Estados, da União e das comunidades locais podem reduzir a miséria. (...)

Mas, o esgotamento gritante da política econômica impõe a busca de uma alternativa. Ela deve permitir a superação do atual impasse econômico e, desde já, criar condições para um desenvolvimento no qual haja lugar para políticas sociais mais amplas e profundas.” (Coragem para mudar – Folha de São Paulo – 24/01/1999)

As alternativas propostas pelo editorial fazem parte de uma disputa política travada dentro e fora do governo sobre quais os rumos que o país precisaria tomar. A manutenção de medidas que levaram ao aprofundamento da crise, como a paridade do real com o dólar e os altos juros para segurar o capital externo davam mostras de incapacidade para enfrentar a situação.

A desvalorização do real tornou-se a principal fonte da crise econômica naquele momento. É importante considerar que importantes empresas brasileiras buscaram empréstimos em dólar, para investir nos vários segmentos econômicos, pelas facilidades que a paridade oferecia e pelas condições favoráveis de negócios com bancos e financiadoras estrangeiros.

Chama a atenção os empréstimos contraídos no setor de comunicação, que queriam se expandir em novos negócios de mídia, como a Internet e a TV fechada (a cabo e via satélite). Em especial situação ficaram as Organizações Globo, que investiu na Globosat, e o Grupo Folha, que contraiu empréstimos para criar a Uol – Universo On Line.

A situação econômica do país atingiu diretamente os interesses das empresas jornalísticas que passaram a ter um nível de endividamento maior do que os contraídos inicialmente. Essa situação desestabilizou todo o mercado de mídia, em especial, os veículos de comunicação.

A partir de 1999, houve recorrentes desvalorizações do real, levando várias empresas à falência devido aos altos endividamentos. O mercado teve desaquiecimento com a diminuição drástica da capacidade de crédito no mercado, com o aumento das taxas de juros (Selic e spreads) e a queda, ainda maior, da renda da população.

Como não se bastassem as dificuldades financeiras, o Brasil foi a “bola da vez” no círculo de ataques especulativos. Na véspera das eleições de 2002, o país teve suas reservas extraídas novamente.

O Globo explora o argumento da instabilidade das eleições para justificar a crise financeira, no editorial “Tempo curto” de 16/06/2002:

“A campanha eleitoral continua acelerada, e nem a Copa conseguiu atenuar as preocupações com o efeito, no mercado financeiro, de declarações e do esboço de programas de candidatos – ou da falta deles. O país tem conseguido contornar zonas de grandes turbulências por praticar uma política fiscal dura.

Com o Plano Real conseguiu-se uma vitória sobre a superinflação e – o que parecia impossível – desconectar os mecanismos de indexação.

Para isso foi essencial manter o câmbio praticamente fixo por um período. Como tudo na vida, pagou-se um preço pela conquista.(...)

Textos radicais sobre a economia e ainda não desautorizados por candidatos, entrevistas desencontradas e declarações enviesadas entendidas como anúncio velado de calote criaram o clima para as oscilações dos últimos dias. O governo agiu com rapidez e, com o apoio do FMI, teve êxito no primeiro embate.” (Tempo curto – O Globo – 16/06/2002)

O editorial expressa a mesma explicação dada pelo governo, além da crise argentina que estava em franco crescimento, as eleições eram o principal motivo para a instabilidade dos mercados e a fuga de capitais externos do país.

Esse argumento foi uma maneira de distribuir as responsabilidades da crise financeira. *O Globo* não considerou, por exemplo, que o país estava com baixas reservas no Banco Central, que parte da dívida precisaria ser saudada e os capitais aplicados tinham

vencimento de curtíssimo prazo. A justificativa do jornal carioca e do governo foi de colocar a responsabilidade da crise em fatores externos e na possibilidade da oposição vencer as eleições e não na combalida economia brasileira.

O editorial “Grave crise”, de 30/06/2002, explicita a situação econômica. A *Folha* dá mostras de apoio ao governo, mais numa referência de esgotamento das possibilidades de mudanças neste governo, já que o país teria novo presidente em três meses, do que uma posição enfática de suas opiniões anteriores:

“A crise que o país atravessa é grave. Ela tem aspectos puramente econômicos e também uma dimensão política, que se retroalimentam para resultar num círculo vicioso. Há quem acredite que os mercados e os grandes especuladores internacionais estejam colocando em prática uma chantagem contra a democracia. Ao considerar o candidato do PT à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva, um elemento desestabilizador da economia, investidores estão introduzindo no processo eleitoral uma nova variável.

Fica a ameaça – velada ou explícita, tanto faz – de que, se o candidato petista sagrar-se eleito, cessará o fluxo de capitais que financia as contas externas do país. Esse movimento, aliás, já teve início. Na verdade, para além da condenável ação de especuladores que procuram transformar o temor a Lula em lucro, existem pequenos, médios e grandes investidores que, com toda a legitimidade, tentam preservar seus interesses.(...)

O PT fez bem, por exemplo, ao afirmar, ainda que retoricamente, seu compromisso com alguns dos elementos mais fundamentais de uma política econômica responsável. Seria desejável que outros candidatos fizessem o mesmo.(...)

Mesmo que os candidatos que realmente têm chances de chegar à Presidência coloquem o cálculo político acima dos reais interesses da população – o que pode ocorrer num período eleitoral – convém a cada um deles manter a crise pelo menos estancada. Um agravamento da situação econômica agora, ou mesmo uma deterioração acentuada no perfil da dívida pública, poderá dificultar ainda mais o futuro da próxima administração federal. (Grave Crise – 30/06/2002)

A *Folha* também utilizou os argumentos das eleições para explicar as turbulências econômicas, mas pondera as dificuldades que já vinha se acumulando. O jornal paulista comemorou a “Carta ao Povo Brasileiro” escrita pela campanha de Lula em que se

comprometem a manter os contratos e a política de superávit primário, na tentativa de acalmar os mercados.

A medida oferecida por Lula não foi compartilhada pelos outros candidatos da oposição, Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB), que consideraram como uma precipitação do PT em aderir às chantagens dos especuladores financeiros.

Dívida Pública e a dependência junto ao FMI

A dívida pública brasileira durante o governo Fernando Henrique Cardoso, saltou de R\$ 153 bilhões, em dezembro de 1994, para R\$ 881 bilhões, em dezembro de 2002, um aumento de 30% para 56,5% da relação dívida /PIB. Os principais elementos para este aumento se devem a política de controle inflacionário com altas taxas de juros, as crises financeiras internacionais que atingiram o país neste período, a reestruturação das dívidas estaduais e municipais e os recorrentes déficits públicos.

A instabilidade financeira do Brasil tem na dívida pública, a principal fonte de turbulência. O sacrifício para equilibrar a dívida foi composta com a política de superávit primário, após uma seqüência de três ataques especulativos. O país passou a gerar uma economia correspondente a 3,28% do PIB nacional em 1999, 3,55% em 2000, 3,7% em 2001 e 4,06% em 2002. O superávit primário passou a ser, junto com o controle da inflação e o câmbio flutuante, os três principais elementos da política econômica brasileira.

Os ataques especulativos no Brasil, exigiu que o país recorresse às instituições internacionais, como o FMI, o BIRD e o BID, em 1998 solicitando U\$ 41,5 bilhões, U\$ 15,6 bilhões em 2001 e U\$ 30 bilhões em 2002. No segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o país se endividou mais U\$ 87,1 bilhões. O dólar chegou a alcançar R\$ 4,00, em dezembro de 2002.

A posição da *Folha* sobre a postura do governo no enfrentamento da dívida pública foi, no mínimo, complacente com as medidas insuficientes e, quase sempre, explicadas pela

estrutura do estado brasileiro, ultrapassado e oneroso, sendo responsabilizado pela natureza dos problemas deficitários.

A cobrança da *Folha* em todos os editoriais analisados foi de medidas que o governo tinha que tomar para cortar gastos, injustificáveis na opinião do jornal, para a sociedade pagar.

No editorial “Permissividade”, de 12/04/1996, a *Folha* apresenta sua opinião sobre a natureza da dívida brasileira:

“O fato de a dívida pública mobiliária, ou seja, em títulos, ter atingido um novo recorde em fevereiro não significa, como é óbvio, a iminência de uma catástrofe ou da reprodução de reações desastradas a picos anteriores, como o calote aplicada logo no início da gestão de Fernando Collor. (...)

De uma maneira geral, ao que parece, tudo o que se refere ao equilíbrio das contas públicas deixou de ser o eixo do discurso governamental, contrariando a ênfase com que o próprio Fernando Henrique Cardoso assumiu, primeiro, o Ministério da Fazenda, depois a Presidência. (...)

O governo, como era de se esperar, garante que esse resultado não se repetirá este ano. Mas, se já é difícil controlar as contas públicas quando se faz de tal controle um dogma, mais difícil se torna quando o tema é minimizado na retórica das autoridades” (Permissividade – 12/04/1996)

Um dos exemplos destacados para analisar a posição do jornal foi a evolução da dívida em 1996. Em um mês a dívida pública saltou R\$ 10 bilhões (R\$ 117 bilhões p/ R\$ 127,3 bilhões), decorrente dos títulos de curto prazo, alta de juros, aumento do dólar e crise nos estados e nos bancos. O Banco Central emitiu títulos que somam R\$ 26,9 bilhões para socorrer bancos estaduais.

Além dos déficits públicos, obrigando o governo a recorrer aos empréstimos com frequência no mercado interno, através da emissão de novos títulos públicos, a crise financeira internacional agravou o quadro de instabilidade. O maior empréstimo junto ao

FMI ocorreu durante os ataques especulativos de 1998, que atingiram o país após o decreto de moratória do governo da Rússia.

O Brasil conseguiu U\$ 41,5 bilhões junto às instituições internacionais de crédito. Sem esses recursos o país também teria que decretar moratória, em consequência para o mercado internacional, poderia haver nova reação em cadeia envolvendo outros países em desenvolvimento.

No editorial “Tempo esgotado”, de 24/09/1998, a *Folha* concorda, com posição crítica, a saída conseguida pelo governo:

“A dez dias da eleição, o presidente teve a coragem de reconhecer diante do país que não é mais possível adiar um doloroso acerto de contas nacional. Não se trata apenas de enfrentar ameaças externas, mas de assumir a responsabilidade por erros históricos, de corrigi-los já, com a consciência de que a tarefa exigirá grande sacrifício.

Trata-se enfim, de conter o aumento da enorme dívida pública, limitar as despesas dos governos às suas receitas. Trata-se de impedir que o Estado sugue desmesuradamente os recursos nacionais, o que leva à corrosão da credibilidade do país, mina o desenvolvimento, destrói empregos e impede a correção das injustiças sociais. (...)

Não foi, diga-se mais uma vez, apenas para atrair emprestadores para o governo endividado que se levaram as taxas de juros a níveis astronômicos. Foi para sustentar o modelo econômico dos anos FHC, centrado na estabilidade do real e na abertura comercial com uma taxa de câmbio que tornava mais baratas as importações e mais caras as exportações brasileiras. (...)

(...) O governo endividou o país para manter um quadro artificial de bonança econômica e estabilidade política.

A fonte de recursos externos secou. A chamada ‘aposta’ da equipe econômica se tornou de uma vez por todas insustentável depois que uma crise econômica se tornou de uma vez por todas insustentável depois que uma crise internacional de dimensões imprevisíveis arrastou países como o Brasil e ora ameaça o planeta. (...)

É essa a natureza da gravíssima crise com a qual o Brasil se defronta, a qual o presidente deixou parcialmente de lado em seu pronunciamento e que não enfrentou ao longo dos seus quatro anos de mandato. É ela que levará o país a uma terrível recessão, a qual

colocará em risco as conquistas do período sem inflação.” (Tempo esgotado – Folha de São Paulo – 24/09/1998)

A *Folha* faz uma cobrança que destacou durante todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a subestimação da paridade real/dólar, os déficits públicos, a balança comercial negativa e os elevados juros para atraírem capitais externos de curto prazo. O risco do Brasil em entrar na “crise sistêmica” era elevado, como se confirmou em todas as ocasiões deflagradas.

Em janeiro de 1999, o governo desvalorizou o real, passando a adotar o critério de câmbio livre ou flutuante, segundo o qual, a moeda nacional se movimenta no mercado de acordo com a oferta e demanda de moedas fortes como o dólar ou o euro. Esse regime é adotado na maioria dos países desenvolvidos e de livre mercado.

O sentido de liberdade da moeda não significa que não haja ação do Estado para controlar a sua variação, o Banco Central é o responsável em intervir no mercado, normalmente com compras ou vendas das moedas fortes. Para isso, pressupõe-se uma reserva elevada para conseguir gerar os efeitos necessários. O Brasil não tinha as reservas suficientes para enfrentar nenhum dos ataques especulativos.

A fragilidade econômica percorreu todos os anos seguintes, elevando a inflação que saltou de 1,78% em 1998 (decorrente de forte recessão e repressão ao consumo), para 20,1% em 1999 (não pelo aumento do consumo, mas pela crise com a desvalorização do real). Em 2000 (9,95%) e 2001 (10,38%), a inflação voltou para patamares de equilíbrio.

O Globo, no editorial “Transparência”, de 10/09/2000, analisa o extraordinário crescimento da dívida pública brasileira:

“A dívida pública bruta saltou de pouco mais de R\$ 60 bilhões, em dezembro de 1995, para quase R\$ 500 bilhões, em julho último. É um aumento de mais de 700%, num período relativamente curto, e uma visão superficial do problema pode levar a impressão de descontrole. O Governo federal tem sido mesmo acusado de ser o responsável por esse

crescimento brutal do endividamento, por manter uma política de juros exageradamente alta, por gastar demais para socorrer os bancos em situações financeiras e assim por diante.

A verdade, no entanto, é que pela primeira vez em muitos anos, estamos diante de um retrato fiel da realidade, sem maquiagem de artifícios contábeis e sem o disfarce da inflação alta, que falseava todas as cifras e tornava enganosa todas as comparações. Em outras palavras, grande parte do aparente aumento não passou do reconhecimento de débitos que já existiam, mas nunca eram levados em consideração.” (Transparência – O Globo – 10/09/2000)

Diante dos fatos do crescimento da dívida, o jornal carioca busca contemporizar seu efeito e creditar ao governo seriedade no assunto, como uma virtude administrativa e não um grave problema para o país. Essa inversão dos fatos demonstra a adesão do jornal carioca à todas as teses governistas.

É importante destacar que os argumentos oferecidos pelo jornal são meias verdades, porque o crescimento da dívida pública brasileira é composto pela centralização das dívidas estaduais, mas não responde a terça parte do total acumulado nos oito anos de governo (ou mesmo no período que o jornal escreveu sua opinião). A composição total do crescimento da dívida é de responsabilidade, em grande parte, dos novos empréstimos externos para enfrentar as crises econômicas que o país enfrentou e o aumento dos déficits públicos. Os juros altos e as renegociações das aplicações financeiras externas no país compõem outra parte significativa do acúmulo da dívida.

No editorial “O dólar e a dívida”, de 29/06/2001, a Folha comenta a ascensão da dívida e a desvalorização do real:

“A volta da agonia das lutas diárias entre o Banco Central e o mercado financeiro pelo patamar do câmbio faz redespertar todos os aspectos da fragilidade macroeconômica brasileira. Já é muito provável, por exemplo, que a relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto neste ano ultrapasse os 50%. O programado no acordo com o FMI era que esse indicador se estabilizasse em torno dos 46% a partir de 2001.

A relação dívida/PIB voltaria a arrefecer se a economia tivesse boas perspectivas de crescimento e/ou se o real voltasse a apresentar valorização significativa. Essas duas hipóteses estão prejudicadas pelos fatos. A trajetória ascendente dos juros e principalmente a crise energética são limites terríveis ao investimento e à atividade econômica. Por seu turno, constitui freio considerável a uma suposta valorização do real a carência de dólares para satisfazer o endividamento no exterior de agentes públicos e privados, manifesta nas previsões oficiais de um déficit na conta corrente para este ano, da ordem de 5% do PIB.” (O dólar e a dívida – Folha de São Paulo – 29/06/2001)

O nível de endividamento do Brasil alcançou inéditos patamares de comprometimento da produção nacional, ultrapassando 50% do PIB, considerando ainda uma economia estagnada (crescimento de apenas 1,42% em 2001).

A *Folha* bate novamente no déficit público para justificar as dificuldades brasileiras e exige do governo, medidas capazes de controlar as contas públicas. Entre as propostas apresentadas, o governo promoveu severos cortes nas áreas de infraestrutura e investimentos sociais.

A crise alcançou desta vez, a Argentina, que desabou na maior crise institucional desde o período de redemocratização no país. O governo decretou moratória e estabeleceu o seqüestro de bens, permitindo o saque de valores médios estabelecidos pelo governo. A crise financeira se alastrou para a crise política, na maior seqüência de quedas de presidentes da República.

A repercussão no Brasil da crise vizinha levou o governo a pedir novo empréstimo ao FMI, desta vez de US\$ 15,6 bilhões, como medida de blindagem da economia. No editorial “Na onda do FMI”, de 08/08/2001, a *Folha* comemorou a articulação do governo para preservar a economia:

“O acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional criou uma onda, se não de otimismo, ao menos de alívio com relação à capacidade de resistência do país a eventuais contágios da crise argentina, que continua grave. Os fatores de incerteza, tanto na

economia mundial quanto na política e na economia brasileiras, continuam presentes. Mas o acordo, de fato, oferece ao governo federal uma blindagem financeira oportuna. Há, porém, uma dimensão duvidosa nessa oportunidade de reconquista de credibilidade que as equipes do governo e do FMI estão criando.(...)

De um lado, há a idéia de criar fatos políticos que induzam à crença de que não haverá ‘surpresas’ após o fim da era FHC, garantindo desde já, como suposta recompensa, o acesso aos créditos do Fundo. De outro, está o fato de que qualquer governo que venha a suceder a FHC poderá denunciar esses acordos e optar por outro modelo de política econômica.(...)

Porém, a julgar pela reafirmação de metas inflacionárias draconianas, o cumprimento do acordo exigirá a continuação da política de perfil recessivo, o que tende, paradoxalmente, a comprometer a popularidade do governo FHC e a minar as chances de candidatos governistas. Há, pois, uma contradição entre os efeitos políticos e os econômicos do acordo com o FMI. No curto prazo, cria-se um clima de otimismo. Mas os termos do acerto geram dúvidas sobre a duração e a força dessa onda.” (Na Onda do FMI – 08/08/2001)

A *Folha* considera os argumentos de risco existentes no acordo de crédito junto ao FMI, sobretudo nas condições desvantajosas para o país. Contudo, o sentido do editorial é favorável ao governo, como capaz de recuperar a credibilidade junto aos organismos internacionais.

Desatacado como uma virtude de Fernando Henrique Cardoso, o crédito foi necessário pelas circunstâncias falimentares da economia brasileira. Ou seja, se é bom ter onde recorrer para cobrir as dívidas, ruim é ter perdido o seu controle e ser obrigado a buscar empréstimos, sobretudo em circunstâncias onerosas para o Brasil. Esta posição é pouco realçada nas preocupações e argumentos da *Folha*.

O Globo, no editorial “Transparência”, de 11/09/2001, enaltece mais a forma de lidar com a crise do que o conteúdo das precárias condições econômicas do país:

“Uma das maiores qualidades da atual política econômica é a total transparência. Nesta última semana, em longa entrevista, os ministros Pedro Malan (Fazenda) e Martus Tavares (Planejamento), além do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, estiveram à

disposição da imprensa para explicar os detalhes do acordo que o governo está renovando com o Fundo Monetário Internacional. Trata-se de uma mudança considerável, pois há alguns anos a simples menção de que o Brasil poderia recorrer ao FMI seria suficiente para que os nossos governantes se encastelassem.(...)

A conjuntura mundial tem sido adversa, e o Brasil precisa tomar algumas precauções para não ser arrastado por uma crise cambial cujas conseqüências seriam muito negativas para a economia do país.(...)

O novo acordo com o FMI prevê maior esforço fiscal; com ampliação do superávit primário este ano e em 2002. Mas isso teria se ser mesmo feito, com ou sem FMI. O ajuste fiscal possibilitou ao Brasil atravessar todos os momentos difíceis que surgiram desde setembro de 1998. Como o quadro que se tem pela frente ainda é adverso, o ajuste fiscal precisa ser reforçado.” (Transparência – O Globo – 11/09/2001)

O Globo tem opinião parecida com a *Folha* nesse fato, e os mesmos diagnósticos da crise financeira. Também comungam da receita econômica de realizar maiores esforços com o superávit primário e os cortes públicos para a diminuição do déficit. Enfim, ambos jornais tem a mesma visão de enfrentar as dificuldades financeiras que o governo Fernando Henrique Cardoso.

O último pedido de empréstimos do Brasil junto ao FMI ocorreu em 2002, às vésperas das eleições para presidente da República. O país não tinha condições de cumprir suas obrigações financeiras, porque não tinha caixa para pagar os títulos públicos emitidos em curto prazo que estavam em período de vencimento e porque, ao contrair as dívidas com o FMI, foi obrigado novamente a pedir empréstimos para honrar os contratos anteriores.

No editorial “Inércia perversa”, de 30/08/2002, a *Folha* analisa as novas dificuldades brasileiras:

“A dívida pública encerrou julho em valor correspondente a 61,9% do PIB – o maior nível da história. Em relação aos 57% do PIB apurados no final de junho, a alta foi significativa.

O Banco Central, que divulgou a informação, se apressou em esclarecer que o resultado adverso se deveu basicamente ao fato de a cotação do dólar ter encerrado o mês

passado em valor muito alto (R\$ 3,428). Como a parcela da dívida cujo valor é atrelado ao dólar é contabilizado pela cotação do final do mês, isso ‘inflou’ os números.(...)

A dívida pública correspondia a 30,4% do PIB no final de 1994. É sabido que parte da alta observada desde então foi apenas contábil, pois correspondeu ao reconhecimento de passivos preexistentes (‘esqueletos’). Mas a maior parte da alta da dívida foi real e, pior, não teve como contrapartida uma expansão proporcional dos investimentos públicos.

A inércia perversa que alimenta a alta da dívida (e fomenta receios entre os credores do setor público) tem de ser rompida. Para reter sua credibilidade, fugindo de ajustes traumáticos que desvalorizem a dívida, o próximo governo precisa recolocar a economia na senda do crescimento.” (Inércia perversa – Folha de São Paulo – 30/08/2002)

Ao considerar que a dívida é decorrente da estrutura econômica em que o país se meteu, com os baixos índices de crescimento e a necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros, atrelados ao dólar, a *Folha* coloca mais uma vez, um argumento que minimiza a incapacidade administrativa do governo, por injunções alheias aos controles nacionais.

A *Folha*, desse modo, nas vésperas da eleição presidencial, diminui o tom da crítica, embora reconheça o óbvio: o Brasil atingiu o maior índice de endividamento, em números absolutos e em relação ao PIB.

O Brasil contraiu empréstimos, parte da dívida pública total, em situação adversa, com 40% em dólar, um perfil difícil de se ter controle. No final do governo, Fernando Henrique Cardoso entregou o país com uma dívida total de R\$ 881 bilhões e com títulos públicos que venceriam até o primeiro trimestre de 2003, que poderiam colocar o país em situação de insolvência financeira, apesar dos empréstimos contraídos no final de seu governo.

Privatização e abertura da economia brasileira

A *Folha de São Paulo* e *O Globo* foram favoráveis às medidas do governo de privatizar empresas públicas federais e de intervir nos bancos estaduais e outros

patrimônios públicos e realizar suas vendas como mecanismo de abater parte das dívidas dos estados.

Tanto o jornal paulista quanto o jornal carioca também apoiaram o governo nas medidas de abertura do país para o capital estrangeiro, alterando leis de monopólio de exploração de riquezas naturais, ampliando a participação de capitais em vários segmentos da economia e mudando a regra de repasse de recursos de empresas estrangeiras no Brasil para suas matrizes no exterior.

Para a *Folha* e *O Globo*, a abertura do mercado estava ligada à nova realidade do mundo, dinamizado pela globalização e pelas novas relações capitalistas. A modernidade, na opinião do jornal, está ligada a capacidade dos governos nacionais se integrarem à nova ordem, respeitar as relações abertas na economia, na política e na cultura.

As privatizações e a abertura do país para as novas relações comerciais e produtivas era agenda número um que o governo Fernando Henrique Cardoso deveria enfrentar, de acordo com o seu programa eleitoral, vitorioso em 1994. Como foi visto nos temas anteriores, a necessidade de um segundo mandato era fundamental para dar continuidade e completar o quadro de modernização brasileira, segundo o jornal.

A superação de um Estado forte e interventor, construído no período Vargas (1930) e aprofundado nos governos posteriores, sobretudo no período da Ditadura Militar, com o projeto nacional desenvolvimentista conservador, segundo o jornal paulista, estava esgotado. O Estado não respondia mais às demandas sociais e ao crescimento econômico. Era necessário superar o atraso e a morosidade que as empresas estatais representavam. A *Folha* sustentava também, que as empresas eram fontes de privilégios políticos, corrupção e proteção a um grupo privilegiado que enriqueceu às custas do Estado.

A abertura do capital estrangeiro tinha a explicação da necessária entrada de um recurso que o país não tinha condições de dispor para investir em projetos de desenvolvimento, sobretudo em infraestrutura.

Em síntese, o Brasil estava falido e o modelo vigente era obsoleto e incapaz de promover o crescimento econômico e combater a injustiça social.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, foram muitos os episódios que envolveram as batalhas de privatização e abertura do país para o capital externo. Disputas no parlamento, entre os governadores, na sociedade, com intensas manifestações e uma guerra judicial que atrasou e questionou as privatizações, os leilões e as formas de venda.

No início do governo federal, houve a intervenção da União sobre os bancos estaduais, inclusive o Banespa, em que o Banco Central nomeou interventores e retirou da responsabilidade dos governos locais a autonomia de gerenciamento e propriedade. A Folha, no editorial “Tocar o barco”, de 26/01/1995, apoiou as primeiras medidas de Fernando Henrique Cardoso:

“A privatização dos bancos estaduais defendida pelo presidente do BC, Pêrsio Arida, é o melhor – se não o único – modo de garantir que não se repitam os imensos desequilíbrios acumulados por estas instituições. (...)”

Mesmo que se aceitasse o cruzamento levantado pelo governo paulista de que, bem utilizados, os bancos estaduais podem ser úteis ao desenvolvimento de certas políticas públicas, não se justifica a manipulação do controle estatal. Afinal, nada permite supor que de hoje em diante, o Brasil e seus estados terão somente bons governos. (...)”

Além disso, a privatização dos bancos é coerente com a imprescindível revisão das estruturas estatais e de seu funcionamento. A absurda demonstração de incompetência do governo (excluída a hipótese mais grave de manipulação) na apuração das contas externas de novembro e dezembro, expôs a urgência de uma completa reengenharia do Estado e da máquina pública.

Desde as manifestações pelo impeachment de Collor, a demanda de probidade e retidão no trato da coisa pública tomou o primeiro plano da política. Mesmo que sejam atendidas, porém, essas qualidades não bastam. A modernização da economia, os desafios impostos pela competição internacional e a necessidade de consolidar a estabilização demandam mais do que simplesmente ‘tocar o barco.’” (Tocar o barco – Folha de São Paulo – 26/01/1995)

A *Folha* utiliza os argumentos de “única saída” para combater os gastos públicos, tendo os bancos como principal fonte de endividamento, apoiando irrestritamente as iniciativas do Banco Central. Mesmo com a resistência do governador Mário Covas, de São Paulo, o jornal paulista considerou a intervenção necessária para colocar a ordem no sistema financeiro.

Na mesma medida, *O Globo* concorda com as intervenções nos bancos estaduais e seu desdobramento com as privatizações. O jornal compara a gestão pública do Banerj com intervenção da União, que repassou a administração para a gestão privada do banco carioca:

“Um ano de gestão privada foi suficiente para tirar o Banerj do vermelho. A perspectiva de privatização em definitivo, somada à credibilidade dos administradores do grupo Bozano Simonsen, foi fundamental para que as demais instituições do mercado voltassem a ter negócios com o Banerj em condições favoráveis para a instituição.(...)”

Como banco estatal, o Banerj está fadado a desaparecer. A privatização é decisão pragmática sem caráter ideológico: não existe mais espaço na economia brasileira para um sistema de bancos estaduais, tal como concebido nos anos 60.(...)

O programa de privatização no Brasil tem sido um êxito. As empresas que saíram das mãos do Estado se tornaram mais lucrativas. Aumentaram seu faturamento e agora pagam mais impostos.(...)” (Privatização – O Globo – 01/01/1997)

O jornal carioca tem como princípio a defesa das privatizações, como saída do saneamento das empresas estatais brasileiras, sejam de propriedade da União ou de propriedade dos estados.

A capacidade administrativa do setor privado é um dos principais argumentos para os jornais e os partidos de sustentação do governo para a realização das privatizações no país. Desse modo, a opinião dos jornais confunde-se com a lógica da iniciativa privada.

Outro argumento explorado foi o “clamor popular” por probidade administrativa, assumindo para si a interpretação da vontade do povo para justificar as medidas do

governo. Uma explicação nada convincente e pouco correta por parte do jornal ao explorar o apelo contra a corrupção da máquina pública.

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso, iniciou-se o processo de abertura do mercado interno para produtos e capitais estrangeiros. As mudanças apresentadas por Cardoso já haviam sido iniciadas no governo Collor, interrompidas depois do impeachment.

Entre as mudanças fundamentais, estava o fim das reservas de mercado, no qual as autoridades econômicas limitam a possibilidade de instalação de empresas, de venda de produtos importados e/ou de criação de taxas e impostos de importação. Essa medida, implantada em alguns momentos históricos para incrementar a indústria nacional, foi substituída com projetos de lei específicos, que abriram determinados segmentos da economia.

O editorial “A reengenharia do Estado”, publicado no dia 15/02/1995, dá vivas às medidas do governo Fernando Henrique Cardoso sobre a agenda de votações no Congresso para abrir o país para o capital estrangeiro:

“Ao sancionar a Lei de Concessões, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que seu ato inaugural a uma nova era para o Estado brasileiro. A partir de agora, diz o presidente, o governo deixa de ser um investidor, um empresário, para assumir suas funções de regulador e fiscalizador. Começa a reengenharia do governo.

Não há dúvida de que o diagnóstico presidencial está certíssimo. O modelo segundo o qual o governo fazia pesados investimentos na produção e em toda espécie de prestação de serviços está esgotado.” (A reengenharia do Estado – Folha de São Paulo – 15/02/1995)

O editorial desenvolve os argumentos do apoio da *Folha* às medidas do governo, baseados na idéia de um Estado regulador e não empreendedor. A capacidade de investir e a competência de administrar negócio são exclusivas da iniciativa privada, segundo o jornal. O governo Fernando Henrique Cardoso inicia, assim, o desmonte das estruturas

estatais e organiza a intervenção do Estado na economia a partir das agências reguladoras, segundo o modelo norte-americano de funcionamento.

O Globo também apoiou as medidas de abertura da economia, sob o argumento dos novos tempos para o mercado internacional. O jornal carioca fez coro às necessidades do país se incorporar ao mundo globalizado. Uma das medidas “modernizadoras” da economia brasileira é reivindicada no editorial “Abertura total da Informática”, de 04/01/1997:

“O Brasil não aderiu ao acordo, negociado na última reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cingapura, que prevê redução das alíquotas de produção de informática para zero até o ano 2000.(...)”

Na avaliação do Governo brasileiro, a indústria brasileira de informática não resistiria à eliminação total das barreiras aduaneiras em prazo relativamente curto. O país, ainda está se recuperando, nesse setor, do tempo perdido com a obtusa política da reserva de mercado.(...)”

A discussão sobre o Brasil tem ou não vocação industrial remonta aos anos 30 e 40, com a célebre polêmica entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsem. Com o processo de globalização, as vantagens comparativas estão sendo substituídas pelas vantagens competitivas. Porém, um país com um mercado doméstico potencial de mais de 150 milhões de consumidores tem de estar presente nas diversas oportunidades que estão se abrindo com a revolução tecnológica, embora para isso não precisa recorrer a absurdas como a antiga reserva cartorial criada para a informática.” (Abertura total da Informática – O Globo – 04/01/1997)

O editorial do jornal carioca evoca a polêmica entre dois economistas renomados que promoveram um dos maiores debates da história brasileira sobre os rumos que o país deveria tomar.

As idéias de Eugênio Gudín eram a síntese das oligarquias agrárias e financeiras emergentes que consideravam que o Brasil é de tradição agrária e exportadora de produtos primários, portanto, os esforços públicos precisavam se focalizar na abertura de mercados internacionais para esses produtos.

A polarização com essa opinião agro-exportadora era feita pelas idéias de Roberto Simonsen, representante das idéias desenvolvimentistas (embora de cunho conservador) que propunha a necessidade dos investimentos públicos e privados para acelerar o processo de industrialização do país.

De maneira simplificada, podemos afirmar que as idéias de Gudin representariam hoje, as correntes monetaristas, ou seja, partidários da idéia da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, Simonsem representaria hoje, as correntes desenvolvimentistas, críticos das medidas de sustentação do Plano Real, que privilegia o capital financeiro.

O exemplo da abertura do país para produtos importados de informática sintetiza essa polêmica. De um lado, a frágil indústria nacional não teria condições de se desenvolver com a concorrência de produtos estrangeiros avançados. Por outro, as exigências por produtos de última geração, capazes de suprir as demandas dos vários segmentos da economia brasileira.

O Globo tem posição clara da necessidade incondicional, como seguem as leis de mercado, de abertura irrestrita de produtos no país. Desse modo, não se consideram medidas de proteção a determinados segmentos da economia, considerados ultrapassados no mundo globalizado.

O marco inicial da quebra dos monopólios das estatais foi a aprovação do projeto de lei constitucional, que abriu a exploração das riquezas naturais criando a oportunidade de capitais privados nacionais e estrangeiros em extrair e refinar o petróleo. Desde a fundação da Petrobrás, em 1953, a extração do petróleo era de responsabilidade do Estado.

No editorial “Boa para a transição”, de 08/03/1995, *O Globo* defendeu a iniciativas tomadas pelo governo:

“(…). A lei fará surgir no país um mercado intensamente competitivo. Por isso, um dos eixos principais da lei será a criação de um órgão regulador – a Agência Nacional do Petróleo – substituindo a Petrobras como agente executor da política energética no segmento de hidrocarbonetos, transformado-se a estatal num participante (certamente o mais importante) desse mercado.” (Boa para transição – O Globo – 08/03/1995)

A *Folha* celebrou a queda do monopólio, como marco histórico do “avanço” das medidas modernizadoras do governo Fernando Henrique Cardoso no editorial “Cai o monopólio do petróleo”, de 08/06/1995:

“Foi uma decisão histórica a que a Câmara tomou ontem, com a aprovação em primeiro turno da emenda que abre o setor do petróleo para a iniciativa privada. Criada em 1953, o símbolo maior de todo um modelo econômico que durou décadas no país, até que os anos 80 expusessem seu esgotamento.

Esse modelo tinha um de seus principais alicerces na figura do Estado-empresário. Seja na forma monopolista, como no petróleo, nas telecomunicações e na energia elétrica, seja participando do mercado, como na siderurgia, o poder público criou as bases e deu o impulso para o processo de industrialização do Brasil.

Mas, necessário ou não no passado, hoje outras opções se impõem. Percebeu-se ao fim que o Estado, mesmo quando tem recursos, cabem outras responsabilidades, especialmente nas áreas sociais.

Mais ainda, o fim do monopólio é imperativo porque é a competição que estimula a busca constante da eficiência, indispensável no mundo moderno. A abertura daria também um parâmetro objetivo para que a Petrobrás demonstre a competitividade que sempre afirmou possuir e para que a população possa avaliar o desempenho de uma empresa que afinal de contas é – e vai continuar mesmo com o fim do monopólio – parte de seu patrimônio.(…)

A mudança no setor petrolífero, assim como todas as outras reformas, obviamente não vai resolver todos os problemas do Brasil. Vai sim contribuir para a reestruturação do Estado, abrir espaço para novos investimentos, ampliar o grau de concorrência e portanto, de eficiência, trazer benefícios para o consumidor individual e para a economia em geral. Vai sim colocar o país alguns passos adiante na rota da modernização e facilitar novos avanços, nessa direção do futuro” (Cai o monopólio do petróleo – Folha de São Paulo – 08/06/1995)

A votação da queda do monopólio da Petrobrás foi de 364 X 141 e ocorreu no dia 07/06/1995, encerrando 42 anos de exploração exclusiva do Estado de suas riquezas naturais. O argumento da *Folha* foi a incapacidade estatal em potencializar a exploração de nossas riquezas. O Brasil só tinha a ganhar com os investimentos previstos para promover o nosso crescimento.

O editorial registra que o monopólio do petróleo foi o primeiro a ser quebrado, em seguida outros segmentos estratégicos para o desenvolvimento econômico tiveram o mesmo caminho, como a energia elétrica e as telecomunicações, este último, de interesse direto das empresas de comunicação.

É importante registrar que o Grupo Folha participou como sócia minoritária, de um grupo de empresas lideradas pela Votorantim, para a compra e exploração no setor de telecomunicações. O grupo foi derrotado nos leilões que, posteriormente, foram alvo de investigações judiciais e da imprensa, com denúncias de favorecimentos nos editais.

A primeira grande privatização do governo Fernando Henrique Cardoso foi a Companhia Vale do Rio Doce. A venda da Vale ocorreu no dia 06/05/1997, depois de intensa batalha política que envolveu diversas liminares que suspenderam o leilão por um pequeno período, e manifestações de rua liderados por partidos de oposição e entidades ligadas aos movimentos populares.

No editorial “O leilão da Vale”, de 07/05/1997, a *Folha* novamente dá apoio ao governo no processo de privatização brasileiro:

“O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a insistir, algum tempo atrás, na idéias de que as mudanças econômicas, políticas e institucionais necessárias para a consolidação da estabilidade econômica e para a retomada do crescimento serão parte de um processo.

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce é um marco antes de tudo simbólico, de que este processo está em marcha. A venda da empresa é um sinal de avanço,

sobretudo num momento em que o governo vinha colecionando, senão derrotas, ao menos frustrações políticas. (...)

Um governo produzir e vender minério ou papel e celulose numa economia globalizada não é crucial.

Estratégico é ter um Estado enxuto, capaz sobretudo, de recuperar a infra-estrutura social do país.” (O leilão da Vale – Folha de São Paulo – 07/05/1997)

A Vale foi vendida para a CSN – Consórcio Brasil, por R\$ 3,3 bilhões (um dos argumentos da oposição era que o patrimônio da Vale superavam R\$ 10 bilhões). Começavam as vendas das empresas estatais, como parte fundamental das iniciativas do governo em reestruturar o Estado nacional.

A venda da Vale e de outras estatais deram um rendimento para o governo de aproximadamente U\$ 80 bilhões. Os recursos foram utilizados para a amortização da dívida pública (mesmo assim ocorreu o maior crescimento da história do país), o combate ao déficit público e investimentos em infraestrutura.

O principal efeito das privatizações, não está apenas nos recursos gerados, mas principalmente na nova lógica de funcionamento do Estado. A necessidade de um Estado enxuto, preocupado com as questões sociais e responsável apenas pela regulação de mercado, foi aplicado no Brasil por Fernando Henrique Cardoso, com o apoio dos principais veículos de comunicação, entre eles, a *Folha*.

Neste sentido, o editorial “Capital não tem pátria”, de 30/09/1997, apresenta de forma clara a filiação de pensamento da *Folha*, no período:

“A abertura do sistema financeiro brasileiro provoca debate análogo ao que ocorreu por ocasião da liberalização das importações.

Para os críticos, a desnacionalização abalaria a soberania e até reduziria o alcance das políticas econômicas. Para os defensores da globalização financeira, no entanto, esse é o melhor caminho para aumentar a eficiência do sistema por meio da maior concorrência e da redução do custo do crédito para consumidores e para o sistema produtivo.(...)

Entretanto, é falso o argumento de que com maior instituições estrangeiras no setor aumenta o risco de fuga de capitais. A globalização financeira já é um fato e dela participam as instituições nacionais e transnacionais. Aliás, na crise cambial mexicana os investidores domésticos foram os primeiros a fugir.(...)

A liberalização das finanças é inevitável e parece uma forma saudável de aumentar a eficiência do sistema. O desafio é encontrar os meios de também preservar ao máximo a eficácia da supervisão e das políticas de crédito consideradas negativas.” (Capital não tem pátria – Folha de São Paulo – 30/09/1997)

O editorial trata a abertura do sistema financeiro brasileiro para o capital estrangeiro como algo inevitável em tempos de globalização, assim como nos outros setores da economia, sem medir com o aprofundamento necessário, o significado dessa medida. Não só a abertura para compras de bancos, segundo o jornal, única saída para revitalizar a estrutura bancária, mas todos os segmentos das operações financeiras, como as seguradoras, empresas de crédito, entre outras.

A *Folha* desqualificou a crítica (não só da oposição) da abertura do sistema financeiro, colocando tudo como uma questão de nacionalismo (opinião que o jornal considera ultrapassada).

Em outros editoriais fez cobranças para que o governo acelerasse também as privatizações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Esses bancos estatais operavam com altos índices de lucratividade, portanto, não sendo a rentabilidade e o ônus dos custos de sustentação das estatais os motivos para as vendas, e sim, uma posição ideológica privatista.

A possibilidade dos capitais externos adquirirem maioria acionária fez com que muitos bancos estrangeiros entrassem no mercado interno com a compra de bancos brasileiros. Os maiores investimentos foram para aquisições de bancos estatais dos estados, como o Banespa, vendido para o grupo espanhol Santander. Outra parcela importante dos investimentos foram para a compra de bancos em processo de liquidação, como

Bamerindus, comprado pelo grupo britânico HSBC. Também houve investimentos e fusões entre investidores estrangeiros com bancos privados brasileiros.

Outra questão em voga eram as condições para as empresas obterem créditos no mercado. O período estava oportuno para contrair empréstimos internacionais, com o real equivalente ao dólar. Isso fez com que as empresas de comunicação também recorressem as facilidades de momento. O resultado, como já visto na crise da desvalorização do real, foi o grande endividamento das empresas brasileiras.

As privatizações também foram questionadas pela *Folha*, não só no episódio do direcionamento de licitações nas telecomunicações, mas principalmente, no setor de energia.

No editorial “Brasil desregulado”, de 14/04/2002, sob o impacto da crise de abastecimento no setor energético brasileiro, sob o comando da iniciativa privada e os recorrentes calotes das empresas que se beneficiaram da linha de crédito do BNDES para comprar as estatais, a *Folha* questiona o modelo mal aplicado no Brasil:

“O ideal de privatização foi perseguido ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso com especial dedicação. No entanto, predominou nas vendas de empresas estatais uma visão de curto prazo. A razão é simples: tratava-se de vender o máximo, o quanto antes, para engordar um caixa em dólares que funcionava como lastro da âncora cambial e da inflação baixa.

Embora seja cedo ainda para avaliar os benefícios e os desajustes criados pela política econômica ultraliberal adotada a partir dos anos 90 no Brasil, o fato é que muitos dos interessados no processo, ou seja, aqueles que compraram as estatais, mergulharam mais rápido do que se poderia imaginar numa crise de proporções significativas. Agora, pedem a volta do Estado. Pedem subsídios, empréstimos em condições e mudanças de regras (sobretudo na definição de tarifas).

Nada haveria de esdrúxulo nessa fanfarra de lobbies empresariais se o governo federal, em vez de privatizar com pressa e de olho no caixa do Tesouro, tivesse preparado o país para o processo, criando agências de regulação suficientemente fortes e autônomas, com

maior participação de representantes de trabalhadores, consumidores e contribuintes.” (Brasil Desregulado – 14/04/2002)

A opinião crítica da *Folha* neste editorial, é um convite para a interpretação que o jornal buscou marcar posição de distância com relação ao governo em momento de desgaste, cujo principal alvo eram as privatizações.

A maneira como foram realizadas as privatizações geraram denúncias de corrupção, abafadas pelo governo no Congresso, mas causando grande dano político para as eleições de 2002. O próprio Grupo Folha se sentiu prejudicado com as supostas manobras de parte dos aliados do governo.

As principais críticas foram dirigidas para o setor de energia, com forte subsídio do governo federal e muito questionamento por parte dos concorrentes das licitações a favor de seus próprios interesses e dos movimentos de oposição, contra todo processo de venda das estatais.

Um dos casos mais explorados foi a venda da companhia Eletropaulo, que fornece energia para a região metropolitana de São Paulo. A empresa de energia elétrica paulista foi comprada pela multinacional AES em 1998. Após a privatização, ocorreu a falta de investimentos necessários e acordados em contrato, do sistema elétrico. A empresa, mal gerida, acumulou uma dívida de U\$ 5,5 bilhões, dos quais U\$ 1,2 bilhão com o BNDES, que financiou a compra da estatal. A AES/Eletropaulo não só suspendeu os pagamentos de seus credores, como enviou para a matriz que havia pedido concordata nos EUA, cerca de U\$ 318 milhões em dividendos.

A *Folha* considera o caso da privatização do setor elétrico mal conduzido pelo governo e não como uma derrota do sistema privatista. O jornal paulista continua a considerar o modelo de privatização a saída para o desenvolvimento do país. A posição do jornal é coerente com a visão que a empresa jornalística tem: o sistema regulador dos

mercados e a iniciativa privada são as formas mais equilibradas e competentes para o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade.

Lei de Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF foi aprovada no dia 04/05/2000 e foi uma inovação no governo Fernando Henrique Cardoso quanto ao trato da administração pública. A finalidade da lei foi a de impor regras de planejamento e controle das contas públicas, com rigorosas penalidades para os administradores que infringissem as normas estabelecidas. A estrutura da lei é composta pela obrigatoriedade do planejamento e execução dos recursos, pelas restrições com itens orçamentários, como gastos com folha de pagamento, aquisição de dívidas e determinadas operações financeiras.

A *Folha de São Paulo* se posicionou amplamente favorável à aprovação da lei e se posicionou diante das polêmicas de sua aplicação, sempre a favor do rigor fiscal, porque tinha opinião acumulada, inclusive em outros assuntos, que os problemas nacionais estão vinculados à má administração pública e um Estado oneroso e ineficiente. A cobrança da aplicação da LRF também se deve à postura de cobrança da probidade administrativa e a competência dos administradores.

No editorial “Não à anistia”, de 09/11/2000, a *Folha* explora o argumento da incapacidade dos administradores municipais em gerir adequadamente os recursos públicos:

“O Congresso Nacional prestará um desserviço ao país se ceder às pressões de prefeitos para que se adie a entrada em vigor das punições previstas na Lei de Crimes Fiscais. Em vigência desde 20 de outubro, trata-se da legislação complementar à Lei de Responsabilidade Fiscal, que define os delitos e prevê as sanções a respeito da matéria.

Segundo a Confederação Nacional dos Municípios, milhares de prefeitos em fim de mandato correm o risco de serem presos se a lei for mantida em vigência. Um dos problemas é que terão de deixar ‘restos a pagar’ sem os devidos recursos em caixa para seus sucessores, ato vedado pela lei e punido com reclusão que pode variar de um a quatro anos.(...)

A Lei de Responsabilidade Fiscal é importante instrumento para alterar velhos hábitos administrativos brasileiros incompatíveis com a boa e proba gestão da coisa pública. Por isso, seria um golpe desmoralizante se, menos de um ano depois de sua promulgação e quando a legislação está prestes a surtir seus primeiros efeitos, os parlamentares adiassem a aplicação de suas penas correlatas.” (Não à Anistia – 09/11/2000)

A opinião do jornal paulista no editorial explora um argumento frequentemente utilizado por grupos de economistas denominados monetaristas (entre eles, o então ministro da Fazenda Pedro Malan), que os problemas financeiros do país são mais de ordem de gerenciamento e melhor aplicação dos recursos do que sua escassez. O Brasil pode melhorar a qualidade de seus gastos se os governos forem sérios, competentes e comprometidos com a austeridade pública.

Contudo, há contradições nos argumentos apresentados pela *Folha*. No editorial “Irresponsabilidades”, de 27/03/2001, o jornal não consegue definir posição clara quando o governo cortou recursos da Justiça, para cumprir a LRF:

“Numa disputa qualquer, é freqüente verificar que nenhum dos lados têm razão. Mais raros são os casos em que ambas partes estão certas. Por paradoxal que pareça, é o que se dá no embate entre Executivo e Judiciário em torno do corte de R\$ 78 milhões que o governo pretende impor aos tribunais.

O Planalto argumenta que está dando cumprimento às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De fato, está. Ocorre que a LRF não existe no vácuo, mas sim num sistema jurídico complexo com leis de diferentes hierarquias. Nesse contexto, é temerário afirmar, de modo unívoco que se cumpre a lei.(...)

(...). A LRF é sem sombra de dúvida uma lei útil e necessária, devendo ser preservada no essencial. Tem, é claro, problemas, os quais não se justificam que o diploma se torne letra morta.(...)

A LRF representou um importante passo para o país. É preciso, isso sim, identificar e corrigir os problemas mais sérios da lei, como, aliás, já admite o próprio ministro da Justiça, José Gregori, para que o Brasil possa sepultar de vez a era das administrações irresponsáveis.” (Irresponsabilidades – 27/03/2001)

Por considerar corretas as reivindicações de ampliação de recursos para a Justiça, o jornal paulista invoca as deficiências práticas da aplicação da lei. Diferente quando se trata de questionar a validação da lei para situações também distintas em administrações públicas.

A posição do jornal, neste caso, segue uma lógica política, uma interpretação conjuntural e parcial a favor do sistema judiciário. O critério para a opinião do jornal está longe de parecer uma análise puramente técnica dos fatos, desprovida de posição ideológica, como a *Folha* deixa entender na produção da maioria de seus editoriais.

A firme posição da *Folha* em defesa da LRF não garante, contudo, que em situações específicas não tenha critérios políticos para se posicionar contra as medidas da lei. Mesmo que haja plena concordância com suas normas.

As análises dos editoriais sobre os assuntos econômicos mais relevantes, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, são considerados por este estudo, como amplamente favoráveis e em defesa das políticas do governo Fernando Henrique Cardoso.

3.2.3 Os Editoriais e a Ideologia

Os editoriais da *Folha* e do *Globo* que tratam do campo ideológico foram escritos diante da necessidade de se posicionarem em determinados momentos históricos, como a vitória de Fernando Henrique Cardoso; as medidas de privatizações e abertura do mercado interno, como sinais de incorporação do país à globalização; nas críticas ao neoliberalismo, principalmente quando das crises econômicas e os ataques especulativos do sistema financeiro; a onda socialista nas urnas européias e os encontros entre líderes ligados à terceira via.

A posição dos jornais foram, na maioria das vezes, próximas, em poucas ocasiões diferentes, e, em alguns casos, contraditórias com opiniões anteriores. Essas aproximações,

distâncias e mudanças dos jornais fazem parte de um período conturbado do desenvolvimento do campo das idéias.

Os assuntos destacados estão envolvidos em três grandes temas: a crise dos paradigmas ideológicos; o neoliberalismo e à opção da terceira via. Em muitas ocasiões as idéias neoliberais foram assimiladas no contexto da globalização. A terceira via foi assunto tratado com reservas e pouco destaque em ambos os jornais.

É importante considerar que a ideologia também esteve presente nos assuntos políticos e econômicos. Os editoriais que refletiram as opiniões diretas das questões ideológicas é que foram destacados para esta parte do texto.

Neste conjunto de questões é possível identificar, através dos editoriais *da Folha de São Paulo* e do *O Globo* que os jornais foram amplamente favoráveis na prática das propostas defendidas, à ideologia de mercado e à sua forma atual, o neoliberalismo, mesmo diante das críticas dos excessos do sistema. A *Folha* passou a substituir a palavra neoliberalismo por ultraliberalismo, a partir de 1998, e marcar posição mais crítica às decisões e opiniões ligadas a essa corrente.

Fim dos modelos tradicionais para entender e explicar a sociedade

Os anos 1990 foram marcados por uma incessante procura por novas idéias ou reinterpretações do pensamento moderno que fossem capazes de explicar as mudanças sociais e econômicas do mundo. O efeito do globalismo, as novas tecnologias, as mudanças do mundo do trabalho, o fim das redes de proteções sociais, as rupturas do regime socialista do Leste europeu, são alguns fenômenos sociais que estavam em transformação.

Ganharam expressão, os pensamentos que negavam as explicações clássicas do liberalismo e do socialismo. O decreto do fim da polaridade ideológica e a ascensão dos EUA como única potência econômica e militar do mundo criou discussões no meio acadêmico e intelectual. Como se construiria um mundo unipolar? Quais suas

conseqüências? A sociedade de livre mercado seria a única alternativa para o desenvolvimento humano?

Os debates sobre o fim dos paradigmas ideológicos também alcançaram os jornais, principalmente como espaços de síntese das disputas de idéias entre os variados e ecléticos pensamentos.

A posição de *O Globo* sobre as novas etapas do pensamento e do desenvolvimento da sociedade, a partir do editorial “Visões do futuro”, de 01/05/1995, leva em consideração as transformações do mundo do trabalho e sua reorganização enquanto contrato social. A preocupação de entender a sociedade está casada com a situação conjuntural do aumento do desemprego e o agravamento da crise social:

“Para alguns teóricos, o século XX acabou: foi incapaz de sobreviver às lutas ideológicas que o caracterizaram. Confirmando essa tese, aparecem agora problemas que já apontam para o novo século. Um deles é o desemprego estrutural.

Não é novidade dizer que a revolução tecnológica só encontra paralelo na revolução industrial. Como naquela época, altera-se profundamente a natureza do mercado de trabalho. Certas profissões definham ou desaparecem, outras tomam impulso e surgem do nada.

Segundo a sabedoria convencional, o efeito seria mais ou menos o mesmo verificado no século XVIII e começo do século XIX: de início, um movimento de eliminação de postos de trabalho, adiante compensado pelas oportunidades resultantes do desenvolvimento econômico.(...)

A esperança tradicional era de que a área de serviços pouco a pouco absorveria os operários desempregados. Mas agora, a revolução tecnológica invadiu também a área de serviços.(...)

Sugestões começam a ser alinhavadas. Sempre haverá espaço, por exemplo, para serviços sociais – coisas que o computador não pode fazer; e, nesse caso, o Governo pode ter um papel importante.

Um caminho óbvio – na verdade obrigatório – é eliminar, tanto quanto possível, a pesada carga dos chamados ‘encargos sociais’. Em nenhum lugar como o Brasil sai tão caro para o empregador. Persistindo esse quadro, ninguém vai pensar em criar empregos, mas sim extingui-los.

É uma das heranças da Constituição de 1988; e um certo advogado populista enche a boca para dizer que isso são conquistas. Se o quadro não mudar, o trabalhador ficará com essa suposta conquista no papel – e, no próprio bolso, uma carteira assinada que ninguém vai querer assinar” (Visões do futuro – O Globo – 01/05/1995)

Há, no *O Globo*, duas grandes interpretações conexas. A primeira é o “namoro” do jornal com as idéias pós-modernas que começavam a ganhar espaço neste período. A explicação das novas relações sociais baseadas no desenvolvimento de novas tecnologias, o advento do mundo virtual e a sociedade da informação, são elementos iniciais considerados neste editorial.

A segunda interpretação está ligada aos anseios de momento, dentre eles a agenda de reformas do novo governo brasileiro. Para o jornal carioca, enfrentar o problema do desemprego estava ligado diretamente às mudanças da lei trabalhista para se adaptar às novas condições mundiais de competitividade. Para *O Globo*, o Estado protetor havia se esgotado, o modelo getulista da rede de garantias sociais não cabia mais naquela sociedade dinâmica e competitiva.

Essa idéia é muito próxima da opinião da *Folha* emitida no editorial “O mercado de bem estar”, de 08/06/1997, em que decreta o fim do Estado de Bem Estar:

“Tornar compatíveis a economia de mercado e a redução das desigualdades sociais continua sendo o desafio político mais importante deste final de século. A grande mudança dos últimos dez anos, entretanto, foi a nova percepção ideológica, lado a lado, com a constatação prática, de que o Estado não tem condições de responder à nova conformação da crise social, pelo menos segundo receita que começou a ser pensada e adotada nas economias industriais a partir da década de 30, implementada com mais intensidade no pós guerra – o ‘Welfare State’, ou o Estado de Bem Estar Social.

Aliás, a crise do financiamento desse sistema tornou-se ainda mais vigoroso precisamente por países europeus que adotaram esse modelo de proteção social, fruto tanto do esgotamento de um modelo de capitalismo como da pressão dos movimentos de trabalhadores.

O Brasil, como outras sociedade ditas em desenvolvimento, nunca chegou a experimentar um ‘Welfare State’ e, na prática, o desenvolvimento econômico fez-se acompanhar de desigualdades sociais, setoriais e regionais crescentes, embora impulsiona por um Estado que, além de investir na estruturação da economia, implementou a primeira legislação ampla do país.

Mas a própria intervenção estatal concorreu para a manutenção da desigualdades, desta vez numa economia que estava se modernizando. (...)

Mas, diante da crise de um sistema do qual o país nem ao menos chegou a se beneficiar, o do ‘Welfare State’ e, mais especificamente, da própria e prolongada crise fiscal do Estado brasileiro, o desafio tornou-se ainda muito maior.

Além de a dívida social ter aumentado, sem que o Estado tenha as condições de resgatá-la, o próprio crescimento econômico, uma das condições necessárias para tentar reduzi-la, é agora baixo demais.

Não há mais Estado forte nem ‘milagre’ no crescimento. E as condições de vida da maioria dos brasileiros vão-se agravando.

Entretanto, há soluções possíveis que aos poucos vêm à luz. A mais fundamental talvez seja a privatização do sistema de ‘welfare’ (sobretudo a previdência social).(...)

O bem-estar social é um desafio que não pode ser varrido para debaixo do tapete, como se fez ao longo da história brasileira, Se já não é possível contar com o paternalismo estatal para gerar um ‘Welfare State’, é urgente criar meios para que no próprio mercado haja mais espaço para a expansão dos fundos sociais.

O ‘welfare market’ ou ‘mercado do bem-estar’, é viável e ajudaria a resolver, ao mesmo tempo, o problema social e o financiamento do investimento, ou seja, da ampliação da produção e do emprego” (O mercado do bem estar – Folha de São Paulo – 08/06/97)

De forma mais ampla, a *Folha* dá mostras de adesão ao novo modelo econômico que estava sendo implantado no Brasil e no mundo. A manutenção da rede de proteções sociais se tornara cara e insustentável, as concessões do capitalismo haviam se esgotado. Mesmo porque, a polaridade com o socialismo e as disputas com as categorias mais organizadas de trabalhadores estavam em outro patamar, com a ofensiva do poder do capital.

A proposta da Folha é simplesmente substituir a rede de proteção social do Estado pela “eficiente” administração de direitos sociais do mercado. Em outras palavras, o jornal paulista propôs privatizar os direitos sociais como a previdência e mudar a legislação cortando direitos fundamentais da sociedade.

No Brasil, as mudanças da legislação trabalhista é o que mais incomodavam os setores empresariais, porque não se justificavam, segundo os empresários, as cargas tributárias e os direitos trabalhistas, tornando onerosa a mão de obra brasileira.

Os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* expressam suas opiniões nos editoriais tendencialmente como classe empresarial. Neste caso, há mostras que a opinião jornalística está direcionada pela concepção ideológica dos seus proprietários.

Liberalismo, neoliberalismo e ultraliberalismo

As idéias liberais tornaram-se as grandes vitoriosas depois do fim da experiência socialista no Leste europeu, segundo os jornais, que escreveram editoriais triunfalistas para as idéias de mercado. Ocorre que as contradições dentro do capitalismo são capazes de gerar crises profundas em que os países menos estruturados e mais frágeis na cadeia de relações comerciais, produtivas e financeiras, correm maiores riscos e perdas.

As contradições do capitalismo também são encontradas nos editoriais. Em determinado momento da conjuntura econômica e política, os jornais são entusiastas das medidas liberais, como as privatizações, a diminuição dos encargos sociais (leia-se diminuição dos direitos sociais), a desobstrução do Estado interventor e a abertura do mercado interno. Em outras circunstâncias, os jornais são críticos da agressividade dos mercados, que causam desequilíbrios sociais, desorganizam o sistema produtivo e colocam o país à bancarrota.

Em nenhum momento a *Folha* e o *O Globo* se denominam como liberais confessos, embora façam a defesa incondicional do sistema de livre mercado. Não concordam que o

governo Fernando Henrique Cardoso se orientava pelo neoliberalismo, por sinal, questionavam a veracidade da aplicação do modelo. Em contrapartida, a crítica para marcar posição era dirigida ao ultraliberalismo, sistema que valorizava o capital financeiro, sobretudo o especulativo de curto prazo, em detrimento do capital produtivo, construtor da riqueza da sociedade.

No editorial “O bicho-papão”, de 20/01/1997, *O Globo* explicita sua posição sobre a necessidade do governo tomar as medidas que favorecem a entrada do país no mundo globalizado:

“O livre comércio já era apontado pelos economistas clássicos dos séculos XVIII e XIX como instrumento mais eficaz de promoção do desenvolvimento. Em sua obra célebre, ‘A Riqueza das Nações’, Adam Smith faz uma vigorosa defesa do conceito de mercado. Infelizmente, por muito tempo os economistas clássicos não foram ouvidos e o mundo andou na contramão do livre comércio, em grande parte dos séculos XIX e XX.(...)”

Ignorar a globalização e adotar posições inconciliáveis seria para um país como o nosso o mesmo que cometer suicídio político. Hoje, economistas dentro e fora do governo, assim como a maioria dos agentes econômicos, reconhecem que não existe lá fora um bicho-papão com más intenções em relação ao Brasil.: apenas outras nações, que naturalmente defendem seus próprios interesses, mas com os quais é proveitoso conversar e negociar. Quem sustentar o contrário tem medo da própria sombra – e pouca confiança no país.” (O bicho-papão – O Globo – 20/01/1997)

A reivindicação para que o Brasil se adaptasse às novas relações globais era posição fundamental para o seu desenvolvimento. A nova etapa de construção das sociedades estava ligada ao fim das fronteiras entre os países. O significado da globalização estava diretamente ligada a abertura comercial, livre dos entraves burocráticos e protecionistas das gerações anteriores.

Esta posição é reforçada pelo editorial “No lugar certo”, de 22/09/1007, em que *O Globo* transparece seu caráter ideológico. Na opinião do jornal carioca também se encontra as preocupações dos efeitos do livre mercado:

“Não é demais repetir que a Humanidade ainda não encontrou sistema econômico melhor do que aquele ditado pelas leis de mercado. No entanto, como os economistas neoclássicos constataram, o mercado muitas vezes não consegue funcionar como deveria, devido às situações de concorrência imperfeita, entre as quais as criadas pelos antigos monopólios naturais e pela ação de cartéis e oligopólios.” (No lugar certo – O Globo – 22/09/1997)

A preocupação do editorial está ligada aos efeitos nocivos da crise financeira mundial. A reafirmação da adesão à ideologia liberal não significa a aceitação incondicional ao sistema nesse estágio de desenvolvimento.

A *Folha* tem uma posição mais crítica e direta sobre as contradições da construção do neoliberalismo no Brasil. A postura do jornal paulista chega a ser contraditória com o que afirmara em momentos anteriores, talvez acometidas pela euforia de momento. No editorial “Mal estar no liberalismo”, de 26/09/1997, a crise financeira que o país passa dá mostras de preocupação com os rumos do sistema:

“Este ano vem sendo marcado em vários e importantes partes do mundo por sinais de frustração social, indícios de desconforto com o resultado das políticas predominantes de ampla liberalização econômica.

Tais políticas vigoram quase globalmente, com mais ou menos força. E são também globais, com mais ou menos intensidade, problemas como corrupção, a crise da educação, a degradação das condições de trabalho, a difusão desigual das tecnologias e a deterioração ambiental. Aumenta a desigualdade entre países ricos e pobres e, cada país, entre seus cidadãos.

Não é, pois, surpreendente a dimensão mundializada do mal-estar no liberalismo. E essa inquietação acaba impondo às próprias elites políticas a necessidade de mudança de agenda. Em questão, a legitimidade de governos em sociedades expostas aos ajustes ditados pelo mercado.(...)

Se o ano de 1997 evidentemente ainda não configura uma tendência ‘pós liberal’, diante do protesto social ocorrem no mínimo recuos pragmáticos nas receitas econômicas de ajuste. Vive-se uma busca tateante e nervosa de modelos que ainda estão por ser negociados.

Desta vez, sem utopias, espera-se.” (Mal estar no liberalismo – Folha de São Paulo – 26/09/97)

A *Folha* demonstra preocupação com a evolução do quadro político internacional. As alternativas apresentadas pelos países desenvolvidos e as crises financeiras que impactaram o mundo, em especial os países em desenvolvimento, como o Brasil, se verificaram insuficientes para conquistar a estabilidade prometida pela globalização.

O jornal paulista evoca os problemas sociais como os mais difíceis de se contornarem. Existe uma preocupação discursiva sobre as desigualdades sociais. A saída defendida pela *Folha* é o aprofundamento das idéias liberais, mas tentando diferenciar-se do neoliberalismo quanto a necessidade de uma maior distribuição de renda.

A contradição dos argumentos apresentados se encontra em como fazer essa distinção de defesa do Estado mínimo com equilíbrio social. A defesa do mercado como instrumento de regulação social defendida pelo jornal paulista não corresponde com a alternativa de melhor distribuição de renda. Para a *Folha*, a falha está no aperfeiçoamento do capitalismo e não em novos sistemas considerados utópicos e derrotados.

Nesta luta em encontrar alternativas para a crise financeira e a substituição do modelo econômico, a *Folha* se localiza entre os que decretam o fim do Consenso de Washington, como disseram os próprios economistas que sustentaram essa idéia.

No editorial “O fim do consenso global”, de 05/10/1999, comenta a entrevista dada por John Williamson, autor da expressão, onde afirma que houve uma distorção da idéia originária de oferta de recursos globais para os países em desenvolvimento, capazes de alavancar um crescimento mais equilibrado, por ações de maior rentabilidade e de rápido giro, causando crises estruturais em todo mundo.

Diante do eminente fracasso das receitas neoliberais, a *Folha* se distinguiu das medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, antes considerado pelo jornal

paulista como “inevitáveis”. A contradição entre os argumentos no início do governo e depois de oito anos, fazem parte das disputas e incertezas que o período proporcionou.

No editorial “O fracasso do consenso”, de 28/08/2001, a Folha marca diferença sobre os caminhos da economia global:

“O Consenso de Washington morreu, viva o Dissenso de Washington. Esse parece ser o melhor modo de resumir a proposta para a América Latina lançada por duas importantes instituições de pesquisa norte-americanas, conforme mostrou reportagem desta Folha publicada no domingo passado.

A partir do início dos anos 90, toda a região viu-se dominada pelas regras do Consenso: privatizações em grande escala, liberalização comercial, desregulamentação e enxugamento do Estado.

O Fundo Carnegie para a Paz Internacional e o Diálogo Interamericano, os proponentes do Dissenso, fazem um balanço bastante negativo dessa experiência: ‘Os resultados foram desalentadores em termos de crescimento econômico, redução da pobreza, redistribuição de renda e condições sociais’. (...)

A reconstrução da esperança, ao menos para autores do estudo, passa por colocar no centro do programa a diminuição da pobreza e da desigualdade, mas ‘sem sacrificar o crescimento’.

Fácil de falar, difícil de fazer. Tanto que os proponentes adotaram o nome Dissenso de Washington porque reconhecem que as ferramentas sugeridas não são consensuais. Mas são certamente dignas de avaliação. Ainda mais no Brasil, país em que os candidatos no pleito de 2002 têm como desafio central justamente a redução da pobreza e da desigualdade e a retomada do crescimento.” (O fracasso do consenso – Folha de São Paulo – 28/08/2001)

A *Folha* faz um movimento de se desvincular das receitas neoliberais que defendeu desde o início do governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo o jornal paulista, as privatizações foram necessárias para modernizar o país, a forma precipitada em sem planejamento, pressionados pela crise cambial e a necessidade de ampliar o caixa com dólares é que prejudicou o projeto. A abertura do mercado para o capital estrangeiro também dinamizou nossa economia, a diferença foi a lógica internacional de grandes lucros em pouco tempo. O Brasil errou ao privilegiar o capital financeiro com altas taxas de juros

e pouco crédito, em prejuízo ao capital produtivo. Enfim, há muitas críticas do jornal paulista aos caminhos trilhados pelo governo, contudo, não houve outra alternativa, segundo seus editoriais, a não ser construir nosso crescimento com essas vicissitudes.

Em comparação com *O Globo*, as críticas sobre a globalização e o fracasso do modelo econômico trilhado pelo Brasil foram menos explorados pelo jornal carioca. As alternativas não existiam e a conduta do jornal foi mais reservada, como é seu estilo editorial. Diferente da *Folha*, que todos os dias travava pelo menos um debate nacional sobre os rumos da política, da economia ou das ideologias.

Qual a alternativa possível para fugir das armadilhas da globalização? Uma das novidades desse período foi a chamada terceira via, que será alvo de análise no próximo item.

A Terceira Via

A *Folha de São Paulo* e *O Globo* não deram muita atenção para o movimento da terceira via, somente em poucos momentos, como os encontros promovidos pela governança progressista, em que Fernando Henrique Cardoso foi incorporado com outros chefes de Estado. O fato é que se buscavam alternativas para equilibrar as medidas neoliberais e seus desequilíbrios econômicos e sociais.

O Globo foi mais contundente com relação aos movimentos da social-democracia européia. No editorial “Nem novo, nem rígido”, de 11/06/1997, o jornal carioca analisa os espaços que a centro-esquerda passava a ocupar, muito em função das insatisfações locais e das crises globais.

“A variedade de socialismo que passou a dominar quase que completamente o cenário político europeu não é resultado de mutação, nem tem perfil nítido. Acompanha com alguns anos de atraso, o rumo do socialismo escandinavo. E todo esforço para definir a nova espécie só tem dado numa definição pelo contrário: é uma proposta que diz não ao

neoliberalismo. Essa é a mais pobre das definições: diz o que uma coisa não é, sem dizer que ela é.

Alguns anos atrás, as esquerdas brasileiras torceriam o nariz a essa avalanche socialista, chamando-a de reformista, destituída de fibra revolucionária características dos socialistas de boa cepa. Hoje, ela à saúdam entusiastas, sem desconfiar que esse socialismo europeu chegou onde chegou por ter revelado uma virtude por aqui pouco conhecida: a capacidade de se recompor.” (Nem novo, nem rígido – O Globo – 11/06/1997)

A resposta sinaliza para uma desconstrução da vitória da esquerda, contextualizando com as mudanças sofridas por essa corrente na Europa. Ao mesmo tempo, marca posição com a esquerda brasileira, uma vez que admite que os resultados das urnas poderiam contaminar o cenário político brasileiro. O jornal carioca trata de separar a natureza dos movimentos na Europa e na América Latina, em especial no Brasil.

A crítica à social-democracia refere-se ao que o jornal denomina como argumentos infundados. Porém, admite que as mudanças da esquerda europeia ajudaram a obter as vitórias nas urnas. Para *O Globo*, o neoliberalismo é teoria que não se aplica na sociedade, apenas consideram suas críticas e fundamentos para se construir alternativas de desenvolvimento econômico. A palavra neoliberal é adjetivada pelos adversários do livre mercado. Mais uma posição política que uma linha ideológica.

A *Folha de São Paulo* tem uma opinião próxima do jornal carioca, quanto ao entendimento do termo neoliberalismo. Contudo, há uma distinção quanto a crítica dos modelos. O jornal paulista parece mais incisivo em apontar as dificuldades da construção do modelo econômico de livre mercado e suas contradições.

A *Folha* apoia a economia de mercado, tanto quanto *O Globo* e a maioria dos grandes veículos de comunicação brasileiros. Mas busca diferenciar-se na crítica, mesmo que, por vezes, caia em contradição.

Na dúvida de quais caminhos podem ser trilhados para buscar um sistema mais equilibrado, o jornal paulista não descarta a possibilidade de a terceira via se viabilizar

como alternativa ideológica. Nos editoriais “A via que falta”, de 11/10/1999 e “Farrapos do consenso”, de 21/06/2000, o jornal oferece simpatia a este pensamento. No primeiro editorial, a análise do encontro dos chefes de Estado:

“Às vésperas do aniversário de dez anos da queda do Muro de Berlim. Sob cujos escombros ficou simbolicamente soterrada boa parte da esquerda mundial, grupos de esquerda e centro-esquerda não conseguiram ainda reencontrar se caminho. O que houve, de lá pra cá, foi o lançamento da chamada Terceira Via, criação do primeiro-ministro britânico Tony Blair para designar uma alternativa entre o liberalismo puro e as antigas tendências estatizantes da social-democracia. Por esse trilho enveredou também o chanceler alemão Gerhard Schroeder, com o seu Novo Centro. Os dois ensaiam até a realização de uma cúpula da Terceira Via, para a qual seriam chamados também o italiano Massimo D’Alema – um comunista reciclado -, o francês Lionel Jospin, o norte-americano Bill Clinton e o presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas, ao demonstrar que o caminho alternativo não foi ainda assimilado, o socialismo francês acaba de lançar o seu próprio manifesto, em que a rendição ao mercado, característica das propostas de Blair e Schroeder, é bem menos nítida. O que torna a busca de uma nova via mais premente é o reconhecimento, hoje virtualmente consensual, de que a ‘primeira via’ (o liberalismo puro) tem carências sérias, admitidas agora até por organismos internacionais insuspeitos de simpatias de esquerda, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. É evidente que não se trata de tarefa trivial elaborar um conjunto de idéias que faça sentido e tenha viabilidade no mundo moderno, no qual do Estado nacional e seu poder de intervenção se debilitaram de forma bastante nítida. Mas as dificuldades deveriam servir de inspiração, e não de fonte de desânimo, para essa busca, até porque a globalização pressupõe que dificilmente as respostas para as angústias do mundo moderno poderão ser encontradas e aplicadas por apenas um país isoladamente. (A via que falta – Folha de São Paulo – 11/10/1999)

O editorial demarca posição contra a concepção de esquerda considerada ultrapassada pelo jornal paulista. O símbolo da queda do muro de Berlim é freqüentemente utilizado para mostrar a derrota do comunismo. Não há saída senão a liberdade dos mercados, o capitalismo é um sistema desigual, mas eficiente para a *Folha*.

As preocupações sociais apontadas pelo editorial fazem parte de um argumento constante, na tentativa de demonstrar preocupação com a melhor distribuição de renda da sociedade, sobretudo as menos desenvolvidas como o Brasil.

O editorial também não deixa de enaltecer a participação do presidente Fernando Henrique Cardoso, em meio aos principais chefes de Estado do mundo industrializado, e com pautas de preocupações de como deixar o mundo mais equilibrado e justo. A *Folha* compartilhou dos esforços de Cardoso em buscar uma imagem mais próxima das demandas sociais.

O segundo editorial sugere um desconforto do jornal paulista ao reconhecer a situação de desagregação social, a fragilidade do projeto nacional, da ausência de uma ideologia capaz de justificar a complexa situação político e econômica e apontar alternativas para o mundo:

“A globalização vive fase de impasse e o consenso de Washington não é mais tão consensual. Mas isso não significa que, no campo das idéias, não se continue a busca por alternativas de política econômica. Atores e lideranças procuram fórmulas, como a da chamada ‘terceira via’. Há também os que tentam remendar o velho consenso.

Em alguns organismos multilaterais, como na ONU, há um visível esforço para construir um corpo alternativo de princípios e recomendações. Em outros, como o Banco Mundial (Bird), novos documentos defendem os velhos modelos. (...)

Trata-se de algum avanço: já não se ignoram os problemas sociais; fala-se na necessidade de manter o gasto público nessa área, especialmente em períodos de crise. Mas, ao mesmo tempo, reafirmam-se as políticas ultraliberais como forma de redução da desigualdade social.

Trata-se de um paradoxo, pois foi justamente a adesão irrefletida ao ultraliberalismo por países mais pobres, em especial a América Latina, que resultou em uma piora na distribuição de renda e em novos e terríveis constrangimentos financeiros e tecnológicos ao desenvolvimento sustentável.

Ainda é bastante cedo para dizer se a nova ofensiva ultraliberal terá sucesso. Por enquanto, especialmente na América Latina, predominam o recuo estratégico, as políticas

defensivas e alguma retomada da regulação estatal das economias.” (Farrapos do consenso – Folha de São Paulo – 21/06/2000)

O editorial demonstra que caíram os paradigmas de desenvolvimento defendidos pela *Folha* no início do governo Fernando Henrique Cardoso. Não é exagero considerar que o jornal paulista perdeu suas alternativas quando apostou na globalização, como fenômeno capaz de integrar as economias desenvolvidas com as economias em desenvolvimento. A possibilidade de unidade para superar o abismo de crescimento econômico e social no mundo verificou-se falsa.

As crises financeiras que assolaram o mundo, em especial nos oito anos em que Fernando Henrique Cardoso dirigiu o Brasil, foram suficientes para colocar abaixo a tese de liberdade de fronteiras. E a opinião da *Folha de São Paulo*, assim como da maioria dos grandes jornais perdeu o rumo. Não há corrente ideológica capaz de sustentar igualdade e regulação social através do livre mercado. Pode-se arriscar que caiu o “muro de Berlim” dos que acreditavam no capitalismo humano.

Diferente dos argumentos oferecidos pela *Folha de São Paulo* e *O Globo* em seus manuais de redação e orientações editoriais, é possível afirmar que os jornais tem posição ideológica liberal, considerando o mercado como o melhor instrumento para regular as contradições da sociedade e defensores das medidas globalizadoras que o governo Fernando Henrique Cardoso tomou ao longo de seus dois mandatos.

3.2.4 Os jornais foram isentos sobre o governo Fernando Henrique Cardoso?

A partir dos editoriais analisados nos oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso é possível afirmar que os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* foram tendencialmente favoráveis as principais medidas e projetos do governo. A opinião dos jornais demonstrou apoio e estiveram do lado do presidente Cardoso nos principais embates políticos e cobraram a aplicação do programa com que foi eleito na sua íntegra.

As críticas oferecidas tiveram o sentido de marcar posição contra as flexões do governo e os atrasos na implementação da agenda “modernizadora”, assim chamada pelos jornais.

Os jornais se posicionaram contra as idéias e ações da oposição, dos partidos e movimentos. Em muitos editoriais prevaleceu a desqualificação dos argumentos alternativos ao modelo político e econômico. A posição diante das entidades dos movimentos populares foi de tentar demonstrar a ilegalidade e subversão dos atos de contestação ao governo. Entre as principais marcas de distinção com a oposição foi a firme postura de condenação das manifestações que confrontavam com a propriedade privada.

A posição de defesa da alteração das regras eleitorais permitindo a reeleição para cargos majoritários, de forma incisiva (no caso da *Folha*) ou discreta (no caso de *O Globo*), foi uma das principais demonstrações de parcialidade dos jornais.

O programa econômico foi o principal ponto de defesa e cobrança do governo nos editoriais. Em todas as posições dos jornais houve a defesa das privatizações, mesmo com as críticas da forma como foram feitas. A idéia de eficiência privada foi o principal argumento para a venda das estatais, consideradas incapazes e ultrapassadas diante da nova realidade dos mercados no mundo.

As diferenças entre os jornais quanto ao socorro aos bancos, não retirou o apoio dos editoriais às medidas de salvaguardar o sistema financeiro e o plano Real. Mesmo com as críticas oferecidas pela *Folha*, em última análise, é possível identificar uma flexibilização da posição do jornal para garantir o apoio às medidas impopulares do governo.

Os empréstimos contraídos pelo país com os organismos econômicos internacionais foram considerados necessários. A crítica oferecida pelos jornais estava ligada aos juros elevados que favoreciam a “ciranda financeira” da especulação dos capitais de curto prazo. Pode-se afirmar, através da análise dos editoriais sobre o assunto, que houve apoio crítico às decisões do governo para enfrentar as crises financeiras.

A globalização, embora seja criticada pelos jornais, foi considerada como inevitável, restando para o governo adequar o país para as novas relações com o mundo, buscando diminuir os impactos das perdas, principalmente pela precariedade de nossa capacidade de concorrência e atraso técnico-científico. O balanço do desempenho do governo nesta questão foi considerado satisfatório pelos editoriais, principalmente pelas iniciativas de reformas do Estado.

3.2.5 Os jornais ofereceram opiniões de caráter político e ideológico à sociedade?

A análise dos editoriais confirmou a hipótese da posição política e ideológica dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Embora os jornais afirmem que não se posicionam do ponto de vista político e ideológico, pois o compromisso é uma análise crítica e fundamentada na verdade dos fatos, suas opiniões são baseadas nos princípios liberais. Essa influência ideológica demarca campo com qualquer outro projeto que não seja a defesa da livre iniciativa e a regulação da sociedade baseada na economia de mercado.

Os jornais tiveram a postura de defesa e se incorporam ao neoliberalismo?

É possível considerar que sim, a *Folha de São Paulo* e *O Globo* aderiram aos preceitos neoliberais porque defendem o sistema capitalista atual. A reivindicação por um modelo menos desigual e mais equilibrado na distribuição da renda e da riqueza entre e nos países não supera o apoio oferecido pelos jornais pela implementação de um Estado enxuto, limitado ao gerenciamento dos conflitos de mercado e a regulação do seu funcionamento.

A posição dos jornais é clara, por princípio, na defesa da agenda aplicada pelo governo Fernando Henrique Cardoso que tem por base a disciplina fiscal visando eliminar o déficit público, tendo a partir do segundo mandato, a aplicação dos superávits primários; as mudanças das prioridades em relação às despesas públicas; o cumprimento de todos os contratos da dívida pública; taxas de juros compatíveis com o mercado; taxa de câmbio determinadas pelo mercado; comércio liberalizado e orientado para o exterior, com a

diminuição do protecionismo e o incentivo à concorrência; empresas públicas privatizadas; e o inalienável direito à propriedade privada.

A palavra neoliberal é rechaçada pelos principais intelectuais liberais e pelas correntes de direita ou de centro direita porque ficou desgastada diante de tamanho desajuste provocado pelas imposições desta política econômica, assim como o Consenso de Washington, tese que articula a receita da atual fase do capitalismo.

Os jornais certamente não se assumem como neoliberais, nem o presidente Fernando Henrique Cardoso, que considera seu governo como social liberal ou de centro esquerda. Contudo, as medidas tomadas pelo governo e o apoio dos jornais às medidas fundamentais que deram a marca e a sustentação do governo são as demonstrações objetivas da aplicação do projeto de Estado mínimo, considerado em outras palavras, como projeto modernizador de Estado e de administração pública.

As conseqüências do neoliberalismo em todo mundo e, em particular no Brasil, geraram grandes estragos na economia e na política. A tese de um Estado mínimo, com a intervenção apenas em áreas básicas da sociedade, como segurança pública, foi amplamente difundida no início dos anos 1980 e aplicado no país nos anos 1990.

3.2.6 As empresas jornalísticas influenciam as opiniões dos jornais?

A influência das empresas jornalísticas sobre a opinião dos jornais, segundo os editoriais analisados, se dá pela concepção política e ideológica da eficiência da iniciativa privada perante as dificuldades da prestação de serviços públicos.

Há indícios de opiniões ligadas aos interesses privados dos jornais em determinados assuntos de governo e de Estado. Contudo, não é possível afirmar categoricamente que os editoriais serviram para proveito eminentemente próprios das empresas jornalísticas ou dos grupos econômicos a elas associados.

De forma geral, as opiniões dos jornais estão ligados a forma como são encarados os vários assuntos destacados neste estudo. A única posição contrária à privatização verificada em *O Globo* está ligado à venda do Metrô do Rio de Janeiro que o jornal considera economicamente inviável pelos altos custos e pouco retorno para a iniciativa privada. Portanto, cai por terra, o argumento empresarial que conduz a análise das privatizações e a eficiência da gestão privada como oportuna para os interesses públicos. O empreendedorismo privado é melhor para a sociedade, menos para os setores da economia que não oferecem lucros garantidos, devendo este ficar sob responsabilidade do Estado. A *Folha de São Paulo* manifestou por diversas ocasiões contrariedade às formas de privatizações, principalmente aos vultosos financiamentos do BNDES, mas não contrariou a necessidade de repassar para a iniciativa privada os patrimônios públicos, substituindo o Estado empreendedor pelo gestor.

Outro argumento presente nos editoriais foram as veementes condenações contra o aviltamento da propriedade privada, promovidos pelos movimentos oposicionistas. Esse questionamento é encontrado no combate às idéias e programas dos partidos e candidatos oposicionistas de esquerda e aos movimentos populares, em particular os sem terras, que promoveram atividades específicas de ocupações de propriedades privadas. A análise dos editoriais demonstra uma visão de classe detentora de capital, secundarizando outros elementos públicos importantes, como a situação de desigualdades sociais existentes no país.

Os assuntos que possibilitam levantar os interesses particulares das empresas jornalísticas presentes nos respectivos editoriais estão ligados à crise econômica que se acentuou em 1999, com a desvalorização do real. O Grupo Folha e as Organizações Globo detinham grande soma de suas dívidas em dólar, adquiridos no período das “facilidades” dos empréstimos externos, os investimentos em equipamentos importados e os novos investimentos de mídia. Cada decisão do governo na manutenção da paridade, na flutuação do câmbio, nas intervenções no mercado para baixar o dólar ou empréstimos contraídos para garantir o fechamento das contas públicas, tinha resultados nos balanços das empresas.

Outro assunto que chamou atenção foi o processo de privatização do setor de telecomunicações. A *Folha de São Paulo* elevou o tom das críticas, sobretudo quando surgiram indícios de favorecimentos nas licitações. O Grupo Folha participou dos leilões com capital minoritário incorporado no consórcio de empresas lideradas pelo grupo Votorantim. O grupo ligado à Folha não conseguiu comprar um dos lotes disponíveis nos leilões. É possível identificar que a empresa jornalística se sentiu prejudicada com as manobras ocorridas para favorecer outros grupos econômicos na disputa.

O apoio irrestrito oferecido pelos editoriais para a abertura do capital estrangeiro no país e a alteração da lei de remessas de lucros para as matrizes no exterior, é mais um indício importante da influência dos interesses das empresas jornalísticas nos assuntos do governo e do Estado brasileiro.

As empresas jornalísticas reivindicavam a possibilidade da participação de capital estrangeiro no setor de comunicações até então vetadas pela Constituição de 1988. A primeira vitória parcial das empresas nesse período de abertura foi a mudança da composição dos capitais com a permissão de investimentos de até 30% de recursos externos.

Outros setores da economia como a siderurgia, energia elétrica, parte das telecomunicações e o sistema bancário tiveram a possibilidade de investimentos com a maioria acionária das empresas estrangeiras.

A posição dos editoriais em defender a possibilidade de capitais externos deterem o comando das empresas de setores da economia considerados estratégicos se dá pela compreensão que não existe mais espaço para a concepção de reserva de mercado no mundo globalizado. Mas, o argumento mais poderoso para essa posição é a alternativa mais viável para muitas das empresas de comunicação em conseguir sair da profunda crise que se encontram desde o início dos anos 1990.

Por fim, quando se afirma que a influência política e ideológica nos editoriais é a forma direta de intervenção das empresas jornalísticas, leia-se a opinião dos proprietários desses meios de comunicação. Como disse Juarez Bahia, no início desse capítulo, a opinião dos jornais não segue preceitos de pluralidade e diversidade na sua elaboração. No máximo, o jornalista destacado para escrever o editorial (quando não o próprio dono) faz o papel de escriba que apenas dá a forma ao conteúdo.

Portanto, pode-se considerar neste estudo que existe influência das empresas jornalísticas nas opiniões dos jornais, de forma direta pela opinião dos seus proprietários, ou com traços destacados de interesses específicos da empresa jornalística.

3.2.7 Há diferenças e contradições de opiniões entre os jornais?

Existem contradições nos editoriais publicados pelo mesmo jornal ao longo da evolução dos acontecimentos de um determinado assunto, em que a opinião é modificada sem argumentos plausíveis ou simplesmente alteradas sem considerar as opiniões anteriores e existem diferenças entre as opiniões dos jornais que consistem em corporativismos regionais (!) e divergência de opiniões entre os grupos econômicos com os quais cada jornal se identifica.

No primeiro caso, das contradições, é possível detectar na *Folha de São Paulo* a mudança de opinião sem argumentos convincentes em dois episódios identificados nesse estudo: no episódio de Eldorado dos Carajás e as ações do MST e no socorro do governo ao sistema financeiro.

No caso da relação do jornal com o movimento dos sem terra, é possível afirmar que a *Folha* teve uma postura preconceituosa de classe em relação ao episódio de Eldorado dos Carajás. O jornal paulista, na ausência de informações confiáveis no primeiro momento do massacre dos trabalhadores, recorreu à condenação das ações dos sem terra para identificar a natureza do conflito. Somente após a apuração dos fatos é que o jornal reconheceu que foi uma ação brutal da polícia militar. Mesmo assim, a cobrança pela

responsabilidade dos acontecimentos foi vaga e diluída nos argumentos generalizados da situação geral das desigualdades do país, sem maiores cobranças às autoridades nacionais e, principalmente, do governo do Pará. A cobrança por justiça, em editoriais publicados ano a ano, não retira a maneira mal tratada pelo jornal na origem dos acontecimentos.

No caso do socorro aos bancos, houve uma posição inicial da *Folha* pela condenação do governo na ajuda ao banco Econômico, onde injetou R\$ 3 bilhões, sob a justificativa de salvaguardar a saúde financeira do sistema bancário brasileiro. O desenlace desse episódio foi uma linha de crédito especial, o Proer, que somou R\$ 40 bilhões para manter estável o Plano Real. Ocorre que o jornal paulista considerou correta a medida do governo em aplicar os recursos para evitar um mal maior, a completa falência dos bancos brasileiros.

O Globo não demonstrou esse nível de contradição em suas opiniões, mesmo porque a máxima conhecida do jornal carioca de adesão governista, seja qual for o governo, apareceu com nitidez nos editoriais.

No segundo caso, das diferenças entre os jornais, é possível identificar posições distintas de motivação regional, mas, sobretudo de representação de grupos econômicos diferentes. A *Folha de São Paulo* se pautava pelas idéias ligadas aos setores das elites produtivas paulistas e *O Globo* muito ligado aos economistas do Ministério da Fazenda, portanto, mais próximo das elites financeiras, com menos embates e exigências de mudanças da política econômica do governo.

No campo político é distinta a relação crítica oferecida pela *Folha* aos aliados políticos de Fernando Henrique Cardoso, principalmente o PFL. O jornal paulista considera inconcebíveis as práticas “clientelistas” dos liberais e considera que a política moderna é formulada por quadros políticos e intelectuais de São Paulo.

O Globo demonstra suas opiniões críticas de condução política ao principal partido da coalizão fernandina, o PSDB. E diferente da *Folha*, teve posição reservada no assunto da emenda da reeleição, embora também oferecesse apoio ao projeto.

As disputas internas no governo envolvendo quais caminhos o Plano Real precisaria trilhar também se manifestaram nas diferenças entre os jornais. A *Folha de São Paulo* atuou de forma mais explícita a favor das mudanças econômicas, destacadamente em defesa da diminuição dos juros, do fim da paridade cambial, pela ampliação das linhas de créditos do BNDES e outras fontes públicas e por um projeto de desenvolvimento econômico mais arrojado, apoiando medidas como a criação do ministério do Desenvolvimento (ainda que ceticamente).

O Globo foi mais discreto nas cobranças por mudanças na política econômica, mesmo porque não ofereceu maiores argumentos para as mudanças, acompanhando o posicionamento do governo quando do tempo das alterações realizadas, sempre em tom de apoio monocórdico. A equipe do Ministério da Fazenda foi composta, em maioria, por acadêmicos da PUC/RJ, o que também pode demonstrar uma posição regionalista do jornal carioca.

As diferenças de opinião encontradas nos editoriais da Folha de São Paulo e de O Globo, são demonstrações que existem disputas intra-classes, ou seja, não há unidade completa entre os projetos das elites no Brasil. A disputa pela influência na condução econômica manifestada, sobretudo na *Folha*, demonstra que as decisões podem favorecer ou prejudicar determinados grupos capitalistas e setores da economia brasileira e internacional.

É importante destacar, por fim, que mesmo com as demonstrações de diferenças entre as opiniões dos jornais, pode-se considerar que foram pontuais em determinados assuntos e momentos históricos, algo que ainda não explicitam contradições antagônicas ou intransponíveis entre os jornais e os grupos econômicos no país.

Em síntese, houve diferenças importantes, mas o apoio dos jornais e seus respectivos grupos econômicos ao projeto neoliberal no Brasil foram amplos e unificados.

CAPÍTULO 4

A tendência do jornal: O papel ideológico dos jornais e sua relação com a sociedade

4.1 A tendência do jornal

O jornal nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu desenvolvimento, inclusive no seu processo produtivo. A notícia é o produto do jornal, já definido por diversos pensadores da comunicação e das ciências sociais. No Brasil, a característica do jornal é a oligopolização, com poucos veículos capazes de ter ressonância regional ou nacional.

Para identificar a tendência do jornal buscaremos a concepção marxista a partir da definição do jornal, e mais extensivamente da imprensa, como aparelhos ideológicos de Estado voltados para a disputa pela hegemonia na sociedade.

A concepção de hegemonia é baseada no pensamento do italiano Antônio Gramsci, que significa o exercício de dominação de uma classe sobre a outra não apenas através da força, mas fundamentalmente pela persuasão. A classe dominante exerce sua liderança moral e intelectual, com concessões dentro de certos limites, em composição com uma diversidade de aliados ou grupos organizados na sociedade. A partir desse bloco de grupos aliados, se constituem as bases de consentimento para uma determinada ordem social. A constituição da hegemonia se dá na sociedade civil, que significa a parcela da sociedade organizada distinta do Estado.

Os jornais são instrumentos fundamentais a serviço da classe dominante para se buscar a hegemonia na sociedade. O aproveitamento das idéias de Gramsci é buscar explicar como os jornais atuam na construção da consciência baseados nos preceitos dessa classe dominante.

O desenvolvimento do conceito de hegemonia foi feito depois de Gramsci, pelo filósofo francês Louis Althusser que cunhou o termo aparelhos ideológicos de Estado – AIEs.

Segundo Althusser, a explicação do Estado enquanto agente repressivo de uma classe sobre outra (a burguesia sobre o proletariado) lançando mão da justiça, da polícia e outros instrumentos jurídicos-legais não são suficientes para explicar a submissão de uma maioria sob uma minoria.

Portanto, esse estudo busca demonstrar como as classes dominantes impõem sua ideologia, baseada não apenas nos instrumentos coercitivos do Estado, mas efetivamente na persuasão e convencimento para a sociedade civil. Os grandes jornais, pertencentes aos grupos econômicos aliados que compõe a classe dominante, funcionam como aparelhos ideológicos de Estado, instrumentos fundamentais para o exercício do poder.

Os jornais assim como outros diversos veículos de informação, como aparelhos ideológicos de Estado, se renderam à ideologia neoliberal. Para o estudo apresentado neste trabalho, a cobertura jornalística de *O Globo* e *Folha de São Paulo* são tendenciosas para defender um determinado ponto de vista ideológico e entram na disputa política apoiando, mesmo que indiretamente, uma candidatura que mais se identifica com seus ideais. Na disputa política os jornais funcionaram como instrumento de luta de idéias.

E isto não significa que os jornais são partidários, ao contrário, se posicionam acima dos partidos, mas no nível dos seus próprios interesses, não há opinião política dos jornais que não sejam irremovíveis ou insubstituíveis.

O neoliberalismo no Brasil começou a ser aplicado no período Fernando Collor e embora tenha tido o desfecho histórico que já conhecemos, os jornais aqui estudados não abriram mão da agenda de privatizações, desnacionalização das empresas brasileiras e outras medidas de abertura econômica pautadas no governo que sofreu o impeachment. A aplicação do projeto neoliberal teve prosseguimento nos governos posteriores.

A defesa do mercado enquanto instrumento eficiente na regulação social faz com que os jornais tenham posições políticas como as privatizações e a menor intervenção do Estado na economia. Enquanto empresas de comunicação, estes jornais também estão comprometidos com a defesa irrestrita da propriedade privada e têm interesses específicos que em algumas ocasiões podem interferir na notícia publicada.

Nenhum destes jornais define claramente suas posições ideológicas preferindo utilizar o argumento do compromisso com a verdade. Ocorre que a verdade tem fatos e versões e sua interpretação incorre numa forma de visão que, em última instância, estará dirigida por uma concepção ideológica. Em referência aos manuais de redação, documento que orienta o estilo e a conduta dos jornais, jornalistas e projeto gráfico e editorial, todos se identificam sem caráter ideológico ou defendem a pluralidade de pensamento. A *Folha* orienta assim, sobre questões ideológicas em seu manual de redação:

“Em documentos anteriores a este, a **Folha** cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. Tais valores adquiriram a sua característica doutrinária que está impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas. Cabe questionar, porém, à luz das transformações sumariadas acima, se a implementação desses valores não deveria passar por uma revisão também, até com a finalidade de sacudir o automatismo fixados de hábito.

Se a premissa destas notas está correta – ou seja, se o jornalismo atravessa um período de qualificação, que ultrapassa a ênfase normativa do período anterior, a decorrência é que aqueles valores devem ser tomadas, também eles, de modo mais qualificado. Isso não significa que o jornalismo deva aplacar a sua disposição crítica, mas refiná-la e torná-la mais aguda num ambiente que não é mais dicotômico, no qual o debate técnico substituiu, em boa medida, o debate ideológico” (Manual de Redação; 2001: 17)

Com este entendimento cria-se uma falsa idéia de um jornal que não se influencia por critérios ideológicos, sendo superados por critérios técnicos da informação. Isto se deve, provavelmente, a uma visão da *Folha* de que as estruturas ideológicas tais como conhecemos estão superadas, em uma franca adesão ao pensamento pós-moderno do fim

das matrizes iluministas. A idéia de superação dos paradigmas ideológicos que dominaram o século 20 está ensejada no sentido de fim da história. A globalização admitida pela *Folha* está ligada ao fim da geografia (ou geopolítica) ou o mundo sem fronteiras, numa lógica de dissolução dos conceitos e valores de soberania nacional.

A definição de ideologia em *O Globo* não é tratada pelo seu manual de redação e estilo. O jornal carioca não apresenta nenhuma orientação de caráter político ou ideológico em seu documento de diretrizes jornalísticas. Contudo, é possível identificar a adesão do jornal às correntes políticas detentoras do poder ao longo de sua história. O crescimento das Organizações Globo, as quais o jornal faz parte, se deveu ao pragmatismo de atuação de seus proprietários com o apoio às principais medidas tomadas de acordo com a circunstância de momento.

O Globo é um jornal liberal, sempre foi conseqüente com os seus propósitos da defesa dos preceitos de mercado. Diferente da *Folha de São Paulo*, o jornal carioca não busca aplicar um verniz plural e não tergiversa sobre seu papel enquanto instrumento político de classe.

Os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* são instrumentos importantes para a defesa dos princípios do liberalismo econômico, inclusive em sua fase atual, o neoliberalismo, cumprindo um papel de formar opinião na sociedade, na emissão da mensagem a partir deste conceito ideológico. O mercado concentra os veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos ou famílias enquadrando a verdade em interesses privados muito específicos.

Portanto, os jornais analisados neste trabalho têm compromissos político e ideológico definidos, fazem uma opção de classe muito clara. Cumprem um papel de aparelho ideológico de Estado fazendo com que as opiniões emitidas e mesmo notícias publicadas tenham uma tendência de apoio à ideologia dominante.

Isto não significa, contudo que estes jornais estão vinculados a todo e qualquer governo, partido ou personalidade política, ao contrário, o compromisso é com o sistema econômico e social, mesmo que haja pontualmente críticas republicanas à corrupção, à miséria social ou a outros assuntos relevantes. Estas críticas e posições próprias de cada veículo de comunicação fazem parte das características das lutas de idéias no seio do próprio liberalismo.

A luta de idéias na sociedade é uma constante e, por vezes, são contraditórias nos diversos segmentos econômicos. A sustentação dessas afirmações está baseada a partir da elaboração de Gramsci e Althusser. A atualidade da base teórica aqui desenvolvida será alvo de análise em seguida.

4.2 A atualidade do pensamento de Gramsci

O pensador italiano Antônio Gramsci (Sardenha/Itália, 22/01/1891) ficou notabilizado pela originalidade de suas idéias, baseadas no desenvolvimento do marxismo, em uma época de terror para a Humanidade. A produção de seu pensamento costuma ser dividida entre a época de juventude, já de militância socialista de caráter idealista (no sentido utópico), e em sua maturidade, preso nas celas fascistas de Mussolini.

Para além do caráter de juventude e maturidade, Gramsci desenvolveu suas idéias de maior influência dentro da prisão, fator que influencia deveras a produção fragmentada de seus escritos denominados “cadernos do cárcere”. Uma vida de sofrimento que não suprimiu sua visão avançada e lúcida sobre a composição da sociedade.

A base fundamental do pensamento do comunista italiano está na idéia de hegemonia a partir de sua contribuição do desenvolvimento dos conceitos marxistas de superestrutura. Entende-se por superestrutura a base da consciência social e seus instrumentos para a construção de uma visão de maioria na sociedade. Marx, ao longo de sua produção teórica elaborou as idéias de infra-estrutura que é a base material das relações sociais, utilizando a definição dos valores produzidos na sociedade e invertendo a lógica

liberal colocando a mão de obra como principal valor da produção e, superestrutura, baseados na forma de convencimento e imposição pela força para a manutenção de uma classe dominante sobre outra, no capitalismo, definido como exploração de classes.

O marxismo, como uma teoria das ciências sociais, sobrevive a partir das intervenções e contribuições de pensadores ligados ao método e às idéias de Marx. Gramsci, assim como Lênin, buscou acrescentar elementos para o conceito de superestrutura e entender como a burguesia consegue exercer influência na consciência social, mesmo sendo uma minoria e executando a espoliação de classe, causando miséria e sofrimentos à maioria das mais diversificadas sociedades no mundo.

Para entender o exercício de hegemonia, o pensador italiano distinguiu na superestrutura os conceitos de sociedade civil e sociedade política. Por sociedade civil, entende-se o conjunto de agentes sociais que exercem a influência ideológica na sociedade através de uma construção pelo consentimento, pela persuasão de opiniões, fatos e obras. Estão ligados à sociedade civil, as estruturas que Gramsci denomina como “aparelhos privados de hegemonia”, que são os partidos políticos, os sindicatos, a comunicação (jornais, etc.), a educação, a religião (ou Igreja) e outros elementos da cultura. A sociedade política é o Estado e sua função de fazer valer as regras estabelecidas na sociedade através da coerção. O Estado tem como instrumentos os reconhecidos mecanismo de intervenção pela força da lei, através da justiça e dos tribunais, e pela força física através da polícia e das forças armadas. Portanto, a distinção entre sociedade civil e sociedade política é que a primeira funciona como elemento de convencimento e a segunda como coerção.

É importante destacar também o entendimento que Gramsci elaborou sobre o papel do intelectual na sociedade, em que denomina todas as pessoas como intelectuais, mas entende que nem todas desempenham na sociedade a função de intelectuais. Desta forma, nasce também a idéia de intelectual orgânico, aquele que pertence ou está exercendo tarefa de elaboração e convencimento para uma determinada classe social. Dito isto, a passagem em que o pensador italiano se refere à construção da teoria de hegemonia pode ser

encontrada no texto recolhido, dos “cadernos do cárcere” intitulado *Os intelectuais e a Organização da Cultura*:

“Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se camadas que, tradicionalmente, ‘produzem’ intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito frequentemente, especializaram-se na ‘poupança’, isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena burguesia das cidades. A diversa distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território ‘econômico’ e as diversas aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diversos ramos de especialização intelectual.(...)”

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’. Poder-se-ia medir a ‘organicidade’ dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto ou de comando que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa da sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.” (Gramsci; 1991: 10 e 11)

Os jornais estão situados na sociedade civil e cumprem o papel de classe que é a manutenção de um sistema social que privilegia uma minoria com a concentração da riqueza produzida por todos. Essa é a realidade brasileira atual.

A atualidade de Gramsci está na sua contribuição da compreensão do funcionamento da sociedade. O que a tese do pensador italiano permite esclarecer é que está na sociedade civil a disputa ideológica do sistema social e os jornais são parte constitutiva desta luta de idéias.

A construção da hegemonia é perfeitamente aplicável em nossos dias porque o sistema capitalista, mesmo em processos de transformação e superação de suas crises cíclicas (que ocorrem inevitavelmente em espaços de tempo cada vez menores), mantém a estrutura de funcionamento e sua justificativa ideológica, em essência, igual a sua origem. O neoliberalismo, atual fase da aplicação política e econômica do liberalismo, traz à tona a forma mais ofensiva da exploração de classes.

A construção da tese do Consenso de Washington é o exemplo mais claro da demonstração da construção dos critérios de hegemonia nos anos 1990. A globalização, elemento fundamental da base do consenso foi considerado nesse período, como inevitável, ou seja, não havia alternativa nenhuma de desenvolvimento no mundo a não ser pela integração entre os povos numa espécie de consentimento dos países mais pobres à exploração e subjugados pelos países desenvolvidos. A inevitabilidade da globalização significou a abertura de todas as barreiras possíveis de comércio, de produção industrial, do sistema financeiro, das mudanças das leis em cada país, até chegar a proposta não realizada por completo de desmilitarização e unificação das unidades armadas em uma força internacional. A orientação e o comando de cada uma das propostas foram desenvolvidos pelos países ricos, em particular o exercício unipolar dos EUA.

Cada uma das propostas apresentadas tinha como elementos fundamentais, a orientação das mudanças econômicas em cada país prevalecendo o receituário de diminuição dos déficits das contas públicas através de cortes nos orçamentos que

consistiam em não vincular receitas aos projetos de subsídios internos para o desenvolvimento econômico (a depender da realidade de cada país) e projetos nas áreas de serviços públicos e assistência social. A necessidade de o Estado deixar de ser empreendedor para exercer a função de fiscalizador e gerenciador da economia, em outras palavras, significava as privatizações e a concessão de serviços. A integração entre os países pressupunha as mudanças das leis internas de remessas de lucros, composição de capitais externos nos setores da economia e o caráter de empresa nacional, para aplicar a abertura interna aos capitais e produtos estrangeiros, sob o argumento de forçar os produtores nacionais a se adequarem às novas condições de competitividade internacional. A diminuição do papel do Estado tinha como fundamento a capacidade dos mercados de se autoregularem à base dos equilíbrios de competitividade, com isso, as taxas de câmbio e taxas de juros, por exemplo, deveriam seguir a lógica das demandas dos próprios mercados. Além, evidentemente, de procurar resguardar todos os contratos com os organismos internacionais e preservar o inalienável direito à propriedade privada.

Essa receita foi seguida pela maioria dos países, com níveis diferenciados de resistências. O resultado foram crises cíclicas cada vez mais profundas, que abalaram os alicerces do Consenso de Washington e causaram atrasos e desigualdades ainda piores para os países em desenvolvimento. O consenso foi um completo fracasso.

A aplicação dos modelos neoliberais na maioria dos países, em especial no Brasil, foi aceita pela maioria da população com a eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso pela construção da hegemonia no país, através dos instrumentos da classe dominante.

4.3 A atualidade do pensamento de Althusser

O filósofo argelino-francês Louis Althusser (Birmandreis/Argélia, 16/10/1918), desenvolveu o conceito de aparelhos ideológicos de Estado – AIEs para explicar como se constrói a ideologia dominante na sociedade, a partir da submissão de classes, através do

convencimento, e não apenas pelos instrumentos tradicionais repressores do Estado, os aparelhos policiais e judiciais.

A principal obra de Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*, foi elaborada numa fase de conturbação e intensa disputa nas lutas de classes, em que a polarização entre os EUA e a então URSS criou um divisor de idéias na academia. O embate político e ideológico levou à radicalização na construção e desconstrução dos argumentos. O filósofo argelino-francês, militante comunista, exerceu forte influência entre os intelectuais de esquerda ao desenvolver a partir dos legados marxistas, o aprofundamento da formulação sobre a superestrutura e sua relação com as bases materiais da sociedade (infraestrutura ou base estrutural).

A atualidade de Althusser para os dias de hoje consiste na capacidade de sistematizar quais são os instrumentos utilizados pela classe dominante para exercer a função de maioria. Ao interligar os instrumentos de dominação ideológicas, a partir do conceito de superestrutura, e os instrumentos de dominação econômica, a partir do conceito infra-estrutura, o filósofo comunista acrescenta elementos inovadores ao pensamento marxista.

Seguindo os passos de Lênin e Gramsci, Althusser identifica a necessidade de esclarecer e desenvolver mais amplamente, à luz da realidade de seu tempo, as mudanças existentes sob o caráter ideológico da luta de classes.

O sentido de aparelhos ideológicos de Estado está diretamente ligado aos passos oferecidos por Lênin quando definirá a ideologia como a construção das idéias a partir das ciências sociais e de fundamento classista (diferente de Marx que conceituava ideologia como a formulação utópica do pensamento) e de Gramsci, que desenvolveu o conceito de hegemonia na sociedade (como visto acima).

Pela própria definição de Althusser, os aparelhos ideológicos são assim definidos:

“Que são os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs)?

Eles não se confundem com o Aparelho (Repressivo) de Estado. Convém lembrar que, na teoria marxista, o Aparelho de Estado (AE) contém o governo, os ministérios, o exército, a polícia, os tribunais, os presídios, etc, que constituem o que doravante denominaremos de Aparelho Repressivo de Estado. O ‘repressivo’ sugere que o Aparelho de Estado em questão ‘funciona pela violência’ – pelo menos no limite (pois a expressão, por exemplo a repressão administrativa, pode assumir formas não físicas).

Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Delas propomos uma listagem empírica, que obviamente terá que ser examinada em detalhe, verificada, corrigida e reorganizada.(...)

Num primeiro momento, está claro que, enquanto há *um* Aparelho (Repressivo) de Estado, há uma *pluralidade* de Aparelhos Ideológicos de Estado. A unidade que constitui essa pluralidade de AIEs como um corpo – mesmo supondo que ela exista – não é imediatamente visível.

Num segundo momento, podemos constatar que, enquanto o Aparelho (Repressivo) – unificado – de Estado pertence inteiramente ao domínio público, a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (em sua aparente dispersão) pertence, ao contrário, ao domínio *privado*. Igrejas, partidos, sindicatos, famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, os empreendimentos culturais, etc são particulares.(...)

(...). Se os AIEs ‘funcionam’ maciça e predominantemente pela ideologia, o que unifica sua diversidade é precisamente esse funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual eles funcionam é sempre efetivamente unificada, a despeito de sua diversidade e suas contradições, *sob a ideologia dominante*, que é a ideologia da ‘classe dominante’. Dado que, em princípio, a ‘classe dominante’ detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e, portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na medida em que, em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através das suas próprias contradições.” (Althusser, in Zizek; 1999: 114, 115 e 116)

Os aparelhos ideológicos de Estado constituem, portanto, os instrumentos que as classes dominantes utilizam para convencer a maioria da sociedade em consentir na exploração de classe e na usurpação da riqueza produzida por todos. Os principais AIEs

propostos por Althusser, a partir de uma “listagem empírica” como denomina são: o religioso (o sistema das diferentes igrejas); escolar (públicas e particulares); familiar; jurídico; político (o sistema político, incluindo os diversos partidos); sindical; da informação (imprensa, rádio, televisão, etc) e cultural (literatura, artes, esportes, etc).

Contudo, Althusser considera insuficiente a idéia de divisão entre público e privado, a partir da elaboração de sociedade civil e sociedade política, desenvolvida por Gramsci, porque identifica essa opinião como idealista. Para além de uma argumentação epistemológica sobre o papel do Estado, a principal diferença está na concepção gramsciana de conquista da hegemonia a partir da disputa pela consciência das amplas massas populares para se alcançar o poder (chamado de guerra de posições nos aparelhos privados de hegemonia), enquanto que o filósofo argelino-francês acredita que a tomada do poder político é parte constitutiva da reestruturação da sociedade e a própria conquista da consciência das amplas massas.

Essa diferença não é contraditória sob o aspecto da utilização dos dois conceitos de hegemonia e aparelhos ideológicos de Estado, porque, queira-se ou não, a construção da idéias althusseriana dos instrumentos ideológicos de dominação tem por base o desenvolvimento teórico da hegemonia embasado na contribuição gramsciana.

Os argumentos de Althusser e Gramsci se completam no embasamento teórico para a compreensão do papel dos instrumentos ideológicos de dominação, em que pese desvios sectários do filósofo argelino-francês e o idealismo (no sentido utópico) do pensador italiano. A “pedra de toque” na unidade de pensamento dos dois intelectuais marxistas está exatamente na compreensão inovadora de ambos, da possibilidade de se travar a luta de idéias no campo da superestrutura entre forças hegemônicas e contra-hegemônicas de pensamento na sociedade. Para essa conclusão foi importante e necessária a compreensão do maior entendimento sobre o papel da superestrutura, não como uma crítica destrutiva à Marx, por não desenvolver com maior rigor esse tema (mesmo porque a compreensão da infraestrutura marxista é que possibilitou o avanço da compreensão da superestrutura), mas como fortalecimento das idéias marxistas.

Para esse estudo, há um entendimento sobre desenvolvimento de aparelhos ideológicos de Estado estar mais bem fundamentado que a idéia de aparelhos privados de hegemonia. A explicação dos AIEs, como instrumentos decisivos no processo de reprodução das condições de produção, e o devido alerta que a ideologia dominante não nascem nesses aparelhos, mas das classes sociais em luta; de suas condições de existência, das práticas e experiências; dão conta da definição atualizada do papel dos jornais que esse estudo busca definir.

A atualidade de Althusser, portanto, está ligado ao exercício explicativo do papel dos jornais, como um dos aparelhos ideológicos de Estado mais influentes para a manutenção da hegemonia neoliberal na sociedade brasileira.

4.4 Os jornais, como aparelhos ideológicos de Estado para a manutenção da hegemonia neoliberal na sociedade brasileira

O presente estudo busca identificar o papel da imprensa na sociedade a partir do pressuposto que funciona como aparelho ideológico de Estado para a manutenção da hegemonia neoliberal, atual fase de desenvolvimento do capitalismo no mundo e no Brasil.

Ao realizar a análise dos editoriais da *Folha de São Paulo* e *O Globo*, com materiais selecionados para se verificar a opinião da imprensa escrita (capítulo 3), identificou que os jornais disputam a consciência coletiva para um determinado projeto político e ideológico. Portanto, é possível afirmar como falsa, a idéia da prática de um jornalismo sem ideologia e apartidário, no sentido de tomar parte a favor ou contra as correntes de opinião existentes na sociedade.

A partir da teoria de hegemonia em Gramsci pode-se definir a *Folha* e *O Globo*, como intelectuais orgânicos coletivos das elites brasileiras, mesmo com possíveis contradições entre esses aparelhos ideológicos.

De forma ampliada, para abarcar toda a complexidade da estrutura de comunicação na sociedade moderna, Octávio Ianni, em *O Príncipe Eletrônico*, afirma que a mídia tornou-se o principal instrumento de hegemonia da classe dominante, ao longo do século 20:

“Está em curso, ao acaso ou deliberadamente, uma surpreendente, fundamental e inquietante processo de dissociação entre existência e consciência; ou condições e possibilidades da existência e condições e possibilidades da consciência. Quando se desenvolvem e aplicam as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, agilizando e generalizando os meios de comunicação, informação e propaganda, as condições e as possibilidades da consciência passam a descolar-se contínua ou reiteradamente da experiência, realidade ou existência.

Simultaneamente à dissociação entre existência e consciência, desenvolvem-se outros, novos e muitos diferentes significativos do espaço e tempo, ser e devir, pensar e sentir, explicar e imaginar. Tornar-se possível utilizar metáforas tais como as seguintes: mundo sem fronteiras, terra-pátria, aldeia global, fim da geografia, fim da história. Esse é o clima mental, isto é, virtual, em que se formulam expressões destinadas a taquigrafar aspectos desse mundo virtual: multimídia, interface, internet, hipertexto, ciberespaço, desterritorialização, miniaturização, mundialização, globalização, planetarização.

Nesse mundo virtual modificam-se as articulações e desarticulações estabelecidas pela modernidade, acerca de dado e significado, parte e todo, passado e presente, história e memória, compreensão e explicação, singular e universal. Simultaneamente, modificam-se os contrapontos ‘eu’ e ‘outro’, ‘nós’ e ‘outros’, ‘nacional’ e ‘estrangeiro’, ‘ocidental’ e ‘oriental’. Quando se desenvolvem, agilizam e generalizam as aplicações das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, transformadas em técnicas sociais, redesenham-se ou mesmo dissolvem-se as linhas demarcatórias de territórios e fronteiras, formas de governo e regimes políticos, culturas e civilizações. No âmbito do mundo virtual, as coisas, as gentes e as idéias, tanto quanto as identidades, alteridades, diversidades e desigualdades, parecem mudar de figura e figuração. Como parecem descoladas da experiência, realidade ou existência, aparecem como fantasias do imaginário. Podem ser criações prosaicas ou originais, mais ou menos elaboradas com base na estética eletrônica, de tal modo que muitos, muitíssimos, multidões, são levados a visões do mundo destituídas de tensões e contradições.

Sim, o príncipe eletrônico pode ser visto como o *intelectual orgânico* dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes, em escala nacional e mundial. Em alguma medida,

esses grupos, classes ou blocos dispõe de influência mais ou menos decisiva de comunicação, informação e propaganda, isto é, na mídia eletrônica, sempre funcionando, também, como indústria cultural.” (Ianni, in Silva; 2003: 75)

O texto de Ianni é baseado na compreensão gramsciana de hegemonia a partir do conceito do moderno príncipe. Segundo o sociólogo brasileiro, o novo príncipe não é mais um *condottiere*, com a *virtú* e a *fortuna* capazes de conduzir um país, um povo, como elaborou Maquiavel. Também não significa, na atualidade, uma organização articulada, um partido composto por pessoas capazes de compreender e transformar uma sociedade, como buscou sintetizar Gramsci, na luta pela hegemonia. O príncipe atual são os meios de comunicação que cumprem um papel fundamental para a manutenção ou transformação social.

O *príncipe eletrônico* é constituído pela diversidade midiática em sua fase empresarial mais apurada, com técnicas e estratégias avançadas acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, reservados os espaços de disputa entre os meios e entre as corporações. Portanto, como alertou anteriormente Perseu Abramo, Ianni também esclarece que o mais importante instrumento (juntamente com empresas que constituem os oligopólios transnacionais) de hegemonia não é homogêneo nem monolítico, ao contrário, além da competição entre os meios de comunicação, ocorrem diferenças que dão a impressão da democratização do meio. Os veículos de comunicação estão ligados a “blocos de poder” atuantes em escalas nacional, regional e global.

Segundo os estudos oferecidos pelo sociólogo brasileiro, baseado nos argumentos gramscianos, os jornais (como parte constitutiva da mídia) exercem uma função ideológica transformando o mercado em democracia, e, por conseguinte, como forma de desenvolvimento da sociedade, a única saída para as organizações de Estado.

Embora não afirme categoricamente que o *príncipe eletrônico* represente a substituição da representação legítima do condutor ou do partido, é possível verificar essa posição no texto de Ianni. O argumento que as estruturas de representação estão em fase de

superação pode ser precipitado, uma vez que as classes ainda se organizam pelos partidos, movimentos, sindicatos (de trabalhadores ou patronais), corporações privadas, etc. Todo o poder da mídia de hoje, como instrumento hegemônico, serve a um conjunto de organizações, inclusive pela representação contemporânea do *condottiere*, como os jornais tratavam Fernando Henrique Cardoso e o príncipe moderno, através dos partidos e grupos formadores de opinião distinguidos pelos projetos classistas.

Quando a *Folha de São Paulo* (de forma mais clara) e *O Globo* optam pelo argumento da modernidade, entendido como o processo pelo qual o Estado perde espaço na organização social deixando para os mercados a responsabilidade de desenvolvimento econômico e social, está utilizando o discurso ideológico do neoliberalismo. A modernidade significa superar estruturas consideradas atrasadas de domínio estatal dos setores estratégicos da economia e da legislação de proteção social, como as leis trabalhistas, por exemplo, substituindo pelas regulações básicas de convivência das disputas comerciais e produtivas da iniciativa privada.

A palavra modernidade, que outrora significava a superação do velho pelo novo, correspondente a um avanço na sociedade, no argumento ideológico das elites, transformou-se em um retrocesso radical de exploração de classes, em que um país em desenvolvimento fica cada vez mais dependente de outros países exploradores e a imensa população menos favorecida tem seus direitos sociais cada vez mais aviltados.

O discurso do novo, do moderno, sempre presente nos argumentos dos jornais para a aprovação das privatizações, da abertura desregulada do mercado interno, das reformas que cortam direitos sociais, da restrição dos investimentos públicos, da desqualificação dos movimentos questionadores do *status quo*, inverte o papel diversificador e democrático que deveriam ter esses veículos de comunicação, para exercer a função de aparelhos ideológicos de Estado e assim manter o caráter hegemônico do neoliberalismo.

Os argumentos, a luta de idéias travadas pelos jornais, está diretamente ligados à preservação do modo de produção dominantes, à estrutura de funcionamento social de

exploração de classe. A posição diante das privatizações e abertura da economia nacional está ligada aos grupos econômicos oligopolizados nacionais e estrangeiros; a crítica à crítica da propriedade privada é essencial para a manutenção do sistema, sem a menor dúvida para os jornais; as explicações do nosso atraso social e a falsa consternação contra a miséria estão ligados ao pressuposto que qualquer mudança deva preservar os privilégios de classe.

Portanto, a manutenção do sistema de exploração de classe depende necessariamente da imposição das leis sobre o funcionamento social, aplicada pelo Estado, e o convencimento da maioria da sociedade através dos instrumentos disponíveis, destacadamente a escola, a igreja e os meios de informação.

A disputa hegemônica da sociedade, contudo, não ocorre de maneira abstrata e meramente subjetiva, nem sem disputas entre os grupos (ou blocos) dominantes, como afirma Althusser:

“É por isso que os AIEs não são a realização da ideologia em geral, nem tampouco a realização sem conflito da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se transforma na ideologia dominante pela graça divina, nem em virtude da simples tomada do poder estatal. É através da instauração dos AIEs, em que essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante. Mas essa instauração não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô, de uma luta de classes muito acirrada e contínua, primeiro contra as classes dominantes anteriores e sua posição nos velhos e novos AIEs, e depois contra a classe dominada.” (Althusser, in Zizek; 1999: 140)

A unidade entre as teorias althusserianas e gramscianas está ligada à convergente posição da luta de classe como justificativa das explicações das posições das elites e as transformações sociais existentes dentro dos conflitos das classes sociais. Algo mais complexo que a falsa interpretação empobrecida de um marxismo monótono e anti-científico da divisão social entre bons (oprimidos) e ruins (opressores).

A partir dos conflitos existentes dentro dos próprios AIEs é que se justifica as diferenças de classes e nas classes sociais, permitindo a disputa pela hegemonia nesses aparelhos.

A disputa pela consciência coletiva é uma constante e envolve os interesses das empresas jornalísticas pautadas pela lógica de mercado. O papel de qualquer empresa no capitalismo é a busca do lucro, distinto do papel do jornalismo que é a busca da verdade. A contradição entre empresa jornalística e jornalismo é a utilização da segunda em função da primeira. Daí que o argumento de Althusser sobre aparelhos ideológicos de Estado funciona, para demonstrar que todas as posições dos grandes jornais estão diretamente ligadas aos interesses das empresas jornalísticas e aos grupos econômicos a elas ligados.

BIBLIOGRAFIA

Abramo, Perseu. “Padrões de Manipulação na Grande Imprensa”. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2003.

Aggio, Alberto (organizador). “Gramsci – A vitalidade de um pensamento. Editora Unesp: São Paulo, 1998.

Bahia, Juarez. “Jornal, História e Técnica”. 4^a edição, vol. 2. Editora Ática: São Paulo, 1990.

Bardin, Laurence. “Análise de Conteúdo”. 3^a edição. Edições 70: Lisboa – Portugal, 2004.

Batista Jr., Paulo Nogueira. “A Economia Como Ela É...”. 3^a edição. Boitempo Editorial: São Paulo, 2002.

Belluzzo, Luiz Gonzaga e Júlio Gomes de Almeida. “Depois da Queda – A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real”. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

Bianchi, Álvaro e outros. “A Crise Brasileira e o Governo FHC”. 1^a edição. Editora Xamã: São Paulo, 1997.

Brittos, Valério Cruz e César Ricardo Siqueira Bolaños (organizadores). “Rede Globo – 40 anos de poder e hegemonia”. 2^a edição. Editora Paulus: São Paulo, 2005.

Bucci, Eugênio. “Sobre Ética e Imprensa”. Companhia das Letras: São Paulo, 2002.

Cardoso, Fernando Henrique. “O Modelo Político Brasileiro”. 5ª edição. Bertrand Brasil Editora: Rio de Janeiro, 1993.

_____ e Enzo Faletto. “Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de interpretação sociológica”. 8ª edição. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2004.

Carneiro, Ricardo. “Os Clássicos da Economia – Adam Smith”. 1ª edição. Editora Ática: São Paulo, 1997.

Castells, Manuel. “Sociedade em Rede”. Vol. 1. 7ª edição. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2003.

Cervo, Amado L. e Pedro A. Bervian. “Metodologia Científica”. 5ª edição. Prentice Hall Editora: São Paulo, 2002.

Coutinho, Carlos Nelson. “Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político”. 2ª edição. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

Dupas, Gilberto. “Ética e Poder na Sociedade da Informação”. 2ª edição. Editora Unesp: São Paulo, 2000.

Eagleton, Terry. “Ideologia”. Editora Unesp e Boitempo Editorial: São Paulo, 1997.

Filgueiras, Luiz. “História do Plano Real”. 2ª edição. Boitempo Editorial: São Paulo, 2003.

Fiori, José Luís e Carlos Medeiros (organizadores). “Polarização Mundial e Crescimento”. Editora Vozes: Petrópolis – RJ, 2001.

Genro Filho, Adelmo. “O Segredo da Pirâmide”. 2ª edição. Editora Ortiz: Porto Alegre, 1989.

Giddens, Anthony. “As Conseqüências da Modernidade”. Editora Unesp: São Paulo, 1990.

Gil, Antonio Carlos. “Como Elaborar Projetos de Pesquisa”. 3ª edição. Editora Atlas: São Paulo, 1996.

Gramsci, Antonio. “Os Intelectuais e a Organização da Cultura”. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1991.

_____. “Maquiavel, a Política e o Estado Moderno”. 4ª edição. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1980.

Gruppi, Luciano. “O Conceito de Hegemonia em Gramsci”. 4ª edição. Graal: Rio de Janeiro, 2000.

Kovach, Bill e Tom Rosenstiel. “Os Elementos do Jornalismo”. 2ª edição. Geração Editora: São Paulo, 2004.

Kunczik, Michael. “Conceitos de Jornalismo”. Edusp: São Paulo, 1997.

Lamounier, Bolivar e Rubens Figueiredo (organizadores). “A Era FHC – Um Balanço”. 1ª edição. Cultura Editores Associados: São Paulo, 2002.

Leite, José Corrêa. “Fórum Social Mundial – A história de uma invenção política”. 1ª edição. Editora Perseu Abramo: São Paulo, 2003.

Levy, Pierre. As Técnicas da Inteligência – o futuro do pensamento na era da informática. 10ª reimpressão. Editora 34: São Paulo, 2001.

Marcondes Filho, Ciro. “O Espelho e a Máscara – O enigma da comunicação no caminho do meio”. Discurso Editorial e Editora Unijui: São Paulo e Porto Alegre, 2002.

_____. “Jornalismo *Fin-de-Siècle*”. 1ª edição. Scritta Editorial: São Paulo, 1993.

_____. “O Capital da Notícia”. 1ª edição. Editora Ática: São Paulo, 1998.

Marconi, Marina de Andrade e Eva Maria Lakatos. “Técnicas de Pesquisa”. 4ª edição. Editora Atlas: São Paulo, 1999.

Moraes, Dênis de (organizador). “Por Uma Outra Comunicação – Mídia, mundialização cultural e poder”. Editora Record: Rio de Janeiro, 2003.

Melo, José Marques de. “A Opinião no Jornalismo Brasileiro”. Editora Vozes: Petrópolis – RJ, 1985.

Motta, Luiz Gonzaga (organizador). “Imprensa e Poder”. Editora Universidade de Brasília e Imprensa Oficial de São Paulo: Brasília e São Paulo, 2002.

Pena, Felipe. “Teoria do Jornalismo”. Editora Contexto: São Paulo, 2005.

Pereira, Álvaro. “Depois de FHC”. 1ª edição. Geração Editorial: São Paulo, 2002.

Sader, Emir (organizador). “Gramsci – Poder, Política e Partido”. 1ª edição. Editora Expressão Popular: São Paulo, 2005.

Singer, André. “Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro”. Edusp: São Paulo, 2000.

Sodré, Nelson Werneck. “História da Imprensa no Brasil”. 4ª edição. Mauad Editora: Rio de Janeiro, 1998.

Thompson, John B. “Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa”. 6ª edição. Editora Vozes: Petrópolis – RJ, 2002.

Toledo, Roberto Pompeu. “O Presidente Segundo o Sociólogo”. Companhia das Letras: São Paulo, 1998.

Zizek, Slavoj (organizador). “Um Mapa da Ideologia”. Contraponto Editora: Rio De janeiro, 1999.

Artigos:

Althusser, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. In: “Um Mapa da Ideologia”. Contraponto: Rio de Janeiro, 1999.

Barros, Ricardo Paes de e Rosane Mendonça – *O Impacto do Crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade Sobre a Pobreza*. In Dados – Revista de Ciência - Sociais, p. 107 – 122, vol. 40 n 3, 1997, publicado pela Iuperj, Rio de Janeiro.

Cardoso, Fernando Henrique. *Notas Sobre a Reforma do Estado*, in Novos Estudos, n 50, p. 5 – 12, março 1998, Cebrap, São Paulo.

Giannotti, José Arthur. *Primeira Reeleição*, in Revista Novos Estudos, p. 5 – 10, n 52 novembro 1998, Cebrap, São Paulo.

Giambiagi, Fábio. *Do Déficit de Metas às Metas de Déficit: A Política Fiscal do Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002*, Textos para Discussão n 93, in www.bndes.gov.br, Rio de Janeiro, 2002.

Ianni, Octávio. *O Príncipe Eletrônico* in “Desafios da Comunicação”, p. 62 – 76, Editora Vozes, 2ª impressão, Petrópolis, 2003.

Moraes, Denis. *O capital da mídia na lógica da globalização* in: “Por uma outra Comunicação”, Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.

Pinheiro, Armando Castelar. *A experiência Brasileira de Privatização: O que Vem a Seguir?*, Texto para Discussão n. 87, in www.bndes.gov.br, Rio de Janeiro, 2000.

Rocha, José Carlos. *A mídia e as eleições*, in: Revista Princípios, n 35, p. 12 – 15, editora Anita Garibaldi, 1995.

Rodrigues, Leôncio Martins – *Eleições, Fragmentação Partidária e Governabilidade*, in Novos Estudos, p. 78 – 90, n 41, março 1995, Cebrap, São Paulo.

Seabra, Roberto. *Dois Séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet*, in “Imprensa e Poder”. 1ª edição. São Paulo: Editora Imprensa Oficial de São Paulo e Editora Universidade Brasília, 2002.

Schmitt, Rogério. *Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados*, in Revista Novos Estudos, n 54, julho de 1999, p. 114 – 126, Cebrap, São Paulo.

Sodré, Muniz. *O globalismo como neobarbárie*, in: “Por uma outra Comunicação”, Editora Record, Rio de Janeiro, 2003.

Manuais:

Manual de Redação – Folha de São Paulo. 6ª edição. Publifolha: São Paulo, 2001.

Manual de Redação e Estilo. O Globo. 28ª edição. Editora Globo: Rio de Janeiro, 2003.

Dicionários:

Bobbio, Norberto e outros. “Dicionário de Política”. 2 volumes. 5ª edição. Editora UNB e Imprensa Oficial de São Paulo: São Paulo, 2004.

Bottomore, Tom. “Dicionário do Pensamento Marxista”. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 1988.

Rabaça, Carlos Alberto e Gustavo Guimarães Barbosa. “Dicionário de Comunicação”. 2ª tiragem. Editora Campus: Rio de Janeiro, 2002.

Sandroni, Paulo. “Dicionário de Economia para o Século XXI”. Editora Record: Rio de Janeiro, 2005.

Periódicos:

Editoriais do jornal *Folha de São Paulo*, no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2002.

Editoriais do jornal *O Globo*, no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Era Fernando Henrique Cardoso corresponde a um período histórico importante para a sociedade brasileira. A partir do seu mandato, foram realizadas reformas estruturais importantes, ligadas ao pensamento hegemônico no mundo, denominado neoliberalismo. O Estado brasileiro passou a ter papel diferenciado, menor, substituindo as estruturas que criaram condições para um desenvolvimento conservador, baseado em investimentos públicos iniciados nos anos 1930, ampliados nos anos 1960 e desmontados nos anos 1990.

Este período também significou o acirramento da luta de idéias. Um período em que foram colocados à prova os paradigmas iluministas existentes a mais de 200 anos. Em especial, a tentativa da transformação e/ou superação das concepções liberais e socialistas, o segundo sendo subjugado como ideologia ultrapassada.

Os oito anos do mandato de Cardoso também passam para a História do Brasil, como um governo que aprofundou relações de dependência do país em relação ao mundo industrializado (em especial sob o domínio estadunidense) e a manutenção e/ou aprofundamento das estruturas de desigualdades sociais, que custaram tanto para o nosso povo.

Os jornais aqui estudados compartilharam das idéias do governo Fernando Henrique Cardoso, e estão comprometidos com a aplicação do neoliberalismo no Brasil por entenderem que não há alternativa no momento, consideram que o mercado é o mais eficiente mecanismo de regulação social.

O neoliberalismo, porém, proporcionou em pouco mais de duas décadas (1980-90) o completo desmonte de serviços estatais de proteção à sociedade, tais como: o desmonte de sistemas de distribuição de renda, previdência pública, compensações para desempregados e a desestruturação de serviços essenciais como saúde e educação. Tudo sob a alegação que estas responsabilidades não são do Estado e que a sociedade é que devem dar conta de

regular estas demandas, quanto muito os governos devem aplicar modelos de assistência às camadas mais desfavorecidas com as chamadas políticas focalizadas. Realizou o processo de privatização das empresas estatais para que o Estado não tivesse intervenção econômica na regulação de preços e estímulo ao desenvolvimento. Com a bandeira da globalização pressionou os países para a abertura desregulada de seus mercados internos para a competitividade internacional que provocou a falência e desnacionalização de muitas empresas nacionais. Tudo isto em favor da idéia auto-regulatória do mercado. Esta concepção corresponde à cultura dos poderosos reproduzidos por diversos instrumentos entre os quais os jornais de grande circulação.

As empresas jornalísticas permanecem com suas influências sobre as decisões das redações e, por conseqüência, os jornais, como instrumento privilegiado das elites brasileiras, serve como aparelhos ideológicos para a manutenção, pelo convencimento, de um sistema desigual e injusto.

Os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* são instrumentos importantes para a defesa dos princípios do liberalismo econômico, inclusive em sua fase atual, o neoliberalismo, cumprindo um papel de formar a opinião na sociedade, com base na emissão da mensagem a partir deste conceito ideológico. O mercado concentra os veículos de comunicação nas mãos de poucos grupos ou famílias enquadrando o que se publica como verdade em interesses privados muito específicos.

A comunicação se transformou ao longo deste último século e é um dos principais elementos estratégicos na chamada luta de idéias. O jornal, enquanto estrutura econômica necessita de abertura, sobretudo para não permitir o “monopólio da verdade”. Entre as alternativas para a construção de uma sociedade mais democrática está o amplo desenvolvimento dos veículos de comunicação de massas com maior flexibilidade e oportunidade para constituição de uma pluralidade social, voltada para a exploração do espaço de comunicação e formação do povo.

Para Eugênio Bucci, mesmo considerando que a imprensa seja um negócio e a notícia uma mercadoria que com frequência são transformadas em instrumentos do poder político e econômico, é a credibilidade o principal patrimônio desta empresa e sua perda fatalmente será o fim de seus negócios.

“A independência editorial, portanto, tornou-se pressuposto obrigatório para quem, em nome do cidadão, se investiguem, se escrevam e se publiquem as notícias. Quem entra no ramo de informar o público tem que oferecer informação independente, isto é, *informação voltada exclusivamente para atender o direito à informação*. De sorte que, embora a imprensa seja um negócio comercial e a notícia seja mercadoria, e embora jornais, revistas, emissoras de televisão e rádio e os sites jornalísticos na internet sejam rotineiramente transformados em instrumentos do poder econômico ou do poder político, a expectativa da sociedade continua a exigir, ainda que tacitamente, a independência editorial” (Bucci; 2000: 58)

Outro elemento fundamental para uma mudança no comportamento tendencioso dos jornais é a pressão popular, ou seja, os leitores destes jornais, a sociedade organizada através de suas representações e organizações, personalidades e intelectuais têm a capacidade de fazer críticas capazes de alterar o pensamento editorialista destes veículos contaminados pela entidade empresarial.

É preciso resgatar o sentido iluminista do direito inalienável à informação, garantindo a amplitude e a pluralidade social necessárias para a construção de uma sociedade mais democrática capaz de dar respostas alternativas ao pensamento único do neoliberalismo.

A construção de uma sociedade mais justa, igual e solidária passa, necessariamente, pela democratização e transformação dos veículos de comunicação. E o jornal pode cumprir seu papel histórico (sobretudo pela breve experiência brasileira) de instrumento de informação, formação e, sobretudo, conscientização da nossa sociedade. O Brasil é belo e generoso, está em constante e intensa formação de sua cultura, e por isso merece a

confiança em alcançar o caminho para o seu desenvolvimento pleno, popular e democrático.